



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA SOCIAL
LINHA DE PESQUISA: PATRIMÔNIO, ENSINO DE HISTÓRIA E
HISTORIOGRAFIA

Cadê Mário Melo: Um historiador do IAHGP pelas ruas do Recife

Amanda Alves Miranda Cavalcanti

Orientadora: Prof^ª Dra. Angela de Castro Gomes

Rio de Janeiro, 2017

Amanda Alves Miranda Cavalcanti

Cadê Mário Melo: Um historiador do IAHGP pelas ruas do Recife

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRO), como requisito para obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof^ª Dra. Angela de Castro Gomes

Rio de Janeiro, 2017

Cadê Mário Melo: Um historiador do IAHGP pelas ruas do Recife

Amanda Alves Miranda Cavalcanti

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRO), como requisito para obtenção do título de Mestre em História.

Aprovada por:

Prof.^a Dra. Angela de Castro Gomes
(Orientadora)

Banca examinadora:

Prof.^a Dra. Rebeca Gontijo Teixeira (Titular)

Prof. Dr. Marcelo de Souza Magalhães (Titular)

Prof. Dr. Pedro Spinola Pereira Caldas (suplente)

Rio de Janeiro, 2017

Resumo

Esta dissertação tem como objetivo analisar o processo de construção da memória de Mário Melo como um historiador-jornalista que foi muito atuante em Pernambuco na primeira metade do século XX. Ele vai ser reconhecido, não apenas pelas polêmicas que iniciava diariamente nas páginas dos jornais, como também por ter sido, por quase quarenta anos, o Secretário Perpétuo do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP), e um dos intelectuais mais engajados na produção e divulgação de uma escrita republicana da História de Pernambuco. Esse autêntico projeto, ao mesmo tempo individual e coletivo, foi desenvolvido por ele nas páginas da *Revista do IAHGP*, sobretudo, nas comemorações que organizou, nos periódicos e livros que lançou para um amplo e heterogêneo público. Por isso, consideramos Mário Melo um intelectual mediador, na medida em que foi um historiador que se dedicou a construir uma narrativa da história pernambucana em linguagem acessível e agradável, utilizando mídias modernas. Dessa forma, seja por meio de sua atuação nos jornais, por ter organizado grandes festas cívicas, ou mesmo por ter publicado livros de história, Mário Melo, em seu estado natal, teve um papel de liderança na implementação de um projeto cívico-pedagógico que visava à mobilização dos sentimentos patrióticos da população pernambucana, acionando o seu passado histórico republicano, como dão exemplo as comemorações dos Centenários das Revoluções de 1817 e 1824.

Palavras-chave: Mário Melo - intelectual mediador –historiador - jornalista - Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano

Abstract

This dissertation aims to analyze the process of memory construction of Mário Melo as a historian-journalist who was very active in Pernambuco in the first half of the twentieth century. He is going to be recognized not only for controversies he started every day in the newspapers, but also for having been for almost forty years the Perpetual Secretary of the Archaeological, Historical and Geographical Institute of Pernambuco (Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano - IAHGP), and one of the most engaged intellectuals in the production and dissemination of a republican writing of the History of Pernambuco. This authentic project, at the same time, individual and collective, was developed by him in the pages of the IAHGP Magazine and, above all, in the celebrations that he organized, and in the periodicals and books he published for a wide and heterogeneous public. Therefore, we consider Mário Melo an intellectual mediator, to the extent that he was a historian who was dedicated to construct a narrative of Pernambuco's history in accessible and pleasant language, using modern media. Thus, whether through his work in the newspapers, for having organized large civic parties, or even for having published history books, Mário Melo, in his native state, played a leading role in the implementation of a civic-pedagogical project that aimed to mobilize the patriotic feelings of Pernambuco's Population through its historical past, as an example, the commemorations of the Centenaries of the Revolutions of 1817 and 1824

Keywords: Mário Melo - intellectual mediator- historian-journalist - Archaeological, Historical and Geographical Institute Pernambucano

Agradecimentos

Sair da minha cidade natal, Recife, e passar a morar em outra cidade como o Rio de Janeiro não foi tarefa fácil. Deparei-me com diversos desafios, tanto no dia-a-dia de uma cidade incrivelmente cosmopolita, quanto em relação às novas experiências proporcionadas pelo curso de pós-graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Conciliar a vida de estudante de mestrado com as obrigações do cotidiano é um trabalho árduo, e não poderia ter sido tão enriquecedor sem a contribuição de todos que participaram junto comigo deste momento.

Em primeiro lugar, quero agradecer a professora Angela de Castro Gomes. Pelas discussões de texto, guiadas com muita paciência e entusiasmo, mas, principalmente, por suas atenciosas orientações, fossem elas feitas pessoalmente ou mesmo por e-mail, realizadas sempre de maneira muito afetuosa e objetiva, na medida em que costumava dar sugestões impecáveis para o melhor aproveitamento das leituras para a pesquisa. Se já a admirava bastante quando não a conhecia, agora, depois de passar dois anos como sua orientanda, a admiro ainda mais. Sou-lhe extremamente grata pela confiança de aceitar encarar junto comigo esta aventura que é a prática da escrita historiográfica, e por todos os ensinamentos dedicados a esta aprendiz de historiadora. Para mim foi uma honra ser orientanda de uma professora-historiadora que tanto respeito e estimo. Muito obrigada professora Angela!

Sou muito grata também pela atenção e compromisso dos professores e professoras que compõe a Pós-graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Especialmente as professoras Heloísa Maria Bertol Domingues, Márcia Chuva, Cláudia Rodrigues, Cláudia Santos, e ao professor Rodrigo Turin. Além de terem me recebido muito bem, durante o período que cursei as disciplinas dadas por eles, me proporcionaram ótimas leituras que muito contribuíram para o aprofundamento teórico da pesquisa.

Aproveito ainda para agradecer a professora Rebeca Gontijo e ao professor Marcelo Magalhães, que estiveram presentes na minha banca de qualificação, por suas sugestões e críticas, recebidas com muito entusiasmo por mim, uma vez que fiz o possível para incorpora-las no trabalho.

Não posso esquecer-me de agradecer aos amigos que fiz no Rio de Janeiro, principalmente as queridas Amanda Pascoal, Amanda Borba, Ana Paula, Rafaela Sarinho e ao querido Leonardo Nóbrega. Pela cumplicidade de terem dividido comigo as angústias de viver longe de Recife, pelos passeios na “cidade maravilhosa”, e, em especial, a Ana Paula, por ter me recebido com muito amor em sua casa.

Sou muito grata à professora de história do IFPA, Natália Barros, amiga e grande incentivadora da minha pesquisa de mestrado. Sem seus conselhos e sua ajuda, eu não teria tido coragem para enfrentar um mestrado fora do meu estado. E também ao professor da UFPE Antônio Paulo Rezende, por ter aceitado, com muito carinho, ser meu supervisor do Estágio de Docência, no semestre letivo de 2016.1, pois com ele foi possível à leitura de vários textos que me inspiraram na escrita da dissertação.

Agradeço aos meus amigos do Recife, pelas conversas compartilhadas sobre as angústias que envolvem o processo de escrita da dissertação e pela compreensão quando tive que me ausentar dos encontros semanais. Sobretudo à Luiza Dias, Fernanda Maia, Marília Nóbrega, João Ricardo, Juliana Maciel, Clara Torres e Tarsila Tavares. E também a minha família, a qual eu sou imensamente grata por todo o apoio emocional e financeiro, pois foi este apoio que me motivou a fazer um mestrado fora do meu estado.

Agradeço ainda ao CNPq, pois sem o incentivo, em forma de bolsa de estudos, não teria sido possível a finalização desta dissertação.

Sumário

Introdução	10
PARTE I: “O homem encadernado: memórias construídas sobre Mário Melo”	
Capítulo I- O homem encadernado: a construção da memória de Mário Melo por seus necrológicos	30
1.1- Os ecos da morte de um intelectual pernambucano	31
1.2- <i>Hoje tu nos chegas, velho companheiro, pelas mãos da morte</i>	34
1.3- A cidade enterra seu cronista	39
1.4- As representações de um jornalista-historiador	45
Capítulo II- O homem encadernado: a construção da memória de Mário Melo em suas biografias	54
2.1- Biógrafos e biografias	57
2.2 - O secretário Perpétuo	70
PARTE II: ‘Histórias em pequenas doses’: o historiador Mário Melo	
Capítulo III- A alma das comemorações: o Secretário Perpétuo e os Centenários das Revoluções de 1817 e de 1824	82
3.1- <i>Dizer história do Brasil é dizer história de Pernambuco</i>	84
3.2- As comemorações do Centenário da Revolução pernambucana de 1817	93
3.3- As comemorações do Centenário da Revolução de 1824	110
Capítulo IV- Mário Melo: “o intelectual do comentário”	125
4.1- <i>Aproveitáveis lições de história: Mário Melo e sua produção de livros para o grande público</i>	128
4.2- Mário Melo e suas <i>histórias</i> dentro da História	146
Considerações finais	161
Bibliografia	171
Cronologia de Mário Melo	183
Anexos	187

Pois de tudo fica um pouco.

(...)

*De teu áspero silêncio
um pouco ficou, um pouco
nos muros zangados,
nas folhas, mudas, que sobem.*

*Ficou um pouco de tudo
no pires de porcelana,
dragão partido, flor branca,
ficou um pouco
de ruga na vossa testa,
retrato.*

(...)

*E de tudo fica um pouco.
Oh abre os vidros de loção
e abafa*

o insuportável mau cheiro da memória.

(ANDRADE, Carlos Drummond de.
“Resíduo”. In: *A Rosa do Povo*. Rio de
Janeiro: José Olympio, 1945. p.93-94.)

Introdução

Cadê Mário Melo? Partiu para a eternidade/ deixando, na sua cidade/um mundo de saudade sem igual/Foliões, a nossa reverência /à sua grande ausência/no nosso carnaval. /De braços para o alto/cabelos desgrenhados/frevando sem parar/lá vem Mário.../Defendendo Vassourinhas/ Pão Duro, Dona Santa/ Dragões ou canindés/ lá vem Mário.../ Com ele já se abraçaram/ Felinto, Pedro Salgado/ Guilherme e Fenelon/ E no palanque sem fim do espaço/ lá está Mário a bater palmas/ para o frevo e para o passo. (FERREIRA, Nelson, 1960)¹

Muitos foliões, a partir da década de 1960, passaram a cantar este frevo de bloco, denominado, *Enunciação nº 3*, do compositor pernambucano Nelson Ferreira, composto em homenagem a Mário Melo.² Este intelectual, um carnavalesco arretado, como canta o frevo, morreu no dia 24 de maio de 1959, deixando Recife, sua cidade natal, órfã das polêmicas que iniciava nas páginas dos jornais em que escrevia, entre as muitas atividades em que se envolveu.

Certamente, muitos dos recifenses que nasceram após sua morte, embriagados pela sensação de rapidez da passagem do tempo, podiam não fazer ideia quem era o protagonista da canção que os fazia *frevar*. O frevo, que falava da ausência e da saudade de Mário Melo, demonstrava a intenção de Nelson Ferreira de lembrar um personagem ligado às manifestações culturais mais populares da cidade, imortalizando-o em versos que seriam cantados por multidões, durante muitos carnavais.

No entanto, além dessa canção, podemos encontrar, no Recife, outros indícios que nos remetem à memória de Mário Melo. Assim, queremos convidar os leitores a caminhar pelas ruas da cidade, em busca destes lugares. Mas, não para uma caminhada qualquer, desatenta e apressada, e sim, como diria o escritor pernambucano Mário Sette, para um *arruar* que permita sentir a cidade, evocando seu passado e partilhando de seu presente.³

¹ BARBOSA, Virgínia. GASPAR, Lúcia. *Mário Melo 1884-1959: uma bibliografia*. FUNDAJ. Recife, 2012.

² Idem.

³ Sobre a prática de *arruar* destaca Mário Sette: “Arruar! Ver apenas, não! Sentir a cidade. Evocar seu passado, partilhar do seu presente, sonhar com o seu futuro. Encontrar interesse vivo numa fachada de azulejos, numa pedras de calçamento, num bico de telhado, num cocuruto de mirante, numa cara de transeunte, numa escadaria de igreja, numa jaqueira de muro, num interior de loja, num lampião de esquina... Arruar... Conhecer e recordar. Pisar e querer adivinhar os que já pisaram. Ser ao mesmo tempo a geração de agora e as gerações de outrora. Arruar... Passatempo e análise. Regalo dos olhos e

Em um passeio pela Rua da Aurora - onde podemos contemplar, de um lado, casarões e prédios antigos, e do outro, o rio Capibaribe, que margeia toda essa emblemática rua - somos acompanhados por um cheiro de mangue característico do rio, que nos invade e desperta a atenção. Em seguida, saindo das margens do rio, entramos numa importante rua de mão dupla, cujo nome é Avenida Mário Melo, talvez uma das homenagens mais importantes à sua memória no espaço urbano da cidade. Nela, desde a inauguração, em 1968, há um busto em bronze, construído em honra ao ilustre personagem.⁴ Tais indícios nos fazem pensar sobre o processo de construção da memória de Mário Melo, pois, o fato de ele ser nome de avenida, motivo de frevo etc, torna-o uma personalidade que deveria ser, antes de tudo, lembrada na cidade do Recife e no estado de Pernambuco.

A atribuição de nomes de pessoas a lugares públicos e a colocação de bustos em praças e avenidas são práticas bastante comuns, utilizadas como forma de construir e “enquadrar” a memória de determinadas personalidades, inserindo-as no “panteão da imortalidade”.⁵ Dessa forma, podemos dizer que o exercício de consagração da memória de indivíduos é sempre uma maneira de dar materialidade e função àquilo que deveria ser recordado, enraizando essa memória em um espaço, gesto, imagem ou objeto. Esses lugares de memória, no dizer de P. Nora,⁶ são determinados intencionalmente por alguns atores históricos, que muitas vezes disputam seus usos, e nos colocam frente a representações marcadas por uma aura simbólica. Esses lugares funcionam como suportes da memória e são, antes de tudo, “restos” que têm como objetivo “parar o tempo”, bloquear o trabalho do esquecimento, uma vez que, na modernidade, os sonhos de eternidade são mais rapidamente ameaçados pela amnésia.

entendimento dos espíritos.(...). In: SETTE, Mário. *Arruar. História pitoresca do Recife Antigo*. Casa do Estudante do Brasil. Rio de Janeiro, 1948.

⁴ A nomeação desta Avenida ocorreu, juntamente com a ereção do busto, em 1968, durante a prefeitura de Augusto Lucena. Mas a proposta já havia sido feita em um projeto de lei do vereador Petrus Câmara, aprovado pelo prefeito Miguel Arraes, em 1962. Esta informação foi retirada tanto de uma de suas biografias como de seus necrológicos, na *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco*, de 1960, produzida em homenagem a Mário Melo. In: PARAÍSO, Rostand. *Cadê Mário Melo...* Comunigraf. Recife, 1997. P. 209; MELO, Clovis. “O julgamento de Mário Melo”. *Jornal do Commercio*. Recife, 28 de jun. 1959; “Na Câmara municipal. Homenagem do deliberativo ao jornalista morto: busto será erguido em Praça pública”. *Diário de Pernambuco*. Recife, 26 de mai. 1959; “Busto em Bronze”. *Diário de Pernambuco*. Recife, 26 de mai. 1959. In: *Revista do IAHGP*, V. XLV. Recife, 1960.

⁵ POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989; POLLAK, Michael. “Memória e identidade social”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10. p. 200-215, 1992.

⁶ NORA, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. In: *Projeto História*, São Paulo: PUC, n. 10, p. 07-28, dez. 1993.

Nesse sentido, a duração da lembrança é determinada pelo investimento memorial dos vivos, que, através de processos ritualísticos, propiciam a imortalidade de algo ou alguém, garantindo essa eternidade possível ou, pelo menos, sua ilusão na memória coletiva de um grupo social.⁷ Pensar esta questão foi uma das motivações que nos instigou a trabalhar com Mário Melo.

Ao *arruar* pelas ruas do Recife, sempre nos chamou a atenção à denominação de algumas avenidas, como a Rui Barbosa, a Conselheiro Rosa Silva, a Dantas Barreto, a Agamenon Magalhães, e, inclusive, a Mário Melo. Durante o percurso, muitas indagações eram suscitadas: Quem seriam estes homens que dariam nome a estas avenidas? Como suas memórias foram construídas ao longo do tempo? Por que e como se desenvolvem políticas públicas de rememoração em determinados períodos históricos? Portanto, podemos dizer que o fio de Ariane que guiou a pesquisa desenvolvida para a elaboração deste trabalho foi o nome próprio Mário Melo, juntamente com as linhas que para ele convergem e dele partem, linhas que vão compor uma espécie de teia de malha fina⁸.

Continuando nosso passeio pelas ruas do Recife em busca das pistas que evidenciam a intenção de construção de memórias sobre Mário Melo, saímos da avenida que leva seu nome e caminhamos em direção à Rua do Hospício, onde encontramos uma das principais instituições em que ele atuou: o Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP). Este instituto teve uma importância fundamental em sua trajetória, configurando-se como um espaço absolutamente estratégico no curso da sua vida. Mário Melo não só foi um de seus membros, durante quase cinquenta anos,⁹ como também foi seu Secretário Perpétuo, desde 1919 até a morte. Assim, sua chegada à instituição e sua ascensão à função de secretário reorganizariam as posições por ele ocupadas no campo político-cultural da cidade.

Logo na entrada do prédio da instituição, antes mesmo de nos depararmos com os salões que abrigam o museu, podemos encontrar outro busto de Mário Melo, juntamente com o de outros intelectuais que marcaram a instituição. Entre eles, Oliveira

⁷ CATROGA, Fernando. “O culto dos mortos como uma poética da ausência”. *ArtCultura*. V. 12, n. 20. Uberlândia, 2010.

⁸ GINZBURG, C.; PONI, C. “O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico”. In: GINZBURG, C. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. p.169-78.

⁹ Quando ele morreu, faltava apenas três dias para completar o seu cinquentenário como membro da instituição.

Lima, Alfredo de Carvalho e ainda, um busto de Frei Caneca, um dos personagens históricos mais ressaltados e representados pelo IAHGP. Adentrando nos salões e caminhando até o terraço, vemos a biblioteca, onde há estantes abarrotadas de obras raras sobre a História de Pernambuco, sem contar a coleção da revista produzida pela própria instituição, e um arquivo com os documentos pessoais de alguns dos seus principais membros. Ao bisbilhotar a biblioteca, em busca de mais rastros de nosso personagem, descobrimos que há um arquivo pessoal de Mário Melo, integrado por 15 caixas, todas elas organizadas em pastas. Nelas, encontramos, entre outros documentos, manuscritos de seus livros, correspondências (a maioria delas remetidas a Oliveira Lima e à sua esposa), diplomas, certificados de alguns congressos dos quais participou, muitos recortes de artigos de jornais, cadernos e notas. Segundo alguns dos atuais sócios da instituição, com quem pudemos conversar informalmente, esse acervo foi acumulado/idealizado pelo próprio Mário Melo, que, durante muito tempo, dedicou-se a “arquivar a própria vida” nos porões da biblioteca da instituição.

Isso nos leva a refletir sobre seu projeto autobiográfico: sobre quem ele queria ser quando começou a se interessar em construir sua memória “em papel”, dentro do IAHGP. Será que o fato de ele ter se dedicado intensamente ao Instituto, como secretário perpétuo, e ter se consagrado como historiador desencadeou o desejo de arquivar sua vida na instituição a que estava ligado? Acreditamos que sim. Mas, entendemos também que esse desejo, acima de tudo, era o de sobreviver à própria morte, eternizando seus “vestígios” ao arquivá-los em uma instituição como IAHGP. Como diria Saramago, “(...) assim a vontade de lembrança poderá perpetuar-nos a vida.”¹⁰ Portanto, compreendemos a configuração de um arquivo pessoal como um projeto autobiográfico, percebendo o ato de guardar os registros de uma trajetória de vida como uma forma/produção de escrita de si.¹¹

Depois de explorarmos o IAHGP, partimos em direção à grande Avenida Dantas Barreto, no centro do Recife. Lá podemos encontrar mais um lugar fundamental para a memória construída sobre o intelectual Mário Melo. Estamos nos referindo a um

¹⁰ SARAMAGO, José. *Todos os nomes*. São Paulo: Companhia das Letras. 1997, p. 209.

¹¹ Ver: GOMES, Angela de Castro (org). *A escrita de si. A escrita da História*. FGV. Rio de Janeiro, 2004; ABREU, Regina. *A fabricação do imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil*. Rocco: Lapa. Rio de Janeiro, 1996; BARROS, Natália Conceição Silva. *Arquivos da vida, arquivos da história: as experiências intelectuais de Joaquim Inojosa e os usos da memória do modernismo*. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), CFCH. Programa de Pós-Graduação em História. Recife, 2012.

arranha-céu que serviu de sede à Associação da Imprensa de Pernambuco (AIP), instituição criada em 1931 e que, desde então, contou com a participação de Mário Melo, tanto na composição da sua diretoria como nos debates que a permearam. Subindo os degraus do edifício da associação, fomos ao encontro de suas principais salas: a da presidência e a de reuniões, onde nos deparamos com outro busto de Mário Melo. Instalado em 1963, juntamente com o do jornalista Jorge Abrantes¹², ele foi posto na sala de reuniões da AIP, e nos fez refletir sobre a escolha desse local. Seguramente, tal escolha não foi feita de forma arbitrária. Ela partiu de uma intenção muito clara de se criar uma imagem do homenageado, marcada por uma aura simbólica que retratasse sua importância para a instituição.¹³ Ainda destacamos que a consagração deste personagem na AIP, não se devia apenas ao fato de ele ter feito parte do corpo de seus sócios fundadores, mas em função do fato de, já na década de 1930, ter consolidado forte atuação como jornalista em Pernambuco. Tanto que, ao longo do século XX, principalmente após sua morte, a figura de Mário Melo foi sendo enquadrada, segundo as palavras de Homero Fonseca, como a do “mais conhecido jornalista de seu tempo, com certeza o mais polêmico, sem dúvida um dos mais influentes”¹⁴.

Ao sairmos do centro do Recife e nos deslocarmos para a zona Norte da cidade, continuamos em busca de outros lugares onde Mário Melo pode ser recordado. Percorrendo as ruas estreitas e arborizadas do bairro do Espinheiro, onde morou, podemos imaginar os caminhos que fazia durante as décadas de 1940 e 1950, com o seu automóvel, “um ford 39, azul escuro, de placa 33”¹⁵. Só imaginar é suficiente. Ou ainda, podemos pensar no intenso ruído provocado pelas inovadoras reivindicações que empreendia nas páginas dos jornais, em favor da proteção das árvores do bairro, que, segundo ele, estavam sendo ameaçadas pela modernização da cidade do Recife.

Foi no bairro do Espinheiro que Mário Melo viveu durante quase toda a sua vida, na Rua Santo Elias número 292. Com a esposa Adalgisa Ribeiro e seus nove

¹² O busto de Jorge Abrantes foi instalado na sala da presidência na mesma data em que foi erguido o busto de Mário Melo. In: PARAÍSO, Rostand. *Cadê Mário Melo...* Comunigraf. Recife, 1997. p. 189-193.

¹³ Sobre a instalação do busto na Associação da Imprensa de Pernambuco, Rostand Paraíso, um dos biógrafos de Mário Melo, faz a transcrição completa do pronunciamento do jornalista Paulo Cavalcanti, em homenagem à memória de Mário Melo, no dia 8 de março de 1963. In: Idem.

¹⁴ FONSECA, Homero. *Perfil parlamentar século XX: Mário Melo: a arte de viver teimosamente*. Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco. Recife, 2001. p. 21

¹⁵ PARAÍSO, Op. Cit. p. 198.

filhos, morava numa casa grande, pertencente a seu sogro, Antônio da Cruz Ribeiro¹⁶. Ao passar pela rua, verificamos que a casa já não existe mais, havendo, no seu lugar, um prédio residencial. Isso nos faz pensar que, junto com a casa, as memórias que o ligavam ao bairro, podiam também ter desaparecido. No entanto, percebemos que, ao final da Rua Santo Elias, na esquina com a Rua da Hora, há uma galeria comercial onde, novamente, seu nome ressurge: a *Galeria Mário Melo*. Desse modo, a memória desse intelectual recifense está assinalada no bairro em que morou e pelo qual lutou, fazendo-se presente.¹⁷

Seguindo adiante, vamos em direção ao bairro de Apipucos, até uma das sedes da fundação de pesquisa e documentação, criada em 1949, por Gilberto Freyre. Estamos falando da Fundação Joaquim Nabuco, instituição que guarda grande parte da documentação – manuscrita, impressa, iconográfica e fonográfica – sobre a História de Pernambuco. A Fundação também tem a função de preservar a memória de alguns personagens que tiveram destaque no estado – como a do próprio Gilberto Freyre, Mauro Mota, Mário Sette, Aníbal Fernandes, Josué de Castro e outros –, através da organização de arquivos pessoais. Esse acervo está localizado no 4º andar do prédio, que abriga a biblioteca Blanche Knoff, onde podemos nos deparar com as 6 pastas que constituem o arquivo pessoal de Mário Melo, nessa instituição. Nelas, encontramos uma grande quantidade de correspondências, a maioria delas em suporte de postais, remetidos por ele à sua esposa Adalgisa Ribeiro, datados de 1905 a 1910, anos em que Mário Melo viajou bastante pelo Brasil, morando em diferentes cidades, por exigência de sua profissão de telegrafista. Trata-se de correspondências preciosas, guardadas por sua esposa e disponibilizadas na instituição para consulta.

Nas buscas pelos rastros de Mário Melo na FUNDAJ, descobrimos também que, em 2012, a instituição produziu um inventário biobibliográfico sobre ele, que teve como objetivo reunir e sistematizar sua documentação, utilizando tanto o arquivo pessoal já pertencente à própria Fundação como o que está sob a égide do IAHGP.¹⁸ Este projeto pode ser encontrado no site da instituição, em um campo chamado Inventários

¹⁶ Mário Melo casou-se com Adalgisa Ribeiro em 1907 e com ela teve 9 filhos. Logo ao casar-se foi viver com sua esposa na casa de seu sogro, Antônio da Cruz Ribeiro, um tesoureiro da Fazenda. Nesta casa ele morou durante toda a sua vida.

¹⁷ Segundo alguns antigos lojistas, a galeria foi construída em 1970, por Gilson Nunes, um amigo pessoal de Mário Melo, que, em homenagem a ele, resolveu chamá-la de *Galeria Mário Melo*.

¹⁸ BARBOSA, Virgínia. GASPARD, Lúcia. *Mário Melo 1884-1959: uma bibliografia*. FUNDAJ. Recife, 2012.

Documentais, onde há outros inventários e projetos similares, como catálogos de coleções institucionais, além de algumas memórias¹⁹. Segundo uma das autoras da biobibliografia, a bibliotecária Virgínia Barbosa, o objetivo do trabalho foi servir de instrumento para pesquisas científicas futuras, já que Mário Melo sempre foi um dos personagens mais procurados pelos estudiosos nos arquivos da biblioteca da FUNDAJ.²⁰

Ressaltamos, no entanto, que mesmo Mário Melo sendo fonte de grande interesse para pesquisas das mais variadas – pois, como polígrafo escreveu sobre diferentes temáticas em muitos veículos de comunicação distintos –, nenhum trabalho acadêmico buscou explorá-lo como historiador voltado para o trabalho de mediação cultural, quer dizer, para a escrita da história destinada a um público diversificado. Nesse sentido, nosso objetivo é, não só fazer uma análise das memórias construídas sobre ele, após sua morte, buscando entender o processo de sua consagração, enquanto intelectual pernambucano; como também acompanhar sua atuação como historiador-jornalista, cujo objetivo fundamental era ensinar história a um público amplo e diversificado. Isto é, deseja-se pensar em Mário Melo, como um intelectual mediador que, ao atuar em diversas mídias, como por exemplo, jornais, revistas, livros e livros didáticos, estava preocupado em tornar a História do Brasil, e, mais precisamente a História de Pernambuco, mais compreensível e acessível a um grande público.

xxx

O protagonista desta dissertação, Mário Carneiro do Rego Melo, nasceu no Recife em 5 de fevereiro de 1884, filho de um Juiz federal, o republicano Manuel do Rego Melo com Maria da Conceição Carneiro da Cunha, prima do abolicionista pernambucano José Mariano. No início do século XX, em 1907, ele se formou em direito pela Faculdade de Direito do Recife. Porém, não optou por seguir a carreira jurídica. Trabalhou como funcionário público, atuando por longos anos como telegrafista do Telégrafo Nacional. Na década de 1930, ocupou cargos importantes no governo do estado, em especial em algumas instituições culturais, como o de Inspetor

¹⁹Disponível em: http://www.fundaj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=356&Itemid=411. Acesso: 30 de nov. 2015.

²⁰ Entrevista feita com a bibliotecária Virgínia Barbosa, em 28 de julho de 2015.

Estadual dos Monumentos Nacionais, o de Diretor do Museu Histórico e de Arte Antiga do Estado de Pernambuco (que depois passou a se chamar Museu do Estado), o de Secretário Geral do Plano da Cidade (instância reguladora da remodelação urbana do Recife) em 1931, e ainda, em 1937, quando o Brasil estava sob o regime do Estado Novo, foi nomeado pelo interventor federal e seu amigo, Agamenon Magalhães, membro do Conselho Administrativo de Pernambuco. Já em 1948, foi deputado estadual pelo Partido Social Democrático (PSD), por apenas um mandato.

No entanto, sua consagração enquanto intelectual que deixa um legado digno, vai se dar, sobretudo, devido à sua atuação como jornalista e historiador, nesse caso, como Secretário Perpétuo do Instituto Arqueológico, Histórico, Geográfico Pernambucano (IAHGP), e escritor de inúmeros livros de história.

Para trabalharmos com esse tema e objeto, escolhemos/selecionamos algumas referências teóricas que podem ser de utilidade para o desenvolvimento da estratégia de investigação desta pesquisa. A primeira categoria que devemos destacar é a de intelectual e outras a ela associada, segundo proposta do historiador Jean-François Sirinelli²¹. Isso porque, entendemos Mário Melo como um intelectual, na medida em que ele participa de um “pequeno mundo”, formado por redes de sociabilidades nas quais se insere e por meio das quais sua trajetória ganha sentido. Dessa forma, seu perfil enquanto intelectual vai ser formado a partir das redes de sociabilidades que frequenta, onde se tecem afetividade e também relações de intensa disputa. Essas redes, que se constituem como lugares de grande fermentação intelectual, são, por exemplo, as revistas, os jornais e as instituições acadêmicas, mas também as livrarias e cafés, sendo todos esses lugares propícios para uma dinâmica de circulação de idéias, valores, estilos etc. Nesse sentido, como afirma Angela de Castro Gomes, estes lugares de sociabilidade intelectual são “geográficos” e também “afetivos”:

(...) neles se podendo e devendo captar não só vínculos de amizade/cumplicidade e de competição/hostilidade, como igualmente a marca de uma certa sensibilidade produzida e cimentada por eventos, personalidades ou grupos especiais. Trata-se de pensar em uma espécie de “ecossistema”, onde amores, ódios, projetos, ideias e ilusões se chocam, fazendo parte da organização da vida relacional.²²

²¹ SIRINELLI, Jean-François. “Os intelectuais”. In : René Rémond (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: EdUfrj / Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

²² GOMES, Angela de Castro. *Essa gente do rio... Modernismo e Nacionalismo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999. p. 20.

Devemos lembrar ainda que estas redes e lugares de sociabilidade, em que o intelectual vai atuar, não são de forma alguma fixas. Elas vão depender dos grupos com os quais o intelectual vai se relacionar e, inclusive, das posições que outros agentes vão ocupar nestes espaços. Antes de tudo, o intelectual deve ser percebido como um agente que ocupa posições simultâneas em redes de sociabilidade, em um determinado momento. Ele pode mudar de lugar nas redes em que atua e também pode estabelecer inúmeras relações com outros sujeitos e espaços, ao longo da vida. Ou seja, sua trajetória, mesmo apenas a intelectual, não possui um sentido único e previsível. Acreditar nisso seria como se perder em uma “ilusão biográfica”, como afirma Bourdieu.²³ Mas também seria uma ilusão acreditar que os sentidos da vida de um intelectual sejam demarcados por trilhos, definidos por relações objetivas. Desse modo, partimos da ideia de que o intelectual é um sujeito histórico, como todos os demais, que não segue roteiros fixos e pré-estabelecidos, uma vez que é capaz de fazer escolhas, agindo no mundo com certa margem de liberdade.

Como aponta Sirinelli, a categoria intelectual é múltipla e polissêmica, não possuindo contornos rígidos para a sua definição. De maneira geral, os intelectuais formam um grupo multifacetado, que investe na produção de conhecimentos e na comunicação de ideias, estando ligado à intervenção política e social. São atores que formam um grupo sócio-profissional, contemplado por “capital cultural” e “poder simbólico” consideráveis²⁴. No entanto, no Brasil e no mundo do final do século XIX e primeira metade do XX, ainda não havia um campo intelectual autônomo e fortemente estabelecido, muito menos campos disciplinares bem diferenciados. Sendo assim, o intelectual seria aquela figura responsável por elaborar e difundir interpretações da realidade social brasileira, produzindo bens culturais e simbólicos de grande valor²⁵. Portanto, ele era o “homem de letras”, cujos projetos possuíam uma profunda dimensão política, na medida em que estavam voltados para o diagnóstico de problemas e a formulação de novos caminhos para o futuro do Brasil.

Outro ponto importante ressaltado por Sirinelli remete à postulação de que há duas acepções para o conceito de intelectual: uma ampla e sociocultural, que engloba os

²³ BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da história oral*. (8ª edição) Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 183-191.

²⁴ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução Fernando Tomaz, 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

²⁵ GOMES, Angela de Castro. *História e Historiadores*. Rio de Janeiro, RJ: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

criadores e mediadores, e outra mais restrita, baseada na noção de engajamento. Nosso interesse é centrar a atenção na definição mais ampla, que abarca as classificações de intelectuais criadores e mediadores, pois acreditamos que ela pode nos proporcionar uma boa reflexão para a investigação aqui proposta. Em primeiro lugar, ressaltamos que uma dicotomia hierarquizante, que dá mais valor aos criadores (produtores, inovadores, pertencentes à alta cultura erudita), do que aos mediadores (divulgadores, vulgarizadores, não pertencente à alta cultura) já é bastante refutada. Isso porque, graças às contribuições historiográficas de Roger Chartier²⁶ e Michel de Certeau²⁷ sobre as práticas culturais da leitura e da escrita, sabemos que não podemos mais dizer que existem sujeitos passivos, meros repetidores de informações, que exercem a tarefa de apenas transmitir (no sentido de conduzir, sem transformar) aquilo que foi criado por outros indivíduos.

Dessa forma, trabalhando com os conceitos de apropriação e recepção cultural, a historiadora Angela de Castro Gomes aponta que os intelectuais mediadores não devem ser vistos como sujeitos que não agregam valor a um produto cultural. Muito pelo contrário, pois o ato de mediar lhes garante uma nova interpretação dos saberes e ideias, de maneira que eles passam a construir outro produto, outro “bem cultural singular”. Isto é, podemos dizer que há uma forte interdependência entre a produção e divulgação dos saberes, já que, quem produz também divulga e quem divulga está sempre dando outros sentidos ao bem cultural, recriando-o. Enfim, o intelectual mediador, ao atribuir novos sentidos a um produto cultural, não pode ser visto de forma distinta ou até como um não-intelectual, face ao que é considerado “criador”.²⁸ É como um intelectual criador, mas, principalmente, como um intelectual mediador que entenderemos a atuação de Mário Melo.

²⁶ CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Tradução: Maria Manuela Galhardo. 2ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: Difel. 2002.

²⁷ CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

²⁸ A historiadora Angela de Castro Gomes, nos últimos anos, vem trabalhando com o conceito de intelectual mediador. Ver: GOMES, Angela de Castro. HANSEN, Patricia (Org.). Introdução, *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. Civilização brasileira. Rio de Janeiro, 2016; GOMES, Angela de Castro. “A biblioteca de Viriato Corrêa: incursões sobre a leitura e a escrita de um intelectual brasileiro”. In: DUTRA, Eliana de Freitas. *O Brasil em dois tempos: história, pensamento social e tempo presente*. Ed. Autêntica. Belo Horizonte, 2013; GOMES, Angela de Castro. “História de Chinelo: o ensino de história através do rádio no Brasil dos anos 1950”. In: ROCHA, Helenice, MAGALHÃES, Marcelo, GONTIJO, Rebeca (orgs). *O ensino de história em questão*. Cultura histórica, usos do passado. FGV editora. Rio de Janeiro, 2015.

As formas de mediação cultural são diversas e se transformam com o tempo e o avanço das tecnologias de comunicação. Para pensarmos em nosso intelectual, podemos ressaltar duas delas. Há aqueles mediadores/criadores que se dedicam à comunicação para um público amplo, indo além dos círculos fechados formados por seus pares. Eles se utilizam de veículos de grande disseminação, como, por exemplo, jornais, revistas, livros didáticos e de divulgação científica etc, operando linguagens e usando estratégias de escrita para atingir o grande público e, assim, construindo uma narrativa para os “não iniciados”. E existem também aqueles que assumem posições estratégicas numa instituição cultural, pública ou privada, ou em uma associação profissional como a de professores, escritores, jornalistas etc, protagonizando projetos de alto valor cultural para o campo político.²⁹

Assim, ao refletirmos sobre essas formas de mediação, não nos restam dúvidas que Mário Melo, como mediador/criador cultural, compartilha das características desses intelectuais. Isso porque, ele foi, ao mesmo tempo, o Secretário Perpétuo de uma instituição como o IAHGP; o “historiador de arquivo”; o autor de monografias destinadas somente aos pares; o gestor e implementador de projetos de alto valor para o campo político-cultural, visando à socialização do conhecimento histórico junto a um grande público. Nesse caso, fez isso ao assumir uma posição estratégica no IAHGP, liderando a organização das comemorações dos Centenários das Revoluções de 1817 e 1824, além de ter sido autor de livros de História, destinados à divulgação desse conhecimento, que parecem ter alcançado leitores de várias idades e condições sociais. Durante toda a vida, também atuou como um historiador-jornalista, escrevendo diariamente nos periódicos pernambucanos “comentários”, em grande parte de teor histórico, que foram lidos, por anos, por um grande público.

Inserido em uma instituição como IAHGP - que tinha como tarefa construir e divulgar um passado coletivo ou, como podemos chamar, uma cultura histórica para o Brasil – Mário Melo vai integrar o projeto de produção de uma escrita republicana da História de Pernambuco, que havia sido iniciado desde a proclamação da República, que era federativa. Um dos interesses principais desse projeto era construir a ideia de uma “vocação republicana” para o estado de Pernambuco, o que ressaltava sua contribuição para a nova identidade nacional brasileira. Isto é, o seu projeto pessoal e do

²⁹GOMES, Angela de Castro. HANSEN, Patricia (Org.). Introdução, *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. Civilização brasileira. Rio de Janeiro, 2016.

próprio Instituto buscava interpretar a história das diversas revoltas pernambucanas, ocorridas durante os tempos coloniais e imperiais, como prenúncios da Independência e, principalmente, da República de 1889. Assim, na função de 1º secretário, desde 1912, Mário Melo passou a encabeçar a elaboração de projetos cívico-educativos de grande impacto na primeira metade do século XX. Dentre estes projetos destacamos, neste trabalho, as comemorações dos centenários das Revoluções de 1817 e 1824. Ocorridas em 1917 e 1924, elas foram rituais cívicos cuja finalidade era criar representações simbólicas que pudessem mobilizar “o povo” pernambucano e brasileiro por meio de “lições de história”, imaginando um passado republicano que, a partir da proclamação da República, se queria valorizar.

Devemos deixar claro que, a realização dessas festas deram a Mário Melo grande projeção dentro do próprio IAHGP e nos demais meios políticos e sociais da cidade do Recife e de Pernambuco. Algo que lhe garantiu, não só a nomeação como Secretário Perpétuo do IAGP, em 1919, após o sucesso das comemorações do Centenário da Revolução de 1817, como também o título de “alma das comemorações”, definição atribuída pelo consagrado historiador Oliveira Lima. Nessa perspectiva, acreditamos que ser reconhecido como a “alma” das comemorações é ter afirmado seu papel de destaque como mediador cultural³⁰.

Já seus artigos de jornal, caracterizados pelos assíduos leitores como sempre polêmicos, estavam presentes em quase todos os periódicos pernambucanos da primeira metade do século XX, desde os de pequena circulação, até aqueles grandes jornais que tinham forte impacto no Recife e no estado.³¹ No *Diário de Pernambuco*, o jornal que tinha maior destaque no estado, Mário Melo ingressou como redator em 1914, saindo em 1934, por discordar de sua venda ao grupo *Diários Associados*, pertencente à Assis chateaubriand. A partir daí, ele é chamado para fazer parte do *Jornal do Commercio*,

³⁰Vale lembrar que, em 1953, Mário Melo, mais uma vez, vai liderar a organização das comemorações de outra importante efeméride pernambucana, as comemorações do centenário da Restauração Pernambucana. Tal evento teve grande repercussão na mídia do estado, todavia, infelizmente, por conta da grande quantidade e diversidade de fontes, não temos condições de investigar estas festas cívicas.

³¹ Os periódicos pernambucanos em que Mário Melo colaborou ao longo da sua vida foram: funda *O Álbum* (1900), *O Estado* (1901), *Folha do Povo* (1902), *Correio do Recife* (1903), *Jornal Pequeno* (1905), funda e dirige *O Atirador* (1908), *A Província* (1908), *O Pernambuco* (1912), *A Lanceta* (1912), *Diário de Pernambuco* (1914), revista *Vida Moderna* (1920), *Revista musical* (1921), *Revista Nossa Terra* (1921), *Almanaque de Pernambuco* (1921), *Jornal do Commercio* (1934), *Folha da Manhã* (1938). Sem contar com a sua publicação frequente em quase todas as edições da revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP).

possuindo uma coluna diária, “Crônicas da Cidade”, considerada por seus biógrafos, como uma “seção do povo”³².

Outro grande periódico onde assumiu papel importante foi o *Jornal Pequeno*³³. Iniciou sua colaboração em 1905, mas se tornou seu redator somente em 1934, quando passou a ser o colunista da seção “Ontem, Hoje, e Amanhã”. O quarto jornal de grande visibilidade regional em que teve uma contribuição bastante ativa foi *Folha da Manhã*, que tinha como mentor o Interventor Federal e também jornalista, Agamenon Magalhães. Foi para a edição vespertina deste periódico que Mário Melo levou, a partir de 1945, a coluna “Ontem, hoje e amanhã”, anteriormente publicada no *Jornal Pequeno*. Já para a edição matutina, em 1946, ele organizou uma nova seção, a que deu o nome de “Aqui e Ali”.³⁴

Salientamos também sua produção jornalística para os veículos que tinham reconhecimento nacional, como, por exemplo, sua contribuição para *Revista Ilustração Brasileira*, na qual publicou durante os anos de 1922 a 1924; o *Jornal do Brasil*, entre 1936 e 1939; o jornal *Meio Dia*, em 1941; e a revista *Cultura Política*, na qual publicou em 1942. Mário Melo ainda colaborou em jornais de outros países, principalmente de Portugal, como *O Século* e o *Diário de Lisboa*, e da Argentina, aí no *La Prensa*, importante diário de Buenos Aires.

Em suas seções, ele costumava escrever sobre vários assuntos, como geografia, economia, português, carnaval, futebol, urbanismo, preservação dos monumentos pernambucanos e, principalmente, sobre História do Brasil, sobretudo, História de Pernambuco. Entre as diversas colunas que possuiu, há uma, em especial, que nos

³² “Sua seção diária ‘Crônicas da Cidade’, era um redutor do povo, por onde desfilavam suas queixas e reclamações, com suas consultas ao mestre, tendo todas e cada uma a resposta adequada, mas era ainda, como de seu feitio, a arma com que esgrimia contra os erros de que tivesse ou os absurdos que lhe surgissem sob os olhos atentos (sic) e fiscais, que nada deixavam passar (...)” In: TAVARES, Cláudio. *Mário Melo – jornalista e Historiador Democrata*. Associação da Imprensa de Pernambuco. Recife, 1976.p. 48.

³³ O *Jornal Pequeno* era considerado o maior periódico do Recife e pertencia aos irmãos Gibson, segundo o jornalista Cláudio Tavares, um dos biógrafos de Mário Melo o jornal era “(...) um moderno e bem escrito vespertino, um dos grandes jornais do tempo e que seguiria por longos anos como um grande jornal, digno, aliás, dum jornalista como o nosso biografado.” In: *Ibidem*.p. 46

³⁴ Sobre a titulação da coluna, Rostand Paraíso expõe em sua biografia a explicação de Mário Melo: “Aqui e ali. Dois advérbios de lugar: aqui, o que está próximo; ali, o que está distante. Tomei-os para título permanente desta seção. No aqui, rigorosamente, estarão os caos do Recife, ou mesmo de Pernambuco, e, conforme o ponto de vista em que me coloque, de qualquer parte do Brasil. No ali, os de fora do Recife, ou de Pernambuco, ou do Brasil.” In: PARAÍSO, Rostand. *Cadê Mário Melo...* Comunigraf. Recife, 1997. p. 59.

suscitou maior interesse. Intitulada “História em pequenas doses”³⁵, essa seção estava presente na edição matutina do jornal *Folha da Manhã*, e foi publicada de 1940 a 1946. Nela, é possível ver que Mário Melo tinha como objetivo narrar “à conta gota” e diariamente alguns episódios históricos, na intenção de vulgarizar os debates que perpassavam os salões do IAHP, levando-os ao grande público através de uma linguagem simples e acessível. Nesse sentido, o interesse fundamental que o mobilizava era o de divulgar, ou melhor, de ensinar história a um amplo e diversificado público leitor, visando consolidar uma memória histórica regional (que deveria ser republicana), que vinha sendo formulada pelo IAHP desde a proclamação da República.

No entanto, vale ressaltar que este papel de divulgador do conhecimento histórico também pode ser percebido na sua vasta publicação de livros de história. Segundo Cláudio Tavares, um de seus biógrafos, foram cerca de 50 livros de autoria de Mário Melo, sendo a maioria deles sobre História de Pernambuco.³⁶ O primeiro deles foi *A maçonaria e a Revolução de 1817*, publicado em 1912 pela Imprensa Industrial J. Nery da Fonseca. Esse livro, além de ter conseguido repercussão entre os “homens de letras” de Recife, garantiu-lhe também uma medalha de ouro pela *Société Académique d’Histoire Internationale*.³⁷ Ou seja, deu-lhe grande prestígio entre seus pares do Instituto e o reconhecimento do público leitor, em geral.

Destacamos a década de 1930 como um período bastante estratégico em sua carreira enquanto autor, uma vez que este foi um momento especial para a consolidação de seu nome no meio político e intelectual de Pernambuco. Isso porque foi a partir dessa década, que Mário Melo, ao apoiar a Revolução de 1930, encabeçada por Getúlio Vargas, reorganiza suas posições no campo político e cultural, passando a acumular um capital simbólico, nada desprezível³⁸. Nesse contexto político, ele foi nomeado para cargos importantes em algumas instituições culturais, e até mesmo no governo do estado de Pernambuco. Foi então que Melo se tornou Inspetor Estadual dos Monumentos Nacionais e diretor do Museu Histórico e de Arte antiga do Estado de

³⁵ A coluna “História em pequenas doses” foi encontrada no acervo pessoal de Mário Melo que está localizado no IAHP.

³⁶ TAVARES, Cláudio. *Mário Melo – jornalista e Historiador Democrata*. Associação da Imprensa de Pernambuco. Recife, 1976. p. 60

³⁷ NASCIMENTO, Luiz. *Roteiro jornalístico de Mário Melo*. In: BARBOSA, Virgínia. GASPARI, Lúcia. *Mário Melo 1884-1959: uma bibliografia*. FUNDAJ. Recife, 2012.

³⁸ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução Fernando Tomaz, 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

Pernambuco, saindo do cargo em 1933, quando as instituições foram extintas pelo interventor Carlos de Lima Cavalcanti³⁹. Além desses cargos, ainda assumiu a posição de Secretário Geral do Plano da Cidade, em 1931, instância reguladora da remodelação urbana do Recife. Em 1937, como se disse, Mário Melo passou a ser membro do Conselho Administrativo de Pernambuco⁴⁰, pelas mãos do interventor Agamenon Magalhães. Nesse sentido, ao destacarmos a concentração de funções pública, podemos concluir que a década de 1930 foi um período em que ele pôde angariar grande visibilidade, acelerando um processo que levaria à sua consagração intelectual nas décadas seguintes.

Dentre os livros publicados na década de 1930 estão: *Dentro da História*, de 1931, publicado pela Companhia Editora Nacional, de São Paulo, no qual condensa alguns capítulos da História de Pernambuco; *Aspectos da História*, de 1935, pela Casa Mozart, em Recife; *Elementos da História do Brasil*, de 1936, pela Editora Melhoramentos, de São Paulo, um manual destinado a estudantes do Curso Comercial. Destacamos também outras publicações importantes das décadas de 1940 e 1950: *Afirmações nacionalistas – Guerra dos Mascates*, de 1942, fruto da pesquisa feita em arquivos portugueses em 1937; *1ª Batalha dos Guararapes. Preleção para escolares*, publicado em 1948, e que, como o nome indica, foi elaborado para atingir o público escolar. Por fim, seu último livro, *Relances da História*, organizado e publicado em 1956, no Rio de Janeiro, por Olavo Dantas, sendo uma compilação de seus textos históricos escritos para os periódicos recifenses.

Além dos livros, não podemos nos esquecer de sua produção na *Revista do IAHGP*, espaço destinado especificamente aos debates desenvolvidos pelos historiadores membros e colaboradores desta instituição. Porém, a revista não é uma

³⁹ A Inspeção Estadual dos Monumentos Nacionais e do Museu Histórico e de Arte Antiga do estado de Pernambuco, foram órgãos criados em 1929 com a função catalogar e preservar os monumentos históricos e geográficos de Pernambuco, antes mesmo da criação do IPHAN, ocorrida em 1937. Sobre as polêmicas que envolveram a criação destes órgãos. Ver: CANTARELLI, Rodrigo. *Contra a conspiração da ignorância com a maldade: A Inspeção Estadual dos Monumentos Nacionais e o Museu Histórico e de Arte Antiga do estado de Pernambuco*. 2012. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/viewFile/269/211>>. Acesso em: 06 de nov. 2015.

⁴⁰ Mário Melo foi, durante 8 anos, membro do Conselho Administrativo do Estado, que, segundo Homero Fonseca, um de seus biógrafos, era formado por um grupo de homens “notáveis” de Pernambuco, indicados pelo interventor Agamenon Magalhães. Este conselho se assemelhava a uma Assembleia Legislativa, porém sem legitimidade e com poderes limitados. In: FONSECA, Homero. *Perfil parlamentar século XX: Mário Melo: a arte de viver teimosamente*. Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco. Recife, 2001.p. 81.

mídia de divulgação do conhecimento histórico, já que está voltada basicamente para os pares, que nela publicavam as suas pesquisas em formato de monografias e eram seus leitores principais. Desde que Mário Melo se associou ao Instituto, em 1909, nunca deixou de publicar seus trabalhos nesse impresso. Dessa forma, seus artigos estão presentes em quase todas as edições, que vão de 1909 a 1959, sendo muito numerosos e merecendo atenção específica.

Enfim, Mário Melo pode ser considerado como um intelectual de ação múltipla, um “homem-duplo”⁴¹, envolvido nas atividades de mediação entre dois níveis culturais supostamente separados: o erudito e o “popular”. Isso por que ele, ao mesmo tempo em que estava inserido em uma instituição como o IAHGP, na posição de Secretário Perpétuo, produzindo regularmente para sua revista, também se dedicou sistematicamente à vulgarização do conhecimento histórico. Nessa condição, liderou a organização de festas cívicas, além de se empenhar fortemente na produção de narrativas históricas voltadas para o grande público, utilizando diferentes mídias, como jornais e livros, com o intuito de ensinar história aos “não iniciados”.

Porém, diante do volume e da diversidade da produção intelectual de Mário Melo, achamos prudente fazer um recorte para as nossas análises. Nesse sentido, esta dissertação está dividida em duas partes, sendo composta por 4 capítulos. Na primeira parte, que se intitula, “*O homem encadernado: memórias construídas sobre Mário Melo*”, buscaremos analisar o processo de construção de memória sobre Mário Melo, focando em algumas operações memorialísticas, criadas após sua morte, na intenção de produzir a ideia de um “homem memorável”. Para isso, vamos utilizar o conceito de enquadramento de memória de Michael Pollak. Para o autor, o trabalho de enquadramento de memória é desenvolvido somente por agentes especializados que têm como objetivo perpetuar uma determinada visão sobre o passado. Ou seja, são agentes que vão procurar consolidar certa visão do passado, selecionando alguns elementos e esquecendo outros, de acordo com suas perspectivas e projetos. Sendo assim, vão se dedicar à produção de discursos fortemente organizados e constantemente atualizados, dirigindo-se não só às capacidades cognitivas de um público, mas também às suas

⁴¹ De acordo com Christophe Charle, o “homem-duplo” pertence ao mesmo tempo a dois níveis culturais, funcionando como uma espécie de “ponte” que liga tais níveis. In: CHARLE, Christophe. “Le Temps des hommes doubles.” *Revue d’histoire moderne et contemporaine/Société d’histoire moderne* 39. 1992. p. 73-85; Ver também GOMES, Angela de Castro. HANSEN, Patricia (Org.). Introdução, *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. Civilização brasileira. Rio de Janeiro, 2016.

emoções, para construir personagens e os transformar em símbolos identitários. No entanto, essa tarefa de construção e consolidação de memórias não é feita sem conflitos, na medida em que sempre há disputas entre versões sustentadas por grupos concorrentes.⁴² Portanto, vamos pensar em variadas estratégias de consagração de Mário Melo como exercícios importantes para que possamos investigar quais as imagens que foram construídas sobre ele, quando sua memória estava passando por um processo de enquadramento.

Essa parte é dividida em dois capítulos. No primeiro, denominado “*O homem encadernado: a construção da memória de Mário Melo por seus necrológios*”, nosso interesse é fazer uma análise dos necrológios elaborados em homenagem a Mário Melo e dos textos que comentaram seu falecimento. Isto é, vamos fazer uma incursão não só pelas notícias de sua morte, que se espalharam pelos principais jornais do Brasil, como também pelos inúmeros discursos fúnebres e textos laudatórios produzidos, sobretudo, por pessoas autorizadas, que se empenhavam em louvar as suas obras e qualidades.

Já no segundo capítulo, que tem como título, “*O homem encadernado: a construção da memória de Mário Melo em suas biografias*” temos como objetivo analisar, ainda que não exaustivamente, as cinco biografias produzidas sobre ele ao longo do século XX e início do século XXI. Para efetuar as análises, vamos pensar essas reconstruções biográficas como um tipo de produção de memória que contribui para a mitificação de certos personagens, na medida em que se tem a intenção de criar a ideia de um homem memorável. Elas, normalmente, são marcadas pela lógica da representificação⁴³. Ou seja, é comum encontrarmos nelas o enredo da trajetória do biografado sendo escrito a partir de uma ordem retrospectiva, de forma que o passado deste sujeito faça sentido no presente, expressando-se numa narrativa de sentido único, linear, coerente, previsível, teleológico. O que Bourdieu vai chamar de “ilusão biográfica”⁴⁴. Dessa forma, os biógrafos, ao construírem o biografado, vão se empenhar

⁴² POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989; POLLAK, Michael. “Memória e identidade social”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10. p. 200-215, 1992.

⁴³ CATROGA, Fernando. “O Culto dos mortos como uma poética da ausência”. *ArtCultura*. V. 12, n. 20. Uberlândia, 2010.

⁴⁴BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da história oral*. (8ª edição) Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 183-191.

em estabelecer consensos sobre a sua vida, primando por atenuar ou até eliminar as idiossincrasias e fissuras nela existentes.⁴⁵

A primeira biografia escrita sobre Mário Melo, *Roteiro jornalístico de Mário Melo*, foi produzida por Luiz do Nascimento, sendo publicada em três partes no *Boletim da Cidade do Recife*, entre 1968 a 1970. Ela é retomada, em 2012, para a produção do seu inventário documental, *Mário Melo 1884-1959: uma bibliografia*, também elaborado pela Fundaj.⁴⁶ Além destas, vamos utilizar como fonte também as publicações: *Mário Melo – jornalista e historiador democrata*, de autoria de Cláudio Tavares, editada pela Associação da Imprensa de Pernambuco, em 1978; o livro *Cadê Mário Melo...*, escrito por Rostand Paraíso, publicado pela Comunigraf em 1997; e, por fim, *Perfil parlamentar: a arte de viver teimosamente*, de 2001, produção marcada por forte cunho político, editada pela Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, tendo como autor Homero Fonseca.

A segunda parte da dissertação denominada “‘Histórias em pequenas doses’: o historiador Mário Melo” também é dividida em dois capítulos e tem como objetivo destacar sua atuação como mediador cultural. Isto é vamos nos ater ao estudo do seu papel de divulgador do conhecimento histórico voltado ao grande público. No primeiro capítulo desta parte e terceiro da dissertação, “*A alma das comemorações: o Secretário Perpétuo e os Centenários das Revoluções de 1817 e de 1824*”, temos a intenção de analisar algumas das principais estratégias político-pedagógicas elaboradas pelo IAHP. Elas tiveram o secretário Mário Melo em posição estratégica, o que lhe rendeu o título de “alma das comemorações”. São as celebrações do Centenário da Revolução de 1817, ocorridas em 1917, e as do Centenário da Revolução de 1824, conhecida como Confederação do Equador, realizadas em 1924. Nosso interesse é compreender a atuação desse historiador ao liderar a promoção de projetos cívico-educativos que buscavam mobilizar e incitar a população, estimulando um sentimento de identificação com o passado “glorioso” e republicano de Pernambuco.

Vale lembrar que as primeiras décadas do século XX se constituem em um momento muito interessante para se pensar as comemorações cívicas como estratégias

⁴⁵ GONTIJO, Rebeca. *O velho Vaqueano: Capistrano de Abreu (1853-1927): memória, historiografia e escrita de si*. Ed. 7 letras. Rio de Janeiro, 2013.

⁴⁶ BARBOSA, Virgínia. GASPARG, Lúcia. *Mário Melo 1884-1959: uma bibliografia*. FUNDAJ. Recife, 2012.

político-pedagógicas de elaboração de uma identidade nacional no Brasil. Dessa forma, vamos analisar estes ritos cívicos a partir das reflexões de Fernando Catroga, entendendo-os enquanto um grande movimento simbólico, por meio do qual os indivíduos são chamados a se identificar com o grupo, ao evocar um passado que, num dado presente, deve ser monumentalizado. Devemos entender essas festas como atos regeneradores, que, em ordem retrospectiva, vão imprimir sobre certo passado uma lógica de *re-presentificação*.⁴⁷ Isto é, o ato de comemorar domestica e “organiza” certo passado histórico que se quer valorizar, a partir de um tempo histórico que é sempre o presente. Em outras palavras, mediante a organização de festas cívicas suntuosas, busca-se dar novos sentidos aos acontecimentos históricos, reconstruindo-os por meio de efeitos performativos, que transmitem uma mensagem progressiva, coerente e linear, de acordo com as necessidades do presente.⁴⁸ Assim, podemos dizer que, ao fabricar *passados* na intenção de exorcizar o esquecimento, as festas cívicas incitam a construção e a consolidação de memórias.⁴⁹

Para este capítulo as fontes utilizadas serão, principalmente, as edições comemorativas dos periódicos pernambucanos, sobretudo as do jornal *Diário de Pernambuco*, e também os números especiais da *Revista do IAHGP*, referentes aos anos de 1917 e 1924. Nestas edições comemorativas, vamos nos deparar com muitos debates empreendidos pelos historiadores pernambucanos acerca desses eventos históricos, além da descrição detalhada da programação dos Centenários.

Já no quarto e último capítulo, intitulado “Mário Melo: ‘o intelectual do comentário’”, vamos pensar na sua atuação como historiador mediador que se utilizou do livro como um dos suportes fundamentais para proporcionar “aproveitáveis lições de história” para um público amplo e diversificado. Dessa forma, buscaremos analisar três dos seus livros de história voltados ao grande público, que, de acordo com seus biógrafos, formam uma trilogia. Estes livros são: *Dentro da História*, publicado em 1931 pela Companhia Editora Nacional; *Aspectos da História*, de 1935, publicado pela editora recifense Casa Mozart; e *Relances da História*, livro composto por uma reunião

⁴⁷ CATROGA, Fernando. “A representificação do ausente”. *Memória, História e Historiografia*. Editora FGV, Rio de Janeiro, 2015; “O Culto dos mortos como uma poética da ausência”. *ArtCultura*. V. 12, n. 20. Uberlândia, 2010.

⁴⁸ CATROGA, Fernando. *Nação, Mito e Rito: Religião Civil e comemoralismo (EUA, França e Portugal)*. NUDOC-UFC. Fortaleza, 2005.

⁴⁹ CATROGA, 2010, op. Cit.

de crônicas históricas publicadas por Mário Melo na imprensa pernambucana editadas pelo escritor Olavo Dantas, em 1956, no Rio de Janeiro.

Esses livros foram escritos em uma linguagem simples e acessível, na medida em que poderiam oferecer aos seus leitores uma leitura agradável e útil para a construção de uma cultura histórica republicana, em especial destacando a contribuição do estado de Pernambuco. Neles, Mário Melo se valeu da estratégia de destacar alguns “aspectos”, “curiosidades” ou “relances” da história de seu estado natal presentes “dentro” da História do Brasil. Nesse sentido, nossa intenção é, sobretudo, tentar perceber qual a linguagem operada por Mário Melo e qual a sua estratégia narrativa para a elaboração desses livros, tendo em vista seu projeto cívico-pedagógico de divulgar o conhecimento da história do Brasil e de Pernambuco. Projeto este totalmente vinculado ao do IAHG, que, desde o início da primeira metade do século XX, buscava construir uma cultura histórica republicana de e em Pernambuco.

Assim, ao longo da dissertação vamos perceber que Mário Melo vai ser consagrado como um historiador mediador cultural, na medida em que buscou construir uma imagem de si como um intelectual preocupado em investir na operação de linguagens acessíveis e em estratégias de escrita da história voltadas para o grande público, empenhando-se em proporcionar “lições de história” de valor. Ou, como diria Valdemar de Oliveira, ele vai se configurar como um verdadeiro “didata”⁵⁰, que, ao invés de somente expor e discutir, como fazem os historiadores imbuídos de uma ansiedade analítica, vai ser dono de uma escrita instrutiva e prazerosa, que tinha como interesse fundamental atrair o público leitor pernambucano e brasileiro.

⁵⁰Discurso de Valdemar de Oliveira. Oração proferida em 20 de junho de 1959 no Instituto Arqueológico. In: *Revista do IAHG*, XLV, Recife, 1960.

PARTE I: “O homem encadernado: memórias construídas sobre Mário Melo”

Capítulo I- O homem encadernado: a construção da memória de Mário Melo por seus necrológios

De mangas de camisa, realmente, durante meio século, trabalhou aqui, sem interesse pecuniário, de olhos postos nas grandezas de Pernambuco. De mangas de camisa, reorganizou, com Célio Meira, a biblioteca do Instituto, aumentou suas coleções, assinalou, à mão, suas relíquias, enriqueceu seu patrimônio. De mangas de camisa, aqui revolvia o pó dos arquivos, aqui estudava, como um monge em sua cela, em meio ao silêncio e a solidão destas paredes. De mangas de camisa, aqui o encontrei, uma tarde, há oito domingos passados, recurvo sobre uma mesa pejada de papéis. Tão impregnado de Mário Melo estava o Instituto e tão impregnado do Instituto estava Mário Melo, que um e outro se confundiam (...). (OLIVEIRA, Valdemar, 1959)⁵¹

Recife, bairro da Boa Vista, Rua do Hospício, nº 130. Foi neste endereço, na sede que abrigou o Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP), que aconteceu, na noite do dia 20 de junho de 1959, uma sessão solene em homenagem aos 30 dias de morte do historiador Mário Melo. O evento teve o Instituto como promotor, mas contou com a solidariedade da Academia Pernambucana de Letras, da Associação da Imprensa de Pernambuco, da Associação de Cronistas Teatrais e do Sindicato de Jornalistas.⁵² Com o salão repleto de intelectuais e de várias autoridades do estado pernambucano, a sessão teve como orador oficial o médico e teatrólogo Valdemar de Oliveira⁵³, que falou em nome de todas as instituições.

Segundo João Felipe Gonçalves, os grandiloquentes e laudatórios discursos fúnebres são uma grande demonstração de poder dos membros da elite para si mesmos e

⁵¹Discurso de Valdemar de Oliveira. Oração proferida em 20 de junho de 1959 no Instituto Arqueológico. In: *Revista do IAHGP*, XLV, Recife, 1960.

⁵² “No Instituto Arqueológico. Sessão Fúnebre em homenagem à memória de Mário Melo”. *Jornal do Commercio*. Recife, 21 de jun. 1959. In: *Revista do IAHGP*, XLV, Recife, 1960.

⁵³ Valdemar de Oliveira (1900-1977) foi um intelectual de prestígio em Recife. Foi membro da Academia Pernambucana de Letras, do Instituto Arqueológico, da Academia de Medicina, diretor do Teatro Santa Isabel, além de ter colaborado como jornalista em vários jornais pernambucanos, possuindo, inclusive, algumas colunas. Ele vai ser consagrado em Recife como escritor e teatrólogo, tendo seu nome associado a um teatro recifense (Teatro Valdemar de Oliveira).

para o público.⁵⁴ Os funerais dos considerados “homens ilustres” eram ocasiões oportunas para ostentação de vocabulário complicado e difícil, e para elaboração de discursos longos e cansativos, que simbolizavam a superioridade social dessa elite político-cultural. Além disso, eram momentos de exaltação do morto, na medida em que o cultivo retórico da dor e da perda era permeado pelo desejo de sua imortalização e sacralização. Logo, graças à alquimia das palavras e dos gestos utilizados durante o pronunciamento dos discursos, bem como a tudo que é encenado nestes rituais, envolvidos em uma camada semiótica, é possível transformar o “nada” em algo ou em alguém, o vazio num reino.⁵⁵

1.1- Os ecos da morte de um intelectual pernambucano

No fragmento do necrológio, que trazemos como epígrafe do capítulo, Valdemar de Oliveira vai reproduzir uma imagem que foi sendo construída pelo próprio Mário Melo e por seus pares ao longo da primeira metade do século XX. Isso porque é possível dizer que, entre os fatores que influenciaram na perpetuação do seu nome, destaca-se a sua própria atuação na construção de si mesmo, (como indivíduo, historiador e jornalista) e os investimentos de seus admiradores e discípulos.⁵⁶ A imagem que se sobressai neste discurso fúnebre é a de um historiador incansável, que teve o IAHGP como “um dos seus recantos preferidos”. Ao destacar o árduo trabalho do intelectual Mário Melo no IAHGP, Oliveira afirma que há entre o Instituto e seu secretário perpétuo uma relação tão intrínseca, como se os dois estivessem tão imbricados, que até chegavam a se confundir. Desse modo, percebemos em sua fala o desejo de representar o morto como um historiador que encarna e materializa a própria instituição, por ter se dedicado incondicionalmente a ela, servindo-a “sem descanso” e “sem interesse pecuniário”. Mário Melo e o IAHGP eram vistos como um só organismo.

⁵⁴ GONÇALVES, João Felipe. “Enterrando Rui Barbosa”. *Estudos Históricos* – Dossiê Heróis Nacionais, Rio de Janeiro, vol. 14, n. 25, 2000, e, GONTIJO, Rebeca. *O velho Vaqueano: Capistrano de Abreu (1853-1927): memória, historiografia e escrita de si*. Ed. 7 letras. Rio de Janeiro, 2013.

⁵⁵ CATROGA, Fernando. “O Culto dos mortos como uma poética da ausência”. *ArtCultura*. V. 12, n. 20. Uberlândia, 2010.

⁵⁶ GONTIJO, Rebeca. “Tal história, qual memória? Capistrano de Abreu na história da historiografia brasileira”. *História, historiadores, historiografia*. Projeto História nº 41. Dez. 2010.

Além disso, Oliveira apresenta Mário Melo vestido em “mangas de camisa”, ou seja, como “verdadeiro e dedicado” produtor do saber histórico. Ao fazer essa caracterização, o autor busca definir o tipo de historiador e a forma de *historiar* de Mário Melo, construindo uma imagem de historiador de arquivo, que trabalhava “no pesado”, cotidianamente entre “papéis velhos” e, por isso, em mangas de camisa ou avental, como dizia Viriato Correia.⁵⁷ Isto é, como uma “formiga da história” à procura de fontes para as suas pesquisas. Seu ofício é comparado ao de um monge, isolado sob as paredes do Instituto pernambucano, e solitário, mergulhado em seus estudos. Nada mais desinteressado de si e interessado no conhecimento e pesquisa históricos.

Porém, não podemos nos fixar incondicionalmente apenas a essa forma de *historiar* e representar Mário Melo. Além dela, vamos nos deparar com outra imagem desse intelectual, na medida em que ele também pôde ser visto como um historiador que atuou ativamente como um mediador cultural, seja por produzir narrativas históricas tanto em jornais de grande circulação, quanto em livros escritos em uma linguagem acessível dirigidos ao grande público, ou mesmo por participar na linha de frente da organização de importantes festas cívicas em Pernambuco. Dessa forma, Valdemar de Oliveira, ainda no mesmo necrológio, também busca caracteriza-lo como “didata”, afirmando que Mário Melo não possuía uma aparência de quem expõe e discute, mas de quem divulga e ensina, “sem a ansiedade analítica do historiador, antes com a leveza e a objetividade do didata.”⁵⁸

Nesse sentido, podemos dizer que, utilizando novamente da metáfora de Viriato Correia, além de Mário Melo ter sido retratado como um historiador “de mangas de camisa”, exercendo a sua função como “uma formiga das mais pacientes”, ele também foi igualmente visto como uma “cigarra da história”. Isto é, ainda havia sido entendido como um historiador que trajava “chinelos”, trabalhando para o “rumor” e atuando

⁵⁷A historiadora Angela de Castro Gomes faz uma análise das formas de *historiar*, a partir de texto de Viriato Corrêa, nos anos 1950, em programa da Rádio Nacional. Para Viriato: “Mangas de camisa e avental são trajes de quem trabalha no que o povo chama ‘o pesado’. São utilíssimos esses historiadores, podemos chamá-los de formigas da história”. In: GOMES, Angela de Castro. “História de Chinelo: o ensino de história através do rádio no Brasil dos anos 1950”. In: ROCHA, Helenice, MAGALHÃES, Marcelo, GONTIJO, Rebeca (orgs). *O ensino de história em questão: cultura histórica, usos do passado*. Ed. FGV, Rio de Janeiro, 2015. p. 251.

⁵⁸ Discurso de Valdemar de Oliveira. Oração proferida em 20 de junho de 1959 no Instituto Arqueológico. In: *Revista do IAHGP*, XLV, Recife, 1960.

como um verdadeiro “didata”, bastante interessado em narrar à história de maneira simples e clara, contando-a para quem não a conhecia.⁵⁹

Contudo, devemos lembrar que, seja de “mangas de camisa” ou mesmo de “chinelos”, a sua produção não se restringiu aos estudos históricos, já que, como muitos intelectuais de seu tempo, ele vai atuar em diversas frentes. Sendo assim, o levantamento feito da sua produção revela que foi um intelectual que circulou por vários campos, sendo percebido pelos seus contemporâneos como “homem de sete instrumentos”, devido à face múltipla de sua atuação, podendo ser considerado como um verdadeiro “homem de letras”⁶⁰.

Segundo Chartier, essa expressão tornou-se corrente na Europa no século XVIII e serviu para designar não o erudito, que tinha um saber aprofundado sobre determinado assunto, mas alguém que adquiriu conhecimentos sobre várias áreas do saber. Angela de Castro Gomes utiliza tal designação para tratar do conjunto de polígrafos brasileiros do final do século XIX e início do XX⁶¹. A autora destaca que há condições para um escritor se tornar um “homem de letras”, entre elas, e com destaque, participar de determinadas instituições culturais, pertencendo a redes de sociabilidades que podiam ser mais ou menos formais. Dessa forma, Mário Melo pode ser entendido como um intelectual não só por possuir escritos ligados a assuntos dos mais diversos, divulgados em várias mídias distintas, (como jornais, revistas, livros, materiais escolares), mas também por ter sido membro de várias instituições, nacionais e internacionais, lembrando que em muitas delas compôs o grupo de fundadores.⁶²

⁵⁹GOMES, Angela de Castro. “História de Chinelo: o ensino de história através do rádio no Brasil dos anos 1950”. In: ROCHA, Helenice, MAGALHÃES, Marcelo, GONTIJO, Rebeca (orgs). *O ensino de história em questão: cultura histórica, usos do passado*. Ed. FGV, Rio de Janeiro, 2015.

⁶⁰CHARTEIER, Roger. “O Homem de letras”. In: Vovelle, Michel (dir). *O Homem do Iluminismo*. Lisboa: Editorial Presença, 1997, p. 117-153.

⁶¹GOMES, Angela de Castro. *História e Historiadores*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

⁶²No necrológio de Mário Melo, Valdemar de Oliveira destaca as instituições em que atuou: IAHG, APL, IHES, IHBA, IHRGS, IHRN, IHMG, IHAL, IHMA, IHAM, IHSP, IHPA, IHCE, IHSE, IHPA (Paraná), IHSC, Academia de Belas Artes e Ciências Históricas de Toledo (Espanha), Sociedade Pernambucana dos EUA, Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas, Sociedade Geográfica de Lima, Sociedade Geográfica Nacional (Washington), Instituto de Estudos Genealógico de S. Paulo, Sociedade de Geografia e História do Ceará, Sociedade de Geografia de Paris, Sociedade Colombista Panamericana de Cuba, Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos, Sociedade de Geografia de Lisboa, Sociedade Argentina de Estudos Geográficos, Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, OAB, Federação das Academias de Letras do Brasil, várias Academias de Letras do País. Também foi membro da Associação Brasileira de Imprensa, do Sindicato de jornalistas Profissionais de Pernambuco e da Associação de Imprensa Pernambucana, além de ter sido cônsul *ad honorenda* Venezuela, doutor *honoris causa*, da Faculdade de Direito da Universidade de Andhra (Índia), professor da Escola de Comércio do Recife, da Escola de Belas Artes, da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Recife. In:

No entanto, é importante frisar que mesmo sendo reconhecido e se reconhecendo como intelectual, ele não foi consagrado como autor de grandes livros ou como um literato pernambucano consagrado no panteão dos maiores pensadores brasileiros, como é o caso de Joaquim Nabuco, Oliveira Lima e Gilberto Freyre. Ou seja, mesmo muito aplaudido, foi visto como um “intelectual menor” por várias razões. Uma das mais importantes está ligada ao público ao qual se dirigiu e, em função disso, às mídias que mais utilizou. Mário Melo foi um intelectual que se dedicou intensamente ao jornalismo, privilegiando esse suporte e seu grande e diversificado público. Como autor de livros, sobretudo livros de história sobre o estado de Pernambuco, também priorizou um público “não iniciado”, que um público de pares, embora também tenha escrito bastante na revista do IAHGP. Logo, mesmo sendo reconhecido e respeitado como um “homem de letras” de grande valor e visibilidade em Pernambuco, possuindo vínculos com diversas entidades culturais e políticas dentro e fora de seu estado e país, sua produção intelectual, quantitativamente abundante, não alcançou prestígio nacional. Nesse sentido, ele integra um conjunto numeroso e ainda pouco estudado de intelectuais que, apesar de muito atuante na primeira metade do século XX, permanece bastante desconhecido.

1.2- *Hoje tu nos chegas, velho companheiro, pelas mãos da morte*

Les morts vont vite. Valha-nos, entretanto, uma consolação: nas Academias, eles não se vão assim tão depressa. Acabarão indo, sem dúvida, porém menos rapidamente do que vai a maioria dos simplesmente mortais, porque, a cada vaga provida, seu ocupante fará, por praxe, e a contragosto, o elogio dos antecessores. E será generoso, como convém a todo necrológico. (OLIVEIRA, 2012)⁶³

Mário Carneiro do Rego Melo, “jornalista dos mais atuantes e combativos da imprensa pernambucana”, faleceu em sua própria residência, localizada na Rua Santo Elias, na madrugada do dia 24 de maio de 1959, vítima de um colapso cardíaco. Este fato impulsionou inúmeros periódicos pernambucanos e de outros estados a tomarem o

Discurso de Valdemar de Oliveira. Oração proferida em 20 de junho de 1959 no Instituto Arqueológico. In: *Revista do IAHGP*, XLV, Recife, 1960.

⁶³ OLIVEIRA, Valdemar de. “O conceito de imortalidade”. In: PARAÍSO, Rostand (org). *Revista da Academia Pernambucana de Letras: 111 anos de história*. nº 41, edição especial. Recife, fev. 2012. p.21.

seu epitáfio como manchete, noticiando detalhadamente o evento fúnebre, com muitas homenagens de despedida e frases de pesar.

Em primeiro lugar, nosso interesse é fazer uma análise desses textos que anunciaram o falecimento deste historiador-jornalista. Eles são produzidos com a intenção de informar ao grande público a morte de Mário Melo e, em o fazendo, também construíam imagens muito bem elaboradas do morto. Estas eram comumente repetidas em discursos fúnebres e também nos vários necrológios produzidos, sobretudo, por pessoas autorizadas, que se empenhavam em louvar as suas obras e qualidades. Assim, fizemos uma incursão não só pelas notícias da morte que se espalharam pelos principais jornais do Brasil, como também por inúmeros necrológios e textos laudatórios presentes nas biografias produzidas sobre Mário Melo ao longo da segunda metade do século XX e início do XXI.

Uma parte destas fontes pode ser encontrada em uma *Revista do IAHGP* de volume XLV, referente ao ano de 1960, elaborada especialmente em memória ao seu secretário perpétuo.⁶⁴ Esta edição da revista conta com cerca de 300 páginas, tendo como conteúdo: um texto que trata da importância de Mário Melo para o Instituto; uma coletânea de 77 textos, presentes nos jornais pernambucanos, que noticiam a sua morte; 20 necrológios, discursos de pesar e palestras feitas em sua reverência. Além disso, há ainda a seleção de alguns de seus textos inéditos, e uma bibliografia com a produção deste historiador.⁶⁵

De modo geral, podemos dizer que este número da revista deve ser entendido como um importante suporte de memória, uma vez que foi elaborado para funcionar como um instrumento de conservação e enquadramento de certa memória sobre Mário Melo, construída pelo próprio IAHGP no momento em que se podia fazer um balanço de sua vida. Portanto, sua produção foi fruto de uma operação memorialística, que tinha

⁶⁴ O jornalista Luiz Nascimento trata desta edição da *Revista do IAHGP* na biografia de Mário Melo escrita por ele: “Em homenagem à memória de Mário Melo, dedicou-lhe a Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano o volume XLV, de 1960, ilustrado com magnífico retrato e constituído de 304 páginas, no qual – a par da magistral abertura enumerativa das atividades dele na agremiação, beneditino prolongamento de sua vida de homem disciplinado, cômico dos seus deveres que lhe eram cometidos – se reproduziu toda a matéria alusiva a falecimento do ilustre recifense. Encerraram a edição dois trabalhos inéditos dele: o ensaio “O Recife do antanho” e a compilação “Aves de Pernambuco (nomes vulgares e científicos).” In: NASCIMENTO, Luiz. *Roteiro jornalístico de Mário Melo*. In: BARBOSA, Virgínia. GASPAR, Lúcia. *Mário Melo 1884-1959: uma bibliografia*. FUNDAJ. Recife, 2012.

⁶⁵ *Revista do IAHGP*, XLV, Recife, 1960.

como interesse fundamental imortalizar o secretário perpétuo, reativando a recordação de seus feitos, com o interesse de eternizar a própria instituição, com que simbioticamente ele se confundia. Os passados de Mário Melo e do IAHP reconstruídos, naquele momento ritual, traziam novos sentidos para o presente e futuro.

Nessa perspectiva, a morte de Mário Melo foi retratada como um fato inesperado e uma surpresa para todos. Como podemos ver nas palavras do jornalista Sócrates Times de Carvalho:

Morrendo aos 75 anos de idade, Mário Melo despertou em todos nós uma surpresa. Porque ninguém mais cheio de vida, ninguém mais disposto à luta, ninguém mais presente a tudo. E creio que isso basta para mostrar como era de fato uma figura excepcional o querido Mário Melo. Pois morrendo aos 75 anos de idade, assalta cada um dos seus companheiros com a impressão de que morreu muito antes do tempo.⁶⁶

Surpresa, inclusive, para o próprio Mário Melo, como salienta o jornalista Múcio Leão, no *Jornal do Brasil* em 30 de maio de 1959, que destacou que os últimos momentos de sua vida foram de felicidade:

(...) De Mário Melo agora já podemos saber que foi um homem feliz. A própria maneira como morreu foi uma prova da especial simpatia dos deuses. Chegou em casa a altas horas da noite, depois de ter estado em companhia de amigos. Foi escrever um artigo para um jornal de que era colaborador. E a morte o surpreendeu, então, em meio a esse trabalho.⁶⁷

Além disso, em grande parte dos textos que noticiavam a morte de Mário Melo, aponta-se que ele veio a falecer enquanto redigia a sua última crônica⁶⁸. Esta crônica tinha como assunto o seu combate à iniciativa de inauguração de um busto para Manuel Bandeira em uma das praças do Recife, uma vez que este, na época, já era considerado

⁶⁶ Necrológio feito por Sócrates Times de Carvalho In: TAVARES, Cláudio. *Mário Melo – jornalista e Historiador Democrata*. Associação da Imprensa de Pernambuco. Recife, 1976. p. 9.

⁶⁷ LEÃO, Múcio. “Mário Melo”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 30 de maio de 1959.

⁶⁸ “Vítima de um colapso cardíaco, faleceu na madrugada de ontem, domingo, às duas horas, o jornalista e escritor Mário Melo. Decano da imprensa brasileira acabava de redigir uma crônica, poucos minutos antes, quando seu coração, cansado, parou de bater.” In: “Morreu o jornalista Mário Melo: Coração”. *Diário da Noite*. 1ª ed. Recife, 25 de mai. 1959. In: *Revista do IAHP*, XLV, Recife, 1960.

um escritor nacionalmente famoso⁶⁹. Sobre esta questão, expõe Múcio Leão, na continuação de seu texto para o *Jornal do Brasil*: “Caiu em plena atividade – e no momento em que redigia o último artigo da campanha que iniciara contra a colocação do busto de Manuel Bandeira em uma das praças do Recife”.⁷⁰

Em seu último texto jornalístico, dizia Mário Melo:

(...) o busto somente irá para logradouro público de Recife quando um de nós dois morrer, o poeta ou eu. O poeta, porque desaparecerá minha oposição em defesa do preceito constitucional. Eu, porque talvez ninguém levante a bandeira que ora empunho. E ambos, maiores de 70 anos, estamos com os pés a beira do túmulo.⁷¹

Esta polêmica do busto de Manuel Bandeira pode ser entendida como um “célebre episódio que marcou época na imprensa pernambucana e que ocupou, durante longos anos, as páginas dos principais jornais”⁷². A história começou da seguinte forma: em 1948, a Assembleia Legislativa de Pernambuco, da qual Mário Melo fazia parte como deputado estadual pelo Partido Social Democrático (PSD) aprovou um projeto de lei mandando erguer, em praça pública do Recife, um busto do poeta Manuel Bandeira. Até aí tudo bem. O problema foi que Mário Melo alegou que o projeto era ilegal, pois havia uma lei, criada por ele mesmo, que declarava proibida a aposição de nomes de pessoas vivas em ruas, praças e demais logradouros públicos, o que ele chamava de “toponímia bajulatória”.

Sobre esta questão, Manuel Bandeira argumentava que Mário Melo estava enganado, pois o prefeito do Recife já havia autorizado à colocação do seu busto, independentemente do recurso interposto pelo seu opositor ao Poder Judiciário. Dizia ele: “O busto vai mesmo, queira ou não queira Mário Melo.”⁷³ E Mário Melo retrocava

⁶⁹ O principal inspirador desta homenagem a Manuel Bandeira foi o usineiro e banqueiro Odilon Ribeiro Coutinho, que, além de ter custeado a confecção do busto, ele também havia programado para os festejos de inauguração levar para o Recife uma caravana de escritores cariocas. In: CONDÉ, José. “Busto de Bandeira: filme em série”. *Correio da Manhã*. Escritores e livros. Rio de Janeiro, 12 de abril de 1959.

⁷⁰ LEÃO, Múcio. “Mário Melo”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 30 de maio de 1959.

⁷¹ Este fragmento da última crônica escrita por Mário Melo foi retomado em um artigo presente no *Diário de Notícias* e também por Rostand Paraíso na biografia “Cadê Mário Melo...”. In: “Faleceu o mais antigo jornalista do Recife”. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 26 de Maio de 1959; PARAÍSO, Rostand. *Cadê Mário Melo...* Comunigraf. Recife, 1997. p. 205.

⁷² PARAÍSO, *ibidem*. p. 201.

⁷³ CONDÉ, José. “Bandeira: o busto vai mesmo.” *Correio da Manhã*. Escritores e livros. Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 1959.

fazendo indiretas ameaças, ao afirmar que se o busto fosse erguido, ele seria destruído ou mesmo atirado no rio Capibaribe.⁷⁴

O impasse entre eles se arrastou por muitos anos na imprensa nacional, na medida em que Mário Melo nunca deixou de enfatizar a ilegalidade do projeto. Somente teve fim no dia 24 de maio de 1959, quando ele “tombou como um soldado ferido no meio da ação”, como um soldado que não teve tempo para tirar a arma do flanco do adversário.⁷⁵ Assim, a partir deste dia não havia mais nenhuma empecilho em oposição à inauguração do busto de Manuel Bandeira, sendo este erguido na Rua Riachuelo, com o poeta ainda vivo, 7 anos após a morte de Mário Melo.

Foi justamente nesta triste madrugada do dia 24 que Mário Melo não escapou da morte, a qual já havia o perseguido em outros dois momentos de sua vida, só obtendo sucesso quando, já idoso, tinha consolidado um grande prestígio. Quem nos narra essa “anedota” – pequena e curiosa história – é Ubirajara Cruz, na *Revista Nordeste* de junho de 1959, retomada por Rostand Paraíso, que a complementa:

Na época (1907), o Recife não possuía saneamento e a febre tifoide irrompia todos os anos no verão. Mário Melo a contraiu e foi dado como morto. Laudo clínico, de morte. Chegaram a amortalhá-lo. [...] A segunda morte de Mário Melo ocorreu em 1951. Sem que ninguém soubesse onde nascera o boato, espalhou-se a notícia de que ele havia falecido e os telegramas começaram a chegar de todos os lados, lamentando o fato. [...] A terceira morte, essa real, veio em 24 de maio de 1959, quando o jornalista acabara de escrever dois artigos e lia, numa cadeira de balanço, despreocupadamente. [...]⁷⁶

Acreditamos que esse “caso” de suas “três mortes” não foi contado de maneira ingênua, pois, certamente, faz parte da construção da memória e da imortalização da

⁷⁴ Um exemplo destas ameaças indiretas feitas por Mário Melo está presente em uma entrevista feita pelo jornalista Maurítônio Meira para o *Jornal do Brasil* em 22 de janeiro de 1959, na qual Mário Melo afirmava que não havia mandado derrubar o busto se este fosse erguido, mas que existiam grupos de estudantes que não permitiriam a quebra do preceito constitucional. Desta forma, aponta-se: “Maurítônio Meira – É verdade o que os jornais publicaram, que você ameaçou mandar ‘dois cabras’ derrubar o busto, se instalado? Mário Melo – Absolutamente. Entretanto, existe também em Pernambuco o que chamam de juventude transviada. E assim como derruba e quebra lampiões dos postes do Recife poderá quebrar bustos, estátuas etc. Sei que há um grupo de estudantes que talvez não permita a quebra do preceito constitucional que a instalação do busto virá ferir.” In: Meira Maurítônio. “Busto de Olegário Mariano no Recife (certo); mas de Manuel Bandeira vai render”. *Jornal do Brasil*. Vida Literária. Rio de Janeiro, 22 de janeiro de 1959.

⁷⁵ LEÃO, Múcio. “Mário Melo” *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 30 de maio de 1959.

⁷⁶ CRUZ, Ubirajara. Apud. PARAÍSO, Rostand. *Cadê Mário Melo...* Comunigraf. Recife, 1997. p. 157-58.

figura de Mário Melo. Dessa forma, é válido observar que quando ele foi, pela terceira e última vez, dado como morto, ocorreu uma enxurrada de histórias curiosas a seu respeito nos jornais e nas biografias escritas sobre ele, a maioria delas destacando seu caráter excepcional, talento e fama.⁷⁷

Isso pode ser explicado a partir da ideia de que havia uma grande campanha empreendida pela “sociedade de letrados” a favor da glorificação de seus pares já mortos, por meio da elaboração de memórias que os qualificavam, tornando-os personagens dignos de serem lembrados no presente e no futuro. Desse modo, havia uma vontade de eternizá-los, fazendo-os sobreviver, apesar dos corpos inertes. Tais operações memorialísticas, que ocorrem sempre em meio a polêmicas e disputas simbólicas, podem ser encontradas tanto em processos de construção de monumentos e bustos, organizações de acervos, quanto em necrológios e biografias.⁷⁸ Nesse sentido, nosso interesse neste capítulo é analisar alguns desses empreendimentos, a começar pelas notícias de morte, os necrológios, lugares capazes de construir imagens sobre Mário Melo, colocando-o como um personagem singular na produção intelectual de Pernambuco e do Recife.

1.3- A cidade enterra seu cronista

O falecimento de Mário Melo ocasionou grande comoção em Recife, tanto que a notícia de sua morte, divulgada pelas emissoras locais, nas primeiras horas da manhã do dia 24 de maio, “transportou para a Rua Santo Elias as atenções da cidade, que via no decano jornalista o Cronista da Cidade.” Seu sepultamento ocorreu no cemitério de Santo Amaro às 16 horas do mesmo dia, onde estiveram presentes altas autoridades militares e civis, representantes de entidades culturais, estudantis, membros de corpos consulares, e grande número de populares.⁷⁹

Antes do sepultamento do corpo, foram prestadas homenagens póstumas no edifício da Rua do Hospício, sede tanto do IAHPG quanto da Academia Pernambucana

⁷⁷ GONTIJO, Rebeca. “Memória e biografia: a trajetória de um ‘cruzado da inteligência’”. *O velho Vaqueano: Capistrano de Abreu (1853-1927): memória, historiografia e escrita de si*. Ed. 7 letras. Rio de Janeiro, 2013.

⁷⁸ ABREU, Regina. *A fabricação do imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil*. Rocco: Lapa. Rio de Janeiro, 1996.

⁷⁹ “O falecimento de Mário Melo”. *Diário da Noite*. Recife, 25 de mai. 1959. In: *Revista do IAHPG*, XLV, Recife, 1960.

de Letras, instituições que tiveram grande importância na trajetória do finado. Na ocasião, discursaram o acadêmico Costa Porto, pela Academia, o escritor Nilo Pereira, pelo Instituto Arqueológico, o jornalista Paulo Cavalcanti, pela Sessão Estadual da Associação Brasileira de Escritores e o jornalista, e filho do finado, Clóvis Melo.

De modo recorrente, os cortejos transcorriam entre o local da morte, do velório e do enterro, e podiam ser considerados como verdadeiros ritos cívicos, já que se tratava do funeral de uma personalidade importante na história de Pernambuco. O velório possuía um lugar de destaque entre esses espaços do cortejo, sendo objeto de cuidadosas escolhas simbólicas por parte dos organizadores da celebração. Desse modo, devia haver uma forte identificação entre o morto e o local onde este corpo seria velado, tendo como principal interesse a demonstração da especialidade da vida e da obra do finado, através das instituições com as quais ele se relacionara.⁸⁰

Entre o dia do velório e o da sessão solene de comemoração dos 30 dias de morte do intelectual, outras sessões ordinárias foram realizadas no edifício da Rua do Hospício, deixando clara a importância deste lugar na trajetória intelectual do morto. Tais sessões, realizadas tanto pelo IAHGP como pela APL, contaram com muitos intelectuais e políticos que, ao longo do evento, fizeram discursos de pesar e ainda leram vários telegramas, cartas e ofícios enviados por diversas instituições.⁸¹ Dentre os telegramas destacava-se o remetido pela Academia Brasileira de Letras, proposto por Manuel Bandeira, que, segundo o acadêmico pernambucano Célio Meira, “havia passado uma esponja sobre o passado, e nobremente tomara a si a iniciativa do pesar da Academia, num hino de exaltação à figura do adversário que desaparecera.”⁸²

No entanto, percebemos que as homenagens póstumas feitas a Mário Melo não se restringiram somente àquelas realizadas pelo IAHGP e pela APL, pois, na medida em que a notícia foi sendo divulgada, outras instituições também fizeram manifestações de pesar e luto. Dessa forma, através do envio de telegramas, que vieram de várias partes do Brasil (como Goiana, Caruaru, Moreno, João Pessoa, Teresina, Rio de Janeiro e

⁸⁰ GONÇALVES, João Felipe. “Enterrando Rui Barbosa”. *Estudos Históricos* – Dossiê Heróis Nacionais, Rio de Janeiro, vol. 14, n. 25, 2000, e, Gontijo, Rebeca. *O velho Vaqueano: Capistrano de Abreu (1853-1927): memória, historiografia e escrita de si*. Ed. 7 letras. Rio de Janeiro, 2013.

⁸¹ “No Instituto Arqueológico. 30 de maio de 1959”. *Jornal do Commercio*. Recife, 06 de jun. 1959.

⁸² “Reverência à memória de Mário Melo. Sessão conjunta do Instituto Arqueológico e da Academia Pernambucana de Letras, no dia 20”. *Jornal do Commercio*. Recife, 06 de jun. 1959.

Maceió), diversas entidades culturais fizeram as suas reverências ao finado, produzindo textos elogiosos que ressaltavam a falta que ele iria fazer ao mundo das letras.

Em Pernambuco, essas manifestações vieram principalmente das instituições em que Mário Melo esteve ligado durante sua vida. Isto é, no final do mês de maio e junho de 1959, a imprensa pernambucana divulgou o decreto de luto do Clube da Imprensa de Pernambuco, do Liceu de Artes e Ofícios, da Escola Técnica de Comércio de Pernambuco, da Associação da Imprensa de Pernambuco, da Faculdade de Ciências Econômicas, do Tribunal Eleitoral. Até mesmo na própria cidade do Recife foi deliberado luto oficial de três dias pelo prefeito, Pelópidas Silveira, cujo decreto foi apresentado na íntegra nas páginas do jornal *Diário de Pernambuco*.⁸³

Ressaltamos ainda a sessão de homenagem ocorrida na Câmara Municipal que, como era de praxe, teve a sua ata publicada nos periódicos. Este momento contou com o pronunciamento de vários parlamentares dos diversos partidos, destacando-se o de Liberato Costa Júnior e Luiz Porto, da União Democrática Nacional (UDN), Roberval Lins Pinto, do Partido Social Trabalhista (PST), Antônio Baltar, do Partido Socialista Brasileiro (PSB), Aristófanés de Andrade, do Partido Liberal (PL) e José Guimarães Sobrinho, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).⁸⁴ Na sessão, propuseram a mudança do nome da Rua Santo Elias, onde o intelectual havia morado grande parte de sua vida, para Rua Mário Melo, aprovaram um projeto para a confecção e colocação de um busto em praça pública e ainda para a reedição de suas “obras completas”.⁸⁵ No entanto, como muitos projetos elaborados no Brasil, estas propostas não se efetivaram ou mesmo sofreram alterações, anos depois. Isso porque, ao invés da Rua Santo Elias, outra rua

⁸³ Decreto: “Art 1º - São considerados de luto oficial no município do Recife os dias 25, 26 e 27 do corrente, pelo falecimento do Dr. Mário Carneiro do Rêgo Melo.” In: “Prefeito decretou luto oficial por 3 dias no Recife”. *Diário de Pernambuco*. Recife, 26 de mai. 1959. In: *Revista do IAHGP*, XLV, Recife, 1960.

⁸⁴“Na Câmara municipal. Homenagem do deliberativo ao jornalista morto: busto será erguido em Praça pública”. *Diário de Pernambuco*. Recife, 26 de mai. 1959. In: *Revista do IAHGP*, XLV, Recife, 1960.

⁸⁵ Sobre a produção de suas obras completas declara Luiz Nascimento: “(...) em 1960 foi aprovado um projeto de lei que determinava a abertura do orçamento de um crédito de CR\$ 500.000 destinado à publicação das obras completas de Mário Melo. O projeto de lei foi proposto pelo vereador José Guimarães Sobrinho, sancionado pelo prefeito Pelópidas Silveira, porém não saiu do papel.” In: NASCIMENTO, Luiz. *Roteiro jornalístico de Mário Melo*. In: BARBOSA, Virgínia. GASPARG, Lúcia. *Mário Melo 1884-1959: uma bibliografia*. FUNDAJ. Recife, 2012; MELO, Clovis. “O julgamento de Mário Melo”. *Jornal do Commercio*. Recife, 28 de jun. 1959. In: *Revista do IAHGP*, XLV, Recife, 1960.

passou a se chamar Mário Melo⁸⁶, já as “obras completas” deste intelectual pernambucano nunca foram editadas.

Em relação ao busto, este foi inaugurado no dia 2 de julho de 1962, na praça ao lado do Teatro de Santa Isabel pelo prefeito Miguel Arraes e por Clóvis de Melo, jornalista e filho do finado. Posteriormente, em 25 de maio de 1968, durante a prefeitura de Augusto Lucena, foi transferido para a Avenida que levou o seu nome, na esquina com a Avenida Cruz Cabugá, onde se encontra até os dias de hoje.⁸⁷ Dessa forma, podemos dizer que erguer um busto em homenagem a uma personalidade como Mário Melo em uma importante Avenida do Recife é mais uma forma de recriar a pessoa no templo da memória, sinalizando a morte de um homem “em carne e osso” e o nascimento de um imortal⁸⁸.

Na capital da República, a morte de Mário Melo também teve grande repercussão nos meios políticos, parlamentares, sociais e literários. O Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), a Sociedade Brasileira de Geografia e a Academia Brasileira de Letras fizeram seus votos de pesar. Dentre essas instituições, destacamos a manifestação organizada pela ABL, presidida pelo acadêmico Cristiano Castelo Branco⁸⁹. Esta solenidade, ocorrida numa tarde do dia 20 de junho de 1959, chegou aos periódicos recifenses via “radiopress”, e teve como orador do necrológio o comandante Carlos Garrido, representante da Academia Alagoana de Letras.⁹⁰

No Senado, a segunda feira, dia 27 de maio de 1959, foi um dia de muitos discursos e homenagens ao intelectual pernambucano. Na ocasião falaram os senadores, Jarbas Maranhão (PSD), Otávio Mangabeira (UDN), Argemiro Figueiredo (PTB), Reginaldo Fagundes. Além dos pernambucanos Novais Filho (PSD), Gil Maranhão (representante dos usineiros na Comissão Executiva do IAA), Gomes Maranhão e Cunha Melo, que muito exaltaram a figura de Mário Melo como um grande defensor

⁸⁶ Na realidade, o nome de Mário Melo foi dado a uma larga Avenida localizada no bairro da Boa Vista, transversal à Rua da Aurora e cortada pela Avenida Cruz Cabugá.

⁸⁷ PARAÍSO, Rostand. *Cadê Mário Melo...* Comunigraf. Recife, 1997. p. 209.

⁸⁸ ABREU, Regina. *A fabricação do imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil*. Rocco: Lapa. Rio de Janeiro, 1996.

⁸⁹ O Desembargador e acadêmico Cristiano Castelo Branco era piauiense e pai do escritor e também acadêmico Carlos Castelo Branco.

⁹⁰ “Homenagem: Mário Melo”. *Diário da Noite*. Recife, 20 de jun. 1959; “Homenagem a Mário Melo no 30º dia da morte do jornalista recifense”. *Jornal do Commercio*. Recife, 21 de jun. 1959. In: *Revista do IAHPG*, XLV, Recife, 1960.

das tradições de seu estado⁹¹. Como, por exemplo, o fez Gomes Maranhão: “Mário Melo era parte viva de Pernambuco, que não foi apagada com o seu desaparecimento, tamanha era a força de impressão com que ele se gravou no panorama de sua terra e de sua gente.”⁹²

Na Câmara do Rio de Janeiro, a bancada pernambucana, tendo à frente os deputados Andrade Lima Filho (PSD) e Geraldo Guedes (PL), também dedicou um momento de solenidade pelo passamento do intelectual. A ocasião contou com o pronunciamento de vários políticos, com destaque para os conterrâneos do finado, como Abelardo Jurema (na época, vice-líder do PSD Nacional), Josué de Castro (PTB), Barbosa Lima Sobrinho (PSD), Arruda Câmara (PDC), entre outros. Os principais discursos, em meio a tantos elogios, também buscaram representá-lo como uma figura que sempre esteve “vigilante ao direito do povo de Pernambuco”. Como alega Josué de Castro:

O ideal de Mário Melo (...) foi exatamente servir ao povo de sua terra, usando na defesa de seu patrimônio cultural, político e moral, uma arma potente, a sua pena que nunca se contaminara na lama do oportunismo.⁹³

A caracterização de Mário Melo como um pernambucano que tinha como traço proeminente de sua personalidade o amor a Pernambuco era bastante comum entre aqueles que buscaram construir sua figura. Como foi salientado em um texto em sua homenagem no jornal *Diário de Notícias*, referente ao dia 4 de junho de 1959, no qual se afirmou que “dos raros que preferem à sua terra, um exemplo de amor, não a deixando em troca de posições alhures fáceis e rendosas, Mário Melo (...)”.⁹⁴ Entretanto,

⁹¹Vale lembrar que as atas das sessões tanto do Senado quanto da Câmara dos deputados federais está presente na *Revista do IAHGP* produzida em homenagem a Mário Melo, em uma parte chamada “Discursos”. In: *Revista do IAHGP*, XLV, Recife, 1960.

⁹²“Foi declarado luto oficial por três dias, pelo falecimento, domingo do jornalista Mário Melo”. *Jornal do Comércio*. Recife, 26 de mai. 1959.

⁹³“Unânime sentimento de tristeza pelo falecimento do jornalista Mário Melo. Todos reconhecem que foi uma grande perda para Pernambuco.” *Jornal do Comercio*. Recife, 28 de mai. 1959. In: *Revista do IAHGP*, XLV, Recife, 1960.

⁹⁴ Acreditamos que neste fragmento de texto o autor fez críticas a Manuel Bandeira por este ter deixado a sua terra natal, Pernambuco, para ir viver no Rio de Janeiro, crítica esta feita também por outros intelectuais pernambucanos ao poeta. No fragmento de texto completo o autor afirma: “Dos raros que preferem à sua terra, um exemplo de amor, não a deixando em troca de posições alhures fáceis e rendosas, Mário Melo tivera seu nome focalizado aqui, ultimamente, por motivos de sua oposição frontal – com base em lei- à colocação de um busto do poeta Manuel Bandeira em praça de Recife. Será, agora, desaparecido o antagonista, realizado o intento dos promotores do preito ao sr. Bandeira? Se o for, jamais

certamente, essa foi uma representação que o próprio Mário Melo quis criar de si mesmo, uma vez que, em suas opiniões, sempre se colocava como um homem avesso ao que vinha de fora, gostando de dizer que era “antes de tudo um provinciano”. Sobre o amor que Mário Melo sentia pela sua terra natal, declarava:

Assalta-me a nostalgia da pátria. Do Brasil? Não. De Pernambuco. (...) A pátria, para mim, é Pernambuco. Foi aí que nasci, que formei o meu espírito, que eduquei o meu caráter, venerando os nossos gloriosos antepassados; aí formei o meu círculo de amigos; aí aprendi a querer bem às árvores, à sombra das frondosas mangueiras; a amar a nossa natureza, à beira dos nossos rios; a admirar o nosso céu estrelado; aí constituí família, bipartindo a minha alma. Pernambuco é uma parte de minha vida. Como eu o admiro pelo seu valor no passado! Como eu o quero, como eu o desejaria o mais próspero dos Estados do Mundo!⁹⁵

Dessa forma, seus admiradores reproduziram essa imagem criada pelo próprio Mário Melo, de maneira que costumavam destacar o seu caráter tradicionalista⁹⁶. Normalmente, era apresentado como “quase um místico no seu pernambucanismo” e como alguém que tinha como “preocupação inalterável, valorizar o que ele chamava ‘a prata da casa’”⁹⁷. Frisavam que toda sua produção como historiador e jornalista havia sido inspirada na paixão que sentia pela sua terra e pelos seus antepassados, sempre buscando em suas narrativas históricas destacar e valorizar a História de Pernambuco, pois, para ele:

Pernambuco foi a célula mater da colonização do Nordeste; foi o fator máximo da unidade da pátria brasileira; foi o berço da literatura nacional; o iniciador da ideia da independência e o propulsor do republicanismo.⁹⁸

o transeunte deixará de ver, no bronze, duas efígies: a do poeta vivo e a do jornalista morto.” In: “Mosaico”. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 4 de junho de 1959. p. 5.

⁹⁵Fragmento de um texto de Mário Melo, sem referência. In: NASCIMENTO, Luiz. *Roteiro jornalístico de Mário Melo*. In: BARBOSA, Virgínia. GASPARG, Lúcia. *Mário Melo 1884-1959: uma bibliografia*. FUNDAJ. Recife, 2012. p.20.

⁹⁶“Era tradicionalista, cristão-velho, tratando-se da terra, ciumento até dos elogios quando feitos pelo alienígena. Sabia, como poucos, a história local.” CASCUDO, Luiz da Câmara. “O jornalista dos ‘mascates’”. *Jornal do Commercio*. Recife, 26 de jun. 1959. In: *Revista do IAHGP*, XLV, Recife, 1960.

⁹⁷FREYRE, Gilberto. “Mário Melo”. *Jornal do Commercio*. Recife, 03 de jan. 1960.

⁹⁸Esta fala foi citada por Valdemar de Oliveira no necrológico de Mário Melo. In: Discurso de Valdemar de Oliveira. Oração proferida em 20 de junho de 1959 no Instituto Arqueológico. In: *Revista do IAHGP*, XLV, Recife, 1960.

1.4- As representações de um jornalista-historiador

A produção de homenagens e elogios fúnebres aos “grandes homens” era feita, em grande parte, por figuras do mundo do político e/ou das letras, homens autorizados que construíam discursos igualmente autorizados.⁹⁹ O esforço destes atores era traçar perfis sócio-psicológicos que demonstrassem a excepcionalidade da contribuição do morto, valorizando sua obra no passado, presente e futuro. Para isso, era necessário elaborar narrativas biográficas que omitissem os defeitos e exaltassem as qualidades dele, ressaltando aspectos de sua trajetória dignos de serem lembrados. Dessa forma, o ato de lembrar depende invariavelmente de uma dose considerável de seleção entre o que merece ser dito e o que deve ser silenciado. Afinal, lembrar implica necessariamente esquecer.¹⁰⁰

Segundo Gilberto Velho, a noção de projeto busca dar conta dessas dimensões da lembrança. Para ele, a memória obedece a critérios prospectivos e retrospectivos, pois quem lembra imprime à memória uma perspectiva do presente, projetando no passado uma coerência vinculada a seus planos para o futuro.¹⁰¹ Assim, podemos dizer que algumas, porém nem todas, reconstruções biográficas são marcadas pela lógica da re-presentificação.¹⁰² Ou seja, sobretudo no caso de textos escritos para glorificar um morto, é comum traçar a trajetória do biografado a partir de uma ordem retrospectiva, fazendo com que o passado deste sujeito faça sentido no presente, expressando-se numa narrativa de sentido único, linear, coerente e previsível. Como salienta Bourdieu, esse tipo de trabalho biográfico, busca contar uma “história de vida” e se fundamenta no que chama de “ilusão biográfica”, já que domestica o que acontece de mais casual e aleatório na trajetória de alguém.¹⁰³ A crítica deste autor incide na maneira teleológica de se compreender a história de um indivíduo ou grupo, na medida em que ela é ordenada retrospectivamente.

⁹⁹FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Ed. Loyola, 2014.

¹⁰⁰ POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

¹⁰¹ VELHO, Gilberto. “Memória, Identidade e Projeto”. Uma visão antropológica. *Revista Tempo Brasileiro*. Nº 95. p. 119-126, out/nov. 1988.

¹⁰² CATROGA, Fernando. “O Culto dos mortos como uma poética da ausência”. *ArtCultura*. V. 12, n. 20. Uberlândia, 2010.

¹⁰³BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da história oral*. (8ª edição) Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 183-191.

É isso que muito frequentemente ocorre quando um sujeito narra sua própria trajetória ou mesmo a de um outro, baseado em seus registros de memória: sabendo, de antemão, como tudo terminou, torna-se possível “voltar” no tempo e narrar o passado, dando-lhe direção até culminar num determinado “fim”. Este tipo de narrativa pode ser percebido em grande parte dos textos biográficos escritos sobre Mário Melo. Um exemplo é a apresentação do biografado no livro *Mário Melo – jornalista e Historiador Democrata*, de autoria do jornalista Cláudio Tavares. Ele declara:

Assim nasceu o nosso biografado. Mário Carneiro do Rego Melo, aquele que seria mais tarde o ‘mais lido e o mais simples dos jornalistas, o maior e o mais igual dos nossos companheiros.’¹⁰⁴

Nessa mesma perspectiva, Renilson Rosa Ribeiro, ao fazer um estudo sobre as representações do historiador Francisco Varnhagen, feitas dentro do IHGB, vai afirmar que toda biografia de cunho essencialista e apologética estabelece como momento fundante de um indivíduo sua origem social ou seu *ethos*.¹⁰⁵ O autor ainda afirma que existe uma verdadeira obsessão pela árvore genealógica e pelo lugar de nascimento do biografado, sendo esses elementos determinantes na configuração de sua identidade. Portanto, uma vez que analisamos as narrativas biográficas de Mário Melo, percebemos que sua trajetória não é contada de forma diferente. Como é demonstrado no livro “Cadê Mário Melo...” de Rostand Paraíso:

Mário Carneiro do Rego Melo nasceu a 5 de fevereiro de 1884, filho de Manoel do Rego Melo e de Maria da Conceição Carneiro da Cunha (Ciçone), no Sítio Barbalho, na Iputinga, cidade do Recife.

Mário Melo parece ter herdado de sua genitora o espírito irrequieto e a combatividade. Aquele sítio onde nascera, na Iputinga tornou-se, durante muito tempo, uma quase filial do legendário Club do Cupim, dos tempos do Império. Por conta das ideias liberais de Ciçone, ele passou a abrigar um grande número de escravos fugitivos ou “roubados” pelos abolicionistas.¹⁰⁶

¹⁰⁴ TAVARES, Cláudio. *Mário Melo – jornalista e Historiador Democrata*. Associação da Imprensa de Pernambuco. Recife, 1976. p. 21.

¹⁰⁵ RIBEIRO, Renilson Rosa. *Um exemplar precioso (...) da raça, do meio e do momento: As biografias de Francisco Adolfo Varnhagen e o mito do bandeirante (1878-1978)*. XXVIII Simpósio Nacional de História. SC: Florianópolis, jul. 2015.

¹⁰⁶ PARAÍSO, Rostand. *Cadê Mário Melo...* Comunigraf. Recife, 1997. p. 29-30

Ou mesmo em uma de suas notícias de morte, escrita no *Diário da Noite*: “Mário Melo nasceu no Sítio Barbalho. Era filho do Juiz de Direito Manoel do Rego Melo e de D. Maria da Conceição Carneiro do Rego Melo, prima do abolicionista José Mariano.”¹⁰⁷ Dessa forma, a referência ao lado materno de seus progenitores, destacando a atuação de sua mãe e de seu primo José Mariano é constante credencial para garantir a Mário Melo características de personalidade e intelecto inatas, além de status político e combatividade. Ainda é comum encontrarmos uma ênfase dada à sua árvore genealógica, destacando-se a proeminência cultural de sua família, na tentativa de justificar sua trajetória intelectual. Algo que é visto no texto de Clovis Melo, seu filho, para a *Revista do IAHGP* de volume XLV:

Fatos coincidentes na sua vida: avô (Lourenço) jornalista, pai (Manuel) correspondente de jornal, primo (José Mariano), diretor de jornal e todos, ou quase todos ascendentes, maternos e paternos, bacharéis em ciências jurídicas e sociais e proprietários rurais. E ainda hoje seus descendentes se dividem entre as mesmas preferências. Outros parentes intelectuais de Mário Melo: Gilberto (Melo) Freyre, Ulisses Pernambucano, Jarbas Pernambucano, José Antônio Gonçalves de Melo Neto, José Mariano Filho, Olegário Mariano, todos primos, Aderbal Melo (filho).¹⁰⁸

Neste texto, notadamente, o autor quis deixar claro que seu pai, inserido nesse contexto familiar, não teria outra escolha a não ser seguir os trilhos herdados. Assim, acreditamos que o discurso que ressalta a herança cultural como as “marcas” deste sujeito é muito comum na descrição de itinerários biográficos. Apresentar desta forma sua trajetória seria como recuperar suas credenciais identitárias de “origem”.

Ao longo das narrativas biográficas elaboradas sobre Mário Melo, podemos encontrar também a apresentação dessas origens intelectuais, na medida em que se destaca o início de suas atividades como jornalista. Geralmente, sua trajetória intelectual é narrada de maneira claramente retrospectiva, sendo contada a partir do seu reconhecimento:

Como se sabe, toda a existência do velho cronista da cidade foi dedicada às letras, tendo se iniciado no jornalismo nos idos de 1900, com a publicação do seu jornal “O Álbum”, que marcou época. Daí por diante, Mário Melo andou por todas as redações dos jornais

¹⁰⁷“Morreu o jornalista Mário Melo: Coração”. *Diário da Noite*. 2ª ed. Recife, 25 de mai. 1959. In: *Revista do IAHGP*, XLV, Recife, 1960.

¹⁰⁸ MELO, Clovis. “Genealogia”. In: *Revista do IAHGP*. XLV, Recife, 1960.

recifenses, dando sua colaboração, sempre considerada e estimada, tanto por diretores, dos órgãos em que trabalhava como pelos leitores, que foram inúmeros em todo o país.¹⁰⁹

Este fragmento nos mostra o caráter teleológico da narrativa biográfica de Mário Melo, quando começa falando do “velho” cronista dedicado às letras, para depois tratar do “jovem” jornalista que, mesmo com 16 anos, já havia fundado um jornal “que marcou época”. Para todos aqueles que se empenharam na tarefa de escrever reconstruções biográficas de Mário Melo, seja nos seus necrológios ou mesmo nas biografias, a publicação do periódico “O Álbum”, criado por um grupo de rapazes do qual ele fazia parte, foi considerada como o marco inicial de sua produção jornalística. Dessa forma, foi a partir deste momento chave e inaugural, que buscavam narrar sua trajetória profissional como jornalista, fazendo deste um fato determinante e antecipador de seu sucesso.

Ao longo dos discursos biográficos também é bastante comum encontrarmos a construção de imagens que enalteciam a personalidade e as capacidades intelectuais de Mário Melo. Geralmente, ele era reconhecido como um jornalista incansável - que, “como um mouro”, “durante seus 60 anos de jornalismo, escreveu, segundo seus próprios cálculos, cerca de 100 mil artigos de jornal”¹¹⁰. Exaltado por muitos contemporâneos como um dos jornalistas mais atuantes, íntegros e combativos da imprensa pernambucana de sua época, ele era retratado como um profissional marcado por uma independência moral e uma dignidade exemplar, pois “morreu como viveu – um homem de bem”. Nem amizade, nem admiração, nem convívio cordial, ou autoridade influiria em seu ânimo para atacar aquela atitude ou opinião que discordava, tendo “como interesse único a sua própria deliberação”. Portanto, ele era tido como um “(...) homem que desprezava os orgulhos, ignorava os tolos, ria dos poderosos, combatia os desonestos, defendia os inocentes”, como diria J. Gonçalves de Oliveira, em artigo para o *Jornal do Commercio*.¹¹¹

¹⁰⁹ “Jornalista Mário Melo”. *Folha do Povo*. Recife, 31 de mai. 1959. In: *Revista do IAHGP*. XLV, Recife, 1960.

¹¹⁰ “Morreu o jornalista Mário Melo: Coração”. *Diário da Noite*. 2ª ed. Recife, 25 de mai. 1959. In: *Revista do IAHGP*. XLV, Recife, 1960.

¹¹¹ OLIVEIRA, J. Gonçalves de. “Mário Melo e o ofício de ser homem”. *Jornal do Commercio*. Recife, 31 de mai. 1959.

Tratando das sátiras políticas elaboradas por Mário Melo, durante seus longos anos de jornalismo, Valdemar de Oliveira destacou as características de sua personalidade, ressaltando o espírito de independência, a combatividade e a pertinácia:

A marca dominante de sua atuação política era a independência de atitudes, a combatividade e a pertinácia. Era capaz de censurar a direção do jornal em que escrevia, por dedicar demasiado espaço ao comércio do futebol; de publicamente discordar de seus pares ou criticar amigos seus aos quais não perdoava omissões ou excessos, embora só por ele visto. Pouco lhe importava tomar partido da minoria ou sentir-se sozinho na luta.¹¹²

Assim, o modo como exercia seu jornalismo teria lhe rendido muitos comentários. Chamavam-no de maníaco, por “sua ânsia de catar erros de português, falhas de colocação de pronomes, infinitivos pessoais mal empregados e até gralhas de revisão.” Ressaltavam também seu grande entusiasmo pela polêmica, e a teimosia, já que “nunca largava o osso” quando o assunto lhe intrigava. Como “um polemista profissional”,¹¹³ nunca perdia a oportunidade de começar um debate, uma briga ou qualquer coisa do tipo, sempre indo até o fim, que normalmente era dado pelo seu antagonista.

Sobre seu gosto pela polêmica, quem nos conta é o intelectual Costa Porto:

Dava tudo por uma briga; não deixava ninguém sossegado, provocando e aceitando provocações, catando adversário com quem terçasse armas, e, teimoso, o último a deixar a liça, possuindo, como poucos, a arte de irritar o antagonista, explorando-lhe os lados vulneráveis, agarrando-se a filigranas nos debates, claudicações nos vernáculos, erros e equívocos de história, por vezes miudezas que sua paixão de polemista autonomizava como arma de combate. Todo o santo dia, e, não raro, muitas vezes, no mesmo dia, lá estava Mário com uma pendenga, que ameaçava não acabar nunca, (...).¹¹⁴

Ou mesmo Barbosa Lima Sobrinho:

O prazer de Mário Melo era a polêmica, não a polêmica ao velho estilo, cheia de descompostura e de ofensas à família de contendor, mas a polêmica a Mário Melo, preparada para as provas de resistência.

¹¹² OLIVEIRA, Valdemar. Apud. PARAÍSO, Rostand. *Cadê Mário Melo... Comunigraf*. Recife, 1997. p. 92.

¹¹³ SOBRINHO, Barbosa Lima. “Mário Melo”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 31 de maio de 1959.

¹¹⁴ PORTO, Costa. Apud. PARAÍSO, Rostand. *Cadê Mário Melo... Comunigraf*. Recife, 1997. p. 23.

Não fugia, jamais, a uma briga qualquer, pela imprensa, porque amava a polêmica, ia longe por uma polêmica.¹¹⁵

Algumas polêmicas desenvolvidas por Mário Melo tiveram grande destaque midiático na época, sendo contadas posteriormente por aqueles que se empenharam em escrever sobre ele. Dentre estas ressaltamos a que foi desenvolvida com o jornalista, considerado pelos biógrafos como seu “arqui-inimigo”, Aníbal Fernandes, por volta do final da década de 1920 e início da de 1930¹¹⁶. O assunto era referente à preservação dos monumentos históricos de Pernambuco e o papel do IAHGP para sua conservação. De um lado estava Aníbal Fernandes, apoiado por Gilberto Freyre e os intelectuais ligados ao movimento regionalista, do outro, Mário Melo e os membros do Instituto. O grande problema era quem deveria está à frente da Inspeção dos Monumentos Nacionais: Mário Melo, em nome do IAHGP, ou Aníbal Fernandes, representando os regionalistas. Este cerco se arma de forma mais veemente a partir da Revolução de 1930, com críticas que vinham dos dois lados, o que vamos deixar para analisar de forma mais profunda no próximo capítulo.

Tido como um “quase Quixote na defesa de valores permanentes num mundo em transformação”, outras questões muito ressaltadas remetem a seus posicionamentos contrários à profissionalização do futebol, deixando clara sua opinião quando afirmava “ou o Brasil acaba com o futebol, ou o futebol acaba com o Brasil”. Ou mesmo aquelas relacionadas às suas reivindicações contra as influências cariocas no carnaval de Recife, pois, como todo grande amante das tradições carnavalescas de seu estado, era contra a toda e qualquer utilização de marchinhas vindas da Capital. Esta querela empreendida por ele possibilitou a elaboração de algumas “anedotas” contadas como curiosidade pelos seus biógrafos. Uma destas se refere a um carnaval de 1942, quando um grupo de jovens irreverentes faz uma “serenata” a Mário Melo, em frente de sua casa, cantando uma paródia de uma marchinha de carnaval muito famosa na época, “Lero-Lero”, cantada por Dalva de Oliveira. A marchinha gozava o intelectual, dizendo:

¹¹⁵ SOBRINHO, Barbosa Lima, Apud. NASCIMENTO, Luiz. *Roteiro jornalístico de Mário Melo*. In: BARBOSA, Virgínia. GASPARG, Lúcia. *Mário Melo 1884-1959: uma bibliografia*. FUNDAJ. Recife, 2012. p. 13-14.

¹¹⁶ Sobre os desentendimentos entre Mário Melo e Aníbal Fernandes, expõe Barbosa Lima Sobrinho: “Um de seus assuntos prediletos era o fulgurante jornalista Aníbal Fernandes, que andara sempre mais ou menos desentendido com Mário Melo, em defesa de outras cousas, nas lutas políticas de Pernambuco. Mário Melo não perdia oportunidade de contestar seu desafeto tradicional.” In: SOBRINHO, Barbosa Lima. “Mário Melo”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 31 de maio de 1959.

No espinheiro, só se canta assim/ Mário Meluuuu, Mário Meluuu,
Mário Melo/ O nosso Mário Melo é diferente/ é feio e muito
intransigente/ e a gente pra desabafar/ canta, canta, até o sol raiar./ Eu
quero, quero, quero, quero, quero, com ardor/ a tua cabeleira pra fazer
espanador/ o riso de Mário Melo/ nos prende como anzol/ o sangue de
Mário Melo/ abafa o velho sol, do Tirol.¹¹⁷

Assim, a sua linha de ação era entendida como sempre a mesma: a manutenção das tradições nacionais, e principalmente, pernambucanas. Tanto que, como diria Gerson de Macedo Soares, em um texto escrito no *Jornal do Brasil* em homenagem a Mário Melo, em 24 de junho de 1959: “Para ele, o Brasil podia ter perdido a Taça do Mundo, com os seus palés, didids e garrinchas, mas não perdesse, jamais, o nome de Nova, aquela ruazinha central do Recife (...).”¹¹⁸

Além disso, não podemos nos esquecer de sua última polêmica desenvolvida nos jornais pernambucanos, relacionada ao busto de Manuel Bandeira, a qual já tratamos neste capítulo. Esta foi bastante valorizada pelos seus biógrafos, sendo narrada em várias páginas com a intenção de enfatizar a personalidade de Mário Melo: um homem teimoso e um dos jornalistas mais polêmicos de seu tempo. Mas, ele também era percebido como um intelectual de “formação democrática”, isto é, “tomava lugar na sua trincheira para combater em prol das boas causas ou dos interesses do povo.”¹¹⁹.

Dessa forma, a morte de um indivíduo proeminente como Mário Melo era uma ocasião oportuna para construir representações capazes de associá-lo a ideais coletivos, passando a ser visto como um homem simples, aguerrido, tradicionalista, devotado a Pernambuco e de “alma sinceramente democrática.”¹²⁰ Como foi salientado em um texto em sua homenagem presente no jornal *Diário de Pernambuco* que o caracteriza como o “jornalista do povo”:

Mário Melo, dada a sua popularidade firmada através da imprensa na defesa dos interesses coletivos, foi escolhido pelo povo seu representante, tendo ocupado uma cadeira de Deputado junto ao

¹¹⁷PARAÍSO, Rostand. *Cadê Mário Melo...* Comunigraf. Recife, 1997. p. 120.

¹¹⁸ Este fragmento de texto remete às polêmicas travadas por Mário Melo em relação à mudança dos nomes das ruas do Recife. In: SOARES, Gerson de Macedo. “Mário Melo.” *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 24 de junho de 1959.

¹¹⁹ “Discurso pronunciado na Câmara federal pelo deputado Monsenhor Arruda Câmara”. *Diário do Congresso Nacional*. Rio de Janeiro, 28 de mai. 1959. In: *Revista do IAHP*. XLV, Recife, 1960.

¹²⁰ Cláudio Tavares, um de seus biógrafos, que escreveu o livro *Mário Melo – jornalista e Historiador Democrata* vai enfatizar bem o caráter democrático associado a Mário Melo, o que iremos analisar no próximo capítulo.

‘Joaquim Nabuco’. Pernambuco chora a perda de um dos seus filhos mais ilustres e que durante várias décadas só fez honrar e elevar o seu nome de grande Estado Nordestino.¹²¹

Porém, o próprio Mário Melo não se identificava tanto com esta imagem democrática atribuída a ele. Posicionando-se contra a promoção de uma homenagem ao dia 29 de outubro de 1945 – data do fim do Estado Novo com a deposição de Getúlio Vargas –, Mário Melo, como deputado estadual do PSD, expõe sua opinião sobre o regime, sobre Getúlio Vargas e sobre a questão da democracia, num debate com deputados da UDN, antigetulistas, que foi registrado do *Diário do Poder Legislativo* de 25 de janeiro de 1950. É bom observar que Getúlio era o candidato à presidência da República, em campanha em que seria eleito:

O Sr. Lael Sampaio – V. Exa. é favorável ao Estado Novo?

O Sr. Mário Melo – Eu não reprovo tanto assim o Estado Novo. Naquele momento foi uma necessidade, porque nós iríamos cair nos braços ou do comunismo ou do integralismo.

O Sr. Lídio Paraíba – V.Exa. acha que o Estado Novo vem resolver o problema da democracia?

O Sr. Mário Melo – Não, mas salvou-nos da ditadura do comunismo ou do integralismo.

O Sr. Lídio Paraíba – V.Exa, que tem dado aqui tantas demonstrações de democracia, deseja o Estado Novo e repele o integralismo?

O Sr. Mário Melo – Não sou tão apegado a essas demonstrações de democracia, não.

O Sr. Elpídio Branco – V. Exa. é meio totalitário.

O Sr. Mário Melo – Não sou, mas acho que em certos momentos a ditadura é uma necessidade.

O Sr. Elpídio Branco – Principalmente uma ditadura presidida por um grande cidadão: Getúlio Vargas.

O Sr. Mário Melo – Como um Getúlio Vargas, que voltará.¹²²

Com relação à sua aparência física é comum encontrarmos descrições que ressaltavam seu visual excêntrico, que, normalmente, era associado à sua personalidade incomum. Tido como uma curiosa figura humana, parecia às vezes chamar sobre si o ridículo. Era visto como um homem baixo, gordo, grisalho, desleixado no indumento, chapelão caído, óculos presos por um fio preto à lapela, mantendo sempre um charuto ou cachimbo equilibrado a boca. De fala mansa que contrastava com sua risada “chocarreira”, Mário Melo costumava trajar uma roupa de linho branco, conservando

¹²¹ “Câmara Municipal Busto do jornalista”. *Diário de Pernambuco*. Recife, 27 de maio de 1959.

¹²² FONSECA, Homero. *Perfil parlamentar século XX: Mário Melo: a arte de viver teimosamente*. Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco. Recife, 2001. p. 83-4.

cabelos desgrenhados, mais parecendo “um lutador, sofredor, eternamente suado, cansado, de serviço”. Na Assembleia Legislativa estadual, ele era “um estranho no ninho de cobras”, pois, diziam que parecia tudo, menos um deputado.¹²³ Para Aderbal Jurema, também um político pernambucano do PSD, ao se tentar retratá-lo fisicamente era imprescindível que também se analisasse duas outras coisas, que, em sua opinião, eram verdadeiros prolongamentos de sua personalidade: “a sua pasta surrada, cheia de documentos históricos, anotações e recortes de jornais, um verdadeiro arquivo portátil que sempre o acompanhava, e o seu automóvel.”¹²⁴

Este tipo de menção à sua aparência física e comportamento ajudam a compor um certo tipo de intelectual singular: abnegado, desleixado, despreocupado com a vestimenta e avesso aos interesses mundanos. Imagem, por sinal, que lembra em muito aquilo que foi dito sobre Capistrano de Abreu, um sertanejo simples e igualmente desleixado, mas grande historiador.¹²⁵ Além disso, ajuda a consolidar uma imagem sobre Mário Melo – corroborada por charges e retratos dados a ver em jornais, revistas e nas suas biografias – estabelecendo uma memória visual já aceita coletivamente.¹²⁶

¹²³FONSECA, Homero. *Perfil parlamentar século XX: Mário Melo: a arte de viver teimosamente*. Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco. Recife, 2001. p. 35

¹²⁴PARAÍSO, Rostand. *Cadê Mário Melo...* Comunigraf. Recife, 1997. p. 189.

¹²⁵GONTIJO, Rebeca. *O velho Vaqueano: Capistrano de Abreu (1853-1927): memória, historiografia e escrita de si*. Ed. 7 letras. Rio de Janeiro, 2013.

¹²⁶ Ver anexos.

Capítulo II- *O homem encadernado: a construção da memória de Mário Melo em suas biografias*

A ideia de que a vida é uma história é bem recente. Constituiu-se a partir do momento em que as sociedades modernas se fundaram, sendo estas marcadas pelo espírito individualista e pelo contrato político-social que reconhece todos os indivíduos como cidadãos livres e iguais. Desta forma, os tempos modernos são de consagração do lugar do indivíduo na sociedade, de maneira que a sua vida passou a ganhar uma significativa importância, tornando-se matéria digna de ser narrada como uma história, para sobreviver na memória de si e dos outros.¹²⁷

Segundo Giovanni Levi existem três fases no percurso da biografia: uma primeira, que chama de “idade heroica”, na qual a biografia transmitiria modelos, valores para as novas gerações; uma segunda fase, a da “biografia modal”, em que a biografia do indivíduo teria valor somente para ilustrar o coletivo; e uma terceira, em que ela se tornou terreno de experimentação para o historiador aberto a várias influências disciplinares.¹²⁸

É exatamente nesta última fase, descrita por Levi, que a historiografia contemporânea se encontra. A partir dos anos 1970 e durante os anos 1980 foi dado ao gênero biográfico um lugar de destaque entre os historiadores, na medida em que houve um deslocamento do olhar das massas anônimas para as práticas e o modo como os indivíduos agem no mundo. Assim, a biografia foi se consolidando como um método interessante e importante para o historiador repensar as relações entre indivíduo e sociedade e discutir inúmeras questões de pesquisa. Neste momento de “retorno” deste gênero historiográfico, destaca-se um reforço do individualismo, constatado por vários autores de diversas áreas: cada vez mais o indivíduo tem seu espaço na sociedade e cada vez mais o homem se detém sobre ele mesmo. Os argumentos que vão sustentar essas novas práticas se fundamentam em afirmações sociológicas que dizem que todo indivíduo é social, com o reconhecimento da radical singularidade de cada um.

Esta singularidade, que se constitui pelo desejo de uma “unidade do eu” e pela busca por uma identidade, é elaborada pelas práticas culturais de produção de si, que atendem à demanda de certa estabilidade e permanência do “eu”, através do tempo.

¹²⁷GOMES, Angela de Castro (org). *A escrita de si. A escrita da História*. FGV. Rio de Janeiro, 2004.

¹²⁸LEVI, Giovanni. “Usos da biografia”. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da história oral*. (8ª edição) Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 167-182.

Porém, podemos dizer que este “eu” do indivíduo moderno não se configura por essa desejada unidade, nem é contínuo e muito menos harmônico; o “eu” moderno se traduz pela multiplicidade e pela fragmentação. Mesmo assim e por isso mesmo, as práticas de construção de memórias, através do tempo, autobiográficas em especial, precisam dar “harmonia e duração” ao indivíduo, ligando suas faces e fragmentos.¹²⁹

Essa lógica de produção de um sujeito singular foi vista como uma “ilusão biográfica” por Pierre Bourdieu, como já mencionado. Para esse autor, o processo de construção das biografias e autobiografias é um exercício capaz de transformar a realidade de um indivíduo, descontínua e formada por elementos justapostos, em uma existência linear e previsível, dotada de apenas um sentido, expressa por uma coerência retrospectiva de fabricação de sua vida. A partir dessa ideia, a vida seria explicada pela matriz das relações objetivas. Ou seja, demarcada, por exemplo, pelos trilhos de um metrô que segue seu caminho pelas estações previamente definidas.¹³⁰

Porém, indo além desta assertiva, “ilusão” seria se acreditarmos que os sentidos da vida de um indivíduo pudessem ser demarcados por trilhos, previamente definidos, de redes de relações apenas objetivas. Dessa forma, a ideia de “ilusão biográfica” descrita por Bourdieu sofreu algumas críticas, e algumas delas estão presentes em artigo de Yves Clot.¹³¹ Nele, o autor afirma que Bourdieu também imputa previsibilidade à ideia de trajetória, pois, como no metrô há vários trilhos que fixam caminhos predefinidos, bastaria ao indivíduo apenas escolher qual destes seguir. Ou seja, as possibilidades de escolha do sujeito já estariam dadas, antes mesmo de ele traçar o “seu” percurso, a “sua” trajetória. Para este autor, Bourdieu produz uma “ilusão objetivista” ou sociológica, uma vez que, se a vida dos indivíduos não segue um encaminhamento lógico e coerente, a sociedade também não possui o controle de suas trajetórias. Embora aceite, com Bourdieu, a importância de se pensar nas redes de sociabilidade que o sujeito estabelece, para se entender sua trajetória, não cabe desconsiderar o fato de os homens agirem com margens de liberdade. Isto é, que eles são plenamente capazes de fazer escolhas sobre quais caminhos tomar, não estando amarrados às estruturas sociais identificadas por Bourdieu.

Além disso, ao contrário do sociólogo, que percebe as construções biográficas como uma verdadeira ilusão, Clot chama atenção para a necessidade de compreendê-las

¹²⁹GOMES, Angela de Castro (org). *A escrita de si. A escrita da História*. FGV. Rio de Janeiro, 2004.

¹³⁰BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da história oral*. (8ª edição) Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 183-191.

¹³¹CLOT, Yves. “La otrailusion biográfica”. *História y Fuente Oral*. Barcelona, n. 2, p. 5-9, 1889.

e valorizá-las. Pensando no indivíduo como alguém múltiplo e nas possibilidades de caminhos que a sua trajetória pode seguir, ele vai alegar que o fato das biografias serem elaboradas subjetivamente e de maneira a fornecerem uma linearidade e uma direção a uma trajetória, não significa que sejam ilusórias. Isso porque, toda e qualquer elaboração a *posteriori* é organizadora, como também todo exercício memorialístico organiza o passado em função de um projeto futuro, de forma mais ou menos consciente.¹³²

Nesse sentido, as produções biográficas que vão dar um sentido à vida de Mário Melo se encaixariam perfeitamente no que Bourdieu vai chamar de “ilusão biográfica”. Isso porque, ao contar a infância e a juventude do biografado, elas antecipam o reconhecimento que ele viria a ter na maturidade, sendo comum a utilização de expressões como “já” ou “desde jovem”. No entanto, nos apropriando das críticas feitas por Clot, não podemos reduzir essas produções biográficas a meras elucubrações ilusórias. Portanto, devemos perceber as reconstruções biográficas de Mário Melo como elementos importantes para analisar que imagens foram construídas sobre ele, quando sua memória estava passando por um processo de enquadramento.¹³³

Segundo Rebeca Gontijo, a reconstituição biográfica é um tipo de produção de memória que contribui para a mitificação de autores e obras e para a criação de tradições literárias, artísticas, intelectuais e científicas.¹³⁴ Cria-se, assim, através desse processo, a ideia de um homem memorável, cujo trabalho de enquadramento de memória é feito a partir da seleção do que deve ser lembrado e ressaltado, e o que tem que ser esquecido. Dessa forma, os biógrafos, ao construírem o biografado, vão estabelecendo consensos sobre a sua vida, aparentemente imunes a críticas ou dúvidas, na medida em que, ao mesmo tempo, elaboram enredos coerentes, empenhando-se em atenuar ou até eliminar, recorrendo ao silêncio, às contradições, às idiosincrasias e às fissuras que teimam em aparecer.¹³⁵

Dedicando-se ao processo de produção de memórias sobre determinado sujeito, os biógrafos também contribuem para a criação de imagens do biografado, elaborando

¹³²CATROGA, Fernando. “A representificação do ausente”. *Memória, História e Historiografia*. Editora FGV, Rio de Janeiro, 2015.

¹³³POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. In: *Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989; POLLAK, Michael. “Memória e identidade social”. *Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10. p. 200-215, 1992.

¹³⁴GONTIJO, Rebeca. *O velho Vaqueano: Capistrano de Abreu (1853-1927): memória, historiografia e escrita de si*. Ed. 7 letras. Rio de Janeiro, 2013.

¹³⁵POLLAK, Michael. 1989, 1992, Op. Cit.

uma face humana para ele, por meio do investimento em instrumentos que servem para a caracterização de sua personalidade e aparência física. Além disso, quando o biografado é considerado um “homem de letras”, como é o caso de Mário Melo, eles se esforçam em interpretar a sua produção intelectual, tornando-a parte significativa das biografias. Atribuindo grande importância à obra do biografado, eles vão se empenhar em apresentá-la como algo uniforme, original e homogêneo, procurando construir o personagem como um verdadeiro autor¹³⁶ de estudos significativos para o conhecimento da realidade nacional.

Assim, ao trazermos para o debate estas reflexões referentes às reconstruções biográficas buscamos introduzir nossas análises das biografias de Mário Melo, produzidas ao longo da segunda metade do século XX e início do século XXI, após a morte dele. Nosso interesse é o de compreender a construção dos consensos construídos em torno de Mário Melo, além de buscarmos entender como a sua memória foi sendo reforçada após a sua morte.

2.1- Biógrafos e biografias

Quando não é mais possível compartilhar a vida do gênio, instala-se para as gerações seguintes uma espécie de dívida que é preciso saldar através da reconstituição biográfica. Assim, através do empreendimento da escrita biográfica, cria-se um vulto, nos dois sentidos da palavra: uma imagem, que não cessa de se expandir pelo esforço dos que querem torná-la visível aos olhos públicos, e uma alteridade fantasmática, capaz de influir na criação de uma nova identidade – a de quem escreve porque não pode viver o que o outro viveu. (WERNECK, 1996, p. 48-49)¹³⁷

Existem 5 biografias sobre Mário Melo, publicadas, de modo geral, com certa regularidade ao longo da segunda metade do século XX e início do século XXI. No

¹³⁶ Sobre a questão da autoria de uma obra, vamos ressaltar a categoria (ou função) autor associada a Michel Foucault. Ele vai pensar na funcionalidade de um autor dentro da Ordem do discurso, alegando que este seria um dos procedimentos internos dessa ordem, o proprietário do discurso e o indivíduo que teria o poder de legitimá-lo. Coloca ainda que a função-autor pode ser percebida como o princípio unificador e como o elemento que dá coerência a um agrupamento de textos. Discutindo estas ideias, Chartier vai além de Foucault quando historiciza a noção de “função-autor”, refletindo sobre a questão da propriedade do autor sobre o seu discurso, utilizando as fontes para levantar a problemática dos direitos autorais. Ele também vai ressaltar o papel do editor e da materialidade do discurso, pontos não salientados por Foucault, como elementos importantes para pensar a “função-autor”. Este conceito é trabalhado nos textos: FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?*. Lisboa: Ed. Veja, 1992; FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Ed. Loyola, 2014. E discutidos por Chartier no texto: CHARTIER. Roger. *Foucault's chiasmus: authority between Science and literature (mimeo)*.

¹³⁷ WERNECK, Maria Helena. *O Homem encadernado. Machado de Assis na escrita das biografias*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996. p. 48-49.

entanto, vale dizer que entre a produção do jornalista Cláudio Tavares, em 1976, e a do acadêmico Rostand Paraíso, em 1997, houve um verdadeiro hiato, conforme indica o quadro a seguir:

Biografias de Mário Melo (1968 a 2012)			
Títulos	Ano de Publicação	Formato	Autor
<i>Roteiro jornalístico de Mário Melo.</i>	1968 a 1970	Em separata publicada no <i>Boletim da Cidade do Recife</i>	Luiz do Nascimento
<i>Mário Melo – jornalista e Historiador Democrata.</i>	1976	Livro	Cláudio Tavares
<i>Cadê Mário Melo...</i>	1997	Livro	Rostand Paraíso
<i>Perfil parlamentar século XX: Mário Melo: a arte de viver teimosamente.</i>	2001	Livro	Homero Fonseca
<i>Mário Melo 1884-1959: uma bibliografia.</i>	2012	Inventário documental	Virgínia Barbosa e Lúcia Gaspar

A primeira produção, denominada *Roteiro jornalístico de Mário Melo*, é de autoria do pernambucano Luiz do Nascimento, que, além de jornalista, também era membro do IAHGP e da Academia Pernambucana de Letras, na qual ocupou em 1967 a cadeira de número 39, cujo patrono era o seu próprio biografado. Ao longo dos anos 1960, Luiz do Nascimento se dedicou a pesquisar o seu próprio instrumento de trabalho, a imprensa. Ele vai elaborar uma enorme coleção de 14 volumes, chamada de “História da imprensa de Pernambuco”, muito interessante para quem, como ele, vai se debruçar

sobre os jornais pernambucanos¹³⁸. Desse modo, podemos dizer que este importante trabalho pode ter sido o grande impulsionador para que ele elaborasse um roteiro jornalístico de Mário Melo, uma vez que, ao ter dado início às suas incursões nos periódicos, provavelmente, deve ter se deparado com a forte presença de seu biografado.

O *Roteiro jornalístico de Mário Melo* foi o primeiro trabalho biográfico feito sobre Mário Melo, publicado separadamente entre os anos de 1968 a 1970 na revista *Boletim da Cidade do Recife*¹³⁹. Vale ressaltar que Luiz do Nascimento aproveitou um momento bem oportuno para produzir uma biografia sobre Mário Melo, já que em 1969 este intelectual completaria seus 10 anos de morte. Como o próprio título anuncia, esta produção tem como principal intenção traçar a trajetória de Mário Melo como jornalista, sendo, certamente, muito mais um roteiro para a elaboração futura de biografias sobre ele, do que uma biografia acabada. Produzida em formato de artigo, divulgada em separata, o autor procurou destacar os jornais que tiveram maior relevância na carreira profissional de Mário Melo, dando ênfase também as colunas e seções. Ressalta ainda as inúmeras polêmicas empreendidas por ele nas páginas dos periódicos pernambucanos, caracterizando-o como um verdadeiro “piolho da imprensa”.

Porém, percebemos que Luiz do Nascimento vai além do que se propõe no título do trabalho, voltando-se ainda para a vasta produção intelectual de Mário Melo, levantando uma exaustiva lista de suas contribuições para as inúmeras instituições em que ele atuou, com destaque para as suas publicações na *Revista do IAHGP*. Dessa forma, a nosso ver, ele não elabora somente um roteiro jornalístico, mas sim um guia da produção de Mário Melo, intercalando a exposição de suas contribuições com notas biográficas.

Ao enumerar as publicações de seu biografado, o autor não quis realizar uma análise efetiva sobre elas, mas apenas apresentá-las com a intenção de demonstrar o quanto Mário Melo pôde colaborar para a produção e divulgação do conhecimento em Pernambuco. Além disso, acreditamos que esse levantamento também serviu para confirmar algumas características do biografado tidas como “ínatas” pelo autor. A

¹³⁸ Esta obra está digitalizada no site da Fundação Joaquim Nabuco. In: Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=614&Itemid=460> . Acesso em: 22 de out. 2016.

¹³⁹ Esta biografia foi publicada em três partes no *Boletim da Cidade do Recife*, n. 170 (jan./mar 1968); n. 171/172 (abr./set. 1968) e n. 173/179 (out. 1968 a jun.1970).

primeira delas é referente ao “espírito associativo” de Mário Melo, afirmando-se que tinha raízes na Sociedade Literária Bernardo Vieira de Melo, fundada por ele e um grupo de amigos, quando tinha somente 16 anos.¹⁴⁰ Já a segunda, é seu caráter de polígrafo. Mário Melo é apresentado como “jornalista-filólogo-historiador-geógrafo-arqueólogo-etnógrafo-genealogista-numismata-heraldista-folclorista-crítico literário e artístico”. Ou seja, o autor procura traçar um perfil de seu biografado como um intelectual que, desde muito jovem, atuou em várias instituições ligadas a diversas áreas do conhecimento, colaborando intensivamente em cada uma delas. Examinando a listagem, contudo, é fácil perceber a centralidade do IAHGP, que amalgamava essas áreas de fronteiras fluidas.

Lembramos que, em 2012, este trabalho biográfico foi reeditado no projeto da Fundação Joaquim Nabuco, denominado *Mário Melo 1884-1959: uma bibliografia*, sendo incorporado, portanto, a um inventário documental. O projeto teve como autoras as bibliotecárias da instituição, Lúcia Gaspar e Virgínia Barbosa, além de contar com a colaboração da bibliotecária Fernanda Ivo e do museólogo Henrique Cruz. Seu objetivo foi reunir e sistematizar a dispersa e variada produção intelectual de Mário Melo, contando com 1.025 registros bibliográficos, 830 de sua autoria e 195 escritos por diversos autores sobre ele, existentes nos acervos da Biblioteca Central Blanche Knopf, da Fundação Joaquim Nabuco e no Arquivo Mário Melo do IAHGP.

Esta “biobibliografia” de Mário Melo pode ser encontrada no site da Fundaj, no link, “Inventários Documentais”, onde há outros projetos similares, como catálogos de coleções institucionais, além de algumas memórias editoriais¹⁴¹. A apresentação deste inventário foi feita pela historiadora e pesquisadora da Fundaj, Rita de Cassia Barbosa Araújo. Ela defende que a diversificada produção intelectual de Mário Melo, sua atuação profissional e sua ativa participação nos mais variados campos da vida social, política e cultural suscitam uma multiplicidade de temas de investigação e estudo. Dessa forma, o projeto se constitui como um grande estímulo para a elaboração de estudos sobre a trajetória e obra de Mário Melo, já que, segundo a autora, ele não havia sido

¹⁴⁰ A Sociedade Literária Bernardo Vieira de Melo e o jornal *O Álbum*, que serviu para divulgar o que estava sendo discutido, foram fundados em 1900 por Mário Melo ao lado de Mário Rodrigues, Samuel Valente, Alcebíades Lima, Eusébio de Sousa. A referência a esta entidade é muito comum entre os seus biógrafos, com o interesse de explicar não só o “espírito associativo” de Mário Melo, como também seu interesse “nato” pelo jornalismo.

¹⁴¹ Este projeto está disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=356&Itemid=411>. Acesso : 15 de jan. 2016.

reconhecido devidamente pela academia: “(...) no sentido de ver sua produção intelectual, suas opiniões e seus posicionamentos político-ideológicos como objetos de estudo de historiadores, de cientistas sociais e de comunicadores sociais.”¹⁴² Portanto, esse inventário buscou construir uma memória de Mário Melo como um intelectual importante e digno, por ter deixado um legado científico, mas que estava esquecido pela academia¹⁴³.

Outra biografia do protagonista desta dissertação foi elaborada pelo jornalista Cláudio Tavares, de cujo título *Mário Melo – jornalista e Historiador Democrata*. Ela foi publicada em 1976, pela editora da Associação da Imprensa de Pernambuco, sendo lançada no dia da comemoração nacional da Imprensa, e participando do concurso na categoria “Prêmio de Jornalismo José Ermírio de Moraes”.¹⁴⁴

Segundo Orlando Parahym, membro da comissão julgadora do prêmio, o livro não é um simples relato das atividades de Mário Melo, “mas um estudo de forte densidade interpretativa”. Sem nos apegarmos a meros elogios, podemos dizer que este livro ultrapassa o conteúdo do roteiro jornalístico de Mário Melo, produzido por Luiz Nascimento, e do inventário documental publicado pela Fundaj. Isto porque ele busca ter maior investimento em notas biográficas sobre a vida do biografado, contando minuciosamente sua trajetória, desde a infância até a sua maturidade, passando por inúmeras “anedotas” sobre sua vida. A narrativa desenvolvida por Cláudio Tavares procura também traçar a trajetória de Mário Melo, embasando-se em depoimentos de familiares, de amigos e companheiros de profissão, além de utilizar uma grande variedade de discursos anteriores – como os necrológicos, ensaios e crônicas –, uma vez que seguindo esse método garantiria maior credibilidade e prestígio para seu trabalho.

O livro começa com um prefácio de outro jornalista pernambucano, Sócrates Times de Carvalho, companheiro de Mário Melo, que, em meio a palavras de admiração, evoca o homenageado como alguém que ainda vive em sua memória. Antes de iniciar uma espécie de “mosaico biográfico”, Cláudio Tavares também presta sua homenagem ao biografado, reconhecendo suas qualidades e talentos, exaltando-o de

¹⁴²BARBOSA, Virgínia. GASPAR, Lúcia. *Mário Melo 1884-1959: uma bibliografia*. FUNDAJ. Recife, 2012.p. 2.

¹⁴³ Talvez esta dissertação já seja uma resposta ao estímulo do projeto.

¹⁴⁴ Segundo consta no prefácio do livro, escrito por Sócrates Times de Carvalho, o intuito do “Prêmio de Jornalismo José Ermírio de Moraes” era: “(...) perpetuar a memória dos jornalistas que hajam enobrecido a imprensa de sua terra, (...)”. In: TAVARES, Cláudio. *Mário Melo – jornalista e Historiador Democrata*. Associação da Imprensa de Pernambuco. Recife, 1976.p. 8.

forma bastante exagerada, a nosso ver, ao afirmar que ele foi “conhecido e consagrado em todo o Brasil”. Destacando algumas de suas características e aspectos da personalidade – como a bravura pessoal e cívica, a cordialidade, a jovialidade, seu caráter de polemista, sua adoração por Pernambuco e pelo carnaval –, o autor vai traçando um perfil bastante coerente do biografado. Constrói-se, portanto, uma memória sobre ele que o singulariza, situando-o em uma espécie de pedestal, fazendo dele um “monstro insubstituível”, digno de ser cultuado.

Após esse primeiro momento de elogios e exposição do sentimento de admiração por Mário Melo, Cláudio Tavares retoma sua narrativa biográfica, buscando inseri-lo em uma linha do tempo. Constrói o cenário de seu nascimento, ao apresentar o contexto histórico nacional de tal momento, dando ênfase ao que estava acontecendo em Recife:¹⁴⁵

O ano de 1884 no Recife, constitui-se num repositório de acontecimentos marcantes em nossa história política, econômica e social e nada causal estivesse ele a apenas quatro anos da Abolição e cinco da Proclamação da República.”

A verdade é que ninguém poderia à época assegurar a proximidade de fatos tão extraordinários na vida nacional. Mais verdade, porém, é que se poderia sentir, e por certo muitos o sentiam, a gestação de ambos, pois a eleição de Joaquim Nabuco para o Parlamento como representante de Pernambuco, (...).

[...]

Era assim o Recife de 1884. Nas ruas, nos bairros, nas redações dos jornais, nas oficinas onde os artesões produziam a riqueza e o crescimento da cidade, no apogeu dos palácios ou no refúgio dos lares mais humildes e talvez mesmo nas senzalas.

Assim não era, porém, ao menos no dia 5 de fevereiro, na vetusta e confortável vivenda do Engenho Barbalho, onde então residia o Juiz Federal Manuel do Rego Melo, pois a sua esposa, Ciçone, estava, como se dizia então, em ‘serviço de parto’ (...).¹⁴⁶

Neste fragmento da biografia, o autor salienta que Mário Melo havia nascido em 1884, um momento importante de gestação de “fatos extraordinários” que impulsionariam grandes mudanças política, econômicas e culturais no Brasil, ocasionadas principalmente pela Abolição da escravidão e pela proclamação da República. Utilizando desta lógica de explanação do contexto histórico, que liga o

¹⁴⁵RIBEIRO, Renilson Rosa. *Um exemplar precioso (...) da raça, do meio e do momento: As biografias de Francisco Adolfo Varnhagen e o mito do bandeirante (1878-1978)*. XXVIII Simpósio Nacional de História. SC: Florianópolis, jul. 2015.

¹⁴⁶TAVARES, Cláudio. *Mário Melo – jornalista e Historiador Democrata*. Associação da Imprensa de Pernambuco. Recife, 1976. p. 19-21.

individual, o local, o regional e o nacional, Cláudio Tavares tenta elaborar um perfil coerente do biografado. Assim, ele busca justificar o caráter republicano atribuído a Mário Melo, com o interesse de sustentar a ideia de que o fato de seu biografado ter nascido no período de efervescência do republicanismo no país e em meio a uma família de princípios republicanos, o fez, necessariamente, um homem republicano. Dessa forma, o biógrafo cria uma imagem de sua personagem como uma figura que estava de acordo com o regime político que vinha se anunciando, apresentando-o como um verdadeiro espelho de sua época e dos dilemas de seu tempo.

Nesse sentido, ao contar de forma bem didática a trajetória do biografado, Cláudio Tavares seleciona os principais marcos de sua vida. Primeiro: a origem familiar, ressaltando, a partir de uma perspectiva teleológica, que a sua personalidade combativa foi herança de sua mãe e seu primo, o abolicionista José Mariano. Segundo: os primeiros estudos no Colégio Salesiano. Terceiro: sua profissão de telegrafista. Quarto: seu casamento com Adalgisa Ribeiro e a formatura no curso de bacharel em direito na Faculdade de Direito do Recife, em 1907. Além de enfatizar a produção jornalística de Mário Melo, sendo apresentados, cronologicamente, os principais jornais onde se pode encontrar uma atuação marcante do biografado. Portanto, dá destaque aos periódicos: *Correio do Recife*, *Diário de Pernambuco*,¹⁴⁷ *Jornal Pequeno*, *A Província*, *Jornal do Commercio*, *Folha da Manhã*.

Como sinaliza logo no título do livro, a principal ideia que o autor quer construir sobre Mário Melo é a que ele foi um “historiador, jornalista democrata”. Nas palavras de Cláudio Tavares, o conceito de “democrata” foi utilizado no sentido:

(...) em que a democracia significa governo voltado para o bem-estar sempre crescente do povo, para o seu aprimoramento educacional, para elevação de seus condições sanitárias e pelo seu melhor condicionamento existencial.¹⁴⁸

¹⁴⁷ Enfatizando a singularidade de Mário Melo como uma figura de grande importância nas redes intelectuais da cidade do Recife, o autor ressalta que durante a comemoração dos 100 anos jornal *Diário de Pernambuco*, Mário Melo, juntamente com José dos Anjos e Salvador Nigro, é chamado para supervisionar a produção da edição especial: “Ao ensejo do centenário do ‘Diário de Pernambuco’, Carlos Lira Filho mandara convidar o pai do autor deste livro, para supervisionar a parte redatorial da edição comemorativa, que seria uma edição de luxo, (...). Como o convidado recusasse o convite, este foi feito aos jornalistas Mário Melo, José dos Anjos, e Salvador Nigro, a fim de que assumissem a chefia do cometimento. Os três, porém, sugeriram o nome do escritor Gilberto Freyre para a missão, o que foi aceito pelo diretor do jornal e, depois de convidado, pelo sociólogo.” In: TAVARES, Cláudio. *Mário Melo – jornalista e Historiador Democrata*. Associação da Imprensa de Pernambuco. Recife, 1976.p. 42

¹⁴⁸Ibidem. p. 144.

Nesse sentido, este caráter atribuído ao biografado foi associado à sua atenção para com personagens pouco ressaltados na História, na medida em que Cláudio Tavares salienta que ele se preocupava mais com o denodo popular do que com a glória militar dos generais. Ao mesmo tempo, o biógrafo ainda associou esta característica ao fato de Mário Melo ter se voltado aos sentimentos e aspirações do povo pernambucano, sempre atendendo ao seu chamado para fazer reivindicações. Sobre este ponto, expõe:

No mais, sua palavra era como ferro em brasa na carne dos que desserviam a nação e ao Estado, fustigando-os, ora com o ferrete de sua condenação, ora zurzindo o chicote da sátira e da mordacidade para lhes ferir a flacidez moral ou o despudor político.¹⁴⁹

Além disso, o autor também vai vincular esta imagem de democrata ao caráter republicano, tornando estas duas características atribuídas a Mário Melo indissociáveis quando se trata de um intelectual como ele. Portanto, Cláudio Tavares tenta deixar claro que seu biografado sempre buscou destacar personagens pouco valorizados na História do Brasil, que, junto com os “heróis”, lutaram em favor da República. Dessa forma, aponta o autor:

Democrata e Republicano, ele também o foi, como jornalista ou historiador, bastando que leiamos seus livros históricos, versando sobre a guerra holandesa, onde mais o preocupava a valentia e o denodo popular do que mesmo a glória militar dos generais em si mesma. Democrata e Republicano, no jeito todo seu de exaltar até o emocional os feitos de heróis como Henrique Dias, Felipe Camarão, João Tavares, José de Barros Lima, as heroínas de Tejucupapo, - deixando um pouco menos ressaltadas a valentia dos grandes chefes. Democrata e Republicano, pelos hinos de glorificação que ressumam de seus escritos, quando exalta até quase a divinização, os feitos republicanos, desde Bernardo Vieira de Melo Nunes Machado, desde a mulher desconhecida Ana Aurora de Jesus Ribeiro a Frei Caneca, um herói e um mártir – símbolo inimitável do republicanismo no Brasil e líder incontestado da Revolução Republicana de 1824.

(...)

Democrata e Republicano, pela paciência e minúcia com que perquiriu os fastos de nossa história, parece-nos mesmo que buscamos esses vultos anônimos e pouco conhecidos, para laurear-lhes as fronteiras, como a dizer à mocidade póstera que neles se devia mirar, beber-lhes o exemplo, imitar o caráter e – muito acima de tudo cultivar-lhes a memória.¹⁵⁰

¹⁴⁹TAVARES, Cláudio. *Mário Melo – jornalista e Historiador Democrata*. Associação da Imprensa de Pernambuco. Recife, 1976. p. 144.

¹⁵⁰ *Ibidem*. p. 145.

Contudo, ainda queremos chamar atenção para uma questão que consideramos bem importante. O que fez o autor ressaltar o caráter de “democrata” e “republicano” atribuído a Mário Melo, ao ponto de o termo “democrata” ser incluído no título de seu livro? Para responder esta pergunta é válido lembrarmos que este trabalho foi publicado em 1976, quando o Brasil estava sendo governado por militares que haviam se instalado por meio de um golpe Civil-militar. Isto é, quando o país passava por momentos muito difíceis nos quais se imperava um forte autoritarismo político. Assim, acreditamos que o fato de Cláudio Tavares ter ressaltado a imagem de Mário Melo como um jornalista historiador democrata e republicano se traduz em uma sutil crítica ao regime militar instalado. Isso porque em momentos como este, se utilizar de conceitos como os de “Democracia” e “República” podem funcionar como interessantes armas de combate.

Outro ponto interessante a destacar é a comparação que o biógrafo faz de Mário Melo com Frei Caneca, afirmando que este seria o personagem histórico mais admirado pelo seu biografado. Cláudio Tavares estabelece três semelhanças entre eles – o espírito republicano, o caráter polemista e a habilidade de serem polígrafos –, na intenção de qualificar Melo como uma personalidade que pode ser comparada a um “herói”. Ou seja, traçar essa comparação seria uma forma de consagrá-lo, atribuindo a ele uma aura simbólica que garantisse sua entrada no “panteão da imortalidade” dos heróis pernambucanos.

O autor ainda faz análises da produção historiográfica de Mário Melo, como forma de valorizar o trabalho do biografado, falando de sua honestidade como historiador ao expor as fontes para o leitor, além de ressaltar o apressado dele pelo primor na narrativa. Coloca-o como um verdadeiro polígrafo, “amante das letras”, que, ao longo de sua vida, escreveu sobre assuntos diversos em jornais, revistas e cerca de 50 livros, focando, principalmente em temas que envolvem a História de Pernambuco.

Após um grande hiato de publicações biográficas sobre Mário Melo, o próximo trabalho a ser analisado nesta dissertação foi publicado em 1997, intitulado *Cadê Mário Melo...*, editado pela Comunigraf, uma pequena editora pernambucana fundada em 1996. Este livro é de autoria de Rostand Carneiro Leão Paraíso, médico, memorialista e cronista recifense. Nascido em 1930 Rostand é membro da Academia Pernambucana de

Letras e tem uma vasta produção de memórias sobre a cidade do Recife, publicadas em livros nas décadas de 1990 e 2000.¹⁵¹

Diferente das outras biografias, *Cadê Mário Melo...* trata-se de um “livro de recordações”, definido assim pelo seu próprio autor, que, ao longo de todo o texto, busca justificar o porque da escolha de Mário Melo como figura a ser biografada. Inclusive, o próprio título do livro demonstra este caráter saudoso, uma vez que dá uma ideia de que se trata de um personagem que está sendo esquecido. Através de uma escrita que transparece o sentimento de admiração de Rostand por Mário Melo, o livro conta a trajetória deste, apresentando os espaços onde sua memória está resguardada, na cidade do Recife. Ressalta, assim, os diversos jornais e as instituições como - o IAHGP e a Academia Pernambucana de Letras, a Associação de Imprensa de Pernambuco – onde Melo atuou.

O método empregado para a elaboração do livro foi semelhante ao de Cláudio Tavares, na medida em que o autor também embasou sua narrativa biográfica em depoimentos - escritos e orais do próprio biografado, de familiares, amigos e companheiros de profissão de Mário Melo –, em necrológios e em fotografias, que interpelam todo o texto. Ao se utilizar deste vasto arsenal de fontes para a produção da biografia, o autor parece não se importar com o rigor de análise, de maneira que expõe a documentação consultada como se fosse expressão direta da realidade/verdade e da personalidade de Mário Melo. Portanto, foi por meio da compilação de fontes que puderam narrar por si mesmas a trajetória do biografado, que Rostand Paraíso reconstruiu o “verdadeiro” Mário Melo.

O livro é dividido em vários capítulos, organizados cronologicamente de acordo com o que o autor gostaria de ressaltar na trajetória do biografado. Começa pela origem familiar de Mário Melo, dando novamente destaque à herança materna e à influência de seu primo, José Marino, donde sua personalidade combativa. Em seguida, Rostand dedica algumas páginas para tratar de sua juventude boêmia, ressaltando alguns espaços na cidade do Recife por onde perambulava o jovem estudante de direito, como: o

¹⁵¹São eles: *Antes que o tempo apague*, publicado em 1993 com a segunda edição de 1996; *Tantas histórias a contar...*, de 1994; *O Recife e a II Guerra Mundial*, de 1995, *Esses ingleses...* em 1997 e reeditado em 2003; *A magia dos quadrinhos* em 2008 e, o seu último livro até então, *O vendedor de livros*, de 2010. A maioria destes livros foi publicada pelas editoras Comunicarte e Bagaço.

Restaurante Leite, a Pensão Landy, o Teatro de Santa Isabel, o Teatro Helvética, a Casa de Banhos do Rio.

Segundo o biógrafo, essa fase boêmia de Mário Melo terminou somente a partir do momento em que ele se casou com Adalgisa Ribeiro, filha de Antônio da Cruz Ribeiro, um Tesoureiro da Fazenda que exigiu seu ingresso na Maçonaria. Logo, o autor aponta que foi sob a influência/exigência de seu sogro que Melo se tornou maçom. Sobre a relação de Mário Melo com a maçonaria, o autor dedica um capítulo falando de alguns importantes textos escritos por ele, como: “A maçonaria no Brasil”, em 1909, por sinal, seu primeiro livro; “A maçonaria e a Revolução de 1817”, em 1912; e a “A Loja Maçônica 6 de março”, de 1921. Destaca ainda que Melo colaborou ativamente na revista *Arquivo Maçônico*, no período entre 1906 e 1913 e que, após sua morte, seu nome foi escolhido para patrono de uma das cadeiras da Academia de Letras Maçônicas do Brasil, com sede no Rio de Janeiro.¹⁵²

Após apresentar esta primeira parte sobre a mocidade de Mário Melo, o autor busca traçar a sua trajetória profissional, na intenção de apresentá-lo como um verdadeiro polígrafo. Enfatiza-se não só a sua carreira como telegrafista, como também a de jornalista, destacando os inúmeros jornais pernambucanos onde ele trabalhou ao longo de sua vida. Rostand Paraíso também dedica longos capítulos para falar da atuação dele na Academia Pernambucana de Letras (APL)¹⁵³, no IAHGP e na Associação da Imprensa de Pernambuco, principais instituições que vão consagrá-lo e construir a sua memória como uma personalidade importante.

Ao mesmo tempo em que constrói a trajetória intelectual de Mário Melo, destacando-o como um “homem de letras”, o biógrafo também fala sobre as diversas

¹⁵²Uma “anedota” bastante interessante contada pelo autor com relação a sua associação à Maçonaria refere-se a um boato que percorreu o Recife após a morte de Mário Melo. Falava-se que a cúria metropolitana negou a celebração de ofícios religiosos em sua memória pelo fato dele ter sido maçom. Em resposta, a entidade religiosa logo mandou avisar ao clero secular que havia mais de 10 anos que Mário Melo não frequentava a loja a que pertencia e que não via inconveniente algum rezar uma missa por sua alma. In: “Cúria informa: Missas por alma de Mario Melo se podem Celebrar. Saudoso jornalista abandonara Maçonaria, desde há séculos.” *Diário de Pernambuco*. 27 de maio de 1959; “Continua a repercussão pela morte de Mário Melo: luto geral em Goiana”, *Jornal do Commercio*. Recife, 27 de mai. 1959. In: *Revista do IAHGP*, XLV, Recife, 1960; PARAÍSO, Rostand. *Cadê Mário Melo...* Comunigraf. Recife, 1997. p. 169-170.

¹⁵³A Academia Pernambucana de Letras foi fundada em 1901, pelo literato Carneiro Vilela e tendo como primeiro presidente Teotônio Freire. Nela, assumiu, primeiramente, a cadeira de nº 15 em 1920, cujo patrono era Francisco Cismontano, passando depois a ocupar a de nº 15, que tinha como patrono Frei Caneca. Rostand alega que quando Mário Melo morreu, tornou-se patrono da cadeira de nº39, ocupada primeiramente pelo jornalista Luiz Nascimento, de 1970 até 1975, passando-a para o literato Joaquim Cardoso, de 1975 a 1979 e hoje à Alvacir Raposo. In: PARAÍSO, ibidem. p. 171-180.

polêmicas em que ele se envolveu ao longo da vida. Dividindo-as em capítulos, a intenção do autor é apresentá-lo como um intelectual que, além ter atuado em várias instituições acadêmicas, ele também era um jornalista totalmente atento às notícias do presente e aos problemas da sua cidade. Estas inúmeras polêmicas, contadas em forma de anedotas, ajudaram a fixar uma imagem dele como um jornalista preocupado com as questões do povo, porém, não eliminaram aquela que o definia como um “homem de letras”. Assim, por meio de uma narrativa que estabelecia o cruzamento entre representações de Mário Melo, ele foi tido como uma figura múltipla.

O último trabalho biográfico que vamos tratar tem como título *Perfil parlamentar século XX: Mário Melo: a arte de viver teimosamente*, de autoria do jornalista e escritor Homero Fonseca¹⁵⁴, publicada em 2001 pela Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco.

O livro faz parte do projeto, “Perfil Parlamentar do século XX”, dirigido pela Assembleia Legislativa de Pernambuco e apoiado pelos *Diários Associados*, que buscou produzir, neste ano de 2001, os perfis de alguns parlamentares considerados importantes para a História da política de Pernambuco durante o século XX. Entre os homenageados estavam: Agamenon Magalhães, Andrade Lima Filho, Antônio Souto Filho, Barreto Guimarães, Carlos de Lima Cavalcanti, David Capistrano, Estácio Coimbra, Francisco Julião, Gilberto Osório, João Cleofas, Joaquim de Arruda Falcão, José Francisco, Mário Melo, Nilo Coelho, Nilo Pereira, Orlando Parahym, Oswaldo Lima Filho, Paulo Cavalcanti, Paulo Guerra, Pereira da Casta, Rui de Ayres Belo, Walfrêdo Siqueira.¹⁵⁵

Neste trabalho, o autor quis apresentar seu biografado como o mais conhecido e influente jornalista de seu tempo e também como um grande polígrafo que escreveu cerca de 50 livros sobre temáticas variadas. No entanto, mesmo realizando um simples levantamento de sua produção e trajetória intelectual, Homero Fonseca não tem a intenção nem de fazer um roteiro de seus projetos e trabalhos, e nem de investir em

¹⁵⁴ Homero Fonseca também é autor dos livros: “A Vida é fêmea”, publicado em 2000, “Pequeno Teatro da vida” em 2002, Roliúde e Pernambuco – O que há nos nomes das nossas cidades, ambos publicados em 2007.

¹⁵⁵ Vale lembrar que os 22 ex-deputados homenageados com a publicação de sua memória parlamentar foram eleitos por uma comissão formada por representantes da UFPE (Marc Jay Hoffnagel), da Fundação Joaquim Nabuco (Manoel Corrêa de Andrade), da Academia Pernambucana de Letras (Mário Márcio de Almeida Santos), do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (Carlos Bezerra Cavalcanti), do Conselho Estadual de Cultura (Marcus Accioly) e pelo ex-deputado Antônio Correia de Oliveira. In: Site da Assembleia Legislativa do estado de Pernambuco (ALEPE). Disponível em: <http://www.alepe.pe.gov.br/?post_type=post&p=208769>. Acesso em: 20 de jan. 2016.

detalhes sobre a história de vida de Mário Melo, como foi feito nas outras biografias aqui analisadas. Na realidade, o grande diferencial é que o livro se trata de um perfil parlamentar, tendo, portanto, como objetivo destacar a vivência de Mário Melo como deputado estadual pelo estado de Pernambuco, em 1948, eleito pelo Partido Social Democrático (PSD).

Contando como Mário Melo, já com seus 64 anos, foi eleito deputado estadual, o autor é fisgado pela retórica do biografado, uma vez que não questiona o discurso desenvolvido por ele. Tal discurso, referente à falta de esforços para se eleger, foi, inclusive, transcrito pelo autor: “Digo bem, ‘fizeram-me candidato’, porque nem direta nem indiretamente o pleiteei. Não podia pleitear, pois não possuo eleitorado próprio. Aceitei, mas não fiz força.”¹⁵⁶ Nesse sentido, Homero Fonseca, no tópico cujo título é “Guiado por princípios, movido por paixão”, corrobora a imagem que Mário Melo construiu de si mesmo, buscando criar uma imagem de parlamentar excepcional, diferente de todos os outros, pois havia sido eleito pelo povo, sem demonstrar nenhum esforço para tanto. Vale salientar que, ao mesmo tempo em que apresenta o biografado como se ele tivesse ingressado no Congresso “pelas mãos do povo”, o autor também argumenta que Melo contou com o apoio decisivo de Agamenon Magalhães, ex-Interventor do Estado de Pernambuco e chefe do PSD no estado. Isso porque ele era correligionário e amigo pessoal de Agamenon, além de ter sido membro do Conselho Administrativo, durante o regime do Estado Novo.

Ao longo de todo o livro, o autor buscou caracterizá-lo como um intelectual marcado pela combatividade e que possuía “a arte de viver teimosamente”, como o próprio título sugere. Homero também o representa como um homem sempre coerente, com suas convicções, seja como jornalista, como secretário perpétuo do IAHPG, ou como político. Sendo assim, as causas que defendia como deputado eram referentes à memória histórica e à identidade territorial de Pernambuco, às manifestações culturais, aos rituais cívicos, à preservação ecológica, ao uso do vernáculo.¹⁵⁷ Era de sua lavra o

¹⁵⁶ FONSECA, Homero. *Perfil parlamentar século XX: Mário Melo: a arte de viver teimosamente*. Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco. Recife, 2001. p. 18

¹⁵⁷ Dentre estas causas, nos interessou frisar aquela relacionada à preocupação de Mário Melo pela preservação da memória história de Pernambuco. Sobre esta questão o autor ressalta que ele conseguiu aprovar uma lei que fixava os dias festivos da História de Pernambuco e determinava a obrigatoriedade do canto do Hino de Pernambuco e o Nacional nas escolas primárias pernambucanas. Além de também aprovar o projeto da restauração da Comarca do São Francisco, vasto território que compreendia toda a margem direita do rio e que fora desmembrado de Pernambuco pelo Governo Imperial, em 1824, em represália pela eclosão da insurreição da Confederação do Equador. In: FONSECA, *ibidem*. p. 59.

dispositivo constitucional que mandava ouvir o Instituto Arqueológico toda vez que a Câmara Municipal do Recife queira mudar ou dar nome a uma rua, logradouro ou praça, proibindo, principalmente, a homenagem a pessoas vivas.

Tais características da personalidade do biografado, ressaltadas pelo autor, enquadram a memória de Mário Melo, conferindo harmonia à sua trajetória de vida. Além disso, trabalha com as mesmas fontes para embasar sua pesquisa biográfica e repete as mesmas curiosas pequenas histórias¹⁵⁸.

2.2- O secretário Perpétuo

Oxalá o jornalismo não lhe houvesse roubado tanto tempo e ter-lhe-ia sido possível dar a Pernambuco a obra de que o Estado precisava e que ele estava à altura de dar. Apesar dos seus 76 anos, 50 dos quais de escritor, não chegou a realizar obra capital, pela qual ficasse definitivamente conhecido.¹⁵⁹

Na *Revista do IAHGP* de volume XLV de 1960, editada em homenagem ao finado Mário Melo, em um capítulo dedicado à sua memória como secretário perpétuo, alegava-se que o jornalismo havia matado sua vocação de historiador. Afirmava-se que ele não havia escrito nenhuma grande obra/livro, que o tornasse um historiador digno de ser lembrado.¹⁶⁰ Contudo, essa avaliação “esquece” que ele, como jornalista, também trabalhava pelo maior e melhor conhecimento da História pelos leitores, acumulando, durante quase toda a primeira metade do século XX, a função de secretário perpétuo do IAHGP. De toda a forma, fica claro que, mesmo sendo tão elogiado, seu lugar não era o do grande intelectual, autor de grande livro/obra, ainda que ele pudesse ter sido essa pessoa. Melo é figurado como um intelectual “menor”, tanto pelo que fez como pelo que não fez. Ou seja, Melo foi, sobretudo, um intelectual mediador, pelas mídias que

¹⁵⁸ Assim, foram consultados: depoimentos (orais e escritos) do próprio Mário Melo e de vários dos seus companheiros parlamentares, alguns necrológios, atas das Assembleias Legislativas, transcrições dos projetos propostos pelo biografado, além de fotografias, charges, e imagens de seus diplomas e certificados.

¹⁵⁹ “Mário Melo e o Instituto Arqueológico”. In: *Revista do IAHGP*, XLV, Recife, 1960.

¹⁶⁰ Sobre Melo não ter escrito nenhum livro de grande importância, afirma-se: “Aliás, foi tarefa que Mário Melo não se impôs, essa, de escrever uma História e Geografia de Pernambuco, condensando tudo que sabia a respeito do seu estado natal, e que poderia ter sido sua maior contribuição a Pernambuco cultural. Perguntando, sempre se desculpava, alegando que ‘Pereira da Costa já o havia feito, com os seus *Anais Pernambucanos*, e Sebastião Galvão, com o seu *Dicionário*.’ Apenas se propunha completar o hiato deixado por Pereira da Costa, cujos *Anais* não vão além da metade do século XIX, com um livro de *Memórias*, relatando fatos da sua vida e da geração anterior, incluindo a vida do seu primo José Mariano.” In: Idem.

usou, pelo tipo de escrita que desenvolveu; pela dupla identidade de jornalista-historiador.

Não por acaso, a maior parte das biografias elaboradas sobre Mário Melo dá maior destaque às suas contribuições jornalísticas, na medida em que não só enumeram a diversidade de periódicos em que colaborou, como narram as várias polêmicas em que se envolveu nas páginas dos diários. Ou seja, costuma-se vislumbrar sua produção de “cigarra”, que trabalha para a multidão e para o rumor, como na metáfora utilizada por Viriato Corrêa, dissociando inteiramente suas duas faces. No entanto, queremos aqui investir numa análise que procure combinar essas faces, destacando também o historiador que trajou “mangas de camisa” e “trabalhou como formiga” nos arquivos do Instituto Arqueológico, desempenhando o papel de secretário perpétuo por décadas. Uma posição de grande ressonância em uma importante instituição que tinha como função principal produzir saberes históricos em Pernambuco e que merece atenção especial.

Mário Melo ingressou como membro do IAGP, como era chamado o IAHPG, em 1909, sendo sua filiação intermediada pelo tesoureiro da instituição e seu sogro, Antônio da Cruz Ribeiro. A partir deste ano, começou a atuar como um historiador inteiramente dedicado ao IAGP e à produção dos saberes históricos em Pernambuco. Tanto que, posteriormente, vai alegar que se tornar sócio da instituição fora a maior aspiração de sua vida.

Vale ressaltar que a representação que começa a construir de si e o sentido que quis dar à sua trajetória vão ser assimilados por muitos daqueles que se empenharam, a *posteriori*, a produzir textos memorialísticos sobre ele. Como o fez Valdemar de Oliveira, em seu necrológio, ao reproduzir a declaração de Mário Melo falando de sua relação com o IAHPG, o que é muito útil ao historiador:

Admitido ao quadro social deste instituto em 1909, distinguido com o título de secretário perpétuo, Mário Melo realiza um dos seus mais ardentes desejos. Ele próprio o confessara: “Menino, estudante de primeiras letras, li a História da Revolução Pernambucana de 1817, do Monsenhor Muniz Tavares, encontrada na biblioteca de meu pai. Data deste tempo a minha admiração pela bravura pernambucana e constituiu-se a maior aspiração da minha vida: ser sócio do Instituto Arqueológico. Feliz acaso, porque dele me adveio extremado amor ao torrão natal, cuja história tenho procurado estudar com tanto desvelo...” Quando morreu, a 24 de maio, três dias faltavam, apenas, para que se completassem cinquenta anos justos de sua presença nesta

casa – presença, pode dizer-se, de todos os dias, sua obrigação e sua devoção.¹⁶¹

Ou mesmo Nilo Pereira, em um discurso pronunciado diante da sua câmara funerária:

Secretário Perpétuo do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, o teu exemplo foi talvez incomparável pelo gosto de servir a esta Instituição tão cheia do teu zelo e da tua ortodoxia. Com que amor amaste estas coisas todas que estão aqui dentro! E com que saudade te vemos a partir daqui mesmo, do íntimo desta família que à tua se acrescenta – a família dos amigos e dos companheiros, o Instituto, a Casa de Pernambuco, a tua casa, o silêncio dos heróis, o teu solêncio!¹⁶²

Dessa forma, o IAHGP foi considerado pelos admiradores e biógrafos de Mário Melo como a principal instituição onde atuou. Era a sua segunda casa e família. Nesse sentido, nos apropriando dos sentidos construídos por Ana Paula Caldeira em sua tese sobre Ramiz Galvão, os institutos históricos foram espaços privilegiados de construção memorialística. Isto é, foram instituições especializadas em produzir e enquadrar memórias, não só enquadrando a memória de determinados eventos e personagens da história como também por produzir a memória de seus próprios integrantes.¹⁶³

A primeira década de Mário Melo no Instituto teria grande relevância na construção de sua memória associada ao IAGP. Isso porque este período foi considerado como o momento-chave em que pôde se destacar na instituição, o que possibilitou angariar para si prestígio suficiente para tornar-se o secretário perpetuo. No período que vai de 1911 a 1919, o IAGP passava por uma fase bastante difícil, já que, em 1911, na administração do prefeito Arquimedes de Oliveira e Souza, a sede que abrigava a instituição e a Escola Modelo, destinada ao ensino das primeiras letras, localizada na esquina da Rua da Concórdia, foi demolida para a construção e

¹⁶¹Discurso de Valdemar de Oliveira. Oração proferida em 20 de junho de 1959 no Instituto Arqueológico. In: *Revista do IAHGP*, XLV, Recife, 1960.

¹⁶²Discurso pronunciado pelo confrade Nilo Pereira no Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, diante da câmara funerária de Mário Melo In: *Revista do IAHGP*, XLV, Recife, 1960.

¹⁶³CALDEIRA, Ana Paula Sampaio. *O bibliotecário perfeito: o historiador Ramiz Galvão na Biblioteca Nacional*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em História, Política e Bens Culturais. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. 2015.

ajardinamento da Praça Joaquim Nabuco.¹⁶⁴ A demolição do prédio aconteceu, sem dar tempo aos membros de obterem outra sede. Dessa forma, os livros e a documentação lá instalados foram guardados em uma sala do Colégio Ginásio Pernambucano, e as peças que compunham o museu, atiradas em seu quintal. Já as reuniões de seus sócios passaram a ser feitas nos recintos do *Diário de Pernambuco*¹⁶⁵, jornal que tinha vínculos estreitos com a instituição, uma vez que muitos dos intelectuais que contribuía no periódico, também eram membros do IAGP. Por isso, quase tudo que acontecia no Instituto era amplamente divulgado nas páginas deste jornal. Além disso, nesse período, morreram alguns sócios de grande importância para o IAGP, como: Alfredo de Carvalho, Regueira da Costa, Coelho Leite, Dom Luís de Brito e o desembargador Luna Freire.

Em meio a esta crise, permeada por fortes embates travados entre os sócios do instituto e as lideranças políticas estaduais, mas que abria espaço para a renovação de lideranças, Mário Melo passou a assumir funções estratégicas na instituição. Foi nomeado, já em 1910, para compor a Comissão de Estatuto e Redação da Revista, juntamente com Regueira Costa e Henrique Capitulino, ficando com tal cargo até seus últimos dias de vida. Além desta função, também passou a ser o 1º secretário, em 1912, assumindo ainda a direção do serviço de organização interna do IAGP. Em artigo para o *Jornal do Commercio*, em 1953, ele nos conta um pouco sobre este momento, procurando enfatizar sua intensa dedicação para o restabelecimento do Instituto:

A crise foi muito séria e a política dominante, o então chamado rosismo, se colocou contra o nosso grupo que detinha a sede: destelhando-a, arrombou a porta e fez a mudança de tudo para o Ginásio Pernambucano, porém mudança atrapalhada. A política do Estado tinha sofrido uma vira-volta: estavam os ânimos quase serenados. Na sessão de 2 de Maio de 1912, o presidente desembargador Francisco Luis: “designou o dr. Mário Melo para dirigir o serviço de organização interna do Instituto”. Foi um trabalho insano. Pegar tudo aquilo no estado em que Pereira da Costa descrevera e dar-lhe certa disposição em lugar inadequado. Dediquei-

¹⁶⁴ Este período é marcado por uma intensa crise política em Pernambuco, sendo um momento eleitoral que faria com que o estado se dividisse entre os “dantistas”, aqueles que eram a favor do general Dantas Barreto, e os “rosistas”, aliados ao Conselheiro Rosa e Silva. Neste momento, Recife é palco de muitas perseguições políticas e até assassinatos, como, por exemplo, a morte do jornalista Francisco Chacon.

¹⁶⁵ O jornal *Diário de Pernambuco*, fundado em 1825, tem sua história marcada por uma trajetória conservadora, sempre ligada a políticos situacionistas. Isto é, durante todo o Império sempre apoiou a monarquia, porém com o advento da República converte seu discurso para se encaixar aos moldes da situação política. In: NASCIMENTO, Luiz. *Historia da Imprensa de Pernambuco*. V.1. Recife: UFPE. Ed. Imprensa Universitária. 2ed, 1968.

me ao Instituto, sozinho, porque não havia nenhum níquel todas as minhas horas de folga e o vigor da minha mocidade.¹⁶⁶

Somente em 1919, a instituição, reconhecida como de utilidade pública pelo decreto de nº 3675, de 8 de janeiro, inicia uma nova fase. Por intermédio de Mário Melo, que apoiava o então governador de Pernambuco, Manuel Borba, segundo ele mesmo, consegue-se uma nova sede, no bairro da Boa Vista, Rua do Hospício, nº 130, onde funciona até hoje.¹⁶⁷ Nessa data, Mário Melo já era o secretário perpétuo do IAGP, distinção que lhe foi conferida por sugestão de Oliveira Lima¹⁶⁸, em 1917, como reconhecimento dos serviços prestados nas Comemorações do Centenário da Revolução de 1817. Vê-se, portanto, que Melo ganhara outro importante padrinho no IAGP: o já famoso e respeitado historiador Oliveira Lima.

A ideia de o IAGP organizar uma comemoração cívica na cidade pelo centenário da Revolução de 1817 partira do membro Coelho Leite, sendo acolhida com entusiasmo por Alfredo de Carvalho, que se comprometera a escrever um comentário para a reedição do livro de Francisco Muniz Tavares, *História da Revolução de Pernambuco de 1817*, um dos fundadores da instituição. No entanto, com o falecimento de ambos os sócios antes de levarem a cabo a realização de seus planos, Mário Melo, que já era o 1º secretário do instituto, passou a assumir a organização do evento, juntamente com Oliveira Lima, que recebera a incumbência de escrever o comentário do livro que seria reimpresso. Conseguindo financiamento para as comemorações, ao estabelecerem contatos com os outros Estados e institutos históricos do Brasil, foi possível, além das solenidades promovidas na capital pernambucana e nas principais cidades do Nordeste, a cunhagem de uma medalha comemorativa, a edição de um número especial na Revista do IAGP¹⁶⁹, atribuição dos nomes dos “heróis” da Revolução aos nomes de ruas, praças e escolas. Dessa forma, com o grande sucesso dos

¹⁶⁶MELO, Mário. “Síntese das Atividades do Instituto Arqueológico de 1953”. *Jornal do Commercio*, Recife, 1953.

¹⁶⁷“Mário Melo e o Instituto Arqueológico”. In: *Revista do IAHGP*, XLV, Recife, 1960.

¹⁶⁸O pernambucano Oliveira Lima (1867-1928) tornou-se sócio honorário do IAGP em 1904. Nesse momento, ele já era um homem influente, assumindo a carreira de diplomata, vivendo em vários países distintos em razão de sua função, chegando até a fazer parte da equipe diplomática chefiada por Joaquim Nabuco em Londres, intelectual com quem tinha estreita amizade, até rompê-la por motivo de dissidência política. Em 1896 ele lançou a sua primeira obra historiográfica, *Pernambuco, seu desenvolvimento histórico*, garantindo o seu lugar como sócio correspondente do IHGB. Ele também é autor do consagrado livro *D. João VI no Brasil (1808-1821)*, escrito em 1908.

¹⁶⁹*Revista do IAGP*, v. XIX, ns. 95-98. Recife, 1917.

festejos, Mário Melo passa a ser definido por Oliveira Lima como a “alma das comemorações”.

Arriscamos a dizer que a comemoração do Centenário da Revolução de 1817 pôde acarretar uma inflexão no curso da vida de Mário Melo, pois, foi a partir do sucesso deste evento cívico que ele se tornou o secretário perpétuo do IAGP e ganhando visibilidade dentro do Instituto e nos meios políticos e sociais do estado e da região. Ocupar esta posição dentro do Instituto marcaria a sua trajetória, de maneira que o faria reorganizar seus posicionamentos no campo político-cultural. Utilizando a categoria usada por Angela de Castro Gomes, acreditamos que sua atuação nas comemorações de 1917 e sua indicação para secretário perpétuo do IAGP foram um “acontecimento biográfico” na vida de Mário Melo. Isso porque essa importante função vai se tornar uma das bases de apoio do processo de produção de sua imagem, construída por ele mesmo e por aqueles que investiram em fazer as suas biografias.¹⁷⁰

Além do Centenário da Revolução de 1917, Mário Melo também organizou as comemorações do Centenário da Confederação do Equador, em 1924. Este evento cívico contou com uma parada militar; uma missa campal na fortaleza das Cinco Pontas, local onde foi executado Frei Caneca; o lançamento da pedra fundamental do Palácio da Justiça; uma passeata escolar e uma sessão cívica no Teatro de Santa Isabel. Aprovou-se a confecção do busto de Frei Caneca, o que posteriormente foi vetado pela Assembléia Legislativa Estadual. Foi também editada uma publicação especial da revista do IAHPG¹⁷¹ em homenagem à comemoração, contendo um artigo de seu secretário perpétuo, denominado “O suplício de Frei Caneca”, texto que, em 1933, seria reeditado em formato de livro.

Nessas primeiras décadas do século XX, período de consolidação da República no Brasil havia a necessidade de se produzir um discurso histórico que estivesse de acordo com o regime político que se instalara. Dessa forma, as

¹⁷⁰ A categoria “acontecimento biográfico” é utilizada por Angela de Castro Gomes ao tratar da importância do Ministério do Trabalho na trajetória política de João Goulart, e para a construção de sua imagem. Sobre a categoria ver: GOMES, Angela de Castro. “Memória em disputa; Jango, ministro do trabalho ou dos trabalhadores?” In: FERREIRA, Marieta de Moraes. *João Goulart: Entre a memória e a história*. FGV, Rio de Janeiro, 2006. Esta categoria também foi utilizada na tese de doutoramento de Ana Paula Caldeira sobre o historiador e bibliotecário Ramiz Galvão. Ver: CALDEIRA, Ana Paula Sampaio. *O bibliotecário perfeito: o historiador Ramiz Galvão na Biblioteca Nacional*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em História, Política e Bens Culturais. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. 2015.

¹⁷¹ Ver: *Revista do IAHPG*, V. XXVI, ns 123-126. Recife, 1924.

comemorações podem ser identificadas como mais uma estratégia utilizada para a promoção da escrita de uma história de teor republicano, tanto para Pernambuco, como para a região e o país. Seu objetivo fundamental era mobilizar a população, estimulando o sentimento de identificação com um “passado revoltoso e republicano” de Pernambuco e do Brasil. No entanto, vale salientar que as duas comemorações cívicas citadas acima serão analisadas mais minuciosamente nesta dissertação, cabendo agora somente apresentá-las como momentos importantes que deram início ao processo de consagração de Mário Melo como historiador do IAHGP. Nesse sentido, as comemorações cívicas são particularmente interessantes para pensarmos a dinâmica de construção de sua identidade como historiador e do tipo de escrita da História que fazia, já que nos possibilita refletir sobre seus posicionamentos diante de projetos político-culturais de grande impacto, voltados para o grande público.

Com relação à sua produção na *Revista do IAHGP*, destacamos uma vastíssima contribuição, pois ele escreveu em quase todas as edições desde que se associou à instituição em 1909. No entanto, acreditamos que essa frequência não ocorre por acaso. Desde 1910, Mário Melo passa a compor a Comissão de Estatuto e Redação da Revista, na função de editor, sendo este um papel decisivo. A tabela a seguir demonstra alguns de seus principais textos, publicados na Revista do IAHGP, na intenção de apresentar o tipo de colaboração de Mário Melo no impresso:

Título do artigo	Data	Edição/volume/p.
A Maçonaria e a Revolução Republicana de 1817	Mar. 1910	n. 79. v.15. p. 1-60
As academias secretas de Pernambuco.	Jan/mar. 1915	v. 17, n. 87, p. 71-75
Um patriota de 1817.	out./dez. 1915.	v. 19, n. 90, p. 343-345
Archipélago de Fernando de Noronha	jan./mar. 1916	v. 18, n. 91, p. 1-44
O Padre Vieira e a Restauração Pernambucana.	jul./set. 1916	v.18, n. 93, p. 273-278
Padre João Ribeiro	1917	v. 19, n. 95-98, p.145-146

Os Martyres: Domingos Theotonio Jorge Martins Pessoa	1917	v.19, n. 95-98, p. 163-164
Confederação do Equador	jan./mar 1918	v. 20, n. 99, p. 36- 37
A Revista do Instituto Archeologico	abr./jun1918	v. 20, n. 100, p. 97- 113
Guerra dos Marimbondos	jan./dez 1920	v. 22, n. 107-110, p. 38-47
Pernambuco e a independência do Brasil	jan./dez. 1921	v. 23, n. 111-114, p. 71-85
A bandeira de Pernambuco	jan./dez. 1922	v. 24, n. 115-118, p. 621-624
O suplício de Frei Caneca	1924	v. 26, n. 123-126, p. 365-374
À margem da Revolução de 1824: o pitoresco da revolução	jan./dez. 1925	v. 27, n. 127-130, p. 335- 339
As heroínas de Tejucopapo	jan./dez. 1927	v. 28, n. 131-134, p. 327-337
Pernambuco pioneiro no descobrimento	jan./dez. 1927	v. 28, n. 131-134, p. 305- 308
A igreja mais antiga do Brasil	jan./dez. 1928-1929	v. 29, n. 135-142, p. 61-76
Frei Caneca	jan./dez. 1931	v. 31, n. 147-150, p. 7-37
A primeira feitoria de Pernambuco	jan./dez. 1933-1935	v. 33, n. 155-158, p. 17-26
A Guerra dos Mascates como afirmação nacionalista	1939-1940	v.36, p. 7-45
A Guerra dos Mascates através da correspondência do Governo Geral do Brasil.	1939-1940	v. 36, p.46-56
Homenagem a Henrique Dias e a Camarão	1943	v. 38, p. 231-245
Rebelião de frades no século XVII	1948/1949	v. 42, p. 36-40

Seu primeiro trabalho de fôlego foi “A maçonaria e a Revolução de 1817”, que serviu como aporte para Oliveira Lima realizar seus comentários ao livro de Muniz Tavares. Vale ressaltar ainda sua colaboração nas edições de volume XXVIII, de 1927 e XXIX, de 1929, dois exemplares nos quais teve extensa contribuição, possuindo em cada um dos números sete e seis textos, respectivamente. Destacamos também a edição do volume XXXVI, de 1939-1940, no qual ele publica seus trabalhos acerca da pesquisa referente à Guerra dos Mascates, empreendida em arquivos portugueses, intitulados: “A Guerra dos Mascates como afirmação nacionalista”, (artigo que, em 1941, dará origem a seu maior livro), e “A Guerra dos Mascates através da correspondência do governo geral do Brasil”.

Além de seus artigos, a Revista conta também com seus inúmeros relatórios, já que essa é uma das tarefas do secretário da instituição. Esses relatórios, que não estão presentes em todas as edições, possuindo uma periodicidade irregular, são o espaço onde Mário Melo trata das tomadas de decisão dos membros do Instituto, e dos problemas enfrentados pela Casa, fazendo muitas reivindicações em prol de seu melhoramento. Quer dizer, a revista e o trabalho de relator de Mário Melo possibilitam um bom acompanhamento, sob a ótica institucional, dos acontecimentos do IAGP, depois IAHPG.

Vale destacar que o IAGP passa a se chamar Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHPG) a partir de 1920. A inclusão do termo “histórico” no nome da instituição, sugestão de Oliveira Lima, gerou uma grande discussão entre os seus membros. Alguns queriam a retirada do termo “arqueológico” e outros somente a inclusão do nome “histórico”. Sobre a questão, Mário Melo, como secretário perpétuo da instituição expõe sua opinião em seu relatório para a revista de volume XXII, de 1920. Para ele, como um grande valorizador da tradição, o termo “arqueológico” não deveria sair, mas, não discordou da inclusão do termo histórico. Sendo assim, o Instituto Histórico de Pernambuco passou a ter o maior título do Brasil.¹⁷²

O IAGP, criado em 28 de janeiro de 1862, inicialmente se chamava Sociedade Arqueológica Pernambucana, sendo o primeiro instituto histórico regional do país. Ele foi fundado por recomendação do Imperador D. Pedro II, na intenção de que fosse

¹⁷² Ver: *Revista do IAHPG*. V. XXII. Recife, 1920.

criada uma instituição aos moldes do IHGB. A proposta foi fundar uma instituição, que, além de ser um espaço de produção historiográfica, deveria contar também com um museu, onde estariam presentes pinturas sobre os maiores eventos e personagens da História de Pernambuco, além de objetos de valor histórico, recebidos na forma de doação feita por particulares.¹⁷³

A instituição funcionou até 1874 nas instalações do Convento do Carmo no Recife, dividindo um salão com a Biblioteca Pública Provincial, fundada pelo mesmo grupo de homens. Em 1875, passou a funcionar no andar térreo do palácio do Campo das Princesas, e depois, no mesmo ano, nos salões do Convento franciscano de Santo Antônio. Em busca de uma sede própria e grande o suficiente para abrigá-lo, em 1877, o IAGP foi transferido para um prédio construído para servir de sede à Escola Modelo, ficando neste edifício até 20 de julho de 1911.

Foi neste local, na esquina da Rua da Concórdia, que o Instituto abriu seus portões para receber uma nova instituição que se fundara no Recife: a Academia Pernambucana de Letras. Fundada em 1900, poucos anos depois da ABL, pelo romancista e poeta Carneiro Vilela, a APL foi instalada em um dos salões do Instituto Arqueológico, construindo boa parte de sua trajetória ligada a ele. Seus integrantes, contudo, atuavam em redes de sociabilidades que extrapolavam os limites das duas instituições. Durante longos anos estas instituições dividiram a mesma sede, passando juntas por dificuldades, como a demolição do prédio, e por conquistas, quando conseguem um novo prédio na Rua do Hospício, em 1920. Somente em 1964, a APL se desligou do Instituto, obtendo uma sede própria, “um solar que pertencera ao barão Rodrigues Mendes”, na Avenida Rui Barbosa.¹⁷⁴

O grupo que impulsionou a formação do IAGP era composto por seis homens- Joaquim Pires Machado Portela, Antônio Rangel Torres Bandeira, Salvador Henrique de Albuquerque, Antônio Vitróvio Pinto Bandeira, Acioli de Vasconcelos e José Soares Azevedo - de origens e posições sociais distintas, havendo desde um filho de família

¹⁷³A visitação ao museu teve início em 1866, funcionando, inicialmente, como um verdadeiro “gabinete de curiosidades”. Este museu existe até os dias atuais. In: SOUZA, George Félix Cabral de. *Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano: breve história ilustrada*. IAHGP. Recife, 2010.

¹⁷⁴ PARAÍSO, Rostand (org). *Revista da Academia Pernambucana de Letras*. 111 ANOS DE HISTÓRIA. Nº 41 Edição Especial. Recife, fev. de 2012.

tradicional da zona canavieira, até um professor de origem modesta¹⁷⁵. O que eles tinham em comum era o gosto pelas letras e pelos estudos históricos, além do forte desejo de que a História de Pernambuco fosse preservada, estudada, divulgada e valorizada pelos próprios pernambucanos e pelos brasileiros em geral. Ou seja, a fundação do Instituto tinha como objetivo dar um lugar de destaque à província pernambucana na escrita da história nacional. Sendo assim, podemos dizer que os sócios do IAGP utilizavam da escrita da história como estratégia para garantir visibilidade a Pernambuco, que há muito vinha perdendo espaço como centro político-econômico e cultural do país. Isso porque, desde o início do século XIX, quando o Rio de Janeiro tornara-se a capital do Império ou, mesmo mais tarde, com a supervalorização do café, o eixo do Brasil se desloca para as províncias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, causando grande insatisfação entre os pernambucanos. No dizer de Machado Portela, o IAGP deveria produzir conhecimento histórico na perspectiva regional:

(...) evitando que tais preciosidades se percam, ou que mão estranha e parcial proceda a sua exploração, de modo para nós talvez inglório (...) por ser mais fácil e exata a sua investigação e verificação de fatos no próprio teatro em que aconteceram.¹⁷⁶

Já no final do século XIX, com o advento da República, tanto o IHGB como o IAGP buscaram redimensionar suas tradições históricas, para que elas se adequassem ao novo momento político do país. Porém, era preciso estabelecer uma transição segura de uma memória imperial para uma republicana, havendo necessidade de se produzir narrativas que harmonizassem o passado colonial e imperial com o presente republicano. Neste contexto, o IAGP prosseguiu com o seu objetivo inicial de dar visibilidade nacional para a História de Pernambuco, mas agora, buscando construir uma tradição republicana no estado, na intenção de que os seus símbolos, personagens e eventos, ingressassem no “panteão” nacional.

O discurso histórico formulado pelos membros do IAGP era divulgado principalmente pela *Revista* da instituição, que iniciou sua circulação em 1863. Em seus

¹⁷⁵SOUZA, George Félix Cabral de. *Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano: breve história ilustrada*. IAHGP. Recife, 2010

¹⁷⁶ PORTELA, Machado. Apud. SOUZA, George Félix Cabral de. *Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano: breve história ilustrada*. IAHGP. Recife, 2010. p. 32.

primeiros anos, ela era trimestral, sendo editadas apenas as atas de sessões ordinárias e extraordinárias, discursos e relatórios do presidente e dos secretários. Com o tempo, ela passou a contar com artigos monográficos assinados, que vinham em edições menos frequentes, já que ela passou a ser publicada anualmente ou de dois em dois anos. Podemos alegar que esta revista estava direcionada à elite intelectual, sendo provável que não fosse comercializada - já que não há em suas edições nenhuma inscrição de preço. Dessa forma, imaginamos que fosse distribuída ao grupo de sócios e colaboradores que financiavam ou articulavam politicamente o financiamento da publicação. Nela colaboraram figuras de grande respaldo da intelectualidade brasileira, como: Capistrano de Abreu, Nina Rodrigues, Oliveira Lima, José Hygino Duarte Pereira, Barbosa Lima Sobrinho, José Antonio Gonçalves de Melo, Evaldo Cabral de Melo, Alfredo de Carvalho, Pereira da Costa, entre outros.

Nas primeiras décadas do século XX, a *Revista do IAGP* tornou-se um espaço particularmente importante para a produção de narrativas históricas que contemplassem o regime republicano. Entre os temas mais frequentemente tratados nos artigos que nela estavam, destacavam-se aqueles que poderia ser relacionados diretamente a uma vocação republicana como: a Restauração Pernambucana, a Guerra dos Mascates, a Revolução de 1817, a Confederação do Equador, ou mesmo as biografias dos principais “heróis” destas revoltas.

Durante os quase quarenta anos em que foi o Secretário Perpétuo do Instituto Arqueológico, Mário Melo vai ser o “porta-voz” deste movimento de produção de uma escrita republicana da História de Pernambuco. Projeto este desenvolvido por ele tanto nas páginas da *Revista do IAHGP* quanto nos jornais e livros, onde buscou interpretar a história das diversas revoltas pernambucanas, ocorridas durante os tempos coloniais e imperiais, como prenúncios da Independência e, principalmente, da República de 1889. Esta questão será melhor debatida nos próximos capítulos.

PARTE II: ‘Histórias em pequenas doses’: o historiador Mário Melo

Capítulo III- *A alma das comemorações: o Secretário Perpétuo e os Centenários das Revoluções de 1817 e de 1824*

Em um de seus relatórios como secretário do IAGP, Mário Melo afirma que as comemorações do Centenário da Revolução Pernambucana de 1817, ocorridas no dia 6 de março de 1917, foram um acontecimento de tão ampla magnitude, que conseguiram atingir seu objetivo fundamental: perpetuar, “na memória de todos”, o grande fato histórico. Mais que isso, para ele, essa foi uma festa cívica que “marcou época na história de um povo”.¹⁷⁷ O evento aconteceu graças às iniciativas do Instituto Arqueológico, mas, principalmente, graças ao trabalho de seu 1º secretário, que ocupou a posição estratégica de organizador deste projeto político-cultural. Como já apontamos, a realização e o sucesso da festa deram a Mário Melo maior projeção, dentro do Instituto, e nos demais meios políticos e sociais da cidade do Recife e do estado de Pernambuco. Algo que lhe garantiu, não só a nomeação como secretário perpétuo do IAGP, em 1919, como também o título de “alma das comemorações”, definição atribuída a ele por seu padrinho e amigo, o consagrado historiador Oliveira Lima.¹⁷⁸

Ser considerado a “alma” das comemorações é ser visto como uma peça indispensável para a organização do evento. É ser o elemento essencial, o princípio

¹⁷⁷ “Relatórios do 1º secretário do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano Dr. Mário Melo, relativos aos anos de 1916 a 1917 e de 1917 a 1918”. *Revista do IAGP*, V. XX, ns. 99-100. Recife, 1918. p. 181.

¹⁷⁸ Mário Melo estabeleceu fortes laços de amizade com Oliveira Lima. Frequentava, durante a juventude, a casa deste historiador, o “sobrado-grande do Parnamirim”, em Recife, e até se hospedava em sua casa quando ia aos Estados Unidos participar dos congressos de jornalismo. Nas pesquisas feitas no acervo pessoal de Mário Melo, pertencente ao IAHGP, pudemos encontrar uma enorme quantidade de cartas de Oliveira Lima remetidas a Mário Melo, comprovando, assim, a forte relação entre eles. Em um discurso proferido por Mário Melo, em 1930, para saudar D. Flora (esposa de Oliveira Lima) no IAHGP, ele diz: “Dois homens exerceram, em diferentes épocas, marcada influência no meu espírito e tive provas de que ambos me queriam como o pai quer a um filho: José Mariano e Oliveira Lima. Aquele era temperamento arrebatado, demagogo, homem de luta. Dele me aproximei justamente na idade em que as paixões não admitem freios e o resultado foi que me transformei em revolucionário. Este era homem da paz, o espírito ponderado, o justiceiro e o justo. Devo-lhe, em grande parte, o refreamento de minhas paixões, a educação do meu EU.” In: FREYRE, Gilberto. “Mário Melo”. *Jornal do Commercio*. Recife, 03 de jan. 1960; FONSECA, Homero. *Perfil parlamentar século XX: Mário Melo: a arte de viver teimosamente*. Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco. Recife, 2001. p. 79.

vital, o verdadeiro motor para que tudo caminhe como planejado. A “alma” nem sempre possui um papel de grande visibilidade. Geralmente, ela trabalha nas coxias do espetáculo, atuando como a articuladora e mobilizadora de projetos e pessoas. Porém, se ela não é protagonista, nem tem proeminência no palco, isso não significa que exerce função de menor importância. Muito pelo contrário. A metáfora da alma quer justamente caracterizar uma figura que desfruta de grande capacidade, ressonância, credibilidade, poder de influência e comunicação nas redes de sociabilidade em que está inserida¹⁷⁹.

Nesta perspectiva, acreditamos que ser reconhecido como a “alma” das comemorações dos centenários das Revoluções de 1817 e da Confederação do Equador, como ocorreu com Mário Melo, é ter afirmado seu papel de destaque como mediador cultural. Isso porque, ele foi um historiador que, como evidenciam as comemorações, preocupou-se com a elaboração e implementação de estratégias para a socialização do conhecimento histórico voltadas para um grande público. Seja por ter assumido uma posição estratégica no IAHGP, dedicando-se a elaborar projetos de valor para o campo político-cultural; seja mobilizando a população e estimulando seus sentimentos de identificação com o passado “glorioso” de Pernambuco; seja por ter se empenhado, sistematicamente, na escrita da história de Pernambuco, utilizando-se dos mais diferentes suportes de circulação de ideias.

Assim, no presente capítulo, vamos fazer uma análise de algumas das principais estratégias político-pedagógicas elaboradas pelo IAHGP, que tiveram o secretário Mário Melo em posição estratégica, o que lhe rendeu a alcunha de “alma das comemorações”. São elas: as celebrações do Centenário da Revolução de 1817, ocorridas em 1917, e as do Centenário da Revolução de 1824, conhecida como Confederação do Equador, realizadas em 1924. Nosso interesse é compreender a atuação desse historiador ao liderar a promoção de projetos cívico-educativos que buscavam construir a ideia da existência, de longa data, de uma “vocação republicana” na região, proporcionando   popula o pernambucana “li es de história” de grande valor. Nem que para isso fosse necessário desvalorizar e até silenciar a comemora o do Centenário da Independência, ocorrida em 1922. Desta forma, esta iniciativa tinha como inten o garantir   história de

¹⁷⁹SIRINELLI, Jean-François. “As elites culturais”. In: RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François. *Para uma História Cultural*. Lisboa: Estampa, 1998. p. 259-80.

Pernambuco e ao próprio Instituto maior reconhecimento perante os meios políticos e culturais no estado e no Brasil.

3.1- *Dizer história do Brasil é dizer história de Pernambuco*

Zelemos esse patrimônio sagrado das tradições, eduquemos os nossos filhos, ensinemo-lhes a amar em nossos antepassados heroicos a alma da nossa terra, a continuidade de nossa vida física, o – eu – pernambucano, que, semelhante a um rio perene e caudal, sempre renovado e sempre igual a si mesmo, não deve perder o nome nem a consciência através do espaço e do tempo, e será amanhã, como tem sido, uma fonte inextinguível onde o Brasil inteiro vá saciar a sede dos exemplos de civismo. (CARREIRO, Carlos Porto, 1924)¹⁸⁰

Os ritos políticos são formas de comunicar, mobilizar e legitimar uma nova ordem política e social, dependendo de uma dinâmica de pensamento expressa, em geral, na linguagem mitológica e ideológica.¹⁸¹ Dentre os ritos políticos, os ritos cívicos têm como principal função servir como estratégia para se construir o sentimento de pertencimento e união entre os indivíduos de um grupo. A prática ritual, com frequência, concretiza/materializa políticas de memória com finalidades pedagógicas, objetivadas em forma de espetáculos ou comemorações cívicas, que incitam a construção de identidades como a da nação, região ou de qualquer outro grupo social.

Fazendo *usos do passado*¹⁸² para exorcizar o esquecimento e incitar a construção e/ou consolidação de memórias, as comemorações cívicas representam a idealização de um novo “cosmos social”. Assim possibilitam que os indivíduos se sintam como sujeitos sociais e cívicos, ou seja, como cidadãos coparticipantes de uma coletividade espiritual, que os envolve e mobiliza. As comemorações são verdadeiras performances em forma de ritos. Constituem-se como um grande movimento simbólico, por meio do

¹⁸⁰ CARREIRO, Carlos Porto. “Frei Caneca. Conferencia no ‘Centro Pernambucano’ do Rio de Janeiro”. Edição especial às comemorações do centenário da Revolução de 1824. *Diário de Pernambuco*. Recife, 2 de julho de 1924.

¹⁸¹ RIVIÈRE, Claude. *As Liturgias Políticas*. Rio de Janeiro: Imago, 1989. p. 218

¹⁸² Segundo Angela de Castro Gomes, os *usos do passado* remetem à ação consciente de construção de memórias históricas, e evidenciam a necessidade sistemática de produção de passados que legitimem projetos de presente e de futuro. In: GOMES, Angela de Castro. *A República, a História e o IHGB*. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2009.p. 60.

qual os indivíduos são chamados a se identificar com o grupo, evocando o passado que, num dado presente, torna-se definidor de sua unidade e continuidade no tempo.¹⁸³

Esta prática simbólica de *fabricação de passados*, à luz da lição que se pretende dar ao presente e ao porvir, fundamenta-se, segundo Catroga, como um “rito de recordação”.¹⁸⁴ Um verdadeiro exercício nostálgico que pode ser equiparável à linguagem dos cemitérios, ao ato de “enterrar os mortos”¹⁸⁵. Ou seja, fala-se sobre o passado para o enterrar, ou melhor, para lhe dar um lugar na eternidade, transformando o “morto” em “antepassado”. Assim, as comemorações cívicas são como um túmulo para o morto, na dupla acepção de honrá-lo e também de eliminá-lo, ou melhor, de esconder aquilo que não quer ser lembrado. Nessa perspectiva, elas se constituem como reconstruções seletivas, que fazem do esquecimento um processo ativo e constitutivo de poder de integração social de sentidos, pois, as contradições e ambiguidades são silenciadas. Além disso, também deve ficar obscurecida a *posição* a partir da qual a comemoração reconstrói o passado do evento e/ou do personagem, que é sempre o presente, que ilumina alguns sentidos, congela outros ou pode até mesmo os recusar.¹⁸⁶ Em outros termos, pode-se dizer que o ato de comemorar “organiza” o passado, a partir de um tempo histórico que é sempre o do presente, na intenção de que os vivos recolham vantagens da obra dos mortos.

Desse modo, em ordem retrospectiva, as festas cívicas são como atos regeneradores, que, ao monumentalizar determinado passado histórico, imprimem nele uma lógica de *re-presentificação*.¹⁸⁷ Elas costumam domesticar este passado, atualizando uma visão linear e acumulativa do tempo, “(...) no seio do qual o “grande homem” e o “grande acontecimento” emergiam aureados de uma capacidade precursora e profética.” Isto é, constrói-se um efeito mágico em que a palavra “dá ser ao que já não é”, tornando “o passado presente” na intenção de garantir a continuidade e a estabilidade do grupo.¹⁸⁸

¹⁸³ CATROGA, Fernando. “O Culto dos mortos como uma poética da ausência”. *ArtCultura*. V. 12, n. 20. Uberlândia, 2010.

¹⁸⁴ *Idem*.

¹⁸⁵ RUNIA, Eelco. “Presence”, in: *Moved by the Past. Discontinuity and historical mutation*. New York: Columbia University Press, 2014.

¹⁸⁶ CARDOSO, Irene. “68: a comemoração impossível”. *Tem social*. Ver. Sociol. USP, São Paulo, 10(2): 1-12, outubro de 1998.

¹⁸⁷ CATROGA, Fernando. “A representificação do ausente”. *Memória, História e Historiografia*. Editora FGV, Rio de Janeiro, 2015.

¹⁸⁸ CATROGA, Fernando. *Op. cit*, 2010, p. 101.

As primeiras décadas do século XX se constituem em um momento interessante para se pensar as comemorações cívicas como estratégias político-pedagógicas de elaboração de uma identidade nacional no Brasil. Nessas décadas, havia entre os intelectuais um forte interesse e uma urgência de se criar um novo programa educacional para o país, mais de acordo com os projetos republicanos. Era preciso discutir e repensar questões como identidade nacional e educação cívica, já que, a partir da Abolição e da República, passou a ser possível imaginar a existência de uma nação constituída por um “povo”, integrada juridicamente por “homens livres”. Ou seja, para republicanizar a nação era necessário criar um cenário diferente do que existia com a monarquia, e educar o “povo brasileiro” para construir uma identidade nacional, parecia ser o caminho mais seguro para se atingir tal objetivo. Para isso, foram utilizados todos os meios simbólicos à disposição, visando produzir a integração de populações, em sua maioria analfabeta, em um todo chamado nação. As estradas de ferro, a comunicação via telefone, via ondas de rádio, alargavam o horizonte dos indivíduos e forneciam a dimensão espacial da integração nacional.¹⁸⁹ Hinos, bandeiras, feriados, comemorações cívicas passaram a ser usadas como tecnologias postas a serviço do entusiasmo pelo futuro, na tentativa de reforçar a sociabilidade com a criação de afetividades coletivas.

Segundo Angela de Castro Gomes, os processos de construção de identidades são sempre inconclusos e permanentes, demandando para a sua elaboração tempo e esforço. Eles envolvem a mobilização de múltiplos atores, que precisam se articular e formular projetos, que frequentemente disputam com outros projetos existentes, ou prefigurados por tradições ou com os que são postulados na mesma temporalidade. Além disso, remetem sempre a dimensões simbólicas, abarcando a invenção, a divulgação e a adesão de um grupo a ideias, valores, crenças e ideologias, que são operacionalizados e materializados em instituições, rituais, festas, símbolos, etc. Portanto, a construção de identidades não é um processo “natural” e sim, o resultado de um trabalho, que implica atividades de produção, circulação e consumo de sentidos e valores.¹⁹⁰

Uma das importantes dimensões desse trabalho coletivo e uma das maiores estimuladoras do sentimento de unidade e pertencimento à nação é a produção de

¹⁸⁹ OLIVEIRA, Lucia Lippi. “Imaginário Histórico e poder cultural: as comemorações do descobrimento”. *Estudos Históricos*. vol. 14, n. 26. Rio de Janeiro, 2000, p. 183-202.

¹⁹⁰GOMES, Angela de Castro. “República, educação e história pátria no Brasil e em Portugal”. *A República, a História e o IHGB*. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2009.

referências relacionadas a um passado comum do grupo. Nas palavras de Fernando Catroga:

(...) se a educação do presente devia ser sobredeterminada pela ideia do futuro, as novas necessidades de legitimação do poder (...) exigiam o seu enraizamento num passado modelar, (...) a mobilização da memória dos mortos era decisiva para a solidificação dos elos sociais entre os vivos.¹⁹¹

Esta tarefa de construção e divulgação de um passado coletivo ou, como podemos chamar, de uma cultura histórica, geralmente, mas não somente, estava a cargo dos historiadores, que vão investir na produção de uma tradição republicana para o Brasil.¹⁹² Vale ressaltar que, no final do século XIX e início do XX, a História, como uma disciplina “moderna”, vinha passando por uma fase de elaboração de seus princípios científicos, estabelecendo sua identidade enquanto tal. Ao mesmo tempo, ela possuía a “missão” de possibilitar o conhecimento do “passado comum” de uma nação, cumprindo uma função pedagógica, a partir da elaboração de narrativas coerentes e de fácil assimilação, com o intuito de conseguir despertar o amor à pátria de seus cidadãos. Para Fernando Catroga, foi somente com a modernidade que o terreno da historiografia, fomentado pelos poderes políticos, materializou-se no reconhecimento do valor social e político do ensino, popularização das interpretações do passado e na institucionalização das práticas simbólicas postas ao serviço da sacralização do tempo e do espaço. Dessa forma, passou-se a investir mais fortemente em liturgias de recordação com o objetivo de se socializar e enraizar a(s) novas memórias em construção (ou em processo de refundação).¹⁹³

Assim, podemos dizer que não havia uma dicotomia muito rígida entre aqueles considerados “historiadores de ofício” e os “divulgadores”, sendo a educação, por meio do ensino de história, um dos principais terrenos de luta e de afirmação do saber

¹⁹¹ CATROGA, Fernando. *Nação, Mito e Rito: Religião Civil e comemoralismo (EUA, França e Portugal)*. NUDOC-UFC. Fortaleza, 2005. p. 104

¹⁹² Os historiadores de ofício não detêm o monopólio do processo de constituição e propaganda de uma cultura histórica, pois eles vão atuar juntamente com outros agentes que, necessariamente, não são homens de seu *métier*. In: GOMES, Angela de Castro. “Cultura política e cultura histórica no Estado Novo”. In: ABREU, Martha; SOIHET, Raquel; GONTIJO, Rebeca (org.). *Cultura Política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2007.

¹⁹³ CATROGA, Fernando. “A representificação do ausente”. *Memória, História e Historiografia*. Editora FGV, Rio de Janeiro; GOMES, Angela de Castro. *A República, a História e o IHGB*. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2009.

histórico. Além disso, os historiadores costumavam atuar em cargos ligados ao sistema educacional e cultural republicano, atentando para uma escrita de uma “história ensinável” e utilizando veículos de ampla divulgação, como jornais, revistas, livros e manuais escolares. Eles também investiam fortemente na elaboração de estratégias político-pedagógicas de memória que visavam socializar o grande público com construções do passado, dirigindo-se não só às capacidades cognitivas, mas também às emoções da população¹⁹⁴.

Dentre os múltiplos lugares de sociabilidade e de produção dos saberes históricos, destacamos os institutos históricos, instituições que vão sendo criadas no Brasil entre meados do século XIX e início do XX. O principal deles e o de maior ressonância no país foi o IHGB, que se consolidou como centro de convergência política e intelectual na capital do Império. Criado em 1838 e ligado à monarquia e ao próprio imperador, o Instituto foi um espaço de produção historiográfica sistematizada, que visava contribuir para o processo de centralização político-cultural do Brasil. Era preciso construir projetos para a integração de diferentes regiões, de maneira que se viabilizasse, efetivamente, a produção de um “projeto nacional”.¹⁹⁵ Para concretizar esta finalidade de criar uma nação brasileira una e indivisa, o IHGB viu a necessidade de expandir para as províncias do Império ramificações da associação, propondo, em seus primeiros estatutos, incentivar a fundação de institutos históricos nessas províncias. Assim, o IHGB seria uma associação central para a qual se direcionariam as informações das diversas regiões do Brasil. Não se pretendia, portanto, ressaltar as especificidades das regiões, mas sim pensá-las a partir de um sentido orgânico, uma vez que juntas formariam o todo nacional.¹⁹⁶ Quer dizer, o tipo de história produzida pelo IHGB, calcado no projeto mais amplo do governo nacional, visava evitar os regionalismos e centralizar politicamente o Império do Brasil.

No entanto, tal objetivo mostrou-se bastante problemático na prática, como se percebe, por exemplo, com a fundação do Instituto Arqueológico Geográfico

¹⁹⁴ POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989; POLLAK, Michael. “Memória e identidade social”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.

¹⁹⁵ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. “Nação e civilização nos trópicos: o IHGB e o projeto de uma história nacional”. In: *Estudos Históricos*, nº1, 1988.

¹⁹⁶ NICOLAZZI, Fernando. GONÇALVES, Tatiana Mol. “Inventando a historiografia mineira: o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais em sua “primeira fase”, 1907-1927.” *Revista de Teoria da História* Ano 6, Número 11, Universidade Federal de Goiás, Maio/2014.

Pernambucano (IAGP).¹⁹⁷ Mesmo que a instituição tivesse como funções primordiais, de um lado, a recuperação da história pátria, e de outro, a comprovação da relevância da história pernambucana, ela atuou de forma um tanto autônoma em relação ao IHGB, estando sempre presente em sua produção uma tensão entre a região e a nação.¹⁹⁸ Isso porque os sócios do IAGP utilizavam a escrita da história como estratégia para garantir a visibilidade nacional de Pernambuco, de maneira que apresentavam fortes discursos de afirmação de identidade local e regional¹⁹⁹.

Nesse sentido, com a proclamação da República e o fortalecimento do federalismo, ficou cada vez mais difícil para o IHGB conseguir sistematizar as várias histórias em um grande “livro” de História do Brasil²⁰⁰. Por mais que esta instituição pretendesse combater o “espírito separatista”, tentando criar o sentimento de pátria nacional, o contexto da virada do século XIX para o XX, certamente alimentado pelo federalismo republicano, foi marcado por uma revalorização das histórias e das culturas locais²⁰¹. Neste momento, para visualizar a nação em toda a sua complexidade, a produção dos vários discursos históricos, tanto no norte quando no sul, passa a ser feita a partir da análise do próprio espaço político-cultural de onde são emitidos. Buscava-se através das partes a compreensão do todo, já que a nação passava a ser vista como um organismo composto por diversos elementos, que deviam ser individualizados e identificados. Tensões de caráter regional pareciam minar a força do IHGB como centro hegemônico da escrita de uma história “geral” do Brasil. Assim, a instituição teve que se adequar aos novos tempos, na medida em que seus integrantes se viram levados a repensar tanto

¹⁹⁷ Vale ressaltar que dois anos antes da criação do IAGP, em 1860, outro instituto histórico foi criado no Brasil, o Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro. Como aponta Luciana Boeira, a instituição buscou sua autonomia com relação ao IHGB, construindo uma história que fosse, acima de tudo, regional. Porém, ela não durou muito, extinguindo-se em 1863. In: BOEIRA, Luciana F. “Construindo a nação: O Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro e a missão de historiar”. *VI Mostra de Pesquisa: Produzindo História a partir de fontes primárias*. Porto Alegre, ANPUH/RS, 2008.

¹⁹⁸ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

¹⁹⁹ Os discursos regionalistas surgiram na segunda metade do século XIX e tentaram se impor à medida que se dava a construção da nação e que a centralização política do Império. No dizer de Durval Muniz: “Quando a ideia de pátria se impõe, há uma enorme reação que parte de diferentes pontos do país. Este regionalismo se caracterizava, no entanto, pelo seu apego a questões provincianas ou locais, já trazendo a semente do separatismo.” In: ALBUQUERQUE Jr, Durval Muniz. *A Invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 2009. p. 60.

²⁰⁰ HRUBY, Hugo. “O templo das sagradas escrituras: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a escrita da história do Brasil (1889-1912)”. *História da historiografia*. Rio de Janeiro. N. 2. p. 50-66. Mar. 2009.

²⁰¹ Com a proclamação da República, seguindo o caminho aberto pelo IAGP, surgiram outros institutos históricos, como, por exemplo, o Instituto Histórico de São Paulo, criado em 1894; o Instituto Histórico do Rio Grande do Norte, de 1902, o Instituto Histórico Paraibano, de 1905, e o de Minas Gerais, de 1907.

seus moldes de atuação como o tipo de narrativa histórica que subscreviam, a fim de garantir a sua própria existência.

Inserido neste contexto, o IAGP – posicionando-se, principalmente, a partir de uma ótica localista, e não regionalista, já que não interessava dividir as “glórias” do passado pernambucano com outro estado “nordestino”- vai buscar, de maneira bastante incisiva, colocar a “pátria pernambucana” em um lugar anterior e, por isso, até mais fundamental que a própria nação brasileira.²⁰² Dizendo de outra forma, o Instituto Arqueológico, não ocultaria o propósito de polemizar com a história da nacionalidade, até então construída pelo IHGB. Eles ambicionavam reescrevê-la, atribuindo maior destaque a personagens e acontecimentos relacionados à história de Pernambuco, na intenção de inseri-los no “panteão” nacional. Isto é, era preciso defender e ressaltar o papel desempenhado por Pernambuco no momento de construção de uma memória nacional republicana. Além disso, era inevitável conviver com as demandas de legitimidade do regime republicano recém-instalado, sem que fosse necessário “inventar” uma tradição republicana para o estado. Um empreendimento delicado que obrigava os historiadores sócios da instituição a pensar em uma articulação palatável entre Colônia, Império e República naquele espaço. Nesse sentido, o IAGP passou a investir em projetos de construção de um pretérito valoroso para Pernambuco, dando a ele um sentido no presente ao interpretá-lo como tendo uma forte vocação “republicana”.

As diversas revoltas pernambucanas ocorridas durante os tempos coloniais e imperiais - como a Restauração do jugo batavo, a Guerra dos Mascates, a Revolução de 1817 e a Confederação do Equador de 1824 – passam a ser entendidas como prenúncios da Independência e da própria proclamação da República. Nomes ligados a estes movimentos passaram a ser delineados como os verdadeiros heróis nacionais, defensores da pátria, da liberdade e da soberania nacional. Dessa forma, a narrativa histórica passou a ser construída tendo como principal fio condutor a ideia de continuidade com a República, como se esta fosse um destino natural e inerente ao

²⁰² A partir das fontes estudadas podemos dizer que os historiadores sócios do IAHGP, durante a primeira metade do século XX, não concentraram suas produções historiográficas numa perspectiva regional. Ou seja, eles não tiveram como objetivo fundamental a criação de uma identidade regional “nordestina”, como fizeram outros intelectuais, em 1925, encabeçados por Gilberto Freyre, com elaboração do “Movimento Regionalista”. Dessa forma, esses historiadores visavam principalmente valorizar o estado pernambucano frente ao resto do país e da região, produzindo, assim, uma fundamentação histórica para afirmar a ideia de uma prioridade pernambucana.

desenvolvimento da nação brasileira. Ideia de continuidade, aliás, que outros estados da federação também irão reforçar, sustentando o que teria acontecido nacionalmente.

A tentativa do IAGP de valorizar a história de Pernambuco e de imputar um caráter precursor da ideia republicana ao estado pode ser evidenciada, por exemplo, durante as comemorações do Primeiro Centenário da Independência, em Recife. Este evento, de cunho nacional, suscitou uma ardente disputa pela definição da data fundadora da nacionalidade brasileira. Conforme aponta Gerson Menezes, o IAGP procurou minimizar, ignorando, a importância do dia 7 de setembro. Durante o momento das comemorações, o instituto, localizado na Rua do Hospício, por onde passou o desfile, permaneceu fechado, como se nada estivesse acontecendo.²⁰³ Além disso, nas edições comemorativas dos periódicos pernambucanos, buscou-se construir narrativas históricas que atribuíssem a Pernambuco os prenúncios da Independência e os ímpetus “revolucionários” de seus heróis.

Dentre estes jornais, como exemplo, destacamos o *A Província*. Em sua primeira página, ele trouxe uma alegoria da República com a bandeira brasileira na mão direita. À esquerda da ilustração, num medalhão, a imagem de Pedro I e, na mesma direção, abaixo deste, a foto de Epitácio Pessoa. Na parte inferior desta página, o escudo do Império e à direita o da República.²⁰⁴

Embora o IAGP pudesse passar a ideia de conciliação entre passado da monarquia e da república, como explicitava a festa do centenário, não aceitava que Pernambuco tivesse papel secundário ou coadjuvante no processo de independência.²⁰⁵ Por isso, resistia às iniciativas homogeneizantes dirigidas pelo IHGB, instituição que vai estar na dianteira da organização dessas comemorações. Alguns textos, publicados no jornal, mostram as críticas e reparos que eram feitos a essa construção memorial. Dentre eles destaca-se um artigo de Mário Melo, “Pernambuco e a Independência”, no qual

²⁰³ MENEZES, Gerson G. Ledezma. “Brasil: comemorando o Centenário da Independência por entre memórias divididas: a disputa entre identidade nacional e identidade regional, 1922.” In: <<http://www.geocities.ws/gersonledezma/eventos/BrasilPonenciaBuca.pdf> . (Acesso em 15 de maio de 2016).

²⁰⁴ *A Província*. Recife, 7 de setembro de 1922.p. 1. Ver anexo.

²⁰⁵ Aos poucos, a República passou a enquadrar o 7 de setembro como uma data fundamental no calendário oficial, esforçando-se para desvincular a Independência da monarquia. Dessa forma, o que se pode notar é que no século XX, tenta-se firmar uma reconciliação entre as memórias monarquistas e republicanas em prol de reforço da ideia da unidade nacional. In: SANDRES, Noé Freire. “O IHGB e os cem anos da Independência”. *A invenção da nação: entre a monarquia e a república*. Goiânia: Ed. da UFG: Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira, 2000, p. 94-97.

ressalta os eventos da história de Pernambuco, colocando-os como anteriores ao grito do Ipiranga:

O 7 de setembro será uma grande data para os brasileiros do sul; para os de Pernambuco, o brado do príncipe Pedro no Ypiranga não foi mais do que uma confirmação daquilo que os nossos antepassados já haviam feito: Pernambuco, quando o príncipe regente declarou a independência do Brasil, já era independente desde 26 de outubro de 1821. (...) Quando nos chegou a notícia do Ypiranga, já os portugueses nos não governavam. (...) Para nós, pernambucanos, o 7 de setembro não tem o alto valor que lhe dão os outros estados. Com d. Pedro ou sem d. Pedro; com o 7 de setembro ou sem o 7 de setembro; com o grito do Ypiranga ou sem o grito do Ypiranga, Pernambuco tinha de ser independente ainda que desmembrado do Brasil.²⁰⁶

Dessa forma, o fato de o IAGP ter valorizado mais os episódios pernambucanos que o próprio sentido nacional do 7 de setembro, durante o centenário da Independência, mostrou o quanto era latente a disputa pela construção de tradições nacionais republicanas.²⁰⁷

Pensando a partir desta perspectiva, a festa cívica pode ser vista como um rico momento ritualístico, que permite um retrato, tanto dos discursos que pretendem dar forma e unidade ao coletivo nacional como de suas fragilidades e dos conflitos inerentes à produção dessa unidade²⁰⁸. Tais festas se constituem como reconstruções seletivas, que, “apesar do seu propósito ser de cariz consensual, não conseguiram ficar imunes às tensões da luta pela hegemonização do poder simbólico, condição essencial de radicação de todo o poder”.²⁰⁹ A estratégia homogeneizadora, geralmente animada pela pretensão de se fomentar o patriotismo e a unidade nacional, surge quase sempre ferida pelos conflitos de interesse que atravessam as sociedades. Esses conflitos são marcados por lutas de representações, que, como afirma Chartier, são tão importantes quanto as

²⁰⁶ MELO, Mário. “Pernambuco e a Independência”. *A Província*. Recife, 7 de setembro de 1922.

²⁰⁷ É tanto que o IAGP não produziu um número especial de sua revista para se comemoração o centenário de 1822. In: SANDRES, Noé Freire. “O IHGB e os cem anos da Independência”. *A invenção da nação: entre a monarquia e a república*. Goiânia: Ed. da UFG: Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira, 2000, p. 94-97.

²⁰⁸ OZOUF, Mona. A Festa: sob a Revolução Francesa. In: LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre (orgs.). *História: Novos Objetos*. Tradução de Terezinha Marinho. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989, p. 216-232. Apud. RIBEIRO, Genes Duarte. “Cultura Histórica, memória e comemorações: o centenário de nascimento do presidente João Pessoa na Paraíba em 1978”. *Saeculum – Revista de História*. n 23, João Pessoa, jul/dez. 2010.

²⁰⁹ CATROGA, Fernando. *Nação, Mito e Rito: Religião Civil e comemoralismo (EUA, França e Portugal)*. NUDOC-UFC. Fortaleza, 2005. p. 104.

lutas econômicas, permitindo compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe sua concepção de mundo social e seus valores.²¹⁰

Assim, podemos dizer que, ao mesmo tempo em que o Instituto Arqueológico buscou desvalorizar e até silenciar a comemoração do Centenário da Independência em 1922, ele se empenhou ativamente na organização de outras festas cívicas que demarcassem a importância do papel de Pernambuco como pioneiro na defesa de ideais libertários e republicanos no Brasil. Esses eventos históricos foram as comemorações dos centenários da Revolução Pernambucana de 1817, ocorridas em 1917, e da Confederação do Equador, em 1924. Foram festas grandiosas em Pernambuco, também marcadas pelo esforço de seus organizadores de que fossem comemoradas em todo país, para que o passado republicano e revolucionário do estado pudesse ser perpetuado na memória dos brasileiros. As comemorações envolveram discursos, inscrições em monumentos, produções filatélicas, frequentes citações religiosas, veneração de heróis cívicos, uso paradigmático de suas vidas, utilização de lugares públicos como espaços de oração etc. Logo, essas comemorações cívicas manifestaram-se em um espetáculo cheio de simbolismo e de emotividade, sendo pensadas como estratégias do poder público de ritualizar a história, por meio da criação de representações simbólicas que pudessem mobilizar o “povo” em torno de lições vivas de história.²¹¹

3.2- As comemorações do Centenário da Revolução pernambucana de 1817

A festa de hoje é um preito de justiça, é um conforto à alma republicana de Pernambuco, é uma lição aos vivos de agora.²¹²
(BORBA, Manuel, 1917)

O Instituto Arqueológico Geográfico Pernambucano procedeu o mais acertadamente no modo porque entendeu comemorar o primeiro centenário da revolução de 1817, a única revolução brasileira digna

²¹⁰ CHATIER, Roger. “Introdução: por uma sociologia histórica das práticas culturais”. In: CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. p. 17.

²¹¹ CATROGA, Fernando. *Nação, Mito e Rito: Religião Civil e comemoralismo (EUA, França e Portugal)*. NUDOC-UFC. Fortaleza, 2005.

²¹² “Discurso do governador de Pernambuco Manoel Borba na sessão magna no Teatro de Santa Isabel.” Edição de comemoração do centenário da revolução de 1817. *Revista do IAGP*, V. XIX, ns. 95 a 98, 1917. p. 40.

deste nome e credora de entusiasmo pela feição idealista que a distinguiu e lhe dá foros de ensinamento cívico e pela realização que por algum embora pouco tempo lhe coube.²¹³ (LIMA, Oliveira, 1917)

Parece ser sina de todas as revoluções transformarem-se em comemorações. Em forma de culto nostálgico regressivo, os seus rituais procuram simular a ordem que domesticou aqueles ideais que os “heróis” do passado pretenderam inaugurar. Mediante a organização de espetáculos vultosos, busca-se dar novos sentidos aos acontecimentos históricos, reconstruindo-os por meio de efeitos performativos que transmitem uma mensagem progressiva, coerente, linear e continuísta, de acordo com as necessidades do presente.²¹⁴

A ideia de comemorar o centenário da Revolução de 1817 foi de grande importância para o fortalecimento político-institucional do IAGP. Não só porque possibilitou a perpetuação da memória do episódio, demarcando o papel de Pernambuco como pioneiro dos ideais republicanos e liberais no país; mas também porque se fundamentou como uma estratégia para que o Instituto, que passava por momentos difíceis, garantisse maior reconhecimento diante dos meios políticos e culturais brasileiros.²¹⁵ Dessa forma, comemorar este evento cívico era possibilitar a rememoração e a exaltação da própria instituição. Para tanto, nada melhor do que organizar uma festa com muitas pompas.

Como já foi apresentado no capítulo anterior, o projeto de comemorar o movimento de 1817 partiu dos historiadores Coelho Leite e Alfredo de Carvalho. Porém, após o falecimento deles, a ideia foi acolhida por Oliveira Lima e Mário Melo. Nesta época, o historiador e diplomata Oliveira Lima já havia se tornado uma referência entre os intelectuais e políticos brasileiros.²¹⁶ Isso ocorria principalmente entre os

²¹³ LIMA, Oliveira. “História da Revolução de Pernambuco”. Edição especial às comemorações do centenário de da Revolução de 1817. *Diário de Pernambuco*. Recife, 6 de março de 1917.

²¹⁴ CATROGA, Fernando. *Nação, Mito e Rito: Religião Civil e comemoralismo (EUA, França e Portugal)*. NUDOC-UFC. Fortaleza, 2005.

²¹⁵ Lembrando que, em 1919, o IAGP passa a ser reconhecido como uma instituição de utilidade pública pelo decreto de nº 3675, de 8 de janeiro, além de ganhar uma nova sede: o edifício da Rua do Hospício, onde se localiza até hoje.

²¹⁶ Nos primeiros anos da República, Oliveira Lima foi nomeado para o serviço no corpo diplomático brasileiro, indo servir em Portugal. Em 1892 foi para Berlim. Três anos depois, ele lançou sua primeira obra historiográfica, *Pernambuco, seu desenvolvimento histórico*, garantindo seu lugar como sócio correspondente do IHGB. Em 1896, Oliveira Lima foi promovido pelo ministro Carlos Carvalho ao cargo de primeiro-secretário, partindo para Washington. No último ano do século XIX, foi transferido para a embaixada brasileira em Londres, aproximando-se e estreitando laços de amizade com o diplomata Joaquim Nabuco, que lá estava. In: MALATIAN, Teresa. *Oliveira Lima e a construção da nacionalidade*.

pernambucanos, pois, foi um dos mais importantes historiadores que investiu na valorização da história do estado, tendo o livro *Pernambuco: seu desenvolvimento histórico*, escrito em 1895, como um de seus mais emblemáticos trabalhos. Segundo Marina Ribeiro, dentre as temáticas fundamentais que este livro abarca, divulgando a importância dos eventos históricos ocorridos em Pernambuco, Lima situava 1817 como um episódio imprescindível à história nacional²¹⁷. Em seus argumentos, tentava desconstruir a imagem do movimento como separatista, afirmando que o episódio era uma das provas de que Pernambuco já preconizava a defesa de ideias liberais e democráticas, desde o começo do século XIX. Assim, para ele, o movimento de 1817 foi o único digno de se chamar de revolução brasileira, já que fora a partir dele que os brasileiros aprenderam a lutar pela liberdade²¹⁸.

De maneira geral, sua visão histórica buscava conciliar a valorização do passado colonial, monárquico e republicano, transitando entre o enaltecimento de algumas figuras emblemáticas ligadas à monarquia, - como, por exemplo, fez com D. João VI, em seu livro *D. João VI no Brasil (1808-1821)* -, e a positivação dos eventos históricos pernambucanos. Inclusive, o fato de ele ter assumido a postura de valorizar figuras eminentemente ligadas ao Império, custou-lhe a fama de monarquista. Algo discutível, como se vê em seu discurso, em 1917. Para Lima, D. João VI figurava como o soberano português que teria aberto as portas para a independência nacional brasileira, situando-o como o verdadeiro “fundador da nacionalidade brasileira”. D. João VI teria dado início a um processo de progresso político no Brasil, que atingiu seu ápice com a república. Sobre isso ele argumentou, na cerimônia do Teatro de Santa Isabel: “O governo de D. João VI aparelhara o Brasil para a vida pública na modalidade nacional: a república completaria condignamente essa obra – assim pensavam os que conspiravam e tramavam a libertação.”²¹⁹

No entanto, o que vamos ressaltar neste capítulo é que Oliveira Lima cumpriu muito bem seu papel de pernambucano, ao engrandecer a importância histórica do seu estado,

Bauru, SP: EDUSC; São Paulo, FAPESP, 2011; GOUVEIA, Fernando da Cruz. *Oliveira Lima: Uma biografia*. Recife: IAHGP, 1976.

²¹⁷ RIBEIRO, Mariana dos Santos. “O IHGB, o IAGP e as comemorações do centenário da República de 1817”. In: *Construindo Histórias e Memórias: O IHGB e o IAGP em meio às celebrações dos centenários do movimento pernambucano de 1817*. Rio de Janeiro: PUC, Rio, set. 2011.

²¹⁸ LIMA, Oliveira. “História da Revolução de Pernambuco”. Edição especial às comemorações do centenário da Revolução de 1817. *Diário de Pernambuco*. Recife, 6 de março de 1917.

²¹⁹ “Discurso de Oliveira Lima”. Edição de comemoração do centenário da revolução de 1817. *Revista do IAGP*, V. XIX, ns. 95 a 98, 1917.p.51

quando resolveu assumir a presidência da comissão organizadora dos festejos do centenário de 1817. Cargo este que se constituiu, a nosso ver, como uma estratégia política do IAGP para angariar visibilidade nacional para a instituição, já que foi atribuído a um intelectual consagrado em todo o Brasil.

Nesse sentido, como não poderia ser diferente, Oliveira Lima também ficou com o encargo de produzir um novo prefácio para o livro *História da Revolução de Pernambuco*, escrito em 1840, por Muniz Tavares. A edição comemorativa foi largamente divulgada, contando com 1500 exemplares, sendo distribuída para todo o Brasil e até no exterior.²²⁰ Não foi por acaso que este livro foi escolhido para ser reeditado. Trata-se de uma obra de autoria de um dos fundadores do IAGP e “testemunha ocular” do episódio de 1817. Ao elaborar o prefácio, Oliveira Lima não se dispôs a abordar somente o movimento “revolucionário” em si, mas buscou tecer elogios ao autor, qualificando-o com os ditames de republicano, democrático e liberal. Ou seja, comemorar este evento histórico era, ao mesmo tempo, rememorar a história da própria instituição e de seus fundadores, reinventando a trajetória dela e deles no presente republicano. Nas palavras de Oliveira Lima:

Seu livro foi pelos historiadores cortezões um libelo democrático, quase tão virulento quanto o *Libello do Povo*. Centraram-no sob este pretexto ou sustentaram vistas antagônicas, entre outros, Pereira da Silva, de quem a política fazia um áulico, e Varnhagen sempre incisivo e intransigente nas suas opiniões conservadoras, repassadas da disciplina germânica. Faltaram-lhe pelo motivo alegado as simpatias do regime imperial (...). Do patriotismo nunca arrefecido, como bem diz o sr. Pereira da Costa (*op. Cit.*) do monsenhor Muniz Tavares, foi prova o devotamento que consagrou ao Instituto Arqueológico instalado a 28 de Janeiro de 1862, do qual foi o primeiro presidente e continuou a sê-lo por quatorze anos, até sua morte.²²¹

Portanto, a efeméride de 1817 era a oportunidade perfeita para o IAGP conseguir sair da forte crise que assolava a instituição nas primeiras décadas do século XX, e prosseguir com o seu projeto de enfatizar os feitos históricos de Pernambuco.

²²⁰ Edição de comemoração do centenário da revolução de 1817. *Revista do IAGP*, V. XIX, ns. 95 a 98, 1917.p. 9.

²²¹LIMA, Oliveira. “História da Revolução de Pernambuco”. Edição especial às comemorações do centenário da Revolução de 1817. *Diário de Pernambuco*. Recife, 6 de março de 1917.

Como o papel de protagonista das comemorações foi dado ao ilustre historiador Oliveira Lima, ficou a Mário Melo, o primeiro secretário do IAGP, a função de ser aquela figura que, nos bastidores, seria a responsável por articular com os governos dos estados, com as diversas instituições culturais brasileiras e as demais redes de sociabilidade intelectual, o financiamento para o evento. Além disso, seria ele também o encarregado de programar os festejos para que tudo saísse como o desejado. Assim, a programação organizada tinha como medidas fundamentais: que fossem convidados para as festas os governos e Institutos Históricos de Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará; que o IAGP se dirigisse à imprensa pernambucana expressando o desejo de que no dia 6 de março de 1917, cada jornal publicasse uma edição especial comemorativa à data; que se formasse uma comissão composta pelos historiadores Pedro Celso, Fonseca Oliveira e Gaspar Rgueira da Costa, para que se entendessem com os diretores da Instrução estadual e municipal, afim de que a mocidade escolar tomasse parte do evento; que fosse iniciado um concurso para a produção de um monumento que representasse os heróis do movimento de 1817²²²; que o dia 6 de março se tornasse feriado nacional; que a bandeira da Revolução de 1817 se tornasse a bandeira de Pernambuco; que os Correios editassem um selo comemorativo em homenagem ao centenário, e etc.

Estas medidas foram bastante estratégicas para que o centenário ganhasse grande notoriedade no país, de maneira que o evento foi aproveitado como oportunidade para a projeção de Pernambuco e do próprio IAGP. Em relação à ideia de oficializar a data do centenário como feriado nacional, os esforços do IAGP, de início, foram um sucesso. O governo federal se associou às comemorações, “declarando feriado o dia 6 de março em todo o território nacional e fazendo circular os novos selos comemorativos do centenário.”²²³ Porém, posteriormente, o feriado nacional de 6 de março foi revogado. Diferentemente do que aconteceu com o 21 de Abril, cada vez mais incorporado à memória histórica dos brasileiros como a data que representava os princípios de

²²² Este concurso para a produção do monumento ficou aberto do dia 6 de março até o dia 6 de julho. Na impossibilidade de personificar o movimento em uma só figura, pois ele se estendeu a quatro províncias - Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará – a comissão do concurso alegou que o monumento deveria ter um aspecto simbólico, “não só dos referidos ideais revolucionários, como da organização dada à efêmera república pelos que a dirigiram.” In: “Centenário da Revolução de 1817”. Edição especial às comemorações do centenário da Revolução de 1817. *Diário de Pernambuco*. Recife, 6 de março de 1917.

²²³ “A comemoração nos Estados”. Edição de comemoração do centenário da revolução de 1817. *Revista do IAGP*, V. XIX, ns. 95 a 98, 1917. p. 343.

liberdade e republicanismo, o dia 6 de março ficou restrito à memória pernambucana²²⁴. Logo, a implantação de feriados nacionais pode ser vista como um bom barômetro para medir as disputas de memória e o perfil dos “grandes homens” que as políticas da memória nacional procuravam eleger para o topo do Olimpo cívico.²²⁵

A adoção da bandeira da Revolução de 1817 como a bandeira do estado pernambucano foi uma proposta de Oliveira Lima ao governo federal. Em um ofício redigido no dia 8 de fevereiro de 1917, ele argumentou que o seu pedido tinha legitimidade, tendo em vista o fato de que vários estados da União também haviam decidido adotar as suas próprias bandeiras estaduais, dentre eles, a Bahia, o Rio Grande do Sul, o Pará e Santa Catarina. O pedido enviado por Oliveira Lima ressaltava a importância do realce à tradição republicana de Pernambuco, através dessa iniciativa:

São bandeiras essas que carecem de reconhecimento internacional e não dispõem principalmente de valia política, mas que envolvem a consagração das tradições particulares da terra que representam e devem ser tiradas como o complemento necessário dos respectivos escudos d’armas (...). Pernambuco prestaria pois uma homenagem mais aos mártires de 1817, perfilhando o pavilhão em que eles simbolizam o seu sonho de liberdade que o Império tornou uma realidade e que a República consagrou na Federação por ela organizada.²²⁶

A proposta de Oliveira Lima foi aprovada pelo governo do estado pernambucano, tendo configurado uma vitória importante para a positivação do evento.

²²⁴De forma geral, podemos dizer que a República elegeu a figura de Tiradentes para representar emblematicamente o herói nacional. O esforço de vários intelectuais republicanos em positivar a figura de Tiradentes, certamente contou com o apoio e o incentivo do Estado. Nos primeiros anos da República, por exemplo, o 21 de abril foi estabelecido como feriado nacional, enquanto o 6 de março de 1817 era lembrado e celebrado apenas como uma das datas importantes do calendário cívico oficial. O destaque para os eventos pernambucanos foi uma bandeira dos intelectuais do IAGP, que enredavam os seus argumentos com a finalidade de desprestigiar a Conjuração Mineira e o alferes Tiradentes. Nos jornais pernambucanos, na *Revista do IAGP* e em diversas publicações, os intelectuais defensores da importância da celebração dos movimentos pernambucanos lamentavam o esquecimento da memória dos “heróis” de 1817 e cobravam das autoridades do Estado republicano a reparação de tal “injustiça”. Apesar de o Movimento Pernambucano de 1817 também ter sido situado pela República como símbolo nacional importante, o que os intelectuais pernambucanos reivindicavam era, sobretudo, um lugar de destaque para os heróis pernambucanos na escrita da história nacional. In: RIBEIRO, Mariana dos Santos. “O IHGB, O IAGP e as comemorações do centenário da República de 1817”. In: *Construindo Histórias e Memórias: O IHGB e o IAGP em meio às celebrações dos centenários do movimento pernambucano de 1817*. Rio de Janeiro: PUCRio, set. 2011.

²²⁵ CATROGA, Fernando. *Nação, Mito e Rito: Religião Civil e comemoralismo (EUA, França e Portugal)*. NUDOC-UFC. Fortaleza, 2005. p. 40.

²²⁶“A bandeira da república de 1817”. *Diário de Pernambuco*. Recife, 17 de fevereiro de 1917. P.1; “A bandeira da república de 1817”. Edição de comemoração do centenário da revolução de 1817. *Revista do IAGP*, V. XIX, ns. 95 a 98, 1917. p. 168.

A bandeira do estado de Pernambuco, que se oficializou em 1917, pelo governador Manuel Borba²²⁷, sofreu apenas algumas modificações, deixando de possuir três estrelas, que representavam os estados da Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte, para contar com apenas uma, que retratava Pernambuco.²²⁸ Além da bandeira, também foram produzidos e retomados alguns hinos para serem cantados pelas alunas da Escola Normal durante os festejos. O hino que se destacou foi o “Hino do Centenário”, música criada pelo maestro pernambucano Euclides Fonseca e letra do historiador França Pereira, cantado durante a cerimônia de comemoração do dia 6 de março na sessão solene que aconteceu no Teatro de Santa Isabel.²²⁹ De modo geral, podemos dizer que tanto o hino quando a bandeira se inserem nos rituais cívicos como elementos simbólicos carregados “do peso da tradição”. Ou seja, quando são instituídos ganham estatuto de legítimos representantes do passado e da memória histórica dos pernambucanos. Eles funcionam como um investimento de memória, pelos estímulos sensoriais do olhar e do ouvir e, quando são implantados no cotidiano e constantemente utilizados, passam a mobilizar fortes sentimentos de pertença, estimulando, nas multidões, uma relação quase que sagrada.²³⁰

Cunhou-se também uma medalha comemorativa, que, ao invés de representar simbolicamente os ideais de 1817, como foi proposto no concurso para a elaboração do monumento aos “heróis”, teve a inscrição de cada um dos nomes dos mártires. A medalha, criada pelo IAGP, mandada cunhar em Paris, aparece descrita nas páginas da *Revista do IAGP* da seguinte forma:

²²⁷ Vale ressaltar que Manuel Borba mantinha fortes alianças com o IAGP, intermediadas por Mário Melo, seu grande admirador. Durante o seu governo, que durou de 1915 a 1919, ele ajudou a instituição sair da crise que permanecia desde a demolição de sua sede, em 1911. Ele vai estabelecer uma política de apoio incondicional ao Instituto, ao financiar, junto com o governo federal, as comemorações do centenário de 1817, e posteriormente, em 1919, ao reconhecer a instituição como de “utilidade pública”, concebendo-a uma nova sede.

²²⁸ Sobre a descrição da bandeira e seus elementos simbólicos, fala-se: “considerando finalmente que essa bandeira é de uma estética simples e graciosa no seu simbolismo, significando o arco-íris, a concórdia oferecida às gentes que quiserem unir seus destinos aos dos pernambucanos; o sol, a pujança deste astro no equador, e a cruz a insígnia que serviu à primitiva designação no Brasil; (...) Esta bandeira é bicolor, azul escuro e branca, sendo as cores partidas horizontalmente, em suas seções desiguais e tendo, no retângulo superior e maior, azul, o arco-íris com uma estrela em cima e por baixo o sol, dentro do semicírculo; no inferior e menor, branco, uma cruz vermelha. O sol e a estrela são de ouro”. In: “A bandeira de Pernambuco”. Edição de comemoração do centenário da revolução de 1817. *Revista do IAGP*, V. XIX, ns. 95 a 98, 1917. p. 169-170.

²²⁹ “Hino do centenário”. Edição de comemoração do centenário da revolução de 1817. *Revista do IAGP*, V. XIX, ns. 95 a 98, 1917. p. 41-42.

²³⁰ RIVIÈRE, Claude. *As Liturgias Políticas*. Rio de Janeiro: Imago, 1989; RIBEIRO, Genes Duarte. “Cultura Histórica, memória e comemorações: o centenário de nascimento do presidente João Pessoa na Paraíba em 1978”. *Saeculum – Revista de História*. n 23, João Pessoa, jul/dez. 2010.

(...) no verso, bandeira da revolução e o leão do norte, ladeado de cana-de-açúcar e do algodão. No reverso um emblema republicano com os nomes dos mártires imolados em nome da lei; padre Roma, padre Miguelinho, padre João Ribeiro, Barros Lima, Amaro G. Coutinho, Padre Souza Tenório, Ignácio Leopoldo, Antonio Pereira, José Peregrino, Francisco J. Silveira, José Luiz de Mendonça, Domingos J. Martins, Antônio H. Rabelo, Domingos Teotônio.²³¹

Percebemos, portanto, uma clara intenção do IAGP de evidenciar e nomear os heróis do movimento de 1817, para que estes pudessem se eternizar na memória da população, junto a um emblema republicano. Além da medalha, foi produzido ainda, a pedido do IAGP e devido aos esforços do deputado Neto Campelo, uma edição especial de selo comemorativo, que circulou de 6 de março até setembro de 1917 por todo o Brasil.

A programação dos festejos do centenário em Pernambuco, e nos demais estados brasileiros onde foi comemorado o movimento de 1817, está descrita com bastante detalhe em uma edição comemorativa da *Revista do IAGP* de volume XIX, referente ao ano de 1917. Esta publicação conta com 523 páginas, nas quais podemos encontrar, além de uma densa descrição do evento, registros dos hinos cantados nas cerimônias, imagens da bandeira de Pernambuco, do selo comemorativo, da medalha e também algumas fotografias dos momentos mais significativos da festa. Nela, ainda há artigos que narram a história do movimento, evidenciando a trajetória de alguns mártires, e textos que comentam o prefácio do livro *História da Revolução de Pernambuco*, produzido por Oliveira Lima.²³²

Entretanto, a elaboração desta publicação, voltada exclusivamente aos pares, não seria suficiente para a divulgação das comemorações e da própria história da Revolução de 1817. Para isso, sabia-se, seria necessário colocar em prática outra estratégia de perpetuação da memória do evento, utilizando os veículos de ampla circulação, destinados a atingir o grande público. Nesse sentido, os sócios do IAGP, sob a gerência

²³¹Edição de comemoração do centenário da revolução de 1817. *Revista do IAGP*, V. XIX, ns. 95 a 98, 1917.p. 8.

²³² Destaquemos o seu índice: “1º centenário da Revolução republicana de 1817”; “A salinização do aniversário no Recife”; “Exposição de flores e frutas”; “Os mártires”; “Hino realista de 1817”; “A bandeira de Pernambuco”; “O cronista da revolução”; “O centenário no interior de Pernambuco”; “A comemoração nos estados: Acre, Amazonas, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Bahia, Espírito Santo, Capital Federal, São Paulo, Santa Catarina; “História da revolução de Pernambuco em 1817”; “A poesia na revolução emancipacionista de 1817”; “Documentos da revolução”. In: Edição de comemoração do centenário da revolução de 1817. *Revista do IAGP*, V. XIX, ns. 95 a 98, 1917.

de Mário Melo, vão solicitar aos diversos jornais pernambucanos, que produzam uma edição especial sobre o centenário. Só que nem todos os jornais do estado mantinham vínculos com o Instituto para atenderem às demandas apontadas por ele.

Dentre os importantes periódicos pernambucanos que não costumavam seguir as direções traçadas pelos historiadores do IAGP - mesmo tendo alguns sócios entre os seus principais colaboradores, como, por exemplo, Mário Melo -, e que faziam forte oposição ao governo de Manuel Borba, destacava-se o *A Província*. Este jornal não só não produziu uma edição especial, como também deu pouca visibilidade ao evento comemorativo, publicando apenas três artigos sobre os festejos. Em dois destes textos foram elaboradas críticas ao governo e até mesmo às festas, na medida em que se dizia que elas foram “simplesmente tristes e sem a nota popular”, por terem sido financiadas com o auxílio do estado:

Por isso, queira-nos desculpar o Instituto Arqueológico: por mais justas que sejam as homenagens aos heróis de ontem, elas são uma dolorosa ironia sobre os heróis de hoje. Sob certo ponto de vista, o que é que se comemora hoje? (...) basta olhar para a representação do estado, para o seu parlamento cercado pela força, para a humilhação que esse poder constitucional está passando, graças ao governo do dr. Manoel Borba, para ver que essa comemoração é uma mentira. (...) Com que frases nós, o povo pernambucano, nos associaríamos a essas festas convencionais?²³³

Dessa forma, entre todos os jornais pernambucanos, apenas o jornal *Diário de Pernambuco* organizou uma edição comemorativa para o centenário. Este fato confirma o estreito vínculo entre as duas instituições, uma vez que muitos dos intelectuais sócios do IAGP também contribuía no periódico, exercendo até mesmo a função de editores oficiais, além de atuarem como jornalistas, como é o caso de Mário Melo. Vale lembrar ainda que, entre os anos de 1911 a 1919, momento difícil de crise institucional do IAGP agravada com a falta de uma sede, suas reuniões passaram a ser feitas em um dos salões do próprio *Diário*. Ou seja, estas instituições funcionavam como lugares de sociabilidade intrinsecamente interligados, na medida em que o jornal servia não só como instrumento de divulgação das reivindicações do IAGP, mas também como espaço de trocas intelectuais e afetivas²³⁴. Enfim, foi exatamente este vínculo, que

²³³“Cem anos depois”. *A província*. 6 de março de 1917.

²³⁴ SIRINELLI, Jean-François. “Os intelectuais”. In : René Rémond (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: EdUfjf / Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

possibilitou a publicação comemorativa, na qual vamos encontrar grande parte dos artigos escritos pelos historiadores do Instituto, e a reprodução de alguns textos presente no número especial da *Revista do IAGP*.²³⁵

Sobre a publicação desta edição especial do *Diário de Pernambuco* há alguns comentários na *Revista do IAGP*, destacando os fortes laços que unem as instituições, além de frisar o fato de que este periódico se constituía como o órgão divulgador dos ideais do Instituto:

Este órgão da imprensa, o mais antigo da América Latina, fundado em 1825 e dirigido presentemente pelo dr. Carlos Lyra Filho, tendo como redator-chefe o dr. Manoel Caetano de Albuquerque Mello e como um dos redatores o dr. Mário Melo, 1º secretário perpétuo do Instituto Arqueológico, além do concurso prestado ao brilhantismo das festas – já cedendo seu salão de honra para as reuniões da comissão executiva dos festejos, já publicando todas as notícias referente ao grande facto – publicou a tarde do dia 6 uma edição especial (...). Sabemos que essa edição do *Diário* foi esgotada, tendo os nossos dignos colegas necessidade de fazerem uma nova tiragem para acorrer à procura que tiveram em seu balcão e mesmo para remeter aos seus assinantes. É uma prova, esse facto, do quanto agradou e foi bem acolhido pelo publico o esforço dos colegas.²³⁶

Nesta edição do *Diário de Pernambuco* referente ao dia 6 de março de 1917, logo na primeira página há uma ilustração de uma figura feminina como alegoria da República,²³⁷ segurando a bandeira do Brasil, tendo ao lado o “leão do norte”. Composto a imagem também podemos encontrar o brasão de Pernambuco e, ao fundo, o Campo do Erário, onde foram mortos os heróis da Revolução de 1817.²³⁸ Normalmente, a figura do “leão do norte” aparecia atrelada à Pernambuco nos círculos intelectuais da época, representando a “bravura” do povo desta terra²³⁹. Fazendo uma

²³⁵ Os artigos da *Revista do IAGP*, V. XIX, ns. 95 a 98, 1917 que foram reproduzidos na edição especial do jornal *Diário de Pernambuco* de 6 de março de 1917 foram: “A bandeira de Pernambuco”, “O clero e a Revolução de 1817”, “As academias secretas de Pernambuco”, “Um patriota de 1817”, sendo estes dois últimos textos escritos por Mário Melo.

²³⁶ Edição de comemoração do centenário da Revolução de 1817. *Revista do IAGP*, V. XIX, ns. 95 a 98, 1917.p. 75.

²³⁷ Era bastante recorrente nos jornais da época a representação da República ser feita através da figura de mulher. Inspirando-se na simbologia cívica francesa, esta alegoria retratava a Marianne, nome popular atrelado à ideia de República, liberdade e revolução. Estas reflexões podem ser encontradas nos textos de José Murilo de Carvalho. In: CARVALHO, José Murilo de. “República-mulher: entre Maria e Marianne.” *A formação das almas: O imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

²³⁸ Ver anexo.

²³⁹ Esta figura também costumava representar o próprio IAGP. Sobre a caracterização de Pernambuco como o “leão do norte” dizia-se: “É por isto que Pernambuco foi chamado – o Leão do Norte, temido pelo Sul, quando lembravam os vossos grandes homens, os grandes feitos d’esses, a expulsão dos holandeses, a revolução de 1817, a confederação do Equador, a revolução de 1848, recordando os nomes de João Fernandes Vieira, Vidal de Negreiros, Abreu e Lima, Mendonça, e até Nunes Machado.” In: “Discurso de

leitura rápida dos elementos que compõem essa ilustração, constatamos de imediato a tentativa de associar a ideia de república ao estado pernambucano, que, constituído por um povo revolucionário, lutou como um “leão” pelos valores republicanos desde 1817. Isto é, acreditamos que o fato de dispor, em uma mesma imagem, a figura que representa a república com a bandeira do Brasil, ao lado do “leão do norte” foi uma forma de evidenciar claramente que estado foi pioneiro dos ideais republicanos.

Esta edição possui 20 artigos, escritos em sua maioria por importantes membros do IAGP, como Oliveira Lima, Mário Melo, Zeferino Galvão, França Pereira e outros. Ela procurou manter uma linha de coerência, por meio da publicação de textos que exprimem ideias compartilhadas sobre o movimento de 1817 na instituição. Podemos dizer que há uma grande tentativa de situar o movimento de 1817, como prenúncio da Independência e da República, como se a história do Brasil, circunscrita à história de Pernambuco, caminhasse de maneira progressiva e certa para chegar a um fim: a república. Isto é, havia uma preocupação em definir as origens genuínas dos ideais que eram valorizados no presente.

Para isso, buscava-se construir narrativas históricas sincrônicas, baseadas em explicações causais, centradas na articulação de uma série de ocorrências mutuamente relacionadas. Produzia-se, assim, um passado histórico “revolucionário”, que ditava regras gerais e lições de conduta moral para o presente e para o futuro, interpretado de “frente para trás”, de forma teleológica.²⁴⁰ Dessa forma, a Revolução de 1817 era percebida como uma “incubadora” da independência, da república, da liberdade e da democracia. Logo na primeira página do jornal, dizia-se: “O Brasil republicano festeja na data de hoje um grande acontecimento que, como primórdio dos vivos da manhã de 1889, precipitou de modo assombroso o brado do Ipiranga.”²⁴¹

Além disso, investiu-se ainda na descrição detalhada da programação dos festejos do Centenário, para retratar a magnitude da comemoração. Comenta-se a missa campal, as sessões solenes, a inauguração de escolas, as passeatas e tudo que pudesse contribuir para a composição de uma festa nacional, digna de grande importância.

Leite e Oiticica”. Edição de comemoração do centenário da revolução de 1817. *Revista do IAGP*, V. XIX, ns. 95 a 98, 1917.

²⁴⁰ OAKESHOTT, Michael. “Fatos históricos.” *Sobre a História e outros ensaios*. Topbooks Editora. Rio de Janeiro, 2003.

²⁴¹ “Revolução republicana de 1817”. Edição especial às comemorações do centenário da Revolução de 1817. *Diário de Pernambuco*. Recife, 17 de fevereiro de 1917. P.1

Entretanto, não foi somente o *Diário de Pernambuco* que se debruçou sobre a agenda do Centenário com o intuito de engrandecer o evento. Também nos deparamos com o mesmo interesse no periódico *Jornal Pequeno*, que oferece um rico subsídio para a análise da festa.

Logo pela manhã do dia 6 de março antes mesmo da celebração da missa campal pelo arcebispo de Olinda, Sebastião Leme, com discurso do cônego Pereira Alves, orador do IAGP, deu-se início ao ritual da benção da bandeira da Revolução de 1817, que havia se tornado a bandeira de Pernambuco. A cerimônia foi assistida por “famílias de distinção social, cavaleiros de representação, populares em números incalculáveis”, como foi destacado no *Jornal Pequeno*. Logo no início do texto se registra:

A cidade amanheceu com um aspecto festivo. O comércio não abriu. Os bonds passavam repletos, automóveis cruzavam as ruas conduzindo famílias, todas em direção à praça da República.²⁴²

Depois da celebração da missa, o general Joaquim Ignácio comandou uma parada militar que contou com a participação dos alunos de escolas, associações cívico-militares, com uma apresentação da cavalaria da Força Pública e da Companhia de Guerra da Marinha²⁴³. Promoveu-se também o lançamento da pedra fundamental do monumento que seria erguido aos heróis de 1817, no local do pavilhão do jardim da Praça da República, antigo Campo do Erário.²⁴⁴ Neste local havia ocorrido o enforcamento de vários condenados pela participação no movimento de 1817.²⁴⁵ A

²⁴² “As festas de Hoje”. *Jornal Pequeno*. 6 de março de 1917.

²⁴³ Como forma de salientarmos a magnitude e o impacto visual que esta manhã comemorativa causara na população, destacamos a quantidade de homens que participaram da parada militar: “Esquadrão de Cavalaria 460 homens; Escoteiros pernambucanos 40 homens; Marinheiros 160 homens; Tiro de Natal que era puxado pela banda de música da bateria e comandado pelo capitão Baroncio, 100 homens; Tiro parahybano, comandado pelo tenente Alfredo Pinto, 180 homens; 49º batalhão de Caçadores, 240 homens; 1º batalhão de polícia, 240 homens; Tiro 13º, 60 homens; Tiro 126, 46 homens; Tiro 203, 80 homens; Tiro 44 de S. Bento, 25 homens; Tiro 144 de Catende, 60 homens; Bombeiros 40 homens; prefazendo todos o total de 1325 homens.” In: “As festas de Hoje”. *Jornal Pequeno*. 6 de março de 1917.

²⁴⁴ O lançamento da pedra fundamental da estátua que iria ser erguida aos heróis de 1817 estava programado originalmente para acontecer na Praça Dezessete, onde estava localizada uma estátua em homenagem ao Barão de Lucena. Depois de alguns protestos divulgados pela imprensa, o IAGP, por sugestão do sócio Pereira da Costa, decidiu pedir ao Conselho Municipal para que fosse reservada a Praça da República para o erguimento do monumento. In: RIBEIRO, Mariana dos Santos. “O IHGB, O IAGP e as comemorações do centenário da República de 1817”. In: *Construindo Histórias e Memórias: O IHGB e o IAGP em meio às celebrações dos centenários do movimento pernambucano de 1817*. Rio de Janeiro: PUC Rio, set. 2011.

²⁴⁵ Esses condenados foram: Antônio Henrique Rabelo, padre Antonio Pereira de Albuquerque, Amaro Coutinho, Domingos Teotônio Jorge, José de Barros Lima (apelidado de o “Leão Coroado”), José Peregrino Xavier de Carvalho e o vigário Tenório.

pedra fundamental continha a seguinte inscrição: “Homenagem do Governo do Estado e do Povo de Pernambuco aos compatriotas que implantaram pioneiramente a República no Brasil”. Terminava com uma frase de Oliveira Lima: “Com a Revolução de 1817 foi que a Nação Brasileira aprendeu verdadeiramente a combater e a morrer pela Liberdade.”

Toda a cerimônia foi celebrada por Mário Melo que leu uma ata que seria colocada em “uma caixa de zinco azul e branca”, juntamente com os jornais do dia e um exemplar da edição do livro *História da Revolução de 1817*, de Muniz Tavares, prefaciado por Oliveira Lima.²⁴⁶ Pouco depois das 9 horas da manhã, após a colocação da pedra fundamental, uma multidão partiu em passeata da Praça da República ao Palácio das Princesas.²⁴⁷

Descrevendo o brilhantismo da festa, dizia-se no *Jornal Pequeno*:

Era este o aspecto da cidade pela manhã. Alegria, entusiasmo, satisfação, em todos os semblantes. (...) vivas à República foram urgidos e, das sacadas de diversos sobrados, flores foram jogadas.²⁴⁸

Já na noite deste mesmo dia, houve uma sessão, com muitas pompas, no Teatro de Santa Isabel, que foi decorado para o evento com laços com as cores da bandeira de Pernambuco, e onde se podia ver “uma linda fonte luminosa”. A recepção estava marcada por um colorido bem natural, ornada por uma exposição de flores e frutas, que havia sido organizada por Apolinário Peres. A cerimônia estava lotada de convidados. Na *Revista do IAGP* salienta-se que não havia assento desocupado.²⁴⁹ As cadeiras da frente foram ocupadas pelos alunos das escolas e as restantes por convidados e sócios do IAGP; as famílias foram para os camarotes de 1º e 3º ordens. No palco estavam os membros da diretoria do IAGP e autoridades do governo de Pernambuco que, para darem início ao ritual cívico, fizeram longos discursos, permeados por hinos bem orquestrados pelo maestro Euclides Fonseca. Discursaram o governador Manuel Borba,

²⁴⁶ Edição de comemoração do centenário da revolução de 1817. *Revista do IAGP*, V. XIX, ns. 95 a 98, 1917. p. 30.

²⁴⁷ A passeata obedeceu ao seguinte itinerário: Praça da República, ponte Santa Isabel, ruas da Aurora, Riachuelo, Hospício, Floriano Peixoto, ponte da Boa Vista, ruas Barão da Victoria, Cabugá, Praça da Independência, Ruas 1º de março, 15 de novembro e Praça da República.

²⁴⁸ “As festas de Hoje”. *Jornal Pequeno*. 6 de março de 1917.

²⁴⁹ Edição de comemoração do centenário da revolução de 1817. *Revista do IAGP*, V. XIX, ns. 95 a 98, 1917. p. 39.

o presidente da comissão executiva dos festejos, o historiador Oliveira Lima, o arcebispo de Olinda e Recife, Dom Sebastião Leme e o general Joaquim Ignácio.

De acordo com a teoria do discurso político, segundo Quentin Skinner e A. Pocock, podemos dizer que os discursos políticos são, ao mesmo tempo, campos de ação simbolicamente construídos, práticas sociais e jogos de linguagem. Eles acionam agências intelectuais e físicas, tornando os seus autores, atores, que por meio da elaboração de performances textuais e gestuais, buscam mobilizar as emoções dos seus ouvintes. Os discursos são criações engajadas na ação política de seu tempo, tornando-se “atos de fala” na medida em que definem as “visões de mundo” de seus autores. Para que estes discursos sejam produzidos, é necessário lançar mão de uma gramática disponível, que deve ser compartilhada pelos demais para que possa se tornar compreensível. Ou seja, para cada coisa a ser dita, escrita ou impressa existe uma linguagem na qual ela pode ser expressa. E, quanto mais institucionalizada for esta linguagem, e quanto mais pública ela se tornar, mais vai estar disponível para os propósitos de seus locutores.²⁵⁰

Como salienta Claudia Viscardi, a implantação da República implicou na transformação da prática discursiva, pois, com a mudança do regime político, um novo discurso teve que ser produzido para que novas relações pudessem ser estabelecidas e compreendidas.²⁵¹ Assim, os emocionantes e longos discursos comemorativos, pronunciados na solenidade do Teatro de Santa Isabel, só puderam fazer sentido aos ouvidos da população, porque já havia sido iniciada a construção de uma cultura política republicana e uma cultura histórica de valorização do passado “republicano e revolucionário” de Pernambuco. Isto é, a linguagem que estava sendo compartilhada, naquele momento, estava sendo, mesmo que minimamente, apropriada pela população.

O primeiro a discursar foi Manuel Borba, destacando que a necessidade da memória dos mártires pernambucanos deve ser perpetuada, e que seria exatamente essa a função da comemoração do Centenário. Em comunhão com essa ideia, o próximo orador foi Oliveira Lima, que faz uma análise do movimento de 1817. Ele argumenta

²⁵⁰ POCOCK, J.G.A. “O conceito de linguagem e o *Métier D’Historien*”. *Linguagens do ideário político*. Tradução de Fábio Fernandez. Edusp. São Paulo, 2003; SKINNER, Quentin. “Meaning and understanding in the history of ideas”. *History and Theory*, 1969, 8 (1): 3-53.

²⁵¹ VISCARDI, Claudia. *As muitas faces da República: o ideal republicano e a montagem do federalismo oligárquico*. Tese de Professor Titular, Minas Gerais: Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2015.

que a Revolução de 1817 foi um esboço de organização política, como um verdadeiro ensaio democrático, baseado na liberdade de cada cidadão, que não se limitava somente aos brancos. Ou seja, Oliveira Lima deixa clara a sua “suspeita”, de que uma das proclamações do governo provisório, implantado em 1817, referiu-se à abolição do trabalho escravo.²⁵² Outro ponto interessante em sua fala é o fato de ressaltar que o movimento tivera um caráter nacional. Em suas palavras:

A revolução de 1817 foi, bem examinada, muito mais do que um movimento local: foi um movimento nacional. Geograficamente circunscrita, amplia-se sociologicamente. Nacional era o seu pessoal: promoveram-na e ampliaram-na os fatores da inteligência, da atividade e da riqueza, do reino brasileiro (...).²⁵³

Nesse sentido, uma das principais preocupações de Oliveira Lima era afastar, o quanto fosse possível, a ideia de que o evento tinha um conteúdo separatista. A experiência republicana de 1817 deveria ser representada como um movimento que teria partido de um projeto das províncias do Norte, mas que pretendia um modelo de república federativa para todo o Brasil. Sobre esta questão, ele afirmou:

O padre João Ribeiro, a mais notável e a mais tocante das personagens da revolução, teve a pronta intuição de que era pouco viável a organização autônoma de tantas pequenas repúblicas. Elas deviam formar constelação, ligar-se por laços políticos indissociáveis e consagrar essa união erigindo uma capital geograficamente central.²⁵⁴

A tentativa de enfatizar que o movimento de 1817 não teve interesse separatista, estando marcado por um caráter nacional, também partiu do historiador Pedro Celso. Ele discursou na noite do dia 7 de março, em outra sessão realizada pelo IAGP no Teatro de Santa Isabel, dando continuidade à programação do Centenário. A solenidade ocorreu com o intuito de honrar os delegados de outros estados e os representantes de

²⁵² Vale ressaltar que na sessão solene organizada no IHGB, o seu orador oficial, o historiador pernambucano Barbosa Lima, vai alegar o mesmo, ressaltando que as duas grandes medidas que imortalizaram os estadistas Pernambucanos de 1817 foram as que se contém nos decretos de 15 de Março e 7 de Abril, que antecederam de mais de meio século as leis de 13 de Maio e 28 de Setembro no Império e o Dec. de 7 de Janeiro do Governo Provisório da segunda República Brasileira. In: Discurso de Barbosa Lima na sessão do IHGB. Edição de comemoração do centenário da revolução de 1817. *Revista do IAGP*, V. XIX, ns. 95 a 98, 1917. p. 391.

²⁵³ Discurso de Oliveira Lima. Edição de comemoração do centenário da revolução de 1817. *Revista do IAGP*, V. XIX, ns. 95 a 98, 1917. p. 47.

²⁵⁴ *Ibidem*. p. 42.

associações históricas e científicas, sendo distribuídos por Mário Melo certificados e diplomas de participação no evento.²⁵⁵ Em seu discurso, Pedro Celso afirmou que a Revolução de 1817 não havia tido um caráter regional, pois, antes de qualquer coisa, visava-se à integração do Brasil. Portanto, para ele, “a pátria dos heróis de 1817, não foi outra senão essa mesma pátria *brasileira*, como grandiosas ressalta dos processos e fins da mesma revolução”.²⁵⁶

O clima de comemoração prolongou-se até o dia seguinte, 8 de março, quando, novamente no Teatro de Santa Isabel, houve mais um sessão. Ela foi realizada com o objetivo de dar início à “Liga contra o analfabetismo”. Num país em que o analfabetismo era considerado a maior chaga, Mário Melo, em nome do Instituto Arqueológico, telegrafou aos juízes de direito, prefeitos e presidentes de conselhos, além dos vigários dos municípios do interior, pedindo-lhes uma ação conjunta para que, no dia 6 de março de 1918, fosse fundada, ao menos em cada município, uma escola pública com o nome dos mártires do movimento de 1817²⁵⁷. Sobre este último dia de solenidade, com a sessão dirigida pelo presidente do IAGP e o desembargador Primitivo Miranda, o jornal *Diário de Pernambuco* chamou atenção para a proveitosa lição cívica que o IAGP proporcionou à mocidade, como forma de enaltecer a memória dos mártires de 1817²⁵⁸.

Além disso, podemos dizer que os festejos do Centenário tiveram grande repercussão no Brasil, alastrando-se por vários estados, sendo irradiados do Acre até o Rio Grande do Sul. Na capital federal, por iniciativa de alguns historiadores do IHGB, deu-se certo vulto à comemoração do evento, que contou com sessão especial na Câmara dos Deputados, a fundação de escolas com o nome dos heróis, além de

²⁵⁵ Nesta sessão discursou ainda Manuel Dantas, representante do Rio Grande do Norte e Leite Oiticica, representante de Alagoas, com recitação de um poema chamado “poeta da Bandeira”, por Bianor de Medeiros.

²⁵⁶ Discurso de Pedro Celso. Edição de comemoração do centenário da revolução de 1817. *Revista do IAGP*, V. XIX, ns. 95 a 98, 1917. p. 79-80.

²⁵⁷ Foram fundadas escolas: Recife – José Luiz de Mendonça; Agua Preta – Padre Muniz Tavares; Nazareth – Padre João Ribeiro; Correntes – Domingos Theotônio; Alagoa de Baixo – Domingos José Martins; Bom Conselho - Domingos Theotônio; Buique – Leão Coroado; Igarassu - Domingos Theotônio; Caruaru – Abreu e Lima e Padre Miguelinho; Palmares – Abreu e Lima; Bello Jardim – Padre Roma; Vertentes – Padre Roma; Petrolina – Frei Caneca; Pau D’alho – Deão Bernardo Portugal; Goyanna – Padre Roma; Garanhuns – Frei Caneca ; Triunfo - Domingos Theotônio; Salgueiro – Leão Coroado; Flores - Leão Coroado; Villa Bella - Leão Coroado; Exu – Barros Lima; São José do Egito – Padre Miguelinho; Belmonte – Padre Roma; Jaboatão – Barros Lima; Gloria do Goita – Padre Roma; Floresta – Abreu e Lima; Granito – Padre Roma; Custódia – Padre Tenório. In: Edição de comemoração do centenário da revolução de 1817. *Revista do IAGP*, V. XIX, ns. 95 a 98, 1917. p. 133.

²⁵⁸ “As festas hoje”. Edição especial às comemorações do centenário da Revolução de 1817. *Diário de Pernambuco*. Recife, 6 de março de 1917.

cerimônias solenes em importantes instituições. Desse modo, na manhã do dia 6 de março, organizou-se no Arquivo Nacional uma exposição dos 17 volumes do “Processo da Revolução”, de autoria do revolucionário do movimento, Luiz de Mendonça. Na noite deste mesmo dia, realizou-se ainda uma sessão solene no IHGB, sob a presidência do Conde de Afonso Celso, presidente perpétuo da instituição, onde estavam presentes vários expoentes da sociedade brasileira, como o presidente da República, Wenceslau Brás, Ramiz Galvão, Max Fleuiss, secretário perpétuo, Basílio de Magalhães e Barbosa Lima, orador oficial da cerimônia.

Em seu discurso, Barbosa Lima tece algumas críticas à historiografia imperial, pois, a seu ver, grande parte dos autores que se aventuraram a escrever sobre os episódios históricos ocorridos no século XIX, havia obscurecido a história dos heróis de 1817. Para o recifense, que já estivera à frente do governo de Pernambuco²⁵⁹, e que mantinha ótimas relações com os círculos políticos do Rio de Janeiro, estes homens deveriam ocupar o mesmo patamar de grandeza de outros personagens da história nacional como, por exemplo, Tiradentes. No entanto, ele afirmava que, ao invés disso, o evento era ainda um curioso tema de erudição estéril, lembrado e discutido apenas pelos brasileiros doutores. Terminando o seu discurso, Barbosa Lima declara:

A revolução de 1817 em Pernambuco – vaticina um de seus mártires que lhe escreveu a história, - bem que mui pouco durasse, fará sempre época nos anais do Brasil: Tempo virá talvez em que o dia 6 de março, no qual ela foi efetuada, será para todos os brasileiros um “Dia de festa nacional”.²⁶⁰

De certa forma, podemos dizer que havia um esforço de alguns historiadores do IHGB em conformar o evento pernambucano no conjunto da memória nacional republicana. O problema é que, quase sempre, essa conformação se dava em uma dimensão aquém das expectativas do IAGP, que reivindicava não só o reconhecimento da importância do passado histórico “revolucionário” de 1817, mas, sobretudo, a ideia da prioridade de Pernambuco como o lugar da gênese da nacionalidade brasileira, porque aí surgiram os ideais republicanos e de igualdade entre as raças. Portanto, para o Instituto pernambucano era necessário defender o papel desempenhado por Pernambuco na memória nacional. E, para reforçar ainda mais a importância do passado histórico do

²⁵⁹ Barbosa Lima foi nomeado governador de Pernambuco no período florianista.

²⁶⁰ Discurso de Barbosa Lima na sessão solene do Centenário de 1817. Edição de comemoração do centenário da revolução de 1817. *Revista do IAGP*, V. XIX, ns. 95 a 98, 1917. p. 414.

estado, a instituição vai utilizar da mesma estratégia política em 1924. Isto é, sete anos depois, vai se empenhar novamente na organização de uma programação grandiosa de mais um evento cívico: as comemorações do Centenário da Confederação do Equador.

3.3- As comemorações do Centenário da Revolução de 1824

Nesta Capital como nas cidades de interior, promovem-se festas que, pelo seu brilhantismo, revelam, bastante, o sentimento cívico dominante no espírito de todos quantos concorrem para a sua realização. Em diversas partes do Brasil, sobretudo nas capitais dos estados, efetuar-se-ão outros tantos festejos por esses motivos, tradutores, todos, do brilho, para a nossa história, do glorioso feito de 1824.²⁶¹

Agora que a república com a federação é uma brilhante realidade, efetivada sem a vibração dos recontros patrióticos, em 1889, em comemoração ao centenário da proclamação da Confederação do Equador, que é um elo de ouro na sucessão dos grandes acontecimentos pátrios, escrevemos a sua história, com o fim de promover a restauração eficiente dos nossos valores nacionais e ao mesmo tempo o processo de tão injusta e iníqua sentença. (BRANDÃO, Ulisses. 1924)²⁶²

Em 1923 o IAGP que, a partir de 1919 passou a se chamar Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, IAHPG, resolveu comemorar o centenário da chamada Revolução de 1824, dirigindo-se ao Congresso legislativo do estado com o objetivo de conseguir financiamento para os festejos. Apoiando o programa delineado pelo Instituto, os deputados promulgaram a lei de nº 1598 que tratava do que deveria ser feito neste novo momento comemorativo. Decretava-se, que as festas cívicas deveriam durar três dias e possuir um caráter popular, com entradas gratuitas em cinemas e teatros; que o governo estadual e o federal patrocinassem tanto a emissão de selos postais comemorativos, quanto instituíssem o dia 2 de julho como uma festa nacional, tornando esta data feriado em todo o país; que o IAHPG construísse um monumento aos heróis do movimento em uma das praças do Recife; cunhasse duzentas medalhas comemorativas; e elaborasse uma exposição geral. Além disso, a instituição

²⁶¹ “Cem anos depois.” *Jornal do Commercio*. Recife, 2 de julho de 1924.

²⁶² BRANDÃO, Ulisses. “A confederação do Equador no espaço e no tempo”. Edição especial às comemorações do centenário da Revolução de 1824. *Diário de Pernambuco*. Recife, 2 de julho de 1824; BRANDÃO, Ulisses. “A confederação do Equador no espaço e no tempo”. Edição de comemoração do centenário da revolução de 1824. *Revista do IAGP*, v. XXVI, ns. 123 a 126, Recife, 1924. p. 289.

também teria que promover um concurso para a produção de um trabalho monográfico sobre a Confederação do Equador, sendo este publicado em uma edição especial da *Revista do IAHGP*.

Nesse sentido, o IAHGP novamente vai se dedicar às articulações políticas com o governo de Pernambuco e com o governo federal, na intenção de angariar investimento e visibilidade, não só para o próprio instituto, como também para a história do estado pernambucano. Visava-se promover uma comemoração cívica que ressaltasse a grandiosidade do evento histórico, tal qual havia sido feito em 1917 com a Revolução de 1817, tornando-o “glorioso” e digno de ingressar no “panteão nacional”.

No entanto, nem tudo o que foi prometido conseguiu ser cumprido. O monumento aos heróis de 1824 não pôde ser erguido, pois a comissão julgadora desclassificou os dois projetos apresentados. A exposição geral foi transferida para o dia 18 de outubro, em virtude da cheia do Capibaribe ter dificultado as comunicações com o interior. Em relação ao concurso para a publicação do trabalho monográfico sobre o movimento, segundo parecer assinado por Mário Melo, na sessão de 21 de fevereiro de 1924 - presente na edição comemorativa da *Revista do IAHGP* - não houve uma concorrência efetiva. Apenas o historiador Ulisses Brandão se candidatou, sendo, portanto, o único concorrente e vencedor do concurso. Isso nos faz pensar se realmente não houve a inscrição de outros concorrentes (o que demonstraria pouco interesse no concurso), ou se o IAHGP manipulou a competição, com interesse de promover o trabalho desse historiador. Não é possível, contudo, saber ao certo o que aconteceu. Sobre o texto Ulisses Brandão, denominado, *A Confederação do Equador*, ressalta Mário Melo:

O dr. Ulisses Brandão estuda, com elevação de vistas, tanto cronológica como sociologicamente, o movimento republicano de 1824, desde os antecedentes remotos, e como tais ele considera a insurreição pernambucana contra o domínio holandês – o despertar do gênio pernambucano – e a república de 1710, até os antecedentes mais próximos – o areópago de Itambé com o seu sonho de uma república sob o patrocínio de Napoleão, a propaganda democrática no seio das sociedades secretas, a gloriosa revolução de 1817, e a revolução constitucional de 1821, determinante da independência de Pernambuco, antes da Independência do Brasil.²⁶³

²⁶³ MELO, Mário. “Parecer do IAHGP aprovado em sessão de 21 de fevereiro de 1924”. Edição de comemoração do centenário da revolução de 1824. *Revista do IAGP*, v. XXVI, ns. 123 a 126, Recife, 1924. p. 13.

Como foi apontado pelo autor do parecer, o trabalho pode ser entendido como uma reafirmação da interpretação que via os eventos pernambucanos em uma linha evolutiva até a República. O viés explicativo de Ulisses Brandão situava a Confederação do Equador como produto de uma cadeia de acontecimentos passados, que se articulavam de forma indissociável. Desse modo, para ele, a origem desta cadeia de eventos sucessivos estava no século XVII, com a Restauração Pernambucana, passando pelo movimento de 1710 (Guerra dos Mascates); pela chamada “Conspiração dos Suassunas” (1801); pela experiência republicana de 1817; pelo movimento de Goiana (1821); para, finalmente, culminar na Confederação do Equador (1824). Isto é, todos esses eventos faziam parte da mesma linha, por onde perpassava o “gênio pernambucano”, entendido como uma característica peculiar deste povo, que lutou apaixonadamente pelos princípios patrióticos, republicanos e democráticos.

Nessa época, Mário Melo já havia sido nomeado secretário perpétuo do IAHGP, cargo dado a ele como retribuição por sua dedicação à instituição na segunda década do século XX. Foi durante esta difícil fase pela qual passara o Instituto, que ele, juntamente com Oliveira Lima, trabalhara na dianteira das comemorações do Centenário da Revolução de 1817, contribuindo para seu sucesso, garantindo maior visibilidade nacional ao IAHGP e à própria história de Pernambuco. Enfim, no ano de 1924, Mário Melo - atuando na posição estratégica de grande gerenciador das atividades desenvolvidas pelo Instituto, e como um historiador que já havia angariado prestígio nos diversos meios políticos e culturais do país - vai fazer jus a sua fama de “alma das comemorações”. Isso porque, ele, mais uma vez, vai estar à frente da organização de festas cívicas em nome do Instituto.

Os festejos do dia 2 de julho de 1924 tiveram início antes mesmo das 7 horas da manhã. Começou com uma parada militar composta por 700 homens, que circularam da Praça barão de Lucena até o Largo das Cinco Pontas, próximo aonde foi fuzilado Frei Caneca, o maior herói deste evento. As tropas aí permaneceram para a celebração da missa campal, oficiada pelo arcebispo metropolitano de Olinda e Recife, D. Miguel de Lima Valverde. Segundo consta nas fotografias que compõem a edição comemorativa da *Revista do IAHGP* (volume XXVI, com 450 páginas), a praça estava repleta de pessoas. Encontrava-se ornada por uma decoração festiva, nas cores de Pernambuco, e com numerosos escudos com as armas da Confederação. Além disso, por detrás do altar

da missa, estava “desfraldada aos ventos” uma grande bandeira do movimento, confeccionada especialmente para a solenidade, e que, depois do evento, foi recolhida ao museu do Instituto.²⁶⁴

Durante a tarde deste mesmo dia, ocorreu um dos momentos mais significativos desta festa cívica. O lançamento da pedra fundamental do Palácio da Justiça, que se estenderia da Rua do Imperador Pedro II até a Rua João do Rego. A escolha do dia do Centenário da Revolução de 1824 para inaugurar o projeto do edifício que representaria a justiça do estado, tinha forte sentido para os organizadores do evento e demais autoridades. Isso porque este momento parecia ser não só uma oportunidade para o governo de Pernambuco angariar maior visibilidade e prestígio nacional, como também se configurava como uma boa estratégia política para possibilitar maior respaldo e popularidade para as comemorações do evento. Desse modo, os discursos feitos durante a cerimônia procuraram construir uma narrativa que estabelecesse uma clara relação entre o passado “revolucionário” do estado e seu presente republicano. Comparava-se o movimento de 1824 com o lançamento da pedra, afirmando que nos dois momentos, tanto Manoel de Carvalho como o governador Sergio Loreto estavam em busca da validação da justiça. Ressaltou um dos oradores, o procurador do estado, Manoel Arthur de Sá Pereira:

O dia escolhido, meus senhores parece antes uma determinação simbólica do destino, do que ocasional coincidência de ideais e de fatos. Dois de julho de 1824 foi o primeiro protesto objetivo contra o predomínio da Injustiça imperialista, a primeira pedra lançada no caminho do absolutismo de Pedro I, estorvando-lhe os assomos autoritários, e demonstrando aos novos dirigentes que, divorciado da nação, nenhum regime político poderá manter-se na paz e na ordem. (...). Lançando os fundamentos do palácio da justiça, exmo. Sr. Dr. Sergio Loreto parece que correspondeis aos apelos das proclamações democráticas de Manoel de Carvalho, do ardente patriotismo de frei Caneca, que de armas na mão por outra coisa não pugnaram senão pela justiça, pela justiça como sabeis praticar (...).²⁶⁵

Este momento solene foi seguido por discursos de Sergio Loreto, do presidente do Tribunal de Justiça, Abdias de Oliveira, e do procurador do estado, Manoel Arthur

²⁶⁴Edição de comemoração do centenário da revolução de 1824. *Revista do IAGP*, v. XXVI, ns. 123 a 126, Recife, 1924.p. 389.

²⁶⁵Discurso do procurador geral do estado, Manoel Arthur de Sá Pereira. Edição de comemoração do centenário da revolução de 1824. *Revista do IAGP*, v. XXVI, ns. 123 a 126, Recife, 1924. p. 397-399.

de Sá Pereira. Por fim, ouviu-se o hino do estado. Envolvendo a pedra fundamental, estava a bandeira de Pernambuco. Na cava do bloco foram colocados todos os jornais do dia, moedas, cartões, e, no fim da cerimônia, depois de todas as autoridades presentes terem assinado a ata da sessão, lançou-se a pedra fundamental.

Logo em seguida, foram todas as autoridades presentes nesta celebração para o salão do Palácio da Praça da República, onde aconteceu a recepção oficial das comemorações. Ali se encontravam para apresentar congratulações: alguns integrantes da Câmara dos Deputados do estado e do Conselho Municipal do Recife, congressistas federais, membros do Tribunal de Justiça, representantes do corpo consular estrangeiro, o comandante da Região Militar e a oficialidade do Exército e da Força Pública, além de figuras representantes de algumas associações políticas e culturais. No programa oficial também estava marcado para esta tarde uma passeata escolar, da qual participaram professores e alunos de diversos grupos escolares do Recife. O cortejo partiu da Praça Adolfo Cirne, onde estava a Faculdade de Direito, ao som de uma banda de música que entoava cânticos patrióticos em homenagem aos mártires de 1824. A marcha, que trazia crianças e jovens para integrar a festa, buscava proporcionar à juventude os devidos ensinamentos morais e cívicos, para que os personagens do “passado histórico revolucionário” de Pernambuco fossem perpetuados para as próximas gerações.

À noite, no Teatro de Santa Isabel houve mais uma cerimônia solene, descrita com detalhes no número especial comemorativa da *Revista do IAHGP*. Foi uma noite memorável e bela, uma “festa empolgante de inteligência e de civismo”. O saguão do teatro estava ornado com folhagens, flores, crótons e palmeiras, além de um imponente monumento de Frei Caneca, no qual figurava, em sua mão direita, a bandeira da Confederação do Equador, enquanto sua mão esquerda se apoiava na cabeça de um leão. No pedestal liam-se os dizeres: “2 de julho de 1824” e “Frei Joaquim do Amor Divino Caneca”. Já o interior do teatro via-se ornado por fitas azuis, brancas, verdes e amarelas, e por escudos do movimento de 1824.²⁶⁶ A sessão foi secretariada por Mário Melo, que organizou uma mesa com diversas autoridades que deveriam discursar, durante a cerimônia. Compunham a mesa: o governador do estado; o historiador Pedro Celso, presidente do IAHGP; o deputado Eurico Chaves, que viera representar o presidente da República; o jornalista e, na época, Secretário de Justiça, Aníbal

²⁶⁶ “A sessão cívica.” Edição de comemoração do centenário da revolução de 1824. *Revista do IAGP*, v. XXVI, ns. 123 a 126, Recife, 1924. p.405.

Fernandes; D. José Pereira Alves, bispo de Natal; o cônego Henrique Xavier, presidente da Câmara dos Deputados; e o professor Sergio Loreto Filho.

Os discursos proferidos neste evento cívico contemplavam os debates historiográficos que permeavam tanto as páginas da *Revista do IAHGP* como a dos jornais pernambucanos da época. Centravam-se, principalmente, na exaltação dos feitos pernambucanos, pensando-os como movimentos de aspirações nacionais e patrióticas, rejeitando a ideia de que a Confederação do Equador tivera um caráter separatista. O primeiro a discursar foi o historiador Pedro Celso, abrindo a sessão às 21 horas, após a execução do hino do estado, orquestrado e cantado por alunos da Escola Normal. Em sua fala, ele argumenta que não era somente Pernambuco e os seis estados do Norte que comemoravam o Centenário, e sim, todo o Brasil, pois o país por inteiro havia se beneficiado da implantação do regime republicano federativo, “cuja semente desde aquele tempo ficou plantada para não mais morrer.”²⁶⁷ O próximo a falar foi Aníbal Fernandes, que declarou que o movimento de 1824 se constituía, sobretudo, como uma “revolução constitucionalista”, já que visava restabelecer o princípio constitucional que o Imperador postergava. Além disso, ressaltou também que os pernambucanos não queriam o desmembramento nacional, sendo o movimento uma “revolução nacionalista”. Isto é, segundo Celso e Fernandes, o movimento não era separatista, pois o pensamento central do manifesto de Manoel de Carvalho era em defesa da união nacional.²⁶⁸

Ao final dos longos e exaltados discursos, foi distribuído o número comemorativo da revista, *Ilustração Brasileira*, publicado no Rio de Janeiro e inteiramente dedicado à história de Pernambuco. A cerimônia foi encerrada com um concerto vocal e instrumental, que entoava hinos patrióticos regidos pelo maestro Euclides Fonseca.

Em diversos estados do Brasil o dia 2 de julho também foi comemorado. Na capital federal, algumas instituições vão organizar grandiosas cerimônias cívicas. O Arquivo Nacional, por exemplo, colocou em circulação documentos relativos à província de Pernambuco, datados de 1823 a 1824, correspondências trocadas entre os

²⁶⁷ Discurso de Pedro Celso. Edição de comemoração do centenário da revolução de 1824. *Revista do IAGP*, v. XXVI, ns. 123 a 126, Recife, 1924. p. 406.

²⁶⁸ Discurso de Aníbal Fernandes. Edição de comemoração do centenário da revolução de 1824. *Revista do IAGP*, v. XXVI, ns. 123 a 126, Recife, 1924. P. 408.

seus governadores e a corte, o fac-simile das assinaturas de diversos chefes revolucionários. Também circulou os retratos de Frei Caneca, Manoel de Carvalho e José da Natividade Saldanha.²⁶⁹ Já o IHGB, promoveu uma sessão solene presidida por Arthur Bernardes, presidente da República, com o discurso oficial do Conde de Afonso Celso, presidente da Casa. Segundo Mariana Ribeiro, os discursos proferido nesta ocasião buscaram situar o movimento de 1824 como um evento de menor importância nacional. Isso porque, para os oradores, ele significava, de forma muito mais evidente do que a Revolução de 1817, a proeminência do projeto de sedição e insubordinação do Norte para com o Império.²⁷⁰ Vê-se, assim, muito claramente, as disputas por conformação das memórias nacional e regional, que podiam convergir ou divergir em relação à interpretação de um episódio e de seu “valor”, durante a Primeira República. Ou seja, foi uma tarefa demasiado complexa, que os historiadores pernambucanos tiveram que enfrentar para ressignificar o viés separatista de 1824 e transformar a Confederação do Equador em um símbolo da nacionalidade.

Na *Revista do IAHGP* consta que a imprensa pernambucana colaborou fortemente com as comemorações, elaborando edições especiais com uma farta quantidade de artigos sobre o evento histórico. Entretanto, não foi isso que constatamos ao nos deparar com os principais periódicos, uma vez que somente o jornal *Diário de Pernambuco* produziu uma tiragem completa em homenagem ao Centenário da Confederação do Equador. Dessa forma, confirma-se o forte vínculo deste jornal com o Instituto Arqueológico, já que, novamente pudemos encontrar nele, a reprodução de alguns textos presentes na *Revista do IAHGP*.²⁷¹

Os periódicos, *Jornal do Commercio*, *A Província* e *Jornal do Recife*, mesmo não produzindo uma edição especial comemorativa, contaram com alguns textos sobre o movimento de 1824 e sobre a programação das festas. Dentre os artigos mais significativos presentes nestes jornais, ressaltamos os de autoria de Mário Melo. Eles se

²⁶⁹ “Cem anos depois. A revolução de 1824. As brilhantes festas de hoje comemorativas do notável fato histórico.” Edição especial às comemorações do centenário da Revolução de 1824. *Diário de Pernambuco*. Recife, 2 de julho de 1824.

²⁷⁰ RIBEIRO, Mariana dos Santos. “O IHGB, O IAGP e as comemorações do centenário da República de 1817”. In: *Construindo Histórias e Memórias: O IHGB e o IAGP em meio às celebrações dos centenários do movimento pernambucano de 1817*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, set. 2011.

²⁷¹ Dentro os artigos reproduzidos estão: uma parte do capítulo final trabalho, *Confederação do Equador*, de Ulisses Brandão, texto denominado “A confederação do Equador no espaço e no tempo”; um texto de Samuel Campello, “O teatro em 1824”; e “Confrontos e comentários. Revoluções gêmeas 1817-1824”, de Pedro Celso.

destacam por serem bastante longos, tomando mais de uma página das edições. Inclusive, em um destes extensos textos, denominado, “A Confederação do Equador. Diário da Revolução de 1824. Anotações por Mário Melo”, presente no *Jornal do Commercio*,²⁷² enfatiza-se sua contribuição como historiador-jornalista já consagrado, uma vez que ele já escrevera na primeira e segunda página do periódico. Isso nos leva a pensar que a escrita historiográfica produzida por Mário Melo, em 1924, era bastante conhecida entre os leitores. Como se a sua opinião sobre o assunto fosse tão valorizada, que ele tinha o privilégio e a autoridade suficientes para tecer “anotações” assinadas nas primeiras folhas do jornal, sobre o percurso do movimento de 1824 e o fuzilamento de Frei Caneca.

Já a edição especial publicada pelo *Diário de Pernambuco*, é composta por um total de 20 páginas, com 16 delas trazendo inúmeros artigos de vários intelectuais pernambucanos, imagens, alegorias e a transcrição de importantes fontes, como, por exemplo, o projeto de Constituição proposto por Manoel de Carvalho. Em sua primeira página há uma homenagem à honra dos “heróis imortais da revolução gloriosa de 1824!”, onde podemos encontrar uma alegoria do fuzilamento de frei Caneca. E, com a imagem, apresenta-se a frase: “Tem fim a vida daquele que a pátria não soube amar! A vida do patriota não pode o tempo acabar.”²⁷³

Na comemoração, a morte de frei Caneca foi considerada como o momento mais emblemático da Revolução de 1824, na medida em que era comumente escolhida para representar o movimento. Assim, em muitos dos textos deste jornal, o episódio foi explorado, fazendo de frei Caneca o grande herói de 1824. A “alma da revolução”, como diria A. Fernandes²⁷⁴. A figura de frei Caneca era, inclusive, comparada à própria terra pernambucana, “altiva acrópole da liberdade”, que firmou toda a sua existência com o objetivo de lutar.²⁷⁵ Havia, portanto, uma iniciativa para fazer de frei Caneca um

²⁷² “A Confederação do Equador. Diário da Revolução de 1824. Anotações por Mário Melo”. *Jornal do Commercio*. Recife, 2 de julho de 1924.

²⁷³ Ver anexo.

²⁷⁴ FERNANDES, Aníbal. “A jornada republicana de 24”. Edição especial às comemorações do centenário da Revolução de 1824. *Diário de Pernambuco*. Recife, 2 de julho de 1924. p. 14.

²⁷⁵ CARREIRO, Carlos Porto. “Frei Caneca. Conferencia no ‘Centro Pernambucano’ do Rio de Janeiro”. Edição especial às comemorações do centenário da Revolução de 1824. *Diário de Pernambuco*. Recife, 2 de julho de 1924. p. 7-8.

mito vivificado, através da construção de um herói imortal, um exemplo a ser seguido, da mesma altitude que Tiradentes.²⁷⁶

A maioria dos artigos presente nesse periódico vai tecer narrativas que colocam a Confederação do Equador como o amadurecimento das reivindicações postuladas em eventos históricos anteriores. Isto é, 1824 foi construído como uma resultante do espírito de altivez do povo pernambucano, que muito combateu em favor dos ideais liberais e republicanos, que eram nacionais. Buscava-se, portanto, provar, incisivamente, que as origens destes valores estavam vinculadas aos movimentos pernambucanos, ao invés de serem associadas à Inconfidência Mineira, como o faziam os “nossos compatriotas do sul”. Sobre este ponto, destaca o historiador J. A. Correia de Araújo:

Vozes adversas de nossos compatriotas do sul do país, obscurecendo as virtudes dos mártires republicanos olindenses de 1710, dão a Minas Gerais a prioridade do ideal republicano, em face da malograda revolução a que se chamou de *Inconfidência*, ocorrida 79 anos depois do movimento revolucionário nativista dos republicanos de Olinda. (...) Não estranhemos essas pretensões de superioridade do sul sobre o norte, porque elas sempre se exteriorizaram nos menores atos da política e das letras.²⁷⁷

Dessa forma, percebemos claramente um clima de rivalidade e disputa pelo lugar de honra na história nacional, que, para o autor, colocava de um lado, os defensores da Conjuração Mineira, e de outro, os defensores da prioridade pernambucana. Porém, ao mesmo tempo, percebemos também a necessidade de amenizar estes combates regionais e locais por memória, entre os estados do Norte e do Sul. O interesse era construir uma narrativa que organizasse os movimentos “revolucionários”, atribuindo a eles um sentido patriótico nacional, e não sectarista. Assim, foi preciso criar uma espécie de discurso conciliatório, que minimizasse o

²⁷⁶ Segundo Loiva Otero Felix o fundamento mito-político desempenhava um papel que articulava a memória e a imaginação. Lembra ainda a autora que essa aproximação entre memória e imaginação implica em uma noção de tempo que associa “o recordar ao reinventar”. In: FÉLIX, Loiva Otero. *História e memória: a problemática da pesquisa*, Passo Fundo: Ediupf, 1998. Apud. RIBEIRO, Genes Duarte. “Cultura Histórica, memória e comemorações: o centenário de nascimento do presidente João Pessoa na Paraíba em 1978”. *Saeculum – Revista de História*. n 23, João Pessoa, jul/dez. 2010.

²⁷⁷ ARAÚJO, J. A. Correia de. “A prioridade de Pernambuco nas ideias liberais.” Edição especial às comemorações do centenário da Revolução de 1824. *Diário de Pernambuco*. Recife, 2 de julho de 1824.p. 8.

caráter separatista da Confederação do Equador, com o objetivo de torná-lo um evento histórico nacional em defesa da República e da Democracia.

Sobre esta questão, em seu artigo, Mário Melo, vai alegar que a Revolução de 1824 – que para ele sempre foi vista com muito desdém entre os “historiadores do sul”, sendo considerada como uma “revolução separatista” – foi um movimento em defesa de todos os brasileiros. O argumento do autor se embasa em dois documentos escritos por Manoel de Carvalho: a proclamação da Confederação, e um manifesto dirigido aos “brasileiros do sul”. Sua explicação vinha da seguinte forma:

Se a revolução de 1824 visasse unicamente á separação do norte do sul e não a implantação do regime republicano no Brasil, não teria Carvalho, no seu manifesto “aos brasileiros do sul” convidados estes patricios a seguirem o exemplo dos “valentes de seis províncias do norte, que vão estabelecer um governo debaixo do melhor de todos os sistemas representativos”. Não teriam na bandeira figurado como estrela, embora de menor grandeza, as províncias não aderentes; não teria o projeto de constituição referenciais tão positivos “a todos os brasileiros e especialmente aos pernambucanos.”²⁷⁸

Isto é, construía-se a ideia de que o projeto constitucional criado em 1824 pelos pernambucanos visava livrar “todos os brasileiros” da tirania do imperador. Para Mário Melo, a vitória da Confederação do Equador em nada alteraria a divisão territorial do Brasil. Já a sua derrota, sim, pois o imperador arrancou um grande território do estado, a Comarca do São Francisco, como vingança do republicanismo pernambucano.²⁷⁹ Sobre esta questão, ele não perde a oportunidade de fazer uma reivindicação ao castigo sofrido por Pernambuco, alegando que, mesmo depois da implantação da República, este território ainda não havia sido devolvido para o estado a que pertencia. Nesse sentido, segundo Mário Melo, não podemos mais continuar de “braços cruzados ante a

²⁷⁸MELO, Mário. “A Confederação do Equador”. Edição especial às comemorações do centenário da Revolução de 1824. *Diário de Pernambuco*. Recife, 2 de julho de 1824.p. 11-12

²⁷⁹ A questão da Comarca de São Francisco é bastante delicada e motivo de fortes reivindicações entre os pernambucanos. Desde o primeiro Reinado, Pernambuco exigia a restituição da região, que se constitui num total de 142.611 km², compreendendo 13 municípios desligados de Pernambuco como castigo pela rebelião de 1824 e cedidos primeiro à Minas Gerais e depois à Bahia. In: LEVINE, Robert. “Pernambuco e a Federação brasileira, 1889-1937”. In: FAUSTO, Boris (org.), *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo 8, São Paulo: DiFEL,1981.p. 122-151.

iniquidade da mutilação do seu território, pelo crime de ter sonhado com a república no tempo do império”.²⁸⁰

Deparamo-nos também, nesta edição do *Diário de Pernambuco*, com um artigo do jovem Gilberto Freyre, que havia regressado ao Recife a pouco mais de um ano. Segundo ele, a Revolução de 1824 possuiu claramente um caráter regionalista, estereotipado de “separatista”. Em suas palavras:

Não é o espantinho do separatismo o que me afasta dos ideais e das tendências do movimento republicano de 1824. Mesmo porque este intuito não existiu: inventaram-no. Mas o que verdadeiramente me reconcilia com a revolução de 1824 é o seu caráter regionalista, do qual o falado ‘separatismo’ é a caricatura.²⁸¹

Neste ponto, o que é interessante salientar é que o termo “regionalista”, utilizado por Freyre, ganha um conteúdo que ainda não havia sido mencionado até então. Associado a um movimento intelectual e cultural que emerge na metade da década de 1920, o sentido desta palavra não se resume mais à busca por legitimação regional, a partir de um discurso naturalista, como havia sido feito até o início do século XX. Isto é, inscrito no interior da formação discursiva naturalista, que considerava as diferenças entre os espaços do país como um reflexo imediato da natureza, do meio e da raça²⁸². O este “novo” regionalismo emergente passa a possuir um sentido vinculado à construção de um passado histórico, à exaltação das tradições e ao culto aos valores locais. Desse modo, surge no “Recife moderno” dos anos 20, o “movimento regionalista” - representado por nomes como do próprio Gilberto Freyre, José Lins do Rego, Lula Cardoso Ayres e Cícero Dias -, que abraçou a causa da preservação dos valores tradicionais, das culturas locais e dos monumentos históricos como elementos definidores de uma identidade regional.

²⁸⁰ Além de Mário Melo, outro autor que faz reivindicações em defesa da retomada da Comarca do São Francisco. Sobre esta problemática, o historiador Carlos Pereira da Costa alega: “Pernambuco, porém, a terra em que foi fincado o mastro a que estava presa a bandeira da Confederação, só por isso sofre o peso de um castigo atroz, severo, rigoroso, imposto pela monarquia e mantido pela república – o esbulho da parte de seu território conhecida na história por comarca do São Francisco.” In: COSTA, Carlos Pereira da. “Manoel de Carvalho.”. Edição especial às comemorações do centenário da Revolução de 1824. *Diário de Pernambuco*. Recife, 2 de julho de 1824.p. 12; MELO, Mário. “A Confederação do Equador”. Edição especial às comemorações do centenário da Revolução de 1824. *Diário de Pernambuco*. Recife, 2 de julho de 1824.p. 11-12

²⁸¹ FREYRE, Gilberto. “1824”. Edição especial às comemorações do centenário da Revolução de 1824. *Diário de Pernambuco*. Recife, 2 de julho de 1824.p. 15

²⁸² ALBUQUERQUE Jr, Durval Muniz. *A Invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 2009. p. 53.

Um marco importante para o “regionalismo freyriano” foi a publicação do *Livro do Nordeste*, lançado em 1925 em comemoração ao centenário do jornal *Diário de Pernambuco*. Trabalhando para a construção do conceito de Nordeste, o livro, que conta com 31 ensaios, aborda os mais diferentes assuntos, como a paisagem recifense, as rendas de Alagoas, maracatus, literatura, mamulengos, a cultura do açúcar e as artes plásticas. Segundo Durval Muniz de Brito, esta obra foi a primeira tentativa de dar ao recorte regional, mais do que uma definição geográfica, econômica e política, pois, investiu-se bastante em um conteúdo cultural e artístico, com uma definição do que seria suas tradições, a sua memória.²⁸³

Inventava-se, portanto, neste momento, uma região chamada “Nordeste” para se referir a um conjunto de estados “rebeldes” ligados à Pernambuco, e que, unidos, constituiriam uma forte identidade regional, fundamentada na ideia de saudade de um tempo e de tradição cultural. No entanto, vale ressaltar que, no início da década de 1920, os termos “norte” e “nordeste” ainda eram usados como sinônimos, mostrando ser esse um momento de transição.²⁸⁴ Tanto que, entre os textos presentes na edição comemorativa do Centenário do dia 2 de julho, encontramos apenas no texto de Freyre a palavra “nordeste”, utilizada para designar o conjunto de estados que compuseram a Confederação do Equador. Nesse sentido, com o processo de institucionalização do conceito de Nordeste, processo que se daria ao longo da segunda metade dos anos 1920, vai ocorrendo a separação discursiva entre estes espaços, na medida em que o “norte” passa a corresponder somente à região amazônica, que comungaria de outra identidade regional.

O *Livro do Nordeste* contou com a colaboração de diversos intelectuais amigos de Freyre, como Luís Cedro, Odilon Nestor, Aníbal Fernandes, Amauri de Medeiros e

²⁸³ ALBUQUERQUE Jr, Durval Muniz. *A Invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 2009. p. 86.

²⁸⁴ A ideia de Nordeste, inicialmente, será elaborada no sentido de localizar estes elementos garantidores da identidade, da semelhança, da homogeneidade do espaço e da fixação do olhar e do falar “nordestino”. Esta nova região, nascida a partir desse novo tipo de regionalismo, foi fundada pela saudade de um tempo sem a pressa e sem a técnica trazida pelas invenções modernas, assentada no discurso da tradição, e imbuída de um medo da perda da memória individual e coletiva. Para dar vida a esta região e construir um discurso de legitimação deste espaço foi preciso se utilizar de argumentos históricos e culturais. In: ALBUQUERQUE Jr, Durval Muniz. *A Invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 2009; REZENDE, Antônio Paulo. *(Des)Encantos modernos: histórias da cidade do Recife na década de XX*. Recife: FUNDARPE, 1997.

Mário Melo²⁸⁵ (nem tão amigo assim). De modo geral, buscaram figurar a ideia de que era no Nordeste que o Brasil seria mais brasileiro. Assim, vão construir narrativas que visavam dar à região um significado mais vinculado ao cotidiano, ao popular, deixando um pouco de lado o tom ufanista atribuído às “revoluções republicanas” de Pernambuco, marcadamente relacionado aos discursos do IAHGP.

Na realidade, havia, durante a década de 1920, certa disputa entre Freyre e o próprio Instituto Arqueológico. Isso porque, desde quando ele voltou dos Estados Unidos, em março de 1923, vinha tecendo críticas dirigidas à instituição, afirmando que ela não estava cumprindo o seu papel em defesa das tradições perante as modernizações ocorridas na cidade do Recife.²⁸⁶ Seu argumento era que o IAHGP só se preocupava com datas comemorativas e com a exaltação de “heróis” do passado, ao invés de atentar para a preservação dos monumentos pernambucanos, que vinham se perdendo diante da força avassaladora das transformações modernizantes. Inclusive, no próprio *Manifesto Regionalista*, de autoria de Gilberto Freyre - lançado no Primeiro Congresso de Regionalismo que se reuniu em Recife, durante o mês de fevereiro de 1926 -, ele apontou que, nos últimos decênios, o Nordeste vinha perdendo a tradição de criador ou recriador de valores, para tornar-se uma região formada por uma população quase parasitária ou uma terra “apenas de relíquias”. Em suas palavras, o Nordeste vinha se transformando:

(...) no paraíso brasileiro de antiquários e de arqueólogos. Ou o refúgio daqueles patriotas meio necrófilos cujo patriotismo se contenta em poder evocar, nos dias de festas nacionais, glórias remotas e antecipações gloriosas, exagerando-as, nos discursos, dourando-as nos elogios históricos com brilhos falsos, revestindo-as nas composições genealógicas de azuis também excessivamente heráldico.²⁸⁷

Para Freyre, estava claro que a missão do Instituto de zelar pelo passado pernambucano não estava sendo cumprida, e, para que isso fosse feito era preciso criar

²⁸⁵ Lembrando que, segundo Cláudio Tavares, um dos biógrafos de Mário Melo, antes mesmo de Freyre ter sido convidado para supervisionar a produção do *Livro do Nordeste*, Melo, juntamente com José dos Anjos e Salvador Nigro, já tinha recebido o convite por Carlos Lira Filho, na época diretor do *Diário de Pernambuco*. In: TAVARES, Cláudio. *Mário Melo – jornalista e Historiador Democrata*. Associação da Imprensa de Pernambuco. Recife, 1976. p. 42

²⁸⁶ Estas críticas vinham, em sua maioria, em um conjunto de artigos numerados presentes no *Diário de Pernambuco* publicados até o fim de 1925. In: CANTARELLI, Rodrigo. *Contra a conspiração da ignorância com a maldade: A Inspeção Estadual dos Monumentos Nacionais e o Museu Histórico e de Arte Antiga do estado de Pernambuco*. 2012. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro, 2012.

²⁸⁷ FREYRE, Gilberto. *Manifesto Regionalista*. 4ª ed. Recife: Fundaj, 1967.

outra instituição que defendesse oficialmente este passado. Surge, assim, a ideia de se fundar uma Inspetoria dos Monumentos Nacionais, que estivesse à frente da preservação dos monumentos pernambucanos. Essa proposta, após a inauguração da Inspetoria, em 1928, foi reivindicada pelo IAHGP, que dizia ter defendido essa ideia como função fundamental a preservação do passado histórico nacional.²⁸⁸

Em suas críticas aos *homens de fraque*, como eram apelidados os membros do Arqueológico, Freyre viu em Aníbal Fernandes, nomeado para o cargo de Inspetor dos Monumentos Nacionais, um aliado, associando-se a ele. Fernandes, enquanto jornalista, durante toda a década de 1920, vai elaborar ácidas acusações ao Instituto, publicando artigos n’*A Província*. Em seus textos, não perdoava a inércia do IAHGP, acusando os seus sócios de terem se apegado ao passado como “uma coisa morta sem ter procurado prolongar esse passado, vivo, até nós, quando era possível fazê-lo”.²⁸⁹ Segundo Cantarelli, na maioria das vezes, estes artigos não estavam assinados, mas sua autoria pode ser deduzida, já que Fernandes era o redator chefe do jornal.²⁹⁰

No entanto, o Secretário Perpétuo do IAHGP, não deixava de rebater essas críticas à instituição, gerando, assim, um enriquecedor debate sobre a “conservação” do passado histórico de Pernambuco. Suas respostas, que também vinham em forma de constantes ataques a Aníbal Fernandes e aos regionalistas, eram publicadas principalmente no *Diário de Pernambuco*. Jornal, que, como já apontamos, mantinha vínculos estreitos com o Arqueológico, e onde Mário Melo poderia usar de seu prestígio como jornalista. Demarcavam-se, portanto, dois pólos conflitantes: de um lado, estava Gilberto Freyre, Aníbal Fernandes, os regionalistas e a Inspetoria; do outro, Mário Melo, o Instituto Arqueológico, e os *homens de fraque*.

Nesse sentido, Mário Melo fazia uma forte defesa ao IAHGP, tendo como objetivo construir a memória da instituição como a grande responsável por preservar e proteger o passado histórico pernambucano. Seja através de seus artigos, publicados nos

²⁸⁸ Logo após a sua criação, em julho de 1928, o Instituto Arqueológico, publicou uma série de notas no *Diário de Pernambuco* argumentando que esta ideia havia partido de seus membros: “Atendendo a antiga aspiração do Instituto arqueológico, ultimamente renovada ao Congresso, e ao governador do Estado, acaba de ser sancionada a lei que tomou o n.º 1918, a qual autoriza o governo a criar um museu e a defender o nosso patrimônio histórico e artístico.” In: CANTARELLI, Rodrigo. *Contra a conspiração da ignorância com a maldade: A Inspetoria Estadual dos Monumentos Nacionais e o Museu Histórico e de Arte Antiga do estado de Pernambuco*. 2012. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro, 2012.

²⁸⁹ INSPETORIA Estadual de Monumentos. *A Província*. Recife, 23 jul. 1929, Apud. CANTARELLI, Rodrigo. *Contra a conspiração da ignorância com a maldade: A Inspetoria Estadual dos Monumentos Nacionais e o Museu Histórico e de Arte Antiga do estado de Pernambuco*. 2012. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro, 2012.

²⁹⁰ Idem.

jornais ou na *Revista do IAHGP*, onde reivindicava esse papel ao Arqueológico, ou mesmo por meio de negociações políticas em busca de expandir o poder de influência da instituição. Essa tentativa ficou bastante clara quando ele, em outubro de 1930, conseguiu sua própria nomeação para o cargo de Inspetor dos Monumentos Nacionais e diretor do Museu Histórico e de Arte antiga do estado de Pernambuco. Foi substituir Aníbal Fernandes, que havia sido exonerado por não estar de acordo com a “Revolução de 1930”.²⁹¹ O secretário perpétuo, ao gerenciar essas importantes entidades, que teriam a função de conservar a memória do passado em Pernambuco, vai não só estender os tentáculos do Instituto a outras entidades culturais, angariando maior notoriedade para instituição, como também garantir para si mesmo grande capital simbólico²⁹².

Enfim, durante a primeira metade do século XX, Mário Melo vai trabalhar incansavelmente para que o IAHGP consiga conquistar efetiva visibilidade nacional, lutando para que a instituição se torne um lugar privilegiado de produção e preservação do passado histórico pernambucano, que era, antes de tudo, republicano. Assim, ele atua como a “alma das comemorações”, estando à frente de projetos político-pedagógicos que visavam à mobilização da população, por meio da ritualização da história. Melo, sobretudo assumindo o cargo de secretário perpétuo, posicionou-se contra os que tentavam diminuir o poder do Arqueológico como a principal “sociedade de discurso” histórico.²⁹³ Contudo, ao se esforçar para promover o IAHGP e valorizar a história de Pernambuco, Mário Melo também construiu uma memória de si muito ligada à instituição, consagrando seu nome enquanto historiador e “porta-voz” do Instituto.

²⁹¹ Mário Melo foi nomeado aos cargos logo após a exoneração de Aníbal Fernandes, que não estava de acordo com a “Revolução de 1930”, encabeçada por Getúlio Vargas. Porém, as instituições são rapidamente extintas, sobrevivendo somente até 1933, durante o governo do interventor federal Carlos de Lima Cavalcanti.

²⁹² BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução Fernando Tomaz, 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

²⁹³ FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Ed. Loyola, 2014.

Capítulo IV- Mário Melo: “o intelectual do comentário”

Mário Melo é o intelectual do comentário. Comentário do dia e dos fatos passados.

Sacode todos os compartimentos da vida pernambucana. É um espanador feito de penas. Penas de todos os pássaros, grandes e pequenos.

O espanador não deixa poeira no lugar, bate em tudo. (...)

Todos os dias pela manhã e à tarde a população do Recife o encontra em forma, dentro do acontecimento do dia.

Não tem ambições. O Instituto Arqueológico é o seu Capitólio. Contenta-se em viver a vida que passa e em saber como os outros viveram.

Quando o dia está limpo, sem sombras, nem novidades, ele vai espanar a poeira dos séculos, vasculhando os acontecimentos da História. Pesquisa os arquivos, interpreta velhos documentos e extrai o comentário.

O comentário não tem filosofia nem austeridade. É um flagrante de cenas e de atividades. Uma curiosidade, um efeito de luz, um retrato, um quadro partido, um motivo humano.

Assim Mário Melo conta a História. História de Pernambuco, que é seu cenário e o seu mundo. O livro *Aspectos da História*, que publicou em 1935, é a sua forma de inteligência.

A criança lê esse livro de uma vez. O adulto, ou o homem de cultura, lê nos intervalos do trabalho, ou das leituras profundas. É um sal para as fadigas.

A criança vê que, na História, há muita coisa da casa de boneca, ou dos contos de Monteiro Lobato. Perde o enfado daquele rol de fatos e datas, que no colégio, lhe ensinaram a decorar. (Agamenon Magalhães,s/d)²⁹⁴

Nesse artigo do jornal *Folha da Manhã*, Agamenon Magalhães²⁹⁵ reforça e divulga mais uma imagem sobre a atuação de Mário Melo como jornalista e historiador: a do “intelectual do comentário”. Ao representá-lo como uma figura atendida com os fatos do presente e do passado, o autor diz que Melo atuava como um verdadeiro “espanador feito de penas”, sacudindo o presente ou levantando a poeira do passado histórico, para extrair o que chama de comentário. O comentário, como explica, “não

²⁹⁴ MAGALHÃES, Agamenon. “O intelectual do comentário”. *Folha da Manhã*. Recife, s/d. In: MELO, Mário. *A Guerra dos Mascates como afirmação nacionalista*. 2ªed. Editora Cepe. Recife, 2012.

²⁹⁵ Agamenon Magalhães era um grande amigo e companheiro político de Mário Melo, durante o período do Estado Novo. Agamenon foi, além de Interventor do Estado de Pernambuco, o mentor político do jornal *Folha da Manhã* durante os anos 40. Além disso, podemos destacar também que ele foi o fundador do PSD (Partido Social Democrata) em Pernambuco, sendo eleito Deputado Federal em 1945 e governador em 1950 por este partido. In: TAVARES, Cláudio. *Mário Melo – jornalista e Historiador Democrata*. Associação da Imprensa de Pernambuco. Recife, 1976. p.135; PANDOLFI, D. C. *Pernambuco de Agamenon Magalhães. Consolidação e Crise de uma Elite Política*. Fundação Joaquim Nabuco: Massagana, Recife, 1984.

tem filosofia nem austeridade”, sendo apenas um flagrante ou um retrato de acontecimentos do cotidiano, vivido no momento ou séculos atrás. Neste caso, ele os encontra nos arquivos onde vasculha seus “rastros” em velhos documentos.

Como fica claro, Mário Melo também é apontado como um intelectual de escrita instrutiva e agradável, interessado em produzir narrativas sem complexidade e elucubrações filosóficas: crianças, mas também adultos, o liam com prazer e ganho. Desse modo, ele é situado como um historiador, que nem se submetia à erudição associada ao seu ofício, nem praticava uma escrita escolar identificada como “um rol de nomes e datas”. Suas buscas por documentos nos arquivos do IAHGP não se limitavam à elaboração de monografias sobre a História de Pernambuco, direcionadas aos seus pares historiadores. Ele era visto, sobretudo, como um historiador-jornalista que tinha como objetivo tornar a História do Brasil, e, mais precisamente a História de Pernambuco –“seu cenário e o seu mundo” –, mais compreensível e acessível a um grande público.

No entanto, vale lembrar, havia muitos outros intelectuais brasileiros (alguns também “eruditos”) que, durante a primeira metade do século XX, compartilharam esse projeto cívico-pedagógico de ensinar história, dedicando-se a escrever para um público amplo e diversificado. Assim, devemos deixar claro que Mário Melo está inserido em um conjunto de intelectuais identificado como “mediadores culturais”,²⁹⁶ preocupados em produzir narrativas históricas que servissem de “tempero para a fadiga”, voltando-se tanto para o adulto “não iniciado” como para as crianças que procurassem na história “coisas de casa de bonecas”.

Corroborando esta imagem construída por Agamenon Magalhães, Valdemar de Oliveira, no necrológio produzido em homenagem a Mário Melo, ao mesmo tempo em que o apresenta como um historiador que, “de avental e mangas de camisa”, trabalhou solitariamente nos arquivos do IAHGP, também o caracteriza como um “didata”. Isto é, como alguém preocupado em divulgar e ensinar história “nas doses ditadas pelas efemérides nacionais.” Dessa forma, aponta Valdemar de Oliveira:

Quase sempre, Mário Melo via o passado histórico, por assim dizer – macroscopicamente, o quanto lhe bastava para transmiti-lo, em

²⁹⁶ Ver: GOMES, Angela de Castro e HANSEN, Patrícia (Org.). *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. Civilização brasileira. Rio de Janeiro, 2016.

grandes linhas, aos seus leitores, nas doses ditadas pelas efemérides nacionais. Reproduzia-o com clareza, simplicidade, segurança e discrição – inimigo, que era das longas dissertações em letras de forma. Tinha nesse particular, a aparência não de quem expõe e discute, mas, de quem divulga e ensina; sem a ansiedade analítica do historiador, antes com a leveza e a objetividade do didata.²⁹⁷

Nesse sentido, acreditamos que essas imagens construídas sobre Mário Melo não se excluem, mas se complementam, fazendo dele um intelectual de ação múltipla, um “homem-duplo”,²⁹⁸ envolvido nas atividades de mediação entre dois níveis culturais supostamente separados: o erudito e o “popular”. Dessa forma ele era, ao mesmo tempo, o Secretário Perpétuo de uma instituição como o IAHGP; o “historiador de arquivo” que trajava “mangas de camisa e avental”; o autor de monografias destinadas somente aos pares; e também o gestor e implementador de projetos de alto valor para o campo político-cultural, visando a socialização do conhecimento histórico junto a um grande público. Este perfil se configurou e consolidou, justamente porque Melo assumiu uma posição estratégica no IAHGP, ao liderar a organização das comemorações dos Centenários das Revoluções de 1817 e 1824, que proporcionaram à população pernambucana, grandes “lições de história”. Além disso, atuou durante toda a vida como um historiador-jornalista, ao escrever diariamente nos periódicos de seu estado “comentários”, em grande parte, de teor histórico, que foram lidos, por anos, por um grande público. E também foi autor de livros de História, como o mencionado por Agamenon Magalhães na epígrafe do capítulo, destinados à divulgação desse conhecimento, que parecem ter alcançado leitores de várias idades e condições sociais.

Portanto, neste capítulo, nosso interesse é, mais uma vez, focar em sua atuação de mediador cultural, nos dedicando ao estudo do seu papel como “didata” e divulgador do conhecimento histórico. Para tanto, optamos por analisar três dos seus livros de história voltados aos “não iniciados”.²⁹⁹ Estes livros são: *Dentro da História*, publicado em 1931 pela Companhia Editora Nacional; *Aspectos da História*, de 1935, publicado pela editora recifense Casa Mozart; e *Relances da História*, livro composto por uma reunião de crônicas históricas publicadas por Mário Melo na imprensa pernambucana

²⁹⁷Discurso de Valdemar de Oliveira. Oração proferida em 20 de junho de 1959 no Instituto Arqueológico. In: *Revista do IAHGP*, XLV, Recife, 1960.

²⁹⁸ CHARLE, Christophe. “Le Temps des hommes doubles.” *Revue d’histoire moderne et contemporaine/Société d’histoire moderne* 39. 1992. p. 73-85; Ver também GOMES, Angela de Castro. HANSEN, Patricia (Org.). Introdução, *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. Civilização brasileira. Rio de Janeiro, 2016.

²⁹⁹ O volume de artigos que Melo escreveu em diversos jornais, por décadas, exigiria um trabalho de levantamento e seleção difícil de realizar no tempo de uma dissertação.

editadas em formato de livro pelo escritor Olavo Dantas, em 1956, no Rio de Janeiro. Vale ressaltar, que estes livros, de acordo com seus biógrafos, formam uma trilogia “indispensável a quem deseja conhecer os segredos da história”³⁰⁰.

Os objetivos são tentar perceber qual a linguagem operada por ele e qual a sua estratégia narrativa na elaboração desses livros, voltados para um amplo público leitor, tendo em vista seu projeto cívico-pedagógico de divulgar o conhecimento da história do Brasil e da região. Tal projeto estava sem dúvida vinculado ao do IAHGP, que buscava construir uma cultura histórica republicana em Pernambuco, a partir da ideia da existência, de longa data, de uma “vocação republicana” na região, decisiva para a constru o da identidade nacional brasileira.

4.1- *Aproveitáveis li es de história: Mário Melo e sua produ o de livros para o grande público*

Suas minuciosas pesquisas históricas, levadas a efeito com o amor e o entusiasmo de colecionador de coisas raras, oferece-nos verdadeiras preciosidades para os que se interessam por esses assuntos. Há os que colecionam velhos móveis, cerâmicas, edi es antigas, moedas ou outras coisas que falam de tempos idos. Coisas de museu. O sr. Mário Melo coleciona fatos históricos, cuidadosamente, amorosamente, apresentando-nos certas curiosas minúcias com aquela mesma satisfa o com que um colecionador de cerâmica nos mostra um vaso chinês da época de M ng. E a gente l  o que esse escritor vai desenterrar sob a poeira do passado, como contemplaria um curioso exemplar de louça oriental antiga ou algum ladrilho da Babil nia. Pelo menos para se ter a impressão de percorrer um museu, embora depois se fique com a sensa o do mofo e do p .³⁰¹

Nesta propaganda do livro *Dentro da História*, publicada no jornal *Diário de Pernambuco*, Mário Melo é apresentado, sugestivamente, como um colecionador, não de objetos, mas de fatos históricos. Assim, ao remover a poeira, como faz um colecionador de cerâmicas com suas peças raras, vai desenterrando e dando vida ao passado. Tal análise da sua produ o de textos históricos é bem interessante para

³⁰⁰ Frequentemente, em seus textos biográficos, se comenta também que Mário Melo, em seus últimos anos de vida, estava preparando mais um livro deste “gênero”, *Cerne da História*, livro este que até agora se encontra inédito. In: “Mário Melo e o Instituto Arqueológico”. In: *Revista do IAHGP*, XLV, Recife, 1960. p. 19.

³⁰¹ “Livros e folhetos. ‘Dentro da História.’” *Diário de Pernambuco*. Recife, 24 jan. 1932.

compreendermos seu perfil de intelectual mediador, que busca ensinar a história por meio da narrativa de “certas curiosas minúcias”.³⁰²

Porém, antes de iniciarmos nossa análise sobre seus livros, devemos considerar que não podemos pensá-los como textos restritos às suas estratégias de escrita, sem levarmos em consideração outros atores e seus diversos contextos. Ou seja, conforme os estudos de Roger Chartier, voltados para a história do livro e da leitura, as publicações não devem ser entendidas sem se ter em mente o seu processo de fabricação, que pressupõe a ação de diferentes operações humanas - o trabalho dos editores, tipógrafos, impressores - que executam funções distintas, cumprindo diferentes etapas da sua produção.³⁰³ Além disso, é necessário considerarmos também os processos de circulação desses livros, na medida em que gostaríamos de compreender a repercussão que eles tiveram não só em Pernambuco como no Brasil.³⁰⁴ Sabemos que esse tipo de investigação não é simples. Entretanto, acreditamos que seja imprescindível tentar avaliar sua recepção, para que possamos pensar a atuação de um intelectual mediador que se utilizou do livro como um dos suportes fundamentais para proporcionar “aproveitáveis lições de história” para um público amplo e diversificado.

Nesse sentido, é difícil imaginar uma atividade que envolva tantos aspectos da vida nacional quanto a publicação de livros. Eles são recursos incontornáveis para dar expressão literária aos valores culturais de um país, especialmente no período de atuação de Mário Melo, quando o impresso era dominante. Segundo Hallewell, em *O Livro no Brasil: sua história*:

Sua produção requer a disponibilidade de certos produtos industriais (que podem ser importados, feitos com matéria-prima importada ou fabricados inteiramente no país). Sua venda constitui um processo comercial condicionado a fatores geográficos, econômicos, educacionais, sociais e políticos. E o todo proporciona uma excelente medida do grau de dependência ou independência do país, tanto do ponto de vista espiritual como do material.³⁰⁵

³⁰² Sobre a noção de curiosidade e de detalhe ver: GOMES, Angela de Castro. “História de Chinelo: o ensino de história através do rádio no Brasil dos anos 1950”. In: ROCHA, Helenice, MAGALHÃES, Marcelo, GONTIJO, Rebeca (orgs). *O ensino de história em questão*. Cultura histórica, usos do passado. FGV editora. Rio de Janeiro, 2015.

³⁰³ CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Tradução: Maria Manuela Galhardo. 2ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: Difel. 2002.

³⁰⁴ Idem.

³⁰⁵ HALLEWELL, Laurence. *O Livro no Brasil: sua história*. Editora USP. São Paulo, 1985. p. 31.

Assim, no Brasil, durante a primeira metade do século XX, o livro vai se tornando um instrumento fundamental de cultura e um dos mais importantes veículos para a promoção de uma espécie de “pedagogia da nacionalidade”. Isto é, ele vai ser utilizado como uma das mais valiosas ferramentas para a implementação de uma ação cultural, encarada pelos intelectuais brasileiros como uma verdadeira “missão”. Pelo livro e pela leitura, acreditava-se que seria possível minimizar e até vencer o “atraso” educacional do Brasil, o que colocava em destaque os investimentos e as ações dedicadas à formação de um público leitor. O grande interesse de ampla parcela da intelectualidade brasileira era formar um vasto e variado público leitor, que deveria ser educado dentro dos valores cívicos da nacionalidade, o que significava aprender a conhecer e amar o Brasil. Ou seja, uma empreitada pedagógica que estava intrinsecamente relacionada à construção de cidadãos republicanos por meio de uma cultura política em que o passado histórico tinha grande importância.

No entanto, vale ressaltar que esta ação não se restringia à esfera da educação formal, que priorizava a produção de manuais escolares e livros para jovens e crianças, estendendo-se a estratégias pedagógicas para além da escola. Por isso, embora a mídia em forma de livro se destacasse, sabia-se também do valor dos jornais, peças de teatro, museus e comemorações cívicas, que atingiam amplos públicos, como vimos no capítulo anterior. Portanto, era necessário educar o “povo” brasileiro, transformando-o em leitor das diversas mídias modernas, para que ele pudesse compreender e alcançar os valores patrióticos formulados e disseminados por elas. E, para que isso fosse possível, exigia-se a realização de um grande investimento na criação de uma narrativa acessível, que pudesse ser entendida por todos.³⁰⁶

Durante esse período, podemos dizer que, dentre os canais de divulgação da produção cultural brasileira, os jornais e revistas eram os mais importantes, por serem veículos de fácil acesso e possibilitarem uma ampla e rápida circulação de ideias e valores. Os periódicos eram lugares de sociabilidade intelectual³⁰⁷, sendo espaços de vínculos afetivos e de disputas. Com frequência, neles se publicavam as primeiras versões de ensaios, romances (nos folhetins), contos ou crônicas que, só posteriormente, ganhariam o suporte de livro. Contudo, por assumirem características efêmeras, foram

³⁰⁶ GOMES, Angela de Castro. “Educação, ciência e edição: consagração intelectual dos periódicos às coleções.” *Revista brasileira de História da ciência*. v. 7, n. 1. Rio de Janeiro, Jan-jun 2014. p. 6-15.

³⁰⁷ SIRINELLI, Jean-François. “Os intelectuais”. In : René Rémond (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: EdUfrj / Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

menos valorizados que os livros, que se constituíam como suporte “sacralizado”, não só por serem veículos de caráter mais duradouro (proporcionando a perpetuação de idéias), como, sobretudo, por assumirem o lugar de expressão das culturas literárias e das tradições dos saberes reconhecidos como grandes indicadores do grau de civilização do Brasil.³⁰⁸ Isso nos leva a pensar no que escreveu Fernando Azevedo, editor e criador do projeto Biblioteca Pedagógica Brasileira, em uma carta à Cecília Meirelles, em 1934: “O jornal agita e propaga, o livro penetra e fixa. É o livro que fica mais tempo nas mãos do leitor.”³⁰⁹

No entanto, até os anos 1920, poucas eram as editoras no Brasil, sendo a maioria delas estrangeiras, como, por exemplo, as livrarias francesas Garnier, instalada no Rio de Janeiro, e a Garraux, em São Paulo. As oficinas tipográficas eram antiquadas e sem tecnologia suficiente para a edição de livros e havia um baixo investimento no ramo das edições, sendo estas pouco atraentes e com altos preços³¹⁰. Isso tudo com o agravante de que o papel nacional era de péssima qualidade. Por esses motivos, normalmente, imprimiam-se livros fora do país, em geral, na França, mas havia também aqueles autores que, com muita dificuldade, se aventuravam em publicar seus próprios livros. Sobre esta questão, Mário Sette, em seu livro *Arruar. História pitoresca do Recife Antigo*, publicado em 1948, fala um pouco sobre as condições das editoras no Recife, durante os primeiros anos do século XX:

No Recife, as tentativas de criar editoras quase não tinham expressão de regularidade. O remédio era o livro às custas do autor, por muito que isto representasse de coragem e de sacrifício. Os mil exemplares, se tanto, destinavam-se a ofertas, porque as livrarias mal vendiam uma quinta parte.³¹¹

Foi principalmente a partir dos anos 1930 que houve um despertar do interesse de se ampliar a indústria do livro no país, transformando-o em uma mercadoria

³⁰⁸ DUTRA, Eliana de Freitas. “Seremos universais, porque nacionais”. GOMES, Angela de Castro (Coord.) *Coleção História do Brasil, vol4 - Olhando para dentro 1930-1964*. Editora objetiva. Rio de Janeiro, 2013. p. 229-273.

³⁰⁹ Carta de Fernando Azevedo a Cecília Meirelles sobre a Reforma Educacional e a Biblioteca Pedagógica Brasileira. Seção de manuscritos da Biblioteca Nacional, 26, 4, 16, 1932. Apud. DUTRA, Eliana de Freitas. “História e Historiadores Coleção Brasileira: o presentismo como perspectiva?”. In: DUTRA, Eliana de Freitas (Org). *O Brasil em dois tempos: história, pensamento social e tempo presente*. Ed. Autêntica. Belo Horizonte, 2013.

³¹⁰ HALLEWELL, Laurence. *O Livro no Brasil: sua história*. Editora USP. São Paulo, 1985.

³¹¹ SETTE, Mário. *Arruar. História pitoresca do Recife Antigo*. Casa do Estudante do Brasil. Rio de Janeiro, 1948.p. 373.

vendável, rentável, e, acima de tudo, atraente.³¹² Além disso, ao mesmo tempo, surge também um movimento de valorização de autores e temáticas nacionais. A intenção era publicar livros que abarcassem um amplo e diversificado panorama de estudos sobre o Brasil, em todos os seus aspectos e problemas, na busca por tornar o país mais conhecido e mais amado. Ou seja, como diria Carneiro Vilela, ainda em 1888, dever-se-ia preferir adormecer “beaticamente” sobre um livro “dos nossos”, a perder as noites lendo “coisas estrangeiras”³¹³. Assim, a iniciativa visava formar uma consciência nacional, “abrasileirar” o Brasil, utilizando para isto um dos mais importantes artefatos do mundo moderno: os livros.

O grande mentor deste processo de tornar o livro um produto nacional e lucrativo foi o escritor/editor/tradutor Monteiro Lobato, que, em 1926, junto com seu sócio, Octales Marcondes Ferreira, fundou a Companhia Editora Nacional, “espécie de modelo matriarcal para as editoras brasileiras”³¹⁴. Esta editora ficou marcada por traços inovadores como: a preferência quase exclusiva por autores brasileiros, a busca de uma fisionomia material própria, o esforço para vender por preços acessíveis sem quebrar a qualidade editorial, a organização de uma forte rede de distribuição comercial das obras editadas, o uso estratégico de propaganda (no rádio, nos jornais, nas revistas) e as diferentes táticas para divulgar os novos autores.

É importante ressaltar que um dos mais importantes livros escritos por Mário Melo, *Dentro da História*, foi publicado em 1931 pela Editora Companhia Nacional, então uma das maiores e mais reconhecidas do país. No entanto, antes de nos aprofundarmos um pouco mais na reflexão sobre esta editora e, concomitantemente, sobre o processo de produção e distribuição dos livros no Brasil, acreditamos ser necessário nos focarmos na apresentação da expressiva quantidade de livros escritos por Mário Melo, destacando os mais significativos para a sua trajetória de escritor. Segundo seus admiradores e biógrafos, ele escreveu cerca de 50 volumes e cerca de cem mil

³¹² CANDIDO, Antônio. “A revolução de 1930 e a cultura”. *Novos Estudos CEBRAP*, v. 2, n. 4, p. 27-32, 1984; DUTRA, Eliana de Freitas. “Companhia Editora Nacional: Tradição Editorial e Cultura Nacional no Brasil dos anos 30”. *I Seminário Brasileiro sobre livro e História Editorial*. Casa de Rui Barbosa. Rio de Janeiro, nov. 2004; PONTES, Heloisa. “Retratos do Brasil: Um Estudo dos Editores, das Editoras e das ‘Coleções Brasilianas’, nas Décadas de 1930, 40 e 50”. *BIB. Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, v. 26, p. 56-110, 1988.

³¹³ VILELA, Carneiro. *Cartas Sem Arte. Diário de Pernambuco*. Recife, 19 de Ago. 1888.

³¹⁴ DUTRA, Eliana de Freitas. “Seremos universais, porque nacionais”. GOMES, Angela de Castro (Coord.) *Coleção História do Brasil, vol4 - Olhando para dentro 1930-1964*. Editora objetiva. Rio de Janeiro, 2013. p. 229-273.

artigos, durante os seus sessenta anos de jornalismo, a maioria deles dedicados à história, principalmente, à história de Pernambuco.³¹⁵ Esse número significativo de textos publicados por Mário Melo demonstra claramente seu interesse em divulgar as pesquisas históricas desenvolvidas por ele e por seus pares, os “eruditos” historiadores do IAHGP. Mas não somente, uma vez que muito do que ele escreveu não decorria necessariamente de pesquisas feitas em arquivos, mas podia se constituir de “curiosidades históricas”, que partiam de seus interesses pela origem de toponímias, de expressões idiomáticas ou de tradições orais que percorriam o seu estado. Isto é, seu objetivo primordial para a produção de muitos de seus artigos e livros era, antes de tudo, atrair a atenção do público leitor, tornando o ensino da história pátria leve e prazeroso, sem o “enfado daquele rol de fatos e datas”.

A tabela a seguir apresenta os livros de história produzidos por Mário Melo, de 1909 até 1956, quando Olavo Dantas publicou seu último livro, uma coletânea de suas crônicas históricas presentes nos jornais:

Livros	Ano de publicação	Lugar de publicação	Editora/ lugar de impressão
<i>A maçonaria no Brasil</i>	1909	Recife	
<i>A maçonaria e a revolução republicana de 1817</i>	1912	Recife	Imprensa Industrial – J. Nery da Fonseca. P. 81 páginas
<i>A fazenda modelo do doutor Odilon Maroja</i>	1913	Recife	
<i>Os crimes do curador Mário Rodrigues Leite</i>	1913	Recife	
<i>Arquipélago de Fernando de Noronha</i>	1916	Recife	Imprensa Industrial - J. Nery da Fonseca. 68 páginas
<i>A imprensa pernambucana em 1918</i>	1918	Recife	
<i>S. Severino que se venera na Capela do Engenho Ramos</i>	1919	Recife	

³¹⁵ TAVARES, Cláudio. *Mário Melo – jornalista e Historiador Democrata*. Associação da Imprensa de Pernambuco. Recife, 1976. p. 60 .

<i>Rios de Pernambuco – esboço potamográfico</i>	1920	Recife	
<i>Ruas do Recife</i>	1920	Recife	Informador Nery
<i>Guia do Recife</i>	1920	Recife	Informador Nery
<i>Oliveira Lima íntimo</i>	1920	Buenos Aires	
<i>A loja maçônica seis de março de 1817</i>	1921	Recife	
<i>Corografia de Pernambuco</i>	1921	Recife	
<i>Esboço da literatura pernambucana</i>	1922	Recife	
<i>Os carnijós de águas belas</i>	1929	São Paulo	
<i>Toponímias pernambucanas</i>	1931	Recife	Edição da Imprensa Oficial
<i>Dentro da História</i>	1931	São Paulo	Companhia Editora Nacional
<i>Frei Caneca</i>	1933	Recife	Edição da Imprensa Oficial
<i>Aspectos da História</i>	1935	Recife	Casa Mozart
<i>Como vi Portugal (crônicas de viagens)</i>	1936	Recife	
<i>Elementos de História do Brasil (para curso comercial)</i>	1936	São Paulo	Companhia Melhoramentos
<i>Aspectos de etnografia Brasileira</i>	1937	Recife	
<i>A Guerra dos Mascates como afirmação nacionalista</i>	1942	Recife	Edição da Imprensa Oficial
<i>Onomástica pernambucana</i>	1944	Recife	
<i>O afro-indianismo na orografia pernambucana</i>	1945	Recife	
<i>1ª batalha dos Guararapes (preleção para escolares)</i>	1948	Recife	Edição da Imprensa Oficial
<i>O centenário de</i>	1953	Recife	

<i>Serra Talhada</i>			
<i>Relances da História</i>	1956	Rio de Janeiro	Jornal do Commercio

Como é possível perceber na tabela acima, não pudemos identificar nas fontes pesquisadas cada uma das editoras/casas de impressão em que foram publicados os 30 livros produzidos por Mário Melo, por nós localizados. No entanto, mesmo com esta falta, acreditamos que seja viável tecermos algumas observações acerca de algumas de suas principais publicações. O seu primeiro trabalho de fôlego, foi *A maçonaria e a Revolução de 1817*, publicado em 1910 na *Revista do IAGP* de número 79 e que, em 1912, foi editado em formato de livro pela Imprensa Industrial J. Nery da Fonseca. Esse livro parece ter tido grande repercussão entre os “homens de letras” do Recife, tanto que foi utilizado por Oliveira Lima para escrever o prefácio da obra de Muniz Tavares, *História da Revolução de Pernambuco*, editado em comemoração ao Centenário da Revolução de 1817.³¹⁶ Além disso, proporcionou ao autor uma premiação: a medalha de ouro oferecida pela *Société Académique d’Histoire Internationale*.³¹⁷ Nesse sentido, esta publicação permitiu que Mário Melo angariasse para si o reconhecimento de seus pares historiadores, dentro e fora do Brasil, como um respeitável autor de livros de história.

Além dos livros de história ele também escreveu sobre uma variedade de gêneros. Por exemplo, em 1918, publicou um catálogo sobre a imprensa pernambucana, com o título *A imprensa pernambucana em 1918*, já em 1920 escreveu sobre o Recife, como podemos perceber nos livros *Ruas do Recife* e *Guia do Recife*. Ou mesmo quando ele escreveu o título *Oliveira Lima íntimo*, publicado também em 1920 na cidade de Buenos Aires, o qual é uma biografia do então consagrado historiador e diplomata Oliveira Lima. Outro bom exemplo que demonstra a diversidade de sua produção é o livro *Como vi Portugal (crônicas de viagens)* editado em 1936, que se trata de uma reunião de suas memórias de viagens a Portugal.

³¹⁶ O livro *História da Revolução de Pernambuco* foi escrito em 1840 por Francisco Muniz Tavares, primeiro presidente e fundador do IAHGP, “testemunha ocular” da Revolução de 1817.

³¹⁷ No *Roteiro jornalístico de Mário Melo* produzido pelo jornalista Luiz Nascimento em 1968 fala-se que quando Mário Melo recebeu a medalha da instituição francesa ele também foi convidado para tornar-se sócio da mesma. In: NASCIMENTO, Luiz. *Roteiro jornalístico de Mário Melo*. In: BARBOSA, Virgínia e GASPARELLO, Lúcia. *Mário Melo 1884-1959: uma bibliografia*. FUNDAJ. Recife, 2012.

Entretanto, devemos lembrar que Mário Melo, mesmo sendo identificado como um historiador de prestígio já no início do século XX, não viria a ser considerado como um autor de grandes obras nacionais, como é o caso de pernambucanos como Joaquim Nabuco, Oliveira Lima e Gilberto Freyre. Isso porque, mesmo possuindo um expressivo volume de livros, alguns efetivamente aplaudidos quando publicados, tornou-se, com o passar do tempo, um “intelectual menor” no conjunto de historiadores brasileiros e pernambucanos. Entendemos que isso ocorreu, não só porque ele não produziu, em sua obra, nenhuma análise que fosse reconhecida, *à posteriori*, como uma grande contribuição à História de Pernambuco³¹⁸; como, principalmente, porque se dedicou amplamente a escrever livros de história voltados para o grande público, utilizando a imprensa como suporte privilegiado para a divulgação de suas ideias e valores.

Destacamos a década de 1930 como um período bastante estratégico em sua carreira enquanto autor, uma vez que este foi o momento em que pôde alcançar maior visibilidade no meio político e intelectual de Pernambuco. Ao apoiar a Revolução de 1930, encabeçada por Getúlio Vargas, Mário Melo vai reorganizar suas posições no campo político e cultural, passando a acumular um capital simbólico, nada desprezível. Foi nomeado para cargos importantes no governo do estado, em especial em algumas instituições culturais, que tinham como função preservar os monumentos do passado histórico do estado. Tornou-se, assim, Inspetor Estadual dos Monumentos Nacionais e Diretor do Museu Histórico e de Arte Antiga do Estado de Pernambuco (que depois passou a se chamar Museu do Estado) em 1930; e Secretário Geral do Plano da Cidade (instância reguladora da remodelação urbana do Recife) em 1931. Por fim, em 1937, quando o Brasil estava sob o regime do Estado Novo, foi nomeado pelo interventor federal e seu amigo, Agamenon Magalhães, membro do Conselho Administrativo de Pernambuco. Vale ressaltar, que Melo vai acumular todas esses cargos públicos, sem abrir mão de sua função de Secretário Perpétuo do IAHGP, angariando para si e para a própria instituição maior notoriedade. Ou seja, se era já um intelectual conhecido e reconhecido antes de 1930, tornou-se também um importante membro da administração

³¹⁸ Sobre Melo não ter escrito nenhum livro de grande importância, afirma-se: “Aliás, foi tarefa que Mário Melo não se impôs, essa, de escrever uma História e Geografia de Pernambuco, condensando tudo que sabia a respeito do seu estado natal, e que poderia ter sido sua maior contribuição a Pernambuco cultural. Perguntando, sempre se desculpava, alegando que ‘Pereira da Costa já o havia feito, com os seus *Anais Pernambucanos*, e Sebastião Galvão, com o seu *Dicionário*.’ Apenas se propunha completar o hiato deixado por Pereira da Costa, cujos *Anais* não vão além da metade do século XIX, com um livro de *Memórias*, relatando fatos da sua vida e da geração anterior, incluindo a vida do seu primo José Mariano.” In: “Mário Melo e o Instituto Arqueológico”. In: *Revista do IAHGP*, XLV, Recife, 1960, p. 10.

pública estadual, controlando postos valiosos para a elaboração de políticas culturais em Pernambuco.

Nos anos 1930, destacamos três livros por estarem direcionados claramente ao ensino de história dentro e principalmente fora da escola. São eles: *Dentro da História*, de 1931; *Aspectos da História*, de 1935; e *Elementos de História do Brasil*, publicado em 1936 pela Companhia Melhoramentos de São Paulo voltado para os alunos do curso comercial.³¹⁹

O livro *Dentro da História* foi publicado pela maior editora do Brasil, entre as décadas de 1930 a 1950.³²⁰ Como já foi dito, desde sua fundação, a Companhia Editora Nacional vinha revolucionando a indústria do livro, estabelecendo uma nova metodologia de trabalho editorial que, exitosa, exibiu novas perspectivas para a promoção, o acesso e a produção do livro nacional. O sucesso dessa editora foi notável: em início dos anos 30 já era a maior de São Paulo e, em 1938, respondia por um terço de toda a produção de um país.³²¹ Portanto, como afirmou o escritor Manuel Bandeira, em uma crônica intitulada, “O Brasil quer ler”, publicada em 1934, não se lia no Brasil até os anos 20, porque o livro era caro, mas a Editora Nacional mostrou que o país quer ler.³²²

É interessante lembrar, que o acelerado crescimento desta editora estava intrinsecamente relacionado ao boom da indústria do livro³²³ e do desejo de nacionalizá-lo e torná-lo um instrumento cultural necessário para que a população pudesse conhecer

³¹⁹ A Companhia Melhoramentos foi uma das editoras paulistas de propriedade dos irmãos Weiszflog, que fazia sucesso. Ela se especializou, principalmente, nas áreas do livro infantil, em livros de história e em obras didáticas. Sobre o seu êxito, destacou Eudoro Ramos da Costa: “Logo à entrada da exposição temos o mostruário do maior editor de obras históricas de São Paulo, e quicá do Brasil: a Companhia Melhoramentos, dos irmãos Weiszflog. Um leitor do princípio do século ficaria ofuscado pela riqueza das obras históricas expostas, muitas das quais raríssimas e de preços fabulosos ainda em 1900.” In: COSTA, Eudoro Ramos. “A História na ‘Quinzena do Livro’ de S. Paulo.” *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 10 jan. 1932 e MICELI, Sergio. *Intelectuais à Brasileira*. Companhia das Letras. São Paulo, 2001.

³²⁰ “Na década de 1930 as seis maiores editoras independentes concentravam 36% dos lançamentos de livros no Brasil, sendo que apenas as três primeiras detinham a parcela de 25% do mercado, que se distribuía entre os 14% da Companhia Editora Nacional, os 6% da Editora Globo e os 5% da José Olympio”. In: MICELI, idem. p. 149.

³²¹ PONTES, Heloisa. “Retratos do Brasil: Um Estudo dos Editores, das Editoras e das ‘Coleções Brasileiras’, nas Décadas de 1930, 40 e 50”. *BIB. Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, v. 26, p. 56-110, 1988.

³²² DUTRA, Eliana de Freitas. “Seremos universais, porque nacionais”. In: GOMES, Angela de Castro (Coord.) *Coleção História do Brasil, vol4 - Olhando para dentro 1930-1964*. Editora objetiva. Rio de Janeiro, 2013. p. 235.

³²³ O aumento da edição de livros nos anos 30 foi fenomenal. Segundo Laurence Hallewell, as cifras para São Paulo sugerem uma taxa de crescimento, entre 1930 e 1936, de 600%. In: HALLEWELL, Laurence. *O Livro no Brasil: sua história*. Editora USP. São Paulo, 1985.

as “raízes da formação histórica” do Brasil. Isto é, esta dilatação do mercado do livro foi marcada pelo investimento na edição do que se convencionou chamar de “estudos brasileiros”, que abarcavam um amplo e diversificado conjunto de reflexões, envolvendo áreas como a literatura, a geografia, a história, a sociologia, a música, a biologia, a etnografia, o direito, a arte, a educação, a folclore, a educação, o teatro e etc.³²⁴ Os “estudos brasileiros” tinham como intenção buscar a melhor orientação para o conhecimento do Brasil, colaborando para o traçado das diretrizes políticas formuladas a partir da Revolução de 1930, que visavam “solucionar” os problemas do Brasil para modernizá-lo. Assim, a “realidade brasileira” se tornou o conceito-chave do período. Como aponta Eliana de Freitas Dutra:

Os tempos eram de nacionalismo e de cultura, e todo esse afã de buscar um conhecimento sobre o Brasil e de pesquisar sua história coincidiu com a elaboração de ensaios de interpretação do país, que se tornariam clássicos de nosso pensamento social, pois assumiram o desafio de compreender as especificidades da “formação social brasileira” e os dilemas e entraves para o acesso do país à modernidade, na chave das dicotomias tradição x civilização, particular x universal.³²⁵

Vale salientar ainda que o crescimento editorial e o forte investimento na formação de uma biblioteca para pensar o Brasil articulavam-se às políticas educacionais da época, já que em 1930 foi criado o Ministério da Educação e Saúde, sob a batuta de Francisco Campos. O que se entendia aqui por modernizar o país era, com destaque, dedicar-se à educação dos brasileiros, formando um público leitor de livros nacionais. Aumentava-se, dessa forma, a quantidade e a qualidade do público leitor³²⁶, o que facilitava o aprofundamento de uma segmentação do mercado do livro. Nesse sentido, uma parte considerável se voltou ainda mais, para o público escolar e infanto-juvenil, que já vinha se expandindo, e também para os ingressantes das novas

³²⁴ GOMES, Angela de Castro. “Educação, ciência e edição: consagração intelectual dos periódicos às coleções.” *Revista brasileira de História da ciência*. v. 7, n. 1. Rio de Janeiro, Jan-jun 2014. p. 6-15.

³²⁵ DUTRA, Eliana de Freitas. “Seremos universais, porque nacionais”. GOMES, Angela de Castro (Coord.) *Coleção História do Brasil, vol4 - Olhando para dentro 1930-1964*. Editora objetiva. Rio de Janeiro, 2013. p. 244.

³²⁶ O jornalista pernambucano Lauro Borba destaca no jornal *Diário de Pernambuco*, em 1931, a existência de três categorias de leitores que surgiam: os instruídos, os ociosos e os vaidosos. Os instruídos seriam os que liam pela imperiosa necessidade de ampliar os seus conhecimentos, seja pela força do ofício, seja por dever social. “Para esta categoria são escritos não só os livros de ciência como de história e de viagens.” Os que liam por distração eram muitos, e “para estes é evidente o predomínio das obras de ficção.” Já os vaidosos “fazem apressadas leituras dos livros mais em voga, só para se mostrarem ao corrente dos assuntos do dia. Não marcam e não pesam como elementos culturais.” In: BORBA, Lauro. “Um livro à feição.” *Diário de Pernambuco*. Recife, 2 dez. 1931.

universidades fundadas no país nesses primeiros anos da década de 1930.³²⁷ De acordo com o escritor e jornalista Heitor Muniz, essa década já havia começado muito auspiciosa em relação à publicação de livros no Brasil, na medida em que ele considerava 1931 o “ano literário”. Ou seja, 1931 fora o ano em que vários trabalhos de valor no romance, na poesia, no conto, na literatura política, na história, foram lançados, e a preços bem acessíveis.³²⁸

Em relação à publicação de livros de história durante os primeiros anos da década de 1930, Eudoro Ramos Costa destacava, no jornal *Correio da Manhã*, os 23 lançamentos de 1931 publicados pela Companhia Editora Nacional, entre eles *Dentro da História*. O autor alega que a editora pretendia, num futuro próximo, cuidar seriamente de obras históricas, mas que, no presente, tem-se limitado “a várias obras, de aparência consecutiva e assunto leve, que tem atraído para as fileiras escassas dos estudiosos de história considerável número de leitores.” Para ele, esses livros “são aperitivos estupendos que propiciam a ingestão de alimentos mais sólidos e suculentos”, ornados de capas com gravuras coloridas de grande poder sugestivo. No texto demonstrava-se que havia um forte interesse da editora em lançar livros que pudessem atingir uma ampla e diversificada quantidade de leitores, ao investir na produção de publicações cujos conteúdos históricos deveriam ser de fácil acesso, a fim de proporcionar leves e interessantes lições de História do Brasil. Portanto, Mário Melo foi publicado em ano movimentado para a CEN, e ao lado de autores como Paulo Setúbal, Viriato Corrêa, Gustavo Barroso, Osvaldo Orico e também, Oliveira Vianna, Monteiro Lobato, Alfredo Elis Júnior e Menotti Del Picchia.³²⁹

³²⁷ GOMES, Angela de Castro. “Educação, ciência e edição: consagração intelectual dos periódicos às coleções.” *Revista brasileira de História da ciência*. v. 7, n. 1. Rio de Janeiro, Jan-jun 2014. p. 6-15.

³²⁸ MUNIZ, Heitor. “O ano literário”. *Correio da Manhã*. 12 jan. 1932.

³²⁹ Entre os livros que a Companhia Editora Nacional estava lançando em 1931, destacam-se: “Maluquices do Imperador”, “Nos bastidores da história”, “A Marquesa de Santos”, “O Príncipe de Nassau”, “A bandeira de Fernão Dias”, de Paulo Setúbal; “O Brasil dos meus Avós”, “Terra de Santa Cruz”, “Histórias da Nossa História”, “Bahú Velho”, “Balaiada”, de Viriato Corrêa; “A Guerra do Viddo”, “A Guerra dos Rosas”, “A quem da Atlântida”, de Gustavo Barroso; “Problemas de Política Objetiva”, de Oliveira Vianna; “O demônio da Regência” e “O tigre da Abolição”, de Osvaldo Orico; “Dentro da História” de Mário Melo; “Ferro”, de Monteiro Lobato; “A vida de Joaquim Nabuco”, de Carolina Nabuco; “O tesouro de Cavendish”, de Alfredo Elis Júnior e Menotti Del Picchia; “O padre Belchior de Pontes”, de Júlio Ribeiro; “A Tecedeira de Nhanduti”, de Gastão Penalva; “Amazônia Misteriosa”, de Gastão Cruls; “Na corte D. Pedro II”, de Heitor Moniz.” Vale lembrar que cada um destes livros estava custando, em média, 5\$000 (brochura) ou 7\$000 (encadernado). In: COSTA, Eudoro Ramos. “A História na ‘Quinzena do Livro’ de S. Paulo.” *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 10 jan. 1932.

Nesse sentido, podemos dizer que o sucesso da Companhia Editora Nacional não teria sido possível sem o contexto favorável da década e sem a experiência pioneira de Monteiro Lobato nos anos 1920, que, entre outras coisas, provou que as obras de autores brasileiros podiam ser publicadas em bases comerciais. E, para consolidar o desejo deste editor, que falava em “inundar o país de livros”, nada melhor do que se valer de uma fórmula editorial de grande sucesso na França dos oitocentos: as coleções. A criação de tais coleções estava totalmente de acordo com os moldes políticos e culturais estabelecidos com a Revolução de 1930, na medida em que deveriam servir para normatizar e divulgar os elementos de identidade brasileira, abastecendo um amplo público de leituras que permitiam o conhecimento dos aspectos fundamentais do Brasil. Na Nacional, como ficou conhecida, há coleções e séries, a exemplo da Biblioteca das Moças, Biblioteca do Espírito Moderno e a Biblioteca Pedagógica Brasileira, em especial a Coleção Brasileira.³³⁰

Nossa intenção aqui é somente apontar esse grandioso empreendimento para que seja possível compreender a dimensão que a Companhia Editora Nacional atingiu durante os anos 30. Não foi por acaso, portanto, que entre os livros escritos por Mário Melo, *Dentro da História* se destacou como o que teve maior repercussão na imprensa brasileira. Nos textos de divulgação do livro, presentes nos jornais e revistas, além de nos depararmos com várias notas e propagandas que fazem elogios e comentários acerca da prática de escrita da história do autor, também encontramos, na maioria deles, a tentativa de frisar o fato de Mário Melo ser um historiador pernambucano e o Secretário Perpétuo do IAHGP. A iniciativa de dar destaque à instituição e ao estado aos quais o intelectual se ligava era bastante comum nesses artigos, sendo uma forma de salientar o lugar de fala do autor, para dar maior legitimidade à sua publicação. Isso pode ser notado, por exemplo, no artigo do jornal carioca *Diário da Noite*, em sua sessão denominada “Livros Novos”:

Escritor e historiador pernambucano, o sr. Mário Melo, também secretário do Instituto Histórico da sua terra, tem um destacado relevo nas letras nortistas. Preocupa-se com a história do Brasil, e particularmente com a de Pernambuco. É historiador probo e brilhante no relato dos fatos nacionais. A Cia. Editora Nacional, numa bela edição, vem divulgar *Dentro da História*, no qual Pernambuco palpita nos lances mais heróicos do seu patriotismo e na sua história. São

³³⁰ DUTRA, Eliana de Freitas. “Companhia Editora Nacional: Tradição Editorial e Cultura Nacional no Brasil dos anos 30”. *I Seminário Brasileiro sobre livro e História Editorial*. Casa de Rui Barbosa. Rio de Janeiro, nov. 2004.

mais de vinte crônicas que se leem com imenso interesse e emoção, revivendo toda a glória do Leão do Norte, *Dentro da História*, do sr. Mário Melo, deve ser lido, não só por pernambucanos, mas por todos os brasileiros.³³¹

Entretanto, o curioso é que, apesar do IAHGP ser sempre retomado como a instituição de referência e principal lugar de fala de Mário Melo, não encontramos nenhuma menção de qualquer uma de suas publicações na própria *Revista do IAHGP*. Uma explicação possível é o fato de como seus livros não eram direcionados para o público leitor da revista, não seria útil sua divulgação neste veículo.

Em relação a seu livro *Aspectos da História*, podemos afirmar que foi publicado por uma editora recifense de pouco impacto nacional, não tendo muita repercussão na imprensa brasileira. Assim, devemos concluir que a década de 1930 foi profundamente marcada pela expansão e distribuição de livros, embora, não da mesma forma em todo território nacional, já que em alguns estados do Brasil, como em Pernambuco, por exemplo, não surgiram editoras de tanta magnitude como em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Aspectos da História foi “editado com modéstia, mas com apuro” pela Casa Mozart, de propriedade de Orlando da Silva Teles, localizada na Praça da Independência, número 41. Ela funcionava como livraria, papelaria, tipografia, lotérica, loja de artigos para presentes, para pinturas e até como uma loja de acessórios para instrumentos de música. Somente em junho de 1935 passou a se identificar também como uma editora, ao publicar, além de *Aspectos da História*, outros livros de autoria de intelectuais pernambucanos, como: *Meu Recife de Outrora*, de Fernando Pio; *Insurreições negras no Brasil*, de Aderbal Jurema; *O lobo e a Ovelha*, de Lucilo Varejão, *Casa grande e Senzala* de Gilberto Freyre, e uma peça de teatro, *O homem bom* de Silvino Lopes.³³² Ou seja, antes desta data, a Casa Mozart só se dedicava à impressão e à distribuição de livros, tanto estrangeiros como nacionais, não se empenhando no processo de editoração.³³³

³³¹ Livros Novos. *Diário da Noite*. Rio de Janeiro, 22 out. 1931.

³³² Livros e Folhetos. *Diário de Pernambuco*. Recife, 22 jun. de 1935; F. M. “Livros Nortistas”. *Correio de São Paulo*. São Paulo, 8 nov. 1935.

³³³ A Casa Mozart distribuiu diversos livros estrangeiros, como “Minha vida e a Psicanálise”, de Freud, “Alice no país das Maravilhas”, de Lewis Carroll, “O lobo da Estepe”, de Herman Hesse, e também vários livros escritos por brasileiros, vendidos a preços reduzidos para caberem no bolso dos

Vale salientar que, até então, no Recife, não havia uma distinção propriamente dita entre os trabalhos de produção, publicação e distribuição dos livros, uma vez que as funções do editor, do tipógrafo e do livreiro eram inseparáveis. Contudo, isso já acontecia em algumas editoras paulistas e cariocas, como, por exemplo, na Nacional, a grande pioneira nessa inovação.³³⁴ Logo, a Casa Mozart, por agregar estas múltiplas funções, ainda não se adequara ao novo perfil editorial, associado à separação dessas funções.

Infelizmente, não há muitos estudos sobre as editoras recifenses que atuavam nas décadas de 1920, 1930 e 1940 para que possamos fazer uma análise um pouco mais profunda sobre o mercado editorial da cidade. O que existe é um interessante livro, produzido em 1948, intitulado *Arruar. História pitoresca do Recife Antigo*, de autoria do escritor Mário Sette, que é muito utilizado como referência para este tipo de pesquisa.³³⁵ Nesse livro, o autor busca levar o leitor para um passeio pelo Recife do início século XX, apresentando os diversos lugares frequentados pelos intelectuais da época e, entre estes espaços, estão às várias tipografias/livrarias da cidade. Encontramos também um trabalho acadêmico, intitulado, “*Os operários das letras: campo literário do Recife (1889-1910)*”, interessado em destacar o papel das tipografias entre 1889 e 1910, pensando-as não só como estabelecimentos comerciais, mas também como lugares de sociabilidade literária, política e cultural, onde estavam presentes os acadêmicos da Faculdade de Direito do Recife, os sócios do IAGP, da Academia Pernambucana de Letras e do Gabinete Português de Leitura.³³⁶

Outro importante livro escrito por Mário Melo que devemos destacar foi *A Guerra dos Mascates como afirmação nacionalista*, publicado em 1942, mas que, como *Aspectos da História*, também não teve grande repercussão. Este trabalho, considerado

compradores. Como foi apontado nesta nota: “Comunica-nos a Casa Mozart que com muito de incentivo a divulgação do livro brasileiro, fazendo-o suscetível a todos os bolsos, vai realizar nestes dias, e durante uma semana uma feira de livros, onde serão apresentados com sensível a redução de preços os últimos volumes publicados pelas mais conhecidas casas editoras do país.” No entanto, não pude encontrar nenhuma informação sobre os preços de venda dos livros, incluindo, entre eles, *Aspectos da História*. In: Feira de livros. *Diário de Pernambuco*. Recife, 12 de jan. 1935.

³³⁴DUTRA, Eliana de Freitas. “Companhia Editora Nacional: Tradição Editorial e Cultura Nacional no Brasil dos anos 30”, *I Seminário Brasileiro sobre livro e História Editorial*. Casa de Rui Barbosa. Rio de Janeiro, nov. 2004.

³³⁵SETTE, Mário. *Arruar. História pitoresca do Recife Antigo*. Casa do Estudante do Brasil. Rio de Janeiro, 1948.

³³⁶ OLIVEIRA Júnior, Rômulo José Francisco de. ‘*Os operários das letras*’: *campo literário do Recife (1889-1910)*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Recife, 2016.

por muitos como o resultado da maior pesquisa realizada por ele, já havia sido divulgado na *Revista do IAHGP* de volume XXXVI referente ao ano de 1939-1940, juntamente com outros dois artigos que também foram produto da mesma pesquisa. São eles: “A Guerra dos Mascates através da correspondência do governo geral do Brasil”, e “Documentos inéditos sobre a Guerra dos Mascates”.³³⁷

Segundo consta na *Revista do IAHGP* de volume XLV de 1960, elaborada em homenagem a Mário Melo, o livro foi produto de inúmeras consultas em arquivos portugueses, onde o autor foi em busca de documentos originais que servissem para embasar sua interpretação “sobre muitos episódios obscuros da vida colonial em Pernambuco”.³³⁸ Realizado na Imprensa Oficial, a mesma tipografia que fazia as tiragens dos números da *Revista do IAHGP*, o trabalho estava direcionado aos especialistas, na medida em que o autor “não se perdeu em interpretações pseudo-científicas”. Isto é, diferentemente dos livros apresentados até agora, este se dirigia a um público restrito e especializado, inclusive, sendo identificado como o que “ligou, definitivamente, o nome de Mário Melo a literatura especializada do Brasil-Colônia, do mesmo modo que José Hygino à da guerra holandesa”.³³⁹

Dessa forma, durante as décadas de 1930 e 1940, Mário Melo vai se consagrando enquanto “historiador especialista”, e por estar inserido em uma “sociedade do discurso”, como o IAHGP, passou a ser visto como uma verdadeira autoridade para a construção de teses científicas da história pernambucana. Entretanto, ao mesmo tempo em que vai se configurando como um intelectual erudito, vimos que seu nome também vai sendo fortemente vinculado à produção de livros e artigos voltados para o grande público. Textos que, por meio de uma linguagem acessível e instrutiva, buscavam proporcionar aos leitores atraentes lições de História Pátria, conforme linguagem da época. Nesse sentido, pode-se observar que a partir da década de 1940, seu comprometimento com o ensino de história ficou bastante claro, pois ele publicou, em 1948, novamente pela Imprensa Oficial, seu único livro didático: *1ª batalha dos Guararapes (preleção para escolares)*.

³³⁷ Ver: *Revista do IAHGP*. V. XXXVI. Recife, 1940.

³³⁸ “Mário Melo e o Instituto Arqueológico”. In: *Revista do IAHGP*, XLV, Recife, 1960.

³³⁹ Idem. p. 20-21.

Esse vínculo é retomado nos anos 50, quando Olavo Dantas³⁴⁰ tem a iniciativa de editar, em formato de livro, algumas de suas crônicas escritas para a imprensa pernambucana nos anos 1940. Vale lembrar que Mário Melo escrevera para o jornal *Folha da Manhã* aproximadamente entre os anos de 1940 até 1945. Na edição matutina deste jornal, possuía uma coluna diária na qual tratava de temas históricos, denominada sugestivamente de “História em pequenas doses”. A publicação, de 1956, denominada *Relances da História*, envolveu uma interessante historieta sobre sua produção, contada nas páginas da *Revista do IAHGP* de 1960:

(...) Mário Melo mandava os artigos que publicava na ‘Folha da manhã’ ao seu amigo Olavo Dantas, do Rio de Janeiro. Um dia, colheu-o uma surpresa: recebia, pelo correio, pacotes de um livro que não escrevera intencionalmente, mas publicara, de fato, no dia a dia da imprensa. Olavo Dantas colecionara-os e os editou, por sua conta, em livro. E dizer que Mário Melo quantas vezes deixou de publicar livros, em Pernambuco, à falta de ajuda!... Se fosse reunir somente o que publicou na Revista do Instituto, para não falar na imprensa, em que divulgou, através de 60 anos, cerca de cem mil artigos, um terço dos quais sobre assuntos relacionados com a história de Pernambuco, - quantos livros não teríamos?!³⁴¹

Como foi apontado no fragmento de texto acima, o escritor e admirador de Mário Melo, Olavo Dantas, interessado em sua produção de artigos sobre a história de Pernambuco, se dispôs a reunir e editar várias de suas crônicas históricas. Ou seja, *Relances da História*, como afirmam seus biógrafos, encerraria uma trilogia iniciada na década de 1930, composta por *Dentro da História* e *Aspectos da História*. Porém, não foi um livro organizado intencionalmente por seu autor, constituindo-se em um produto elaborado por um amigo, que funcionou como um verdadeiro editor: selecionou, organizou e publicou os textos do livro. Dantas efetivamente prezava o trabalho de Melo, sobre o qual se manifestou quando de seu falecimento em 1959, portanto, poucos anos depois de *Relances da História* vir a público. Para ele, na obra de Mário Melo não havia nada que fosse vulgar ou inútil:

³⁴⁰ Olavo Dantas nasceu na Bahia, formou-se em medicina pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e cursou a escola de Guerra Naval. Foi membro da Academia de Letras da Bahia, da Academia Luso-Brasileira de Letras, da Casa dos Quixotes, da Federação Acadêmica de Letras; do Instituto Histórico de São Paulo e da Bahia, do IAHGP e do IHGB. Faleceu a 29 de outubro de 1997, quase centenário. Obras editadas: “Folhas de Acanto” (poesias); “Sob o Céu dos Trópicos” (lendas, aspectos e curiosidades do Brasil); “Gaivota dos Sete Mares” e “Romanceiro do Mar” (viagens); “Rosa do Mar Salgado” e “Damas do Naípe do Amor” (romances); “Lanternas do meu caminho” e etc. In: CHAVES, Hélio. *Olavo Dantas: poeta universal*. Editora Pongetti. Rio de Janeiro, 1972.

³⁴¹ “Mário Melo e o Instituto Arqueológico”. In: *Revista do IAHGP*, XLV, Recife, 1960. p. 22-23.

Pelo contrário. Na simplicidade, elegância e correção do seu estilo há sempre enlevo, proveito, edificação. Escreveu com amor à verdade e à cultura. Era um temperamental; tinha a intrepidez das atitudes e o escrúpulo de quem deseja fazer uma obra educativa e sã. (...) Os artigos que escrevia eram despreziosos, mas não raro tinham profundidade desconhecida. Sua palavra, não se tinha chispas multicores, tinha a precisão necessária e justa para nos revelar uma luz clara e comunicativa, para nos dar a ideia rápida e transparente do assunto por mas intrincado que fosse. Uma nota de humorismo vinha constantemente polvilhar de modo imprevisto as suas páginas, que por isto se tornavam ainda mais leves e saborosas.³⁴²

Além disso, vale ressaltar que o livro não foi publicado por uma editora, na medida em que se configurou como uma produção independente, impressa nos aparelhos tipográficos do *Jornal do Commercio* carioca.³⁴³ Essa prática de impressão de livros em tipografias de jornais era pouco comum em meados dos anos 1950, quando o mercado editorial brasileiro já estava bem consolidado.³⁴⁴ Assim, Olavo Dantas, ao reunir em volume as crônicas históricas de Mário Melo, teve a intenção de divulgar para todo o Brasil os escritos deste autor pernambucano, então bastante idoso, tanto que, três anos após a publicação deste livro, vem a falecer. Desse modo, comenta no prefácio do livro: “Achei que os pernambucanos, apesar de muito simpáticos, não podiam ter o privilégio exclusivo das crônicas de Mário Melo, e esta foi a razão que me moveu a editar o livro.”³⁴⁵

Enfim, depois dessa breve apresentação dos principais livros publicados por Mário Melo, vamos agora nos focar na análise da trilogia *Dentro da História, Aspectos da História e Relances da História*, buscando entender sua prática de escrita de uma história que deveria ser pitoresca, curiosa, e, acima de tudo, apreciável por um público amplo e diversificado.

³⁴² DANTAS, Olavo. “Mário Melo.” *Jornal do Commercio*. Recife, 21 jun. 1959.

³⁴³ Vale lembrar, contudo, que a imprensa foi a grande facilitadora do livro em seu estágio nacional primário. Segundo Nelson Werneck Sodré: “foram as oficinas de jornais, no seu rudimentarismo técnico, que se fizeram impressoras de livros, e até distribuidoras, dentro de certos limites, numa acumulação de funções que denuncia uma etapa inicial.” Inclusive, o período de virada do século XIX para o XX foi o mais intenso nestes termos. In: SODRÉ, Nelson Werneck. *História da literatura brasileira: seus fundamentos econômicos*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1869, p. 321.

³⁴⁴ Isso nos faz pensar que Olavo Dantas tivesse vínculos com o jornal para usufruir da possibilidade de utilizar de suas máquinas para imprimir *Relances da História*. Contudo, não conseguimos encontrar qualquer ligação deste editor com o *Jornal do Commercio* que justificasse este privilégio, nos cabendo somente tecer hipóteses sobre tal questão.

³⁴⁵ DANTAS, Olavo (Org.). MELO, Mário. *Relances da História*. Jornal do Commercio. Rio de Janeiro, 1956.

4.2- Mário Melo e suas *histórias* dentro da História

Os capítulos deste volume são rigorosamente históricos, como em muitos o indicam as fontes. Apenas procurei afastar da narrativa a aridez sonolenta do estilo comum à espécie. São histórias rigorosamente enquadradas na História, perfeitamente *Dentro da História*. (MELO, 1931)³⁴⁶

O autor soube conciliar de maneira perfeita o rigorismo histórico de seus trabalhos com a amenidade do estilo, tal qual já o havia feito nos seus deliciosos livros *Dentro da História* e *Aspectos da História*. (Olavo Dantas, 1956)³⁴⁷

Os livros analisados neste capítulo são produto da reunião de uma série de crônicas históricas, publicadas na imprensa ao longo dos anos 1930 e 1940. Sobre a materialidade das publicações, devemos deixar claro que *Dentro da História*, *Aspectos da História* e *Relances da História* são livros pequenos, podendo até ser considerados como “livros de bolso”, uma vez que medem aproximadamente 18cmx13cm. Pelas suas características, estes livros são voltados para um grande público, possuindo capas coloridas, porém sem muitas ilustrações³⁴⁸. Eles dispõem, respectivamente, 204, 196 e 176 páginas, contando, cada um deles, com 23, 22 e 101 crônicas.

Nas críticas de época, eles foram frequentemente apresentados como “fascinantes” produções de Mário Melo, uma vez que o autor neles conseguia conciliar o “rigorismo histórico”, ao elencar as fontes e referências historiográficas, com uma escrita leve, sem a aridez comum aos historiadores “eruditos”. Devemos salientar, entretanto, que essa opinião não era unânime. Isto porque encontramos um artigo, publicado na *Revista Fon-Fon*, onde o livro *Dentro da História* é bastante criticado. O crítico, que não assina o artigo, alega que Mário Melo, como todos os historiadores, é um péssimo literato. Desse modo, afirma que:

(...) com o trabalho apresentado, o autor veio apenas confirmar a regra, isto é, veio provar que os historiadores são sempre péssimos literatos. O sr. Mário Melo é monótono, fatigando o leitor com a repetição de coisas de só explorar é difícil. Conjuguar o fato histórico com a fantasia literária vai sendo moda. Porém, poucos têm se saído bem da empresa. (...) O sr. Mário Melo fracassou na tentativa. *Dentro da História* é um livro fraco,

³⁴⁶MELO, Mário. *Dentro da História*. Companhia Editora Nacional. São Paulo, 1931.

³⁴⁷DANTAS, Olavo (Org.). MELO, Mário. *Relances da História*. Jornal do Commercio. Rio de Janeiro, 1956.

³⁴⁸Ver anexo.

aquém da fama de que goza o seu autor, como homem de letras. Falta-lhe alegria mental. Obra fria, sem alma.³⁴⁹

Não há motivo para se imaginar que esse seja o único caso de avaliação negativa, o que não elimina o fato de, no geral, as críticas a ele dirigidas terem sido positivas. Ou seja, os livros que, *à posteriori*, passaram a compor o que se chamou de trilogia de Mário Melo, foram percebidos como muito interessantes, destinando-se a despertar o gosto dos leitores pela história. E isso ocorria não só porque os assuntos eram abordados “rigorosamente e perfeitamente enquadrados dentro da História”, mas também pelas características de sua escrita, isto é, “pelo colorido que lhe empresta a pena autorizada do autor.”³⁵⁰

Ao produzir narrativas em formato de crônica, destinadas principalmente aos adultos que liam jornais, Mário Melo buscava despertar sua curiosidade, que viria como um “efeito de luz” para que a história fosse iluminada e se torne mais apreciável. Essas crônicas eram textos curtos e simples, imbuídos, não da perspectiva dos que escrevem do “alto da montanha”, mas do “simples rés-do-chão”³⁵¹. Além disso, como elas se valiam da estratégia de despertar a curiosidade, exploravam com frequência alguns detalhes, “miudezas” ou fragmentos da história, que precisavam fazer sentido para o grande público leitor. Dessa forma, Angela de Castro Gomes ressalta como funcionava esse “método” de escrita para um público amplo, compartilhado por vários autores do período:

O método consiste, basicamente, em escolher um detalhe que fosse significativo e capaz de sensibilizar ou porque causasse surpresa; ou produzisse um efeito cômico, divertido; ou emocionasse por seu conteúdo dramático. Tratava-se, portanto, de um detalhe curioso que sintetizava algo maior; que podia explicar situações complexas ou inusitadas, com o recurso a uma imagem, a uma metáfora. Eram procedimentos de composição narrativa que facilitavam a apreensão

³⁴⁹ “Escritores e livros. Mário Melo – *Dentro da História* – Comp. Editora Nacional – São Paulo – 1931 – 5\$”. *Revista Fon-Fon*. Rio de Janeiro, 22 fev. 1932. P. 8

³⁵⁰ “Livros Novos.” *Revista da Semana*. Rio de Janeiro, 9 jan. 1932.

³⁵¹ Lembrando que, mesmo que coletâneas de crônicas sejam eventualmente compostas e publicadas em forma de livro, como aconteceu nos livros de Mário Melo, a sua origem está normalmente associada ao jornal. Como o principal veículo que a comporta, ela é essencialmente efêmera, comprada num dia e no dia seguinte passa a ser usada para embrulhar um par de sapatos ou forrar o chão da cozinha. Porém, elas devem ser pensadas como um “gênero anfíbio”, como salientou Antonio Candido, que tanto pode viver na coluna de um jornal como nas páginas de um livro. In: CANDIDO, Antonio. “A vida ao rés-do-chão”. In: CANDIDO, Antonio. *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992. p. 14.

do que se queria transmitir. Impossível não se fazer uma aproximação com os métodos pedagógicos da época que investiam no aprendizado, indo da parte para o todo, investigando o fragmento, o indício, que apela para a postura de detetive que pode existir dentro de todo leitor/ouvinte.³⁵²

Vale destacar, que a partir da década de 1930 quando o livro se tornou uma mercadoria mais acessível no Brasil, essa prática de escrita da história que buscava ressaltar seus aspectos curiosos, vai ser praticada por historiadores interessados em publicar para o grande público. Isto pode ser identificado claramente nos livros que foram lançados em 1931, juntamente com *Dentro da História*, pela Companhia Editora Nacional, já que alguns deles trazem, nos títulos, tal característica. São exemplos as publicações: *Maluquices do Imperador e Nos bastidores da história*, de Paulo Setúbal; *O Brasil dos meus Avós e Histórias da Nossa História*, de Viriato Corrêa e *Histórias que não vêm na História*, de Assis Cintra.³⁵³

No caso de Mário Melo, as “curiosidades históricas” envolviam grandes eventos da história política do país, destacando-se o heroísmo de certos personagens, sobretudo, dos vultos pernambucanos. De modo geral, a narrativa era feita “numa linguagem viva e interessante”, com aspectos pitorescos ausentes na produção historiográfica “erudita”. Nessa perspectiva, ressaltamos como exemplos duas crônicas: “O papagaio de Nassau”³⁵⁴, na qual Mário Melo vai contar o pitoresco episódio em que o papagaio de Maurício de Nassau salvou a vida de seu dono, e “Casamento em plena Revolução”³⁵⁵, em que narra o casamento de Domingos José Martins, revolucionário de 1817, com Maria Teodora, ambas presentes no livro *Dentro da História*. Além disso, suas crônicas também tinham sempre a intenção de servir de lições de conduta moral. Nesse caso, a trajetória heroica e exemplar dos seus personagens era descrita para servir de inspiração

³⁵² GOMES, Angela de Castro. “História de Chinelo: o ensino de história através do rádio no Brasil dos anos 1950”. In: ROCHA, Helenice, MAGALHÃES, Marcelo, GONTIJO, Rebeca (orgs). *O ensino de história em questão*. Cultura histórica, usos do passado. FGV editora. Rio de Janeiro, 2015. p. 257

³⁵³ MELO, Mário. *Dentro da História*. Companhia Editora Nacional. São Paulo, 1931; COSTA, Eudoro Ramos. “A História na ‘Quinzena do Livro’ de S. Paulo.” *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 10 jan. 1932.

³⁵⁴ MELO, Mário. “O papagaio de Nassau”. *Dentro da História*. Companhia Editora Nacional. São Paulo, 1931. p. 78-80.

³⁵⁵ MELO, Mário. “Casamento em Plena Revolução”. *Ibidem*. 1931. p. 91-93.

para a população, fazendo com que o texto histórico possuísse um papel performativo, transmitindo um ensinamento aos destinatários³⁵⁶.

Mário Melo vai investir no que se chama de “história anedótica”³⁵⁷, caracterizada por uma escrita breve, simples e facilmente inteligível, que destaca episódios e personagens curiosos e expõe assuntos aparentemente desprezíveis, partindo de algo miúdo, de uma curiosidade, para chegar a uma situação geral maior e mais complexa. Essa prática pode ser percebida no texto “Fugir é cobardia”, também presente no livro *Dentro da História*. Nele o autor trata da reação de Frei Caneca, ao ser convidado a fugir da prisão. Na crônica há vários diálogos entre Frei Caneca e outros personagens presos, devido ao movimento de 1824. Assim, Mário Melo ensina, fazendo de suas palavras as do próprio revolucionário:

– Fugir? Não, meu amigo. Agradeço-lhe muito o seu devotamento, a sua abnegação, mas não posso aceitar. Será o que Deus quiser. Já conheço as agruras do cárcere. Curti quatro anos de prisão na Bahia com o fracasso da revolução de 1817. Si o cárcere me intimidasse ou si a morte me assombrasse, já experimentado com os revezes da sorte, eu não teria entrado neste segundo movimento. Fugir é cobardia e Frei Caneca jamais será acusado de cobardia. Adeus.³⁵⁸

É igualmente o que ocorre na crônica, “As últimas horas de Silvino de Macedo”, do mesmo livro, na qual o autor vai novamente usar a estratégia de escrita em forma de diálogo, para contar a condenação de Silvino de Macedo, tratando-o como um revolucionário exemplar que, como o Frei Caneca, não foi covarde, nem pediu clemência:

Por fim, resoluto, o interrogado diz com toda a firmeza:
- Chamo-me Silvino de Macedo.
- Que veio fazer em Pernambuco!
- Vim morrer.
- Por que não recorre à clemência do marechal, que já o salvou da morte?
- Sou revolucionário e não peço clemência.
Cumpra o seu dever!
(...)

³⁵⁶ CERTEAU, Michel. *A Escrita da História*. Editora Forense. 3ª ed. Rio de Janeiro, 2013.

³⁵⁷ MALERBA, Jurandir. “Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a História? Uma reflexão sobre o embate entre historiadores.” *História e Historiografia*. N. 15. Ouro Preto –MG, 2014. P. 27-50; GOSSMAN, Lionel. “Anecdote and History”. *History and Theory*. v. 42, n. 2, p. 143-168, 2003.

³⁵⁸ MELO, Mário. “Fugir é cobardia”. *Dentro da História*. Companhia Editora Nacional. São Paulo, 1931. p. 151-153.

Pela sua coragem, pela sua bravura e pelas circunstâncias de sua morte, voa o nome de Silvino de Macedo à imortalidade – mártir dum ideal por que a vida sacrificara.³⁵⁹

Como podemos perceber, o autor vai se utilizar, com frequência, de alguns artifícios literários – como o de fazer os personagens históricos falarem – com a intenção de tornar a leitura de seus textos mais agradável, clara e instrutiva para o público leitor. Essa prática de escrita da história vai ser aplicada, mesmo quando ele insiste na afirmação de nunca ter praticado literatura de ficção nem dela ser adepto. É o que vemos nos prefácios dos livros *Dentro da História* e *Aspectos da História*, já que ele vai reproduzir em 1935, em *Aspectos da História*, o prefácio que havia escrito no livro publicado em 1931, deixando bem claro seu objetivo³⁶⁰.

Tenho procurado orientar os meus estudos para a História do Brasil, especialmente para a de Pernambuco. Por isso mesmo, nunca pratiquei a literatura de ficção nem dela sou adepto. Está mais ou menos verificado que só os especialistas procuram ler e estudar a História nas suas fontes, enquanto a maioria demonstra agrado em ler fatos esparsos, máxime si a narrativa se afasta do estilo adequado ao cronologista. Os capítulos deste volume são rigorosamente históricos, como em muitos o indicam as fontes. Apenas procurei afastar da narrativa a aridez sonolenta do estilo comum à espécie.³⁶¹

A maior prova de seu procedimento científico de pesquisa era fazer inúmeras notas de rodapé com referências às fontes utilizadas, e também a outros autores e historiadores, como Pereira da Costa, Vicente Ferrer, Rocha Pombo, J. Lucilo de Azevedo, Euclides da Cunha, Nina Rodrigues etc. Nesse sentido, as estratégias de escrita utilizadas por Mário Melo são justificadas como uma forma de tornar a narrativa atraente ao grande público, o que não significaria uma aproximação da ficção e distanciamento da ciência histórica. Assim, além da elaboração de diálogos entre os personagens históricos, ele vai construir narrativas sobre a origem de palavras, topônimos, e expressões interessantes da cultura brasileira - como fez nos textos, “A

³⁵⁹MELO, Mário. “As últimas horas de Silvino de Macedo”. *Dentro da História*. Companhia Editora Nacional. São Paulo, 1931. p. 201-204.

³⁶⁰ Em *Aspectos da História*, após reproduzir o mesmo prefácio escrito por ele no livro *Dentro da História*, ele afirma: “Este explicação se ajusta a gosto do presente volume que, enfileirando episódios históricos, vai correr mundo com o título de ASPECTOS DA HISTÓRIA.” In: MELO, Mário. *Aspectos da História*. Casa Mozart. Recife, 1935.

³⁶¹ Ver: MELO, Mário. *Dentro da História*. Companhia Editora Nacional. São Paulo, 1931; MELO, Mário. *Aspectos da História*. Casa Mozart. Recife, 1935.

origem brasileira do ‘burro sem rabo’³⁶², ‘Eu já vi um boi voar’³⁶³, ‘A dignificação dos vocábulos’³⁶⁴, ‘Copacabana’³⁶⁵ e ‘Fidalgo de Jenipapo’³⁶⁶ - ou mesmo na divulgação de lendas baseadas nas tradições orais do estado pernambucano. Vale lembrar que a lenda é definida como o que “é contado e repetido tradicionalmente, sem que haja, necessariamente, uma documentação para prová-lo”³⁶⁷.

Dessa forma, ressaltamos um texto em que Mário Melo explora essa possibilidade, denominado, “O suplício de Frei Caneca”, no qual vai narrar algumas histórias que são repetidas e acreditadas pelo povo e envolvem a morte desse personagem, que se tornou, ao mesmo tempo, histórico e lendário. No texto, Mário Melo narra que, quando Frei Caneca é morto, numa “manhã radiosa, contam que uma criança, contemplando o firmamento, vira entre nuvens, uma linda mulher de manto azul, a chorar como as que estavam na terra”. Essa mulher era Nossa Senhora do Carmo, que, segundo a tradição oral, chorava a morte “desta inocente alma”. Duas outras lendas sobre o personagem rendem histórias no livro: “O dr. Vicente Ferrer testemunha ter ouvido da sua avó que a praga do gorgulho no feijão apareceu com o martírio de Frei Caneca” e, baseado no “depoimento de testemunha ocular existente no Instituto Arqueológico”, dizia-se que o religioso havia descido as escadas da cadeia com o hábito da Madre de Deus.³⁶⁸ O texto é cheio de detalhes e de artifícios literários, na medida em que o autor investiu fortemente em linguagens que sensibilizassem seu leitor para com a condenação daquele personagem que lutou em favor da República. Ou seja, ele vai construir uma imagem de Frei Caneca como o grande mártir republicano de Pernambuco. Isso pode ser percebido ainda no início da narrativa, quando ele declara: “Qual o seu crime? Ter pregado a liberdade pela imprensa. Ter sonhado com a república

³⁶²MELO, Mário. “A origem brasileira do ‘burro sem rabo’”. *Aspectos da História*. Casa Mozart. Recife, 1935.p. 20-21.

³⁶³ Nesta crônica, Mário Melo vai explicar a origem desta expressão, narrando uma lenda associada ao período em que Maurício de Nassau esteve no Recife. A anedota é sobre uma festa organizada pelo príncipe na cidade Maurícia, a qual foi tão grandiosa que até boi voou. Segundo o autor, esta lenda se perpetuou, criando-se um “brocado”, “muito comum em todo o Nordeste”. Assim, “a história do boi de Maurício de Nassau colou tanto no espírito público, que ainda hoje se diz, inconscientemente, para mostrar que nada é impossível: - ‘Eu já vi um boi voar!...’”. In: MELO, Mário. “Eu já vi um boi voar”. *Ibidem*. 1935. p. 37-41.

³⁶⁴ DANTAS, Olavo (Org.). MELO, Mário. “A dignificação dos vocábulos”. *Relances da História*. Jornal do Commercio. Rio de Janeiro, 1956. p. 169-170.

³⁶⁵ DANTAS, Olavo (Org.). MELO, Mário. “Copacabana”. *Ibidem*. 1956. p. 161-162.

³⁶⁶ DANTAS, Olavo (Org.). MELO, Mário. “Fidalgo de Jenipapo”. *Ibidem*. 1956. p. 164-166.

³⁶⁷MELO, Mário. “Astúcias de Jesuíta”. *Dentro da História*. Companhia Editora Nacional. São Paulo, 1931. p. 67.

³⁶⁸MELO, Mário. “O suplício de Frei Caneca.” *Ibidem*. 1931. p. 14-16.

para a sua terra. A pena não deveria ser tão forte como se dizia. Conhecia bastante a lei para defender-se.”³⁶⁹

Há ainda algumas crônicas em que Mário Melo destaca as lendas que percorrem o sertão de Pernambuco, contando histórias sobre a figura do famoso rei português, D. Sebastião e que estão presentes na trilogia do autor.³⁷⁰ Dentre essas, evidenciamos a denominada “A furna da Serra do Rodeador”, que está no livro *Aspectos da História*. Logo no início, ele tenta explicar geograficamente a formação da própria serra, mais conhecida como “Buraco da Santa”. Para isso, conta um pouco de sua própria experiência ao adentrar nas grutas que a formam.³⁷¹ Porém, o texto vai se centrar principalmente em um triste massacre contra um grupo de sebastianistas que lá haviam se instalado, no século XVIII. Ao contar o episódio, o autor ressalta a liderança política e religiosa de um famoso personagem do sertão nordestino: o profeta sebastianista Silvestre. Segundo o que o povo dizia, após o massacre do grupo que o seguia, Silvestre havia desaparecido, reaparecendo, contudo, durante a “Revolução de 1821”³⁷², ocorrida em Goiana. Dessa forma, como salienta Mário Melo, a memória construída sobre o profeta sertanejo estava relacionada à sua participação nesta revolução, uma vez que este era dado como:

(...) um dos precursores da independência, dizendo que tudo no Rodeador era símbolo, a começar pela santa, que não era mais do que a imagem da liberdade, sonhada para Pernambuco pelos patriotas que reagiam contra o despotismo português de que era símbolo o desabusado, perverso e imoral Luis do Rego (...)³⁷³

Como podemos notar nos exemplos acima, o autor procurava contar a história, aliando-a ao que a memória e as mais remotas tradições orais do estado pernambucano

³⁶⁹ MELO, Mário. “O suplício de Frei Caneca.”. *Dentro da História*. Companhia Editora Nacional. São Paulo, 1931. p. 9.

³⁷⁰ DANTAS, Olavo (Org.). MELO, Mário. “O desejado”. *Relances da História*. Jornal do Commercio. Rio de Janeiro, 1956. P. 23-25.

³⁷¹ “Ele, guia, arrastou-se na fenda, até tomar pé, ficando com a cabeça abaixo do nível da entrada. Acompanhei-o. Terrível escuridão. Cheiro nauseabundo. Dum momento para outro, o esvoaçar de grandes morcegos. A ausência duma lâmpada elétrica não me permitiu fazer observações seguras. Notei que a rocha estava fendida no alto (...). In: ”MELO, Mário. “A furna da Serra do Rodeador” *Aspectos da História*. Casa Mozart. Recife, 1935. p.100.

³⁷² A “Revolução de 1821” ocorrida em Goiana, Pernambuco, foi um movimento que, para alguns historiadores, antecedeu a independência do Brasil. Os revoltosos, muitos deles líderes da reprimida Revolução de 1817, organizaram uma “junta provisória” que visava à deposição do governador da província pernambucana, Luiz do Rego, além de ideais de independência e de República.

³⁷³ MELO, Mário. “A furna da Serra do Rodeador”. Op cit. 1935. p. 103.

consagravam como “tendo acontecido” ainda que sem provas científicas. Ou seja, para ele, o passado só tinha significado se fizesse sentido no presente, uma vez que, em muitos dos seus textos, um passado distante vai ser explorado com o intuito de levantar lições valiosas para seu tempo.

É muito comum encontrarmos, por exemplo, a elaboração de críticas às práticas e instituições políticas de sua época. E para fundamentá-las, Mário Melo vai investir na retomada de um passado remoto, voltando-se, principalmente, para o período colonial para explicar suas origens. Isso fica bastante claro no texto, “As câmaras municipais de outrora”,³⁷⁴ presente no livro *Relances da História*, e também no texto, “De como se elegem os pelouros”, que pertence a *Aspectos da História*. Neste último, publicado em 1935, portanto após o Código Eleitoral de 1932 e as eleições de 1933 e 1934, Melo vai explicar que, desde a época dos pelouros, já se usava o voto secreto, não sendo esta, portanto, uma novidade implantada após a Revolução de 1930. Assim, ironicamente, procurava minimizar as ideias de “progresso político” então em curso, afirmando que: “Voltamos para os processos do primeiro século e, ainda assim, dizem estarmos a caminho de aperfeiçoamento...”³⁷⁵

Essa prática de escrita da história, que busca “usar o passado” para dar sentido ao presente, para Mário Melo, teve como objetivo principal fazer reivindicações em favor da preservação da memória de personagens e eventos históricos, especialmente os que estavam ligados à História de Pernambucano. Isto é, o autor vai narrar a história de seu estado para salientar a importância de políticas memoriais - como a realização de comemorações cívicas e construção de monumentos históricos etc -, que auxiliariam a criação e guarda de uma memória histórica coletiva. Assim, podemos dizer que a sua produção historiográfica estava alinhada a um projeto cívico-pedagógico direcionado à socialização do conhecimento histórico, que tinha como objetivo a consolidação de uma memória histórica republicana no Brasil, para o que era necessária uma grande atenção com os “lugares de memória”, quer fossem festas, monumentos ou museus históricos, que se somariam aos esforços de divulgação do conhecimento histórico.

³⁷⁴ DANTAS, Olavo (Org.). MELO, Mário. “As câmaras municipais de outrora”. *Relances da História*. Jornal do Commercio. Rio de Janeiro, 1956. p. 168.

³⁷⁵ Segundo Mário Melo “pelouro” era o nome dado pelo juiz presidente das eleições das Câmaras Municipais aos candidatos votados pelos eleitores. Em suas palavras: “Redigia, então, esse presidente “os pelouros”, fechava-os, lacrava-os e metia-os num saco, o qual por seu turno se meteria em um cofre de três fechaduras, das quais teriam as chaves os vereadores do ano passado, cada um a sua. E não dariam a chave a outro, de modo que nunca tivesse duas chaves.” In: MELO, Mário. “De como se elegem os pelouros”. *Aspectos da História*. Casa Mozart. Recife, 1935. p. 19.

Dentre as crônicas que demonstram sua luta pela perpetuação do passado histórico pernambucano ressaltamos duas bem interessantes. São elas: “Com a cruz e com a espada (a epopeia de Tejucupapo)”, presente no livro *Dentro da História*, e “Tejucopapo”, em *Relances da História*. Elas tratam do “famoso combate de Tejucopapo, onde a mulher pernambucana se elevou ao mais alto grau de heroísmo”³⁷⁶, expulsando de suas terras os holandeses invasores. Podemos dizer que, ao contar o episódio, Mário Melo vai anunciar o lançamento de um monumento, erguido no centro das trincheiras de Tejucopapo, em homenagem às heroínas. Em suas palavras:

E, com a cruz e com a espada, essas anônimas filhas de Tejucupapo esculpiram um dos feitos mais brilhantes da epopéia pernambucana e rasgaram as portas à imortalidade, onde vão entrar no bronze da gratidão que Pernambuco inteiro se movimenta para fundir e fincar, como padrão de glória, sobre os sagrados palmos de terra – teatro do inigualável feito que constitui uma tábua de ouro dos nossos fastos.³⁷⁷

Dessa forma, acreditamos que, ao escrever essas crônicas, sua intenção foi, não só informar seus leitores sobre um evento da história do estado, mas também sinalizar a importância da construção de um monumento para perpetuá-lo na memória de todos os pernambucanos. Ele, nesse caso, queria estimular o sentimento patriótico nas mulheres - agentes responsáveis pelo movimento de expulsão dos holandeses da região de Tejucupapo - tão pouco valorizadas na história contada geralmente por homens³⁷⁸. Suas palavras incisivas para enaltecer o “heroísmo das pernambucanas” que lutaram pela sua terra vão visar à sensibilização do público feminino, aliás, uma parcela considerável do público leitor. Tanto que, em um dos textos, há uma epígrafe, na qual dialoga com as destinatárias: “Mães brasileiras! Eu vos dedico esta página. Lede-a para vossas filhas e guardai-a com orgulho patriótico.”³⁷⁹

Enfim, em suas crônicas, Mário Melo buscava mobilizar o que, na terminologia de Hayden White e Oakeshott, é chamado de “passado prático”, e que possibilita aos “leigos” uma apropriação do passado no presente, estimulando, assim, sentimentos

³⁷⁶ DANTAS, Olavo (Org.). MELO, Mário. “Tejucopapo”. *Relances da História*. Jornal do Commercio. Rio de Janeiro, 1956. p.54-56.

³⁷⁷ MELO, Mário. “Com a cruz e com a Espada (a epopéia de Tejucupapo)”. *Dentro da História*. Companhia Editora Nacional. São Paulo, 1931. p. 127-132.

³⁷⁸ Há também outro texto em que ele destaca a participação das mulheres nos movimentos revolucionários pernambucanos: “Um símbolo de patriotismo pernambucano”, presente em *Aspectos da História*. Nele se salienta a participação de Ana Aurora de Jesus Ribeira, esposa de Nunes Machado, na Revolução Praieira, ocorrida em 1848. In: MELO, Mário. “Um símbolo de patriotismo pernambucano”. *Aspectos da História*. Casa Mozart. Recife, 1935. p. 157-158;

³⁷⁹ MELO, Mário. “Com a cruz e com a Espada (a epopeia de Tejucupapo)”. Op Cit. 1931.

patrióticos e identitários. Ou seja, o autor se dedicaria à mobilização de um passado que, diferente do “passado histórico” narrado pelos “historiadores de ofício”, deve ser entendido e valorizado pelo que tem a oferecer aos compromissos práticos do presente.³⁸⁰ Por isso, o “passado prático” só pode ser acionado se estiver presente na memória cultural: nas tradições, imagens, ritos, monumentos, celebrações e outros suportes mnemônicos, que funcionam como armazéns/arquivos que permitem a mobilização de significados.³⁸¹

Vale ressaltar ainda que, dentre os textos presentes nos livros, Mário Melo também buscou narrar anedotas sobre assuntos e personagens anônimos por ele recuperados. Podemos perceber um exemplo no texto “Sertanejo de fama”³⁸², em *Dentro da História*, quando conta uma historieta sobre como havia se dado a consagração de músico sertanejo de tempos remotos, o “mulato” Maximo Pereira Garros. Ou mesmo na crônica denominada “Ópera brasileira escrita no interior de Pernambuco”³⁸³, em *Relances da História*. Dessa vez, o próprio autor é também personagem, pois, narra que, em uma de suas visitas à cidade de Juiz de Fora, foi assistir uma ópera chamada “O Sertão”. Qual não foi surpresa sua descobrir que ela fora escrita pelo maestro Jouteux, no interior de Pernambuco!

De modo geral, as crônicas que compõem estes três livros versam sobre episódios da História do Brasil e, principalmente, da história de Pernambuco. A maioria absoluta delas aborda assuntos cuja temática está centrada no período colonial, seguindo-se o período imperial, e havendo pouquíssimas sobre a República, como pode ser percebido na tabela abaixo:

Temática/livro	<i>Dentro da História</i> , 1931	<i>Aspectos da História</i> , 1935	<i>Relances da História</i> , 1956
Colônia	15	12	67
Império	7	7	27
República	1	3	7
Total	23	22	101

³⁸⁰ OAKESHOTT, Michael. “Presente, Futuro e Passado” *Sobre a História e outros ensaios*. Topbooks Editora. Rio de Janeiro, 2003; WHITE, Hayden. “The Practical Past”, em *The Practical Past*. Northwestern University Press. Illinois, 2014.

³⁸¹ ASSMANN, Aleida. *Espaços de recordação. Formas e transformações da memória cultural*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

³⁸² MELO, Mário. “Sertanejo de fama”. *Dentro da História*. Companhia Editora Nacional. São Paulo, 1931. p. 133-135.

³⁸³ DANTAS, Olavo (Org.). MELO, Mário. “Ópera brasileira escrita no interior de Pernambuco”. *Relances da História*. Jornal do Commercio. Rio de Janeiro, 1956. p. 171-172.

A iniciativa de ressaltar o período colonial é bastante significativa, já que era comum na escrita da história praticada por muitos historiadores pernambucanos da primeira metade do século XX. Isso porque, como apontado no capítulo anterior, havia uma forte intenção desses intelectuais, principalmente os ligados ao Instituto Arqueológico, de contar a História do Brasil, atribuindo destaque a personagens e acontecimentos relacionados à contribuição da história de Pernambuco à história nacional, o que dava relevo às lutas travadas contra os estrangeiros e também contra os portugueses na Colônia e no primeiro Reinado. Essa narrativa visava construir uma memória histórica para o estado, demarcando sua importância na defesa de ideais libertários e republicanos, o que produzia a valorização das diversas revoltas pernambucanas, ocorridas dos séculos XVII ao XIX.

Nesse sentido, podemos dizer que Mário Melo, como sócio e Secretário Perpétuo do IAHGP, ao escrever seus livros, vai se engajar neste projeto cívico-educativo. Percebemos, inclusive, que os principais assuntos da história de Pernambuco por ele abordados, nos livros aqui analisados, estão totalmente de acordo com os que compunham à linha editorial da revista do Instituto. Sobretudo, porque ressaltavam os episódios e personagens da Restauração Pernambucana, da Revolução de 1817 e da Confederação do Equador, além daqueles relacionados à libertação dos escravos, recorrentemente explorados em praticamente todos os números da *Revista do IAHGP*, referentes à primeira metade do século XX. Seguem, na tabela abaixo, os principais assuntos tratados por Mário Melo nas três publicações:

Assuntos/livros	<i>Dentro da História,</i> 1931	<i>Aspectos da</i> <i>História,</i> 1935	<i>Relances da</i> <i>História,</i> 1956
Restauração Pernambucana	7	3	20
Revolução de 1817	4	2	7
Revolução de 1824	2	2	6
Abolição	2	1	7
Total	15	8	40

Acreditamos que a forte relação entre os conteúdos trabalhados por Melo em seus livros para o grande público e os temas dos artigos presentes nos números da

Revista do IAHGP não se dá por acaso. Isso porque Mário Melo, além de ser o Secretário Perpétuo do Instituto Arqueológico, também exerceu o papel de editor da própria revista da instituição, fazendo parte da Comissão de Estatuto e Redação da Revista desde 1910, e ficando no cargo até o final de sua vida, nos anos 1950. Ou seja, durante a primeira metade do século XX, ele assume uma importante função no Instituto, influenciando diretamente a seleção dos artigos publicados.

Assim, ao ressaltar principalmente esses assuntos da história de Pernambuco, Mário Melo vai imprimir, nas páginas de seus livros, as mesmas ideias e valores que perpassavam os salões do IAHGP. Eram duas narrativas complementares, que se destinando a públicos diferentes, reforçavam-se mutuamente. Os livros dedicavam-se à divulgação da interpretação segundo a qual o estado de Pernambuco sempre teria sido marcado por um forte sentimento patriótico e republicano. Tratava-se de disseminar uma imagem de Pernambuco como terra de “bravos heróis”; como o espaço do território onde surgira o “Leão do Norte”, que muito lutou pela liberdade de sua pátria, tanto quando o Brasil era ainda uma colônia portuguesa, como quando foi um “Império dos Pedros”. Assim, na federação que o regime republicano implantara, a contribuição de Pernambuco para a nacionalidade brasileira era enorme e precisava ser conhecida e valorizada.

Ao nos voltarmos para as suas crônicas, destacamos, por exemplo, o fato de ele afirmar que Bernardo Vieira de Melo³⁸⁴ foi quem plantou a semente da República na terra do Brasil. Ele e não Tiradentes, como declararam muitos historiadores que “andaram a procura dum mito” para canonizar, com a proclamação da República. Para Mário Melo, era inquestionável que o alferes Silva Xavier tinha sido um dos mártires da Independência, porém, dizer que fora seu precursor seria um exagero, ou melhor, um erro histórico³⁸⁵. Assim, fazendo suas, as palavras de Bernardo Vieira de Melo, expõe:

– (...). Os pernambucanos não precisam de rei para governar-se. De hoje por diante mostraremos ao mundo que saberemos governar-nos a nós próprios.

³⁸⁴ Bernardo Vieira de Melo ficou conhecido como o principal personagem do movimento denominado Guerra dos Mascates, conflito travado entre olindenses e recifenses, motivado pela elevação do Recife à vila.

³⁸⁵DANTAS, Olavo (Org.). MELO, Mário. “Tiradentes”. *Relances da História*. Jornal do Commercio. Rio de Janeiro, 1956. p 90- 91.

- (...). Já não precisamos de rei. Pernambuco precisa de um governador que não seja mascate, nem seja nomeado pelo rei. Nós mesmos é que devemos escolhê-lo neste instante. (...)

– Obrigado, meu filho. Bem mostras que o teu sangue já está purificado da origem portuguesa dos nossos avós. Ou Pernambuco será livre, ou morreremos por Pernambuco!³⁸⁶

O historiador também procurou dar realce à Revolução de 1817, afirmando ter sido a partir dela que o primeiro governo republicano surgira no Brasil. Dentre os personagens que participaram desta revolução pernambucana, Melo destacou a figura de Barros Lima, conhecido como o “Leão Coroado”. Em um de seus textos, presente tanto no livro *Dentro da História* como em *Aspectos da História*, o autor vai contar como este “herói” matou o comandante do exército e instituiu a República em Pernambuco. Esta crônica é narrada de uma forma bastante dramática. Nela, mais uma vez, podemos perceber que Mário Melo vai explorar um episódio da história de Pernambuco, utilizando-se do artifício literário do diálogo, estimulando entusiasmo e admiração no leitor.

– Juremos vencer ou morrer pela pátria!

Todos, a um gesto, sacam das espadas tocam no aço ensanguentado que Barros Lima tinha a mão, e gritam:

- Viva o Brasil!

Era o dia 6 de Março de 1817.

Foi assim que surgiu o primeiro governo republicano que houve no Brasil.³⁸⁷

Além disso, vai salientar o pioneirismo pernambucano frente aos ideais abolicionistas. Sobre esse assunto, é comum encontrarmos em suas crônicas referências à figura de Henrique Dias, como o primeiro abolicionista do país.³⁸⁸ A Guerra dos Palmares surge como “o maior protesto de revolta contra a brutalidade da escravidão”, e o projeto de Constituição de 1817 como o “primeiro fato positivo sobre a igualdade

³⁸⁶MELO, Mário. “A semente da República”. *Aspectos da História*. Casa Mozart. Recife, 1935. p. 65-74.

³⁸⁷MELO, Mário. “Como se fez a república, em 1817”. *Ibidem*. 1935. p. 96; MELO, Mário. “A Espada de Leão Coroado” *Dentro da História*. Companhia Editora Nacional. São Paulo, 1931. 75-77.

³⁸⁸ Ele aponta: “Tem assim Henrique Dias direito a figurar cronologicamente como o primeiro abolicionista do Brasil.” in: DANTAS, Olavo (Org.). MELO, Mário. “O primeiro Abolicionista”. *Relances da História*. Jornal do Commercio. Rio de Janeiro, 1956. p. 66.

social do Brasil”.³⁸⁹ Uma das crônicas se destaca entre muitas. Chama-se “A Abolição” e está em *Relances da História*. Nela, o autor vai justificar, historicamente, a importância de Pernambuco para a propaganda das ideias de liberdade servil no Brasil. Dessa forma, para Mário Melo, foi deste estado que partiram as primeiras tentativas de libertação dos negros e onde o movimento abolicionista tivera maior relevo. Em suas palavras:

Passou em branca nuvem em Pernambuco a data da extinção do elemento servil. A não ser uma sessão cívica de alunos do “Instituto João Evangelista” – onde o escolar não paga nada e o professor nada recebe – não me consta ter havido alguma evocação.

Foi entretanto um movimento que em Pernambuco teve o maior relevo. Daqui partiu o primeiro protesto contra a escravidão pelos próprios escravos, que se organizaram em quilombos, desde antes da entrada dos holandeses, o que determinou a campanha de mais ou menos cem anos, denominada Guerra dos Palmares. Foram também de Pernambuco os primeiros escravos libertos: os negros que serviram no Terço de Henrique Dias.

(...)

A Revolução de 1817, por ser republicana, instituía no seu projeto de Constituição, que não chegou a ser aprovado porque a contra-revolução não permitiu que se reunisse a assembleia das capitâneas revoltadas, a extinção gradual da escravatura.

Pernambucano era Joaquim Nabuco, o líder aclamado da campanha abolicionista, na fase decisiva que deu por terra a chaga que nos maculava.

(...)

Pernambucano era o Conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira, o chefe do gabinete que a 7 de maio de 1888 propôs ao Parlamento a extinção imediata da escravidão (...)³⁹⁰

No texto acima, também podemos notar como Mário Melo procura fazer uma crítica ao fato de Pernambuco não ter organizado uma comemoração digna ao dia da Abolição, ao afirmar que esta havia passado “em brancas nuvens”, sendo comemorada somente pelos alunos do “Instituto João Evangelista”. Como vimos, a iniciativa de combater o esquecimento dos eventos históricos, estimulando e valorando a realização de comemorações de algumas datas cívicas, era uma prática bastante comum em suas crônicas. Contudo, devemos destacar, principalmente, as publicadas em *Relances da História*, na medida em que formam um total de 52 das 101 crônicas compiladas no

³⁸⁹MELO, Mário. “Os negros de Henrique Dias”. *Dentro da História*. Companhia Editora Nacional. São Paulo, 1931. p. 88.

³⁹⁰DANTAS, Olavo (Org.). MELO, Mário. “A Abolição”. *Relances da História*. Jornal do Commercio. Rio de Janeiro, 1956. p. 147-148.

livro.³⁹¹ Desse modo, pensando na grande quantidade de textos comemorativos que compõem o livro, podemos concluir que havia um forte interesse de Olavo Dantas em compor a imagem de Mário Melo como a “alma das comemorações”. Isso porque, ao exercer a função de editor, selecionando entre as crônicas histórias publicadas no jornal *Folha da Manhã*, as que iriam para o livro, ele demonstra, claramente, a preocupação de Mário Melo com a elaboração e a implementação de amplas estratégias de socialização do conhecimento histórico. Ou seja, Olavo Dantas buscou apresentá-lo como um historiador que, ao se utilizar do argumento em favor das celebrações cívicas, tinha como objetivo mobilizar e instruir a população, estimulando nela um sentimento de identificação com o passado “glorioso” e republicano de Pernambuco.

Essa iniciativa do editor, fortalecendo a imagem de Mário Melo como um historiador comprometido com o ensino de história vai corroborar a ideia de que o próprio autor quis criar para si mesmo, tal perfil. Isso porque os textos que compõem os livros *Dentro da História* e *Aspectos da História*, compilados por ele mesmo, estão totalmente de acordo com o conjunto presente em *Relances da História*. Mesmo que este último livro não tenha sido uma publicação intencional de seu autor, e sim um produto elaborado pelo trabalho editorial de outra pessoa, foi construído para fazer parte de uma série de crônicas históricas destinadas aos “não iniciados”.

Nesse sentido, podemos dizer que, de modo geral, nos três livros, Mário Melo procurou destacar alguns “aspectos”, “minúcias”, “curiosidades” ou “relances” da história de Pernambuco presentes “dentro” da História, oferecendo aos seus leitores “aperitivos estupendos”, úteis para a construção de uma cultura histórica republicana e sentimentos patrióticos. Isto é, ele vai se debruçar na produção de uma história-memória da nação, patriótica e pitoresca, profundamente comprometida com a formação de cidadãos brasileiros e pernambucanos, que fossem, antes de tudo, republicanos.

³⁹¹ Outra crônica interessante, “A independência em Pernambuco”, também presente em *Relances da História*, Mário Melo novamente escreve em favor da comemoração de datas importantes para a história de Pernambuco. Nela o autor reclama o fato de o estado não ter comemorado a Guerra dos Mascates, que, para ele, foi o movimento que precedeu a independência. Assim, afirma: “Pernambuco deveria ter estado ontem em festa, por transcorrer uma das mais expressivas datas de nossa História Política. Melhor, o dia em que, como consequência de um de nossos movimentos revolucionários, fixamos, de fato, nossa independência, antes do famoso grito do Ipiranga.” In: DANTAS, Olavo (Org.). MELO, Mário. “A independência em Pernambuco”. *Relances da História*. Jornal do Commercio. Rio de Janeiro, 1956. p. 105-106.

Considerações finais

Há uma profunda melancolia nisso tudo, no apagamento rápido da fama literária, no desprezo dos que emigram, no manto do esquecimento que acaba por envolver tudo, transformando as luzes e as sonoridades das noites solenes na treva e no silêncio das coisas mortas. Nas Academias, ao lado do mundo fervilhante dos vivos, há um cemitério onde jazem antigos confrades em cujas lápides o Tempo vai apagando, progressivamente, nomes e datas. Alguns, mais recentes, ainda podem ser lidos, mas, como nos cemitérios, já se cobriram de lodo. E não é raro que, decifrada a inscrição suja, um murmúrio se ouça do passante indiferente: Quem foi esse? (OLIVEIRA, Valdemar, 2012)³⁹²

Esta epígrafe é um fragmento do texto “O conceito de imortalidade” escrito por Valdemar de Oliveira, que trata do esquecimento inevitável de certos “homens de letras” que compõem as academias. Para o autor, há uma profunda melancolia nisso tudo. Por mais que exista uma campanha empreendida pela “sociedade dos letrados” a favor da glorificação de seus pares já mortos, através da elaboração de suas memórias, é difícil pensar a possibilidade de “parar o tempo” ou bloquear o trabalho do esquecimento. Dessa forma, a duração da lembrança de um determinado indivíduo vai sempre depender do investimento memorial dos vivos, que, por meio de estratégias de recordação, vão selecionar personagens para serem alçados ao “panteão da imortalidade”, tornando-os dignos de serem lembrados no presente e no futuro. Isto é, alguns podem ser levados à eternidade. Outros estarão sujeitos à indagação: Quem foi esse?

Essa questão nos faz pensar a que grupo de intelectuais o protagonista de nossas pesquisas, Mário Melo, pertenceria: ao que vai ser lembrado ou àquele que foi esquecido?

Como pudemos perceber ao longo da dissertação, Mário Melo foi uma figura de muito prestígio e reconhecimento enquanto “homem de letras”, na medida em que, durante a primeira metade do século XX, foi garantindo para si grande visibilidade e respeitabilidade em Pernambuco. No entanto, como já deixamos claro, mesmo sendo considerado um intelectual de muito valor, não foi consagrado como autor de grandes livros ou como um notável literato pernambucano, digno de pertencer ao panteão dos

³⁹²OLIVEIRA, Valdemar de. “O conceito de imortalidade”. In: PARAÍSO, Rostand (org). *Revista da Academia Pernambucana de Letras: 111 anos de história*. nº 41, edição especial. Recife, fev. 2012. p.21.

maiores pensadores brasileiros. Ou seja, mesmo muito aplaudido, Mário Melo foi reconhecido como um “intelectual menor”, não só pela mídia que utilizava como também pelo público a que se direcionava. Isso porque ele foi um intelectual que se dedicou intensamente ao jornalismo, escrevendo diariamente nas páginas dos periódicos, além de também ter se destacado como autor de livros voltados para os “não iniciados”, ou seja, para o grande público leitor. Mário Melo produziu, sobretudo, livros sobre a história do estado de Pernambuco, em que desejava falar aos leitores sobre os grandes eventos e personagens pernambucanos, mas principalmente, em o fazendo, despertar o amor por “ser” pernambucano e brasileiro.

Assim, mesmo que Mário Melo tivesse vínculos com diversas entidades culturais e políticas dentro e fora de seu estado e país, e possuísse uma vasta produção intelectual, ele não conseguiu alcançar prestígio nacional. Enfim, embora a “sociedade de letras” de Pernambuco tenha investido bastante em operações memorialísticas na tentativa de alçá-lo ao panteão dos grandes intelectuais brasileiros, Mário Melo compõe um conjunto numeroso e ainda pouco estudado de intelectuais que, apesar de muito consagrado em seu estado de origem, permanece desconhecido nacionalmente pelas próprias características de sua contribuição.

Neste trabalho, nosso objetivo foi, primeiramente, fazer uma análise destas inúmeras estratégias de recordação, elaboradas em especial após a sua morte - sempre em meio a polêmicas e disputas simbólicas -, que construíram imagens sobre ele e foram alvo de um processo de enquadramento bem sucedido. Imagens que serviram para consagrá-lo como uma importante personalidade de Pernambuco e do Recife. Além disso, quisemos também chamar a atenção para o estudo destes intelectuais considerados “menores” e, mais precisamente, para os que podem ser chamados de “intelectuais mediadores”. Eles, muitas vezes, acabam sendo relegados, ficando à margem do campo cultural, exatamente por se empenharem em divulgar os saberes científicos, nesse caso, o saber histórico.

Dessa forma, tivemos como interesse fundamental pensar Mário Melo como um historiador-jornalista, que, sendo secretário perpétuo do IAHGP e escrevendo para sua revista, atuou privilegiadamente como um mediador cultural. Como procuramos demonstrar, ele foi um intelectual que se preocupou, durante toda sua vida, em investir na operação de linguagens acessíveis e em estratégias de escrita da história voltadas para o grande público. Para tanto, utilizou a posição estratégica que assumiu no IAHGP, dedicando-se a elaborar projetos de valor para o campo político-cultural do estado e do

país, como as comemorações dos centenários da Revolução de 1817 e de 1824. Do mesmo modo, empenhou-se, sistematicamente, na escrita da história de Pernambuco, produzindo narrativas históricas compreensíveis e agradáveis nas mais diversas e modernas mídias.

Para realizar nosso objetivo, nos distanciamos da ideia de que esse intelectual foi um historiador que poderia ser apreendido pela erudição associada ao seu ofício ou, em outra face, pela prática de uma escrita da história escolar identificada como “um rol de nomes e datas”. Também não acreditamos que as suas buscas por documentos nos arquivos do IAHGP se voltassem apenas para a elaboração de monografias sobre a História de Pernambuco, direcionadas aos seus pares historiadores, mesmo que ele tenha escrito bastante na *Revista do IAHGP*. Na realidade, vamos pensá-lo, sobretudo, como um intelectual de ação múltipla, que não se limitou a uma forma de *historiar*, mas que, ao mesmo tempo em que trabalhou como um “historiador de ofício”, também exerceu seu papel de mediador cultural ou, na metáfora de Viriato Corrêa, de “cigarra” da história, preocupado com a vulgarização desse conhecimento. Portanto, para estas considerações finais, que estão longe de concluir as pesquisas sobre Mário Melo e sobre sua contribuição intelectual, vamos fazer uma retomada dos principais pontos ressaltados nos quatro capítulos da dissertação.

Na introdução, fomos em busca dos principais indícios que remetem à construção da memória de Mário Melo, entendendo-os como lugares importantes para pensar sobre o processo de consagração desse intelectual em Pernambuco. Deparamo-nos com um frevo, *Enunciação nº 3*, composto por Nelson Ferreira em 1960; com um busto erguido em sua homenagem em uma avenida que também leva o seu nome; com a *Galeria Mário Melo*, estabelecida no final da Rua Santo Elias, na esquina com a Rua da Hora; com o próprio IAHGP, no qual pudemos encontrar mais um busto dedicado à sua pessoa, bem como um de seus arquivos pessoais. Além destes espaços, há ainda a Associação da Imprensa de Pernambuco (AIP), onde existe outro busto e a Fundação Joaquim Nabuco, que guarda outro arquivo pessoal.

Em seguida, nos dois primeiros capítulos que compõem a primeira parte da dissertação, que se intitula, “*O homem encadernado: memórias construídas sobre Mário Melo*”, continuamos nesse percurso em busca de outras operações memorialísticas, criadas após a sua morte. Dessa forma, no primeiro capítulo, analisamos as notícias de sua morte, os discursos fúnebres, os necrológios e textos laudatórios, pensando o funeral de Mário Melo como um momento especial de exaltação de sua figura, uma vez que o

cultivo retórico da dor e da perda foi permeado pelo desejo de sua imortalização e sacralização. Isto é, esse é um momento bastante oportuno para sinalizar a morte de um homem “em carne e osso” e o nascimento de um imortal³⁹³.

Como ficou claro ao longo do capítulo, a produção destes textos elogiosos em homenagem a Mário Melo era feita, principalmente, por sujeitos do mundo político e/ou das letras. Figuras autorizadas pelas posições sociopolíticas que ocupavam e que se empenhavam em construir imagens que primavam por demonstrar a excepcionalidade da contribuição do morto, valorizando sua obra no passado, presente e futuro. Para isso, percebemos a necessidade de analisar as várias narrativas biográficas elaboradas ao longo do tempo, que, como é usual em escritos laudatórios, omitem os defeitos e exaltam as qualidades de Mário Melo, ressaltando os aspectos de sua trajetória, dignos de serem lembrados.

Assim, Mário Melo foi exaltado por muitos de seus contemporâneos como um dos jornalistas mais atuantes, íntegros e combativos da imprensa pernambucana de sua época. Como um profissional da imprensa marcado por uma independência moral e uma dignidade, exemplares. Foi comum também que se ressaltasse seu grande entusiasmo pela polêmica, e a sua teimosia, sendo lembrado como um verdadeiro “polemista profissional”, na medida em que estabeleceu inúmeros embates jornalísticos com alguns intelectuais pernambucanos, dentre eles estavam: Aníbal Fernandes, Gilberto Freyre e Manuel Bandeira. As polêmicas eram sobre assuntos variados e tratavam, sobretudo, da preservação dos monumentos históricos, da profissionalização do futebol, da conservação das tradições carnavalescas de Pernambuco, da ereção de bustos e da denominação de nomes de ruas em homenagens a pessoas vivas, o que Mário Melo chamava de “toponímia bajulatória”.

Além destas características atribuídas a Mário Melo, ainda se costumava destacar seu caráter tradicionalista, uma característica que, inclusive, ele próprio quis construir para si, uma vez que sempre se colocava como um homem avesso ao que vinha de fora, afirmando-se, com frequência, como “antes de tudo um provinciano”. Este caráter conservador foi muito bem ressaltado pelo jornalista Gerson de Macedo Soares, que escreveu sobre ele no *Jornal do Brasil*, um mês depois de sua morte:

³⁹³ABREU, Regina. *A fabricação do imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil*. Rocco: Lapa. Rio de Janeiro, 1996.

A sua linha de ação era ainda e sempre a mesma: a manutenção intransigente das tradições nacionais e, em especial, das pernambucanas; se defendia, com fervor, o carnaval típico do Recife, com frevos e maracatus, odiava, com mais força ainda o *foot-ball*... Para ele, o Brasil podia ter perdido a Taça do Mundo, com os seus pelés, didids e garrinchas, mas não perdesse, jamais, o nome de Nova, aquela ruazinha central do Recife, que começa no oitão da Igreja de Santo Antônio!...³⁹⁴

Além disso, seus admiradores também gostavam de salientar a sua defesa e valorização das coisas de Pernambuco, frisando que toda sua produção como historiador e jornalista havia sido inspirada na paixão que sentia pela sua terra e pelos seus antepassados. Isso fica bem claro nas palavras de Barbosa Lima Sobrinho, em seu texto em homenagem a Mário Melo para o *Jornal do Brasil*, em 31 de maio de 1959, poucos dias depois da sua morte:

Não me parece que se tivesse interessado profundamente senão pelas coisas de Pernambuco, a história e a geografia da região. E não se limitava ao conhecimento dos fatos pernambucanos. Queria que fossem exaltados e respeitados, vivendo de lança em riste, contra os que pecavam por má vontade ou ignorância. Qualquer palavra mal informada seria o bastante para que ele se mobilizasse, numa réplica imediata.³⁹⁵

Estas imagens que enalteciam a personalidade e a capacidade intelectual de Mário Melo também estão fortemente presentes em suas cinco biografias, produzidas durante a segunda metade do século XX e início do século XXI, que foram objeto do segundo capítulo. Foram elas: o *Roteiro jornalístico de Mário Melo*, primeira biografia escrita sobre ele, produzida por Luiz do Nascimento, sendo publicada em três partes no *Boletim da Cidade do Recife*, entre 1968 a 1970, e retomada, em 2012, para a elaboração de um inventário documental em sua homenagem, *Mário Melo 1884-1959: uma bibliografia*, produzido pela Fundaj. Além destas, analisamos também o livro *Mário Melo – jornalista e historiador democrata*, de autoria de Cláudio Tavares, editado pela Associação da Imprensa de Pernambuco, em 1978; *Cadê Mário Melo...*, escrito por Rostand Paraíso, publicado pela Comunigraf em 1997; e, por fim, *Perfil*

³⁹⁴ SOARES, Gerson de Macedo. “Mário Melo.” *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 24 de junho de 1959.

³⁹⁵ SOBRINHO, Barbosa Lima. “Mário Melo”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 31 de maio de 1959.

parlamentar: a arte de viver teimosamente, de 2001, que teve como autor o jornalista pernambucano Homero Fonseca.

Nesse capítulo, buscamos entender as biografias como mais uma estratégia de recordação/construção da memória de Mário Melo, já que seus biógrafos, ao descreverem o biografado, acabaram por estabelecer convergências sobre a história de sua vida, aparentemente imunes a críticas ou dúvidas. Assim, elaboraram enredos coerentes, que resultam em uma mitificação de sua personalidade em Pernambuco. Dessa forma, como costuma acontecer, percebemos uma escrita biográfica de caráter teleológico e linear, na medida em que seus autores escrevem sobre o início da vida de Mário Melo, antecipando como ela iria terminar. O passado toma, desde sempre, uma direção que culmina num determinado “fim”. Ou seja, nestas reconstruções biográficas, narrou-se a trajetória de Mário Melo a partir de uma ordem retrospectiva, para que o seu passado pudesse fazer sentido no presente de seus biógrafos.

Em geral, os biógrafos buscaram contar a vida do biografado dando bastante ênfase à sua árvore genealógica, seu lugar de nascimento e sua herança cultural, entendendo estes elementos como determinantes na configuração de sua identidade de intelectual reconhecido. Percebemos ainda que houve certo esforço dos autores para quantificar e interpretar a sua produção intelectual, atribuindo grande importância não só a seu conteúdo como a seu grande volume. Logo, eles se empenharam em apresentá-la como algo uniforme, original e homogêneo, procurando defender a ideia de que Mário Melo seria um autor de estudos significativos para o conhecimento da realidade pernambucana, sobretudo quando se fala na história desse estado.

No entanto, notamos que, de maneira geral, a maior parte das biografias, ao mesmo tempo em que investem no levantamento de seus trabalhos de história, exaltando seu papel de historiador e secretário perpétuo do IAHGP, procuram dar maior destaque às suas contribuições jornalísticas. Enumeram a diversidade de periódicos em que ele colaborou, e ainda dedicam grande parte das biografias para narrar inúmeras polêmicas em que Mário Melo se envolveu nas páginas dos diários. Ou seja, primam sempre por valorizar a sua função de jornalista.

Esta ênfase dada à atuação de Mário Melo no jornalismo fica bem evidente na própria *Revista do IAHGP*, volume XLV de 1960, analisada nesta dissertação. Nela, em um capítulo dedicado à sua memória como Secretário Perpétuo, alegou-se que o jornalismo havia lhe “roubado” o tempo de historiador, pois, foi exatamente por ter

atuado diariamente como jornalista, que ele não teria tido tempo suficiente para escrever nenhum grande livro que o tornasse um historiador consagrado. Porém, o que esta interpretação não destaca é que, justo por essa razão, Mário Melo, ao escrever diariamente nos periódicos, dedicava-se ao maior e melhor conhecimento da História pelos leitores, acumulando, durante a primeira metade do século XX, o trabalho de uma escrita da história considerado erudito, ao lado de um trabalho de divulgação, destinado ao grande público, que se alimentavam mutuamente. Nesse sentido, percebemos que, mesmo sendo tão exaltado, Mário Melo foi considerado por muitos, - principalmente por aqueles historiadores “eruditos”, membros de IHGP - como um intelectual menos importante, sobretudo, por sua dupla identidade de jornalista-historiador.

Foi, justamente, esse papel de intelectual mediador que analisamos na segunda parte da dissertação, denominada “‘Histórias em pequenas doses’: o historiador Mário Melo”, composta por dois capítulos.

No terceiro capítulo, tivemos o objetivo de analisar as comemorações dos centenários das Revoluções de 1817 e de 1824, ocorridas em 1917 e 1924, organizadas pelo IAHGP, e que tiveram Mário Melo como grande impulsionador. Estas foram festas grandiosas em Pernambuco, marcadas pelo esforço de seus organizadores, que, sob a liderança de Mário Melo, primaram pela divulgação dos dois em todo país. Desejavam demarcar e disseminar um passado republicano e revolucionário para o estado de Pernambuco, que assim havia contribuído para a história do Brasil e devia ser perpetuado na memória de todos os brasileiros. Isto é, quando a República federalista implantava-se no Brasil, empenharam-se ativamente na organização de comemorações cívicas que ressaltassem a importância do papel do estado de Pernambuco como pioneiro na defesa de ideais libertários e republicanos. A ideia era, acima de tudo, situar os movimentos de 1817 e 1824, como prenúncios da Independência e da República, havendo, portanto, uma preocupação em definir as origens genuínas dos ideais que eram valorizados naquele presente. Nesta perspectiva, as festas foram espetáculos cheios de simbolismos e de emotividade, sendo pensadas como estratégias de ritualização da história de Pernambuco, úteis para a construção de uma cultura histórica republicana e para estimular sentimentos identitários e patrióticos no “povo” brasileiro.

Contudo, comemorar esses centenários não foi somente uma estratégia de valorização dos episódios de 1817 e 1824, mas também de fortalecimento político-institucional do IAHGP, como instituição cultural. Isso porque tais festas fundamentaram-se como uma interessante iniciativa para que o Instituto pudesse

garantir maior reconhecimento diante dos meios políticos e culturais brasileiros. Nesse sentido, pudemos perceber que o secretário, Mário Melo, uma vez que assumiu o papel de grande importância na organização dessas comemorações, trabalhou incansavelmente para que o IAHGP e a história de Pernambuco conseguisse conquistar efetiva visibilidade nacional. Esforços estes que lhe asseguraram grande projeção dentro do próprio Instituto e nos mais variados espaços de sociabilidades da cidade do Recife e do estado de Pernambuco. Tudo isso lhe valeu o título de “alma das comemorações” e a sua consagração enquanto historiador e “porta-voz” do Instituto.

Assim, nesse capítulo, partimos da ideia de que Mário Melo foi a figura chave para a promoção dos centenários das Revoluções de 1817 e a de 1824, na medida em que assumiu a função de responsável pela articulação com o governo do estado, com as diversas instituições culturais brasileiras e as demais redes de sociabilidade intelectual, bem como de se envolver no financiamento dos eventos. Ou seja, Mário Melo atuou como alguém que desfrutava de grande capacidade, ressonância, credibilidade, poder de influência e comunicação nas redes de sociabilidade em que estava inserido³⁹⁶, sendo exatamente por esses motivos que acabou recebendo o reconhecimento e o título de “alma das comemorações” dado por seu grande amigo e mentor, o historiador e diplomata Oliveira Lima.

Já no último capítulo, tivemos a intenção de analisar mais uma forma, encontrada por Mário Melo, para divulgar o conhecimento histórico, tendo em vista seu projeto de socialização da história republicana do Brasil, atribuindo destaque a personagens e acontecimentos relacionados à contribuição de Pernambuco à história nacional. Nossos objetos de análises foram três dos seus inúmeros trabalhos organizados em formato de livros de história, voltados a um amplo e diversificado público. Foram eles: *Dentro da História*, publicado em 1931 pela Companhia Editora Nacional; *Aspectos da História*, de 1935, publicado pela editora recifense Casa Mozart; e *Relances da História*, livro composto por uma reunião de crônicas históricas publicadas por Mário Melo na imprensa pernambucana editadas em formato de livro pelo escritor Olavo Dantas, em 1956, no Rio de Janeiro.

Esses são livros de crônicas históricas ou como podemos chamar, de “comentários” sobre a História do Brasil e de Pernambuco, escritos “numa linguagem viva e interessante” para que pudessem fazer sentido para o grande público leitor.

³⁹⁶SIRINELLI, Jean-François. “As elites culturais”. In: RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François. *Para uma História Cultural*. Lisboa: Estampa, 1998. p. 259-80.

Foram publicados com o objetivo de divulgar as pesquisas históricas desenvolvidas por Mário Melo e por seus pares, os “eruditos” historiadores do IAHGP. Isso porque ele, como historiador, sócio e Secretário Perpétuo do IAHGP, ao escrever seus livros, vai se engajar no projeto cívico-educativo elaborado pelo próprio Instituto, que visava construir e consolidar uma memória histórica republicana para o Brasil, buscando demarcar a importância de Pernambuco. Dessa forma, percebemos que Mário Melo, nas narrativas históricas presentes nestas publicações, vai dar maior destaque a aspectos “pitorescos” de certos episódios e personagens da Restauração Pernambucana, da Revolução de 1817 e da Confederação do Equador, além daqueles relacionados à libertação dos escravos. Assim, por ressaltar estes assuntos da história de Pernambuco, vai imprimir em seus livros as mesmas ideias e valores que perpassavam os salões do IAHGP.

Porém, muitas destas crônicas não decorreram necessariamente de pesquisas feitas em arquivos e nem visavam divulgar os estudos do Instituto Arqueológico. Elas também puderam se constituir de “curiosidades históricas”, que partiam dos interesses pessoais de Mário Melo pela origem de toponímias, de expressões idiomáticas ou de tradições orais que percorriam o seu estado.

Percebemos também que ao elaborar suas narrativas históricas, Mário Melo utilizou, com frequência, alguns artifícios literários, como o de fazer os personagens históricos falarem ou até mesmo o de se inserir na narrativa, como personagem-narrador, contando algumas de suas experiências como historiador. Ou seja, estas publicações foram produzidas para serem instrumentos interessantes para tornar a leitura de seus textos mais agradável, clara e instrutiva para o público, transformando o ensino da história pátria em algo mais leve e prazeroso. Portanto, podemos dizer que, ao produzir a trilogia, *Dentro da História*, *Aspectos da História* e *Relances da História* - sendo este último uma publicação editada por Olavo Dantas - Mário Melo se valeu da estratégia de narrar alguns episódios pitorescos da história do Brasil, que estavam ausentes da produção historiográfica “erudita”, destacando o heroísmo de certos personagens, sobretudo dos vultos pernambucanos. Seu interesse era, acima de tudo, proporcionar lições de história pátria ao grande público leitor, através de uma escrita simples e agradável, primando por estimular um forte sentimento patriótico e republicano.

Enfim, podemos concluir que, seja por Mário Melo ter liderado a organização das comemorações dos centenários da Revolução de 1817 e de 1824, em nome do

IAHGP, ou mesmo por ter se dedicado à produção de livros de história voltados aos “não iniciados”, ele se dedicou ao projeto cívico-educativo de disseminar o ensino de história para um grande público que ainda não a conhecia. Por essa razão, acreditamos que nosso protagonista se insere perfeitamente no conjunto de intelectuais brasileiros, que, ainda que pouco conhecidos nacionalmente, podem ser identificados como mediadores culturais de grande importância. Figuras que, inseridas ou não em instituições que funcionam como sociedades de discurso, como é o caso de Mário Melo, compartilharam desse projeto, desempenhando uma função estratégica na construção de uma cultura histórica republicana no Brasil, durante da primeira metade do século XX.

Bibliografia

- Referências:

ABREU, Regina. *A fabricação do imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil*. Rocco: Lapa. Rio de Janeiro, 1996.

ALBUQUERQUE Jr, Durval Muniz. *A Invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 2009.

ASSMANN, Aleida. *Espaços de recordação. Formas e transformações da memória cultural*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

BARROS, Natália Conceição Silva. *Arquivos da vida, arquivos da história: as experiências intelectuais de Joaquim Inojosa e os usos da memória do modernismo*. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), CFCH. Programa de Pós-Graduação em História. Recife, 2012.

BOEIRA, Luciana F. “Construindo a nação: O Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro e a missão de historiar”. *VI Mostra de Pesquisa: Produzindo História a partir de fontes primárias*. Porto Alegre, ANPUH/RS, 2008.

BONAFÉ, Luigi. *Como se faz um herói republicano: Joaquim Nabuco e a República*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense. Departamento de História. 2008.

BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. In: AMADO, Janáina e FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da história oral*. (8ª edição) Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 183-191.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução Fernando Tomaz, 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CALDEIRA, Ana Paula Sampaio. *O bibliotecário perfeito: o historiador Ramiz Galvão na Biblioteca Nacional*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em História, Política e Bens Culturais. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. 2015.

CANDIDO, Antônio. “A revolução de 1930 e a cultura”. *Novos Estudos CEBRAP*, v. 2, n. 4, p. 27-32, 1984.

_____. “A vida ao rés-do-chão”. In: CANDIDO, Antonio. *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

CANTARELLI, Rodrigo. *Contra a conspiração da ignorância com a maldade: A Inspeção Estadual dos Monumentos Nacionais e o Museu Histórico e de Arte Antiga do estado de Pernambuco*. 2012. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação

em Museologia e Patrimônio, UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/viewFile/269/211>>. Acesso em: 06 de nov. 2015.

CARDOSO, Irene. “68: a comemoração impossível”. *Tem social*. Ver. Sociol. USP, São Paulo, 10(2): 1-12, outubro de 1998.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: O imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CATROGA, Fernando. “O Culto dos mortos como uma poética da ausência”. *ArtCultura*. V. 12, n. 20. Uberlândia, 2010.

_____. *Memória, História e Historiografia*. Editora FGV, Rio de Janeiro, 2015.

_____. *Nação, Mito e Rito: Religião Civil e comemoralismo (EUA, França e Portugal)*. NUDOC-UFC. Fortaleza, 2005.

CERTEAU, Michel. *A Escrita da História*. Editora Forense. 3ª ed. Rio de Janeiro, 2013.

CHARTEIER, Roger. “O Homem de letras”. In: Vovelle, Michel (dir). *O Homem do Iluminismo*. Lisboa: Editorial Presença, 1997, p. 117-153.

_____. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Tradução: Maria Manuela Galhardo. 2ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: Difel. 2002.

_____. *Foucault's chiasmus: authority between Science and literature (mimeo)*.

CHARLE, Christophe. “Le Temps des hommes doubles.” *Revue d'histoire moderne et contemporaine/Société d'histoire moderne* 39. 1992.

CHAVES, Hélio. *Olavo Dantas: poeta universal*. Editora Pongetti. Rio de Janeiro, 1972.

CLOT, Ives. “La otailusion biográfica”. *História y Fuente Oral*. Barcelona, n. 2, 1889. de uma história nacional”. In: *Estudos Históricos*, nº1, 1988.

DUTRA, Eliana de Freitas. “Companhia Editora Nacional: Tradição Editorial e Cultura Nacional no Brasil dos anos 30”. *I Seminário Brasileiro sobre livro e História Editorial*. Casa de Rui Barbosa. Rio de Janeiro, nov. 2004.

_____. “História e Historiadores Coleção Brasileira: o presentismo como perspectiva?”. In: DUTRA, Eliana de Freitas (Org). *O Brasil em dois tempos: história, pensamento social e tempo presente*. Ed. Autêntica. Belo Horizonte, 2013.

_____. “Seremos universais, porque nacionais”. GOMES, Angela de Castro (Coord.) *Coleção História do Brasil, vol4 - Olhando para dentro 1930-1964*. Editora objetiva. Rio de Janeiro, 2013. p. 229-273.

FAUSTO, Boris (org.), *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo 8, São Paulo: DiFEL, 1981.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Ed. Loyola, 2014.

_____. *O que é um autor?*. Lisboa: Ed. Veja, 1992.

GINZBURG, C.; PONI, C. “O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico”. In: GINZBURG, C. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. p.169-78.

GOMES, Angela de Castro (Coord.) *Coleção História do Brasil, vol4 - Olhando para dentro 1930-1964*. Editora objetiva. Rio de Janeiro, 2013.

GOMES, Angela de Castro (org). *A escrita de si. A escrita da História*. FGV. Rio de Janeiro, 2004.

_____. “A biblioteca de Viriato Corrêa: incursões sobre a leitura e a escrita de um intelectual brasileiro”. In: DUTRA, Eliana de Freitas (Org). *O Brasil em dois tempos: história, pensamento social e tempo presente*. Ed. Autêntica. Belo Horizonte, 2013.

_____. “Cultura política e cultura histórica no Estado Novo”. In: ABREU, Martha; SOIHET, Raquel; GONTIJO, Rebeca (org.). *Cultura Política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2007.

_____. “Educação, ciência e edição: consagração intelectual dos periódicos às coleções.” *Revista brasileira de História da ciência*. v. 7, n. 1. Rio de Janeiro, Jan-jun 2014. p. 6-15.

_____. “História de Chinelos: o ensino de história através do rádio no Brasil dos anos 1950”. In: ROCHA, Helenice, MAGALHÃES, Marcelo, GONTIJO, Rebeca (orgs). *O ensino de história em questão: cultura histórica, usos do passado*. Ed. FGV, Rio de Janeiro, 2015.

_____. “Memória em disputa; Jango, ministro do trabalho ou dos trabalhadores?” In: FERREIRA, Marieta de Moraes. *João Goulart: Entre a memória e a história*. FGV, Rio de Janeiro, 2006.

_____. *A República, a História e o IHGB*. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2009. p. 60.

_____. *Essa gente do rio... Modernismo e Nacionalismo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

_____. HANSEN, Patricia (Org.). Introdução, *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. Civilização brasileira. Rio de Janeiro, 2016.

_____. *História e Historiadores*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

GONÇALVES, João Felipe. “Enterrando Rui Barbosa”. *Estudos Históricos* – Dossiê Heróis Nacionais, Rio de Janeiro, vol. 14, n. 25, 2000.

GONTIJO, Rebeca. *O velho Vaqueano: Capistrano de Abreu (1853-1927): memória, historiografia e escrita de si*. Ed. 7 letras. Rio de Janeiro, 2013.

_____. “Tal história, qual memória? Capistrano de Abreu na história da historiografia brasileira”. *História, historiadores, historiografia*. Projeto História nº 41. Dez. 2010.

GOSSMAN, Lionel. “Anecdote and History”. *History and Theory*. v. 42, n. 2, p. 143-168, 2003.

GOUVEIA, Fernando da Cruz. *Oliveira Lima: uma biografia*. Recife: IAHGP, 1976.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. “Nação e civilização nos trópicos: o IHGB e o projeto de uma história nacional”. In: *Estudos Históricos*, nº1, 1988.

HALLEWELL, Laurence. *O Livro no Brasil: sua história*. Editora USP. São Paulo, 1985.

HEYMANN, Luciana. “De ‘arquivo pessoal’ a ‘patrimônio nacional’: reflexões acerca da produção de ‘legados’”. Rio de Janeiro: CPDOC, 2005.

HRUBY, Hugo. “O templo das sagradas escrituras: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a escrita da história do Brasil (1889-1912)”. *História da historiografia*. Rio de Janeiro. N. 2. p. 50-66. Mar. 2009.

LEVI, Giovanni. “Usos da biografia”. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da história oral*. (8ª edição) Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

MALATIAN, Teresa. *Oliveira Lima e a construção da nacionalidade*. Bauru, SP: EDUSC; São Paulo, FAPESP, 2011.

MALERBA, Jurandir. “Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a História? Uma reflexão sobre o embate entre historiadores.” *História e Historiografia*. N. 15. Ouro Preto –MG, 2014. P. 27-50.

MENEZES, Gerson G. Ledezma. “Brasil: comemorando o Centenário da Independência por entre memórias divididas: a disputa entre identidade nacional e identidade regional, 1922.” In: <<http://www.geocities.ws/gersonledezma/eventos/BrasilPonenciaBuca.pdf> . (Acesso em 15 de maio de 2016).

MICELI, Sergio. *Intelectuais à Brasileira*. Companhia das Letras. São Paulo, 2001.

NASCIMENTO, Luiz. *Historia da Imprensa de Pernambuco*. V.1. Recife: UFPE. Ed. Imprensa Universitária. 2ed, 1968.

NICOLAZZI, Fernando. GONÇALVES, Tatiana Mol. “Inventando a historiografia mineira: o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais em sua “primeira fase”, 1907-1927.” *Revista de Teoria da História* Ano 6, Número 11, Universidade Federal de Goiás, Maio/2014.

NORA, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. In: *Projeto História*, São Paulo: PUC, n. 10, p. 07-28, dez. 1993.

OAKESHOTT, Michael. *Sobre a História e outros ensaios*. Topbooks Editora. Rio de Janeiro, 2003.

OLIVEIRA Júnior, Rômulo José Francisco de. ‘Os operários das letras’: campo literário do Recife (1889-1910). Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Recife, 2016.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. “Imaginário Histórico e poder cultural: as comemorações do descobrimento”. *Estudos Históricos*. vol. 14, n. 26. Rio de Janeiro, 2000, p. 183-202.

PANDOLFI, D. C. *Pernambuco de Agamenon Magalhães. Consolidação e Crise de uma Elite Política*. Fundação Joaquim Nabuco: Massagana, Recife, 1984.

POCOCK, J.G.A. “O conceito de linguagem e o *Métier D’Historien*”. *Linguagens do ideário político*. Tradução de Fábio Fernandez. Edusp. São Paulo, 2003.

POLLAK, Michael. “Memória e identidade social”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10. p. 200-215, 1992.

_____. “Memória, esquecimento, silêncio”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PONTES, Heloisa. “Retratos do Brasil: Um Estudo dos Editores, das Editoras e das ‘Coleções Brasilianas’, nas Décadas de 1930, 40 e 50”. *BIB. Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, v. 26, p. 56-110, 1988.

REZENDE, Antônio Paulo. *(Des)Encantos modernos: histórias da cidade do Recife na década de XX*. Recife: FUNDARPE, 1997.

RIBEIRO, Genes Duarte. “Cultura Histórica, memória e comemorações: o centenário de nascimento do presidente João Pessoa na Paraíba em 1978”. *Saeculum – Revista de História*. n 23, João Pessoa, jul/dez. 2010.

RIBEIRO, Mariana dos Santos. “O IHGB, o IAGP e as comemorações do centenário da República de 1817”. In: *Construindo Histórias e Memórias: O IHGB e o IAGP em meio às celebrações dos centenários do movimento pernambucano de 1817*. Rio de Janeiro: PUC, Rio, set. 2011.

RIBEIRO, Renilson Rosa. *Um exemplar precioso (...) da raça, do meio e do momento: As biografias de Francisco Adolfo Varnhagen e o mito do bandeirante (1878-1978)*. XXVIII Simpósio Nacional de História. SC: Florianópolis, jul. 2015.

- RIVIÈRE, Claude. *As Liturgias Políticas*. Rio de Janeiro: Imago, 1989. P. 218
- RUNIA, Eelco. "Presence", in: *Moved by the Past. Discontinuity and historical mutation*. New York: Columbia University Press, 2014.
- SANDRES, Noé Freire. "O IHGB e os cem anos da Independência". *A invenção da nação: entre a monarquia e a república*. Goiânia: Ed. da UFG: Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira, 2000, p. 94-97.
- SARAMAGO, José. *Todos os nomes*. São Paulo: Companhia das Letras. 1997.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- SETTE, Mário. *Arruar. História pitoresca do Recife Antigo*. Casa do Estudante do Brasil. Rio de Janeiro, 1948.
- SIRINELLI, Jean-François. "Os intelectuais". In : René Rémond (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: EdUfrj / Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- _____. "As elites culturais". In: RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François. *Para uma História Cultural*. Lisboa: Estampa, 1998. p. 259-80
- SKINNER, Quentin. "Meaning and understanding in the history of ideas". *History and Theory*, 1969, 8 (1): 3-53.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da literatura brasileira: seus fundamentos econômicos*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1869.
- SOUZA, George Félix Cabral de. *Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano: breve história ilustrada*. IAHGP. Recife, 2010.
- VELHO, Gilberto. "Memória, Identidade e Projeto". Uma visão antropológica. *Revista Tempo Brasileiro*. Nº 95. p. 119-126, out/nov. 1988.
- VISCARDI, Claudia. *As muitas faces da República: o ideal republicano e a montagem do federalismo oligárquico*. Tese de Professor Titular, Minas Gerais: Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2015.
- WERNECK, Maria Helena. *O Homem encadernado. Machado de Assis na escrita das biografias*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996.
- WHITE, Hayden. "The Practical Past", em *The Practical Past*. Northwestern University Press. Illinois, 2014.

Fontes:

- Periódicos

“A bandeira da república de 1817”. *Diário de Pernambuco*. Recife, 17 de fevereiro de 1917. P.1

“A Confederação do Equador. Diário da Revolução de 1824. Anotações por Mário Melo”. *Jornal do Commercio*. Recife, 2 de julho de 1924.

“As festas de Hoje”. *Jornal Pequeno*. Recife, 6 de março de 1917.

“As festas hoje”. Edição especial às comemorações do centenário da Revolução de 1817. *Diário de Pernambuco*. Recife, 6 de março de 1917.

“Busto em Bronze”. *Diário de Pernambuco*. Recife, 26 de mai. 1959. In: *Revista do IAHGP*, V. XLV. Recife, 1960.

“Câmara Municipal Busto do jornalista”. *Diário de Pernambuco*. Recife, 27 de maio de 1959.

“Cem anos depois. A revolução de 1824. As brilhantes festas de hoje comemorativas do notável fato histórico.” Edição especial às comemorações do centenário da Revolução de 1824. *Diário de Pernambuco*. Recife, 2 de julho de 1824.

“Cem anos depois.” *Jornal do Commercio*. Recife, 2 de julho de 1924.

“Cem anos depois”. *A província*. Recife, 6 de março de 1917.

“Centenário da Revolução de 1817”. Edição especial às comemorações do centenário da Revolução de 1817. *Diário de Pernambuco*. Recife, 6 de março de 1917.

“Continua a repercussão pela morte de Mário Melo: luto geral em Goiana”, *Jornal do Commercio*. Recife, 27 de mai. 1959. In: *Revista do IAHGP*, XLV, Recife, 1960.

“Cúria informa: Missas por alma de Mario Melo se podem Celebrar. Saudoso jornalista abandonara Maçonaria, desde há séculos.” *Diário de Pernambuco*. Recife, 27 de maio de 1959. In: *Revista do IAHGP*, XLV, Recife, 1960.

“Discurso pronunciado na Câmara federal pelo deputado Monsenhor Arruda Câmara”. *Diário do Congresso Nacional*. Rio de Janeiro, 28 de mai. 1959. In: *Revista do IAHGP*. XLV, Recife, 1960.

“Faleceu o mais antigo jornalista do Recife”. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 26 de Maio de 1959.

“Foi declarado luto oficial por três dias, pelo falecimento, domingo do jornalista Mário Melo”. *Jornal do Comércio*. Recife, 26 de mai. 1959.

“Homenagem a Mário Melo no 30º dia da morte do jornalista recifense”. *Jornal do Commercio*. Recife, 21 de jun. 1959. In: *Revista do IAHGP*, XLV, Recife, 1960.

“Homenagem: Mário Melo”. *Diário da Noite*. Recife, 20 de jun. 1959. In: *Revista do IAHGP*, XLV, Recife, 1960.

“Jornalista Mário Melo”. *Folha do Povo*. Recife, 31 de mai. 1959. In: *Revista do IAHGP*. XLV, Recife, 1960.

“Livros e folhetos. ‘Dentro da História’.” *Diário de Pernambuco*. Recife, 24 jan. 1932.

“Morreu o jornalista Mário Melo: Coração”. *Diário da Noite*. 1ª ed. Recife, 25 de mai. 1959. In: *Revista do IAHGP*, XLV, Recife, 1960.

“Morreu o jornalista Mário Melo: Coração”. *Diário da Noite*. 2ª ed. Recife, 25 de mai. 1959. In: *Revista do IAHGP*, XLV, Recife, 1960.

“Morreu o jornalista Mário Melo: Coração”. *Diário da Noite*. 2ª ed. Recife, 25 de mai. 1959. In: *Revista do IAHGP*. XLV, Recife, 1960.

“Mosaico”. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 4 de junho de 1959.

“Na Câmara municipal. Homenagem do deliberativo ao jornalista morto: busto será erguido em Praça pública”. *Diário de Pernambuco*. Recife, 26 de mai. 1959. In: *Revista do IAHGP*, XLV, Recife, 1960.

“No Instituto Arqueológico. 30 de maio de 1959”. *Jornal do Commercio*. Recife, 06 de jun. 1959.

“No Instituto Arqueológico. Sessão Fúnebre em homenagem à memória de Mário Melo”. *Jornal do Commercio*. Recife, 21 de jun. 1959. In: *Revista do IAHGP*, XLV, Recife, 1960.

“O falecimento de Mário Melo”. *Diário da Noite*. Recife, 25 de mai. 1959. In: *Revista do IAHGP*, XLV, Recife, 1960.

“Pernambuco e a Independência”. *A Província*. Recife, 7 de setembro de 1922.

“Prefeito decretou luto oficial por 3 dias no Recife”. *Diário de Pernambuco*. Recife, 26 de mai. 1959. In: *Revista do IAHGP*, XLV, Recife, 1960.

“Revolução republicana de 1817”. Edição especial às comemorações do centenário da Revolução de 1817. *Diário de Pernambuco*. Recife, 17 de fevereiro de 1917.

“Unânime sentimento de tristeza pelo falecimento do jornalista Mário Melo. Todos reconhecem que foi uma grande perda para Pernambuco.” *Jornal do Commercio*. Recife, 28 de mai. 1959. In: *Revista do IAHGP*, XLV, Recife, 1960.

A Província. Recife, 7 de setembro de 1922.

ARAÚJO, J. A. Correia de. “A prioridade de Pernambuco nas ideias liberais.” Edição especial às comemorações do centenário da Revolução de 1824. *Diário de Pernambuco*. Recife, 2 de julho de 1824.p. 8.

BORBA, Lauro. “Um livro à feição.” *Diário de Pernambuco*. Recife, 2 dez. 1931.

BRANDÃO, Ulisses. “A confederação do Equador no espaço e no tempo”. Edição especial às comemorações do centenário da Revolução de 1824. *Diário de Pernambuco*. Recife, 2 de julho de 1824.

CARREIRO, Carlos Porto. “Frei Caneca. Conferencia no ‘Centro Pernambucano’ do Rio de Janeiro”. Edição especial às comemorações do centenário da Revolução de 1824. *Diário de Pernambuco*. Recife, 2 de julho de 1824. p. 7-8.

CASCUDO, Luiz da Câmara. “O jornalistas dos ‘mascates’”. *Jornal do Commercio*. Recife, 26 de jun. 1959. In: *Revista do IAHGP*, XLV, Recife, 1960.

CONDÉ, José. “Bandeira: o busto vai mesmo.” *Correio da Manhã*. Escritores e livros. Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 1959.

CONDÉ, José. “Busto de Bandeira: filme em série”. *Correio da Manhã*. Escritores e livros. Rio de Janeiro, 12 de abril de 1959.

COSTA, Carlos Pereira da. “Manoel de Carvalho.”. Edição especial às comemorações do centenário da Revolução de 1824. *Diário de Pernambuco*. Recife, 2 de julho de 1824.p. 12.

COSTA, Eudoro Ramos. “A História na ‘Quinzena do Livro’ de S. Paulo.” *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 10 jan. 1932.

DANTAS, Olavo. “Mário Melo.” *Jornal do Commercio*. Recife, 21 jun. 1959.

F. M. “Livros Nortistas”. *Correio de São Paulo*. São Paulo, 8 nov. 1935.

Feira de livros. *Diário de Pernambuco*. Recife, 12 de jan. 1935.

FERNANDES, Aníbal. “A jornada republicana de 24”. Edição especial às comemorações do centenário da Revolução de 1824. *Diário de Pernambuco*. Recife, 2 de julho de 1824. p. 14.

FREYRE, Gilberto. “1824”. Edição especial às comemorações do centenário da Revolução de 1824. *Diário de Pernambuco*. Recife, 2 de julho de 1824.p. 15

FREYRE, Gilberto. “Mário Melo”. *Jornal do Commercio*. Recife, 03 de jan. 1960.

LEÃO, Múcio. “Mário Melo” *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 30 de maio de 1959.

LIMA, Oliveira. “História da Revolução de Pernambuco”. Edição especial às comemorações do centenário de da Revolução de 1817. *Diário de Pernambuco*. Recife, 6 de março de 1917.

Livros e Folhetos. *Diário de Pernambuco*. Recife, 22 jun. de 1935.

Livros Novos. *Diário da Noite*. Rio de Janeiro, 22 out. 1931.

Meira Mauritônio. “Busto de Olegário Mariano no Recife (certo); mas de Manuel Bandeira vai render”. *Jornal do Brasil*. Vida Literária. Rio de Janeiro, 22 de janeiro de 1959.

MELO, Clovis. “Genealogia”. In: *Revista do IAHGP*. XLV, Recife, 1960.

MELO, Clovis. “O julgamento de Mário Melo”. *Jornal do Commercio*. Recife, 28 de jun. 1959. In: *Revista do IAHGP*, XLV, Recife, 1960.

MELO, Mário. “A Confederação do Equador”. Edição especial às comemorações do centenário da Revolução de 1824. *Diário de Pernambuco*. Recife, 2 de julho de 1824.p. 11-12.

MELO, Mário. “Síntese das Atividades do Instituto Arqueológico de 1953”. *Jornal do Commercio*, Recife, 1953.

MUNIZ, Heitor. “O ano literário”. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 12 jan. 1932.

OLIVEIRA, J. Gonçalves de. “Mário Melo e o ofício de ser homem”. *Jornal do Commercio*. Recife, 31 de mai. 1959.

Reverência à memória de Mário Melo. Sessão conjunta do Instituto Arqueológico e da Academia Pernambucana de Letras, no dia 20. *Jornal do Commercio*. Recife, 06 de jun. 1959.

SOARES, Gerson de Macedo. “Mário Melo.” *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 24 de junho de 1959.

SOBRINHO, Barbosa Lima. “Mário Melo”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 31 de maio de 1959.

VILELA, Carneiro. Cartas Sem Arte. *Diário de Pernambuco*. Recife, 19 de Ago. 1888.

MAGALHÃES, Agamenon. “O intelectual do comentário”. *Folha da Manhã*. Recife, s/d. In: MELO, Mário. *A Guerra dos Mascates como afirmação nacionalista*. 2ªed. Editora Cepe. Recife, 2012.

- Livros

BARBOSA, Virgínia. GASPARG, Lúcia. *Mário Melo 1884-1959: uma bibliografia*. FUNDAJ. Recife, 2012.

DANTAS, Olavo (Org.). MELO, Mário. *Relances da História*. Jornal do Commercio. Rio de Janeiro, 1956.

FONSECA, Homero. *Perfil parlamentar século XX: Mário Melo: a arte de viver teimosamente*. Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco. Recife, 2001.

FREYRE, Gilberto. *Manifesto Regionalista*. 4ª ed. Recife: Fundaj, 1967.

MELO, Mário. *1ª batalha dos Guararapes (preleção para escolares)*. Edição da Imprensa Oficial. Recife, 1948.

_____. *A Guerra dos Mascates como afirmação nacionalista*. 2ªed. Editora Cepe. Recife, 2012.

_____. *A maçonaria e a Revolução de 1817*. Imprensa Industrial – J. Nery da Fonseca. Recife, 1912.

_____. *Aspectos da História*. Casa Mozart. Recife, 1935.

_____. *Dentro da História*. Companhia Editora Nacional. São Paulo, 1931.

_____. *Elementos de História do Brasil*. Companhia Melhoramentos. São Paulo, 1936.

NASCIMENTO, Luiz do. “Roteiro jornalístico de Mário Melo”. Transcrição de artigo publicado em três partes no *Boletim da Cidade do Recife*, n. 170, jan./mar 1968; n. 171/172, abr./set. 1968 e n. 173/179, out. 1968 a jun. 1970.

_____. *Roteiro jornalístico de Mário Melo*. In: BARBOSA, Virgínia. GASPARG, Lúcia. *Mário Melo 1884-1959: uma bibliografia*. FUNDAJ. Recife, 2012.

PARAÍSO, Rostand. *Cadê Mário Melo...*Comunigraf. Recife, 1997.

TAVARES, Cláudio. *Mário Melo – jornalista e Historiador Democrata*. Associação da Imprensa de Pernambuco. Recife, 1976.

- Revistas

“Escritores e livros. Mário Melo – *Dentro da História* – Comp. Editora Nacional – São Paulo – 1931 – 5\$”. *Revista Fon-Fon*. Rio de Janeiro, 22 fev. 1932. P. 8

“Livros Novos.” *Revista da Semana*. 9 jan. 1932.

OLIVEIRA, Valdemar de. “O conceito de imortalidade”. In: PARAÍSO, Rostand (org). *Revista da Academia Pernambucana de Letras: 111 anos de história*. nº 41, edição especial. Recife, fev. 2012.

- Revista do IAHGP

Edição de comemoração do centenário da revolução de 1817. *Revista do IAGP*, V. XIX, ns. 95 a 98. Recife, 1917.

Edição de comemoração do centenário da revolução de 1824. *Revista do IAGP*, V. XXVI, ns. 123 a 126. Recife, 1924.

Revista do IAGP, V. XX, ns. 99-100. Recife, 1918.

Revista do IAHGP, V. XXVI, ns 123-126. Recife, 1924.

Revista do IAHGP. V. XXII. Recife, 1920.

Revista do IAHGP. V. XXXVI. Recife, 1940.

Revista do IAHGP, XLV, Recife, 1960.

Mário Melo – Cronologia

1884 – Nasceu em 5 de Fevereiro, na casa-grande do Sítio Barbalho, no bairro da Iputinga, no Recife. Filho de Manuel do Rego Melo com Maria da Conceição Carneiro da Cunha.

1884 a 1900 - Faz o curso primário em Campina Grande (Paraíba), e em Paudalho (Pernambuco), onde seu pai era juiz, e o curso secundário no Liceu Paraibano, Colégio Salesiano e Ginásio Pernambucano (Recife).

1900 – Estreia no jornalismo como redator do jornal *O Albúm*, do Centro Literário Bernardo Vieira de Melo.

1901 - Contribuiu em um jornal literário chamado *O Estado*, do qual José Rodrigues dos Anjos era um dos seus redatores.

1902 – Falecimento do seu pai. Concursado, ingressa como telegrafista no Departamento dos Correios de Pernambuco. Colabora no *Folha do Povo*, jornal recifense de oposição política, editado pelo Clube Popular do Recife, e que obedece a orientação política de José Mariano.

1903 – Colabora no *Correio do Recife*, continuando a fazer oposição sistemática ao governo, juntamente com José Mariano. Matricula-se na faculdade de Direito do Recife e é transferido como telegrafista para o Ceará.

1904 – 15 de fevereiro, sofre uma agressão física, na Iputinga, praticada por João de Moraes. É transferido para o Pará.

1905 – Passa a colaborar no *Jornal Pequeno*, dos irmãos Gibson. Essa colaboração se estenderia até o ano de 1945. É transferido para o Rio de Janeiro.

1906 – Inicia a sua colaboração para o *Arquivo Maçônico*, até 1913.

1907 – De volta ao Recife, forma-se em Direito, na turma de Augusto dos Anjos. Casa com Adalgisa Cruz Ribeiro, com quem teve dez filhos. Adoece gravemente de febre Tifóide, mas escapa.

1908 – Funda e dirige o jornal *O Atirador*. Escreve no *O País* (Rio de Janeiro) e no *Estado de São Paulo* (São Paulo). Iniciou a sua colaboração no jornal *A Província*, na seção “Estudos e opiniões” (sobre estudos da língua portuguesa).

1909 – É eleito sócio do Instituto Arqueológico Geográfico Pernambucano (IAGP). Ingressa na Maçonaria, na loja 6 de Março, da qual foi Gão-mestre. Funda o “Tiro pernambucano” e o Exército lhe dá a patente de 1º Tenente honorário. Publica no Recife seu primeiro livro “A maçonaria no Brasil”.

1910 – Passa a compor a “Comissão de Redação” da Revista do IAGP. Vai morar no Rio de Janeiro, por motivos de sua função como telegrafista. Sai do jornal *Correio do Recife*.

1911 – Faz campanha pró- Dantas Barreto. Volta do Rio para fazer a campanha, mas só por um tempo. No Rio ele vai ser colaborador do jornal *Gazeta da tarde*, onde usava os pseudônimos de “Spartacus” e “Saldanha Marinho”.

1912 – Publica, no Recife, o livro “A maçonaria e a Revolução de 1817”, edição do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano. Publicado também em separata em 81 páginas pela Imprensa Industrial – J. Nery da Fonseca – Recife – 1912. 24 de Agosto sofre outro atentado, cujo autor pode ter sido o deputado federal Rego Medeiros. Ele é eleito 1º Secretário do IAGP. Regressa definitivamente do Rio para o Recife. Passa a colaborar no jornal *Pernambuco*. Colaborou no periódico *A Lanceta*.

1913 – Publica, no Recife, *A Fazenda Modelo do dr. Odilon Maroja (um trecho do sertão paraibano)* e *Os Marimbondos*. Ingressa na redação de *Pernambuco*, jornal de Henrique Millet, e passa à oposição. Sofre um atentado alguns dias depois do assassinato do jornalista Trajano Chacon. Torna-se sócio benemérito do Instituto, ocupando a cadeira que tinha como patrono o seu primo José Mariano.

1914 – Inicia suas atividades no *Diário de Pernambuco*, onde permanecerá durante 20 anos, até 1934. Sai do jornal *Pernambuco*.

1915 – É agredido, no Teatro Helvética, pelo deputado Mário Rodrigues, seu amigo companheiro de jornalismo, e que com ele fundara o jornal *O Álbum*. Publica, no Recife, “As Academias secretas de Pernambuco”.

1916 – Publica, no Recife, “Arquipélago de Fernando de Noronha” e “O Padre Vieira e a Restauração de Pernambuco do Domínio Holandês”.

1917 – Publica, no Recife, “O forte real do Bom Jesus (Arraial Velho)” e “O forte real do Bom Jesus (Arraial Novo)”

1918 – Publica, no Recife, “Pau d’Alho – Geografia física e Política” (memória apresentada ao VI Congresso de Geografia, realizado em Belo Horizonte), publicação oficial do Governo de Pernambuco. Publica, também, “A imprensa Pernambucana em 1918” (memória apresentada ao I Congresso de Jornalistas, realizado no Rio de Janeiro, em setembro de 1918).

1919 – Eleito Deputado estadual, mas não é reconhecido pelo Congresso. Publica, no Recife, “Rios de Pernambuco e São Severino”.

1920 – Publica, no Recife, “Ruas do Recife” e “Guia do Recife”, edições do Informador Nery e, em Buenos Aires, em espanhol “Oliveira Lima Íntimo”. Publica ainda, no Recife, “Terremotos de Pernambuco”. Ingressa, a 13 de maio, na Academia Pernambucana de Letras, ocupando a cadeira de número 15, sendo transferido, depois

para a de número 3, cujo patrono é Frei Caneca. Colaborou para a revista *Vida Moderna*.

1921- Publica, no Recife, “Loja Maçonica 6 de Março” e “Corografia de Pernambuco”. Colaborou para a *Revista musical*, para a *Nossa Terra* e para o *Almanaque de Pernambuco*.

1922 – Publica, no Recife, “Esboço de literatura pernambucana”. Faz campanha de Manuel Borba. É demitido do cargo de Telegrafista pelo presidente Epitácio Pessoa e sobrevive como livreiro, tornando-se dono da *Papelaria Inglesa*.

1926 – Retorna ao cargo de telegrafista por sentença do Supremo Tribunal Federal. É nomeado Consul da Venezuela, *ad honorem*, no Recife. É designado Inspetor dos Monumentos Históricos em Pernambuco. Participa do Congresso Panamericano de Imprensa, nos EUA.

1928 – Morreu o seu sogro, Antônio da Cruz Ribeiro, tesoureiro da Alfândega e, depois, Senador da República.

1929 – Publica, em São Paulo, “Os carijós de Águas Belas”.

1930 – Faz campanha da Aliança Liberal. No dia 7 de outubro de 1930, o jornal *Diário de Pernambuco* anuncia que Mário Melo passa a ser o Diretor do Museu de Pernambuco e Inspetor dos Monumentos Nacionais.

1931 – Funda, com Salvador Nigro e outros, a Associação de Imprensa de Pernambuco. Publica, no Recife, “Toponímia pernambucana” e, em São Paulo, pela Companhia Editora Nacional “Dentro da História”, onde condensa capítulos da História de Pernambuco. Em agosto deste ano, ele assume o cargo de Secretário Geral do Plano da Cidade, instancia reguladora da remodelação do Recife.

1933 – Publica, no Recife, Frei Caneca. Inicia sua coluna “Coisas da Cidade” no jornal *Diário de Pernambuco*.

1934 – Sai do *Diário de Pernambuco* e, a convite de F. Pessoa de Queiroz entra na redação do *Jornal do Commercio*, onde permanece até a morte. Continua colaborando no *Jornal Pequeno*.

1935 – Publica, no Recife, “Aspectos da História”, em edição da Casa Mozart.

1936 – Publica, em São Paulo, pela editora *Melhoramentos*, “Elementos da História do Brasil”, para estudantes do curso comercial. Viaja à Portugal em missão de estudos a fim de coligir documentos acerca da Guerra dos Mascates.

1937 – Viaja a Portugal, onde pesquisa documento sobre a Guerra dos Mascates. É eleito secretário da Academia Pernambucana de Letras (APL), na gestão de Lins e Silva, fazendo ainda parte da Comissão da Revista, ao lado de Edwiges de Sá Pereira, Lúcio Varejão, Paulino de Andrade e Costa Rego Júnior.

1938 – É nomeado membro do Conselho administrativo no Governo do interventor Agamenon Magalhães, exercendo o cargo até 1945. Publica, no Recife, “Como vi Portugal” e “Aspectos da etnografia brasileira” (conferência lida na Sociedade de Geografia de Lisboa). Começa a colaborar na *Folha da Manhã*, tanto na edição matutina quanto na vespertina.

1940 – É indicado delegado do Recenseamento em Pernambuco. Inicia sua coluna “Crônicas da cidade” no *Jornal do Commercio*.

1942 – Publica, no Rio de Janeiro, “Afirmações nacionalistas – Guerra dos Mascates”, considerada sua maior obra.

1943 – Publica, “Síntese cronológica de Pernambuco”.

1944 – Publica, no Recife, “Divisão administrativa de Pernambuco”.

1945 – Aposenta-se nos Correios e Telégrafos. Encerra suas atividades no periódico *Jornal Pequeno*.

1946 – É eleito deputado estadual pelo partido, PSD, Partido Social Democrático.

1948 – Participa da Fundação da Universidade do Recife, como criador da Escola de Belas Artes e Faculdade de Comércio e Ciências Econômicas, das quais era professor.

1950 – Seu jubilo é comemorado pela Associação de Imprensa de Pernambuco.

1951 – chefia a delegação de Pernambuco no Primeiro Congresso Brasileiro de Intelectuais, em Goiana. Boatos sobre a sua morte, logo desmentida pelo jornalista.

1953 – Publica “Centenário de Serra Talhada”, Recife.

1956 – Publica, no Recife “Onomástica pernambucana” e “O Afro-Indianismo na Geografia brasileira”. Publica, no Rio de Janeiro, seu último livro, “Relances da História” (crônicas publicadas no jornal “Folha da Manhã” coligadas e publicadas por Olavo Dantas).

1957 – Encerra suas atividades no periódico *Folha da Manhã*.

1959 – Falece em sua residência, à Rua Sto. Elias, 292, Espinheiro, cidade do Recife, na madrugada de 24 de maio.

Anexos

1- Anexos da primeira parte

Fotos de Mário Melo



Fonte: PARAÍSO, Rostand. *Cadê Mário Melo...* Comunigraf. Recife, 1997. p. 62.



Foto: Os jornalistas Mário Melo, Carlos Rios, Salvador Nigro e o pintor Mário Nunes, membros do júri (concurso Miss Pernambuco), trocam impressões. *Pra Você*, Recife, ano 1, n. 11, 5 maio 1930.

Acervo Fundação Joaquim Nabuco.

Fonte: BARBOSA, Virgínia. GASPARG, Lúcia. *Mário Melo 1884-1959: uma bibliografia*. FUNDAJ. Recife, 2012.



Foto: O jornalista Mário Melo lê a mão de Mlle. Ninita Argo de Alarcon. *Pra Você*, Recife, ano 1, n. 11, p. 19, 5 maio 1930.

Acervo Fundação Joaquim Nabuco..

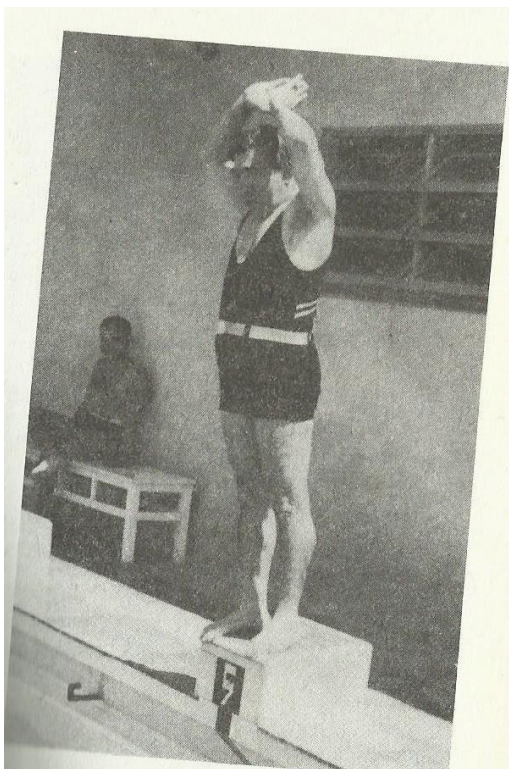
Fonte: BARBOSA, Virgínia. GASPARG, Lúcia. *Mário Melo 1884-1959: uma bibliografia*. FUNDAJ. Recife, 2012.



Aspecto do almoço oferecido ao jornalista Mario Melo. *Revista da Cidade*, Recife, ano 1, n. 10, p. 8, jul. 1926.

Acervo Fundação Joaquim Nabuco

Fonte: BARBOSA, Virgínia. GASPARG, Lúcia. *Mário Melo 1884-1959: uma bibliografia*. FUNDAJ. Recife, 2012.



Mário Melo no Clube Português.

Foto cedida por familiares.

Fontes: PARAÍSO, Rostand. *Cadê Mário Melo...* Comunigraf. Recife, 1997. p. 67.



Numa das crônicas deste livro o autor fala sobre o seu furo de reportagem, quando levou o jornalista e imortal homem de letras de Pernambuco, MÁRIO MELO, inimigo 001, do futebol nacional, ao estádio do Maracanã, Rio. (Set. 1957). Aí está ele, flagrado pela objetiva do autor, juntamente com o ex-deputado Lamartine Távora e o jornalista editor de reportagens do Jornal do Commercio do Recife, Romildo Cavalcanti.

Fonte: PARAÍSO, Rostand. *Cadê Mário Melo...* Comunigraf. Recife, 1997. p. 102

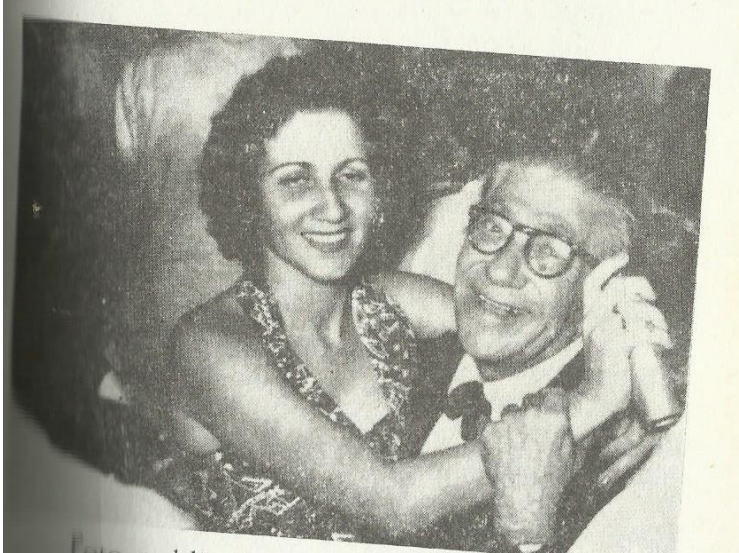


Foto publicada no Jornal do Commercio.

Fonte: PARAÍSO, Rostand. *Cadê Mário Melo...* Comunigraf. Recife, 1997. p. 121.



Foto tirada um mês antes da morte de Mário Melo. Ao seu lado, entre outros, Altamiro Cunha, Gilberto Freyre, José Mário de Albuquerque e o médico Mattos de Oliveira. In: *Revista Nordeste*. Recife, junho de 1959.

Fonte: PARAÍSO, Rostand. *Cadê Mário Melo...* Comunigraf. Recife, 1997. p.232.

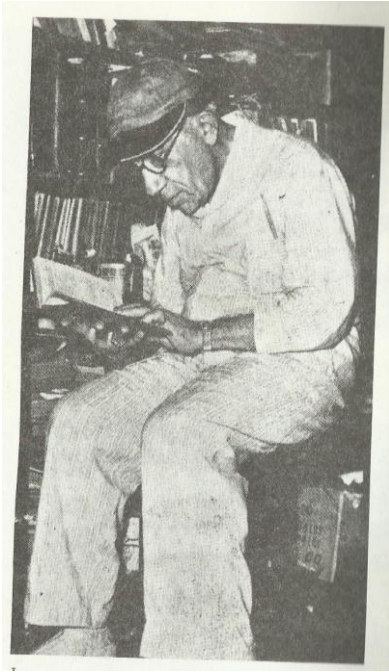


Foto publicada na *Revista do Nordeste*, julho de 1959
 PARAÍSO, Rostand. *Cadê Mário Melo...* Comunigraf. Recife, 1997. p. 232.



Notícia da morte de Mário Melo. “Morreu o jornalista Mario Melo: coração.” *Diário da Noite*. Recife, 25 de maio de 1959.
 PARAÍSO, Rostand. *Cadê Mário Melo...* Comunigraf. Recife, 1997. p. 233

CARICATURAS



Jornal Pequeno, Recife, 5 fev. 1953.

Fonte: BARBOSA, Virgínia. GASPAR, Lúcia. *Mário Melo 1884-1959: uma bibliografia*. FUNDAJ. Recife, 2012.

O archeologo tamoyo Mario Mello traduz o soneto em tupy-guarany dirigido ao ferrabrás Oswaldo Machado



Jornal do Commercio, Recife, ano 18, n. 19, 23 jan. 1936. Suplemento Carnavalesco, p. 22.

Fonte: BARBOSA, Virgínia. GASPAR, Lúcia. *Mário Melo 1884-1959: uma bibliografia*. FUNDAJ. Recife, 2012.



MARIO MELO, pelo lapis
de JAYMESON

Jornal Pequeno, Recife, 13 jun. 1939. Suplemento Carnavalesco, p. 1.
Fonte: BARBOSA, Virgínia. GASPAR, Lúcia. *Mário Melo 1884-1959: uma bibliografia*. FUNDAJ. Recife, 2012.



Cartas na mesa, jogo franco.
Fonte: *Jornal Pequeno*, Recife, 15 jan. 1949.
Fonte: BARBOSA, Virgínia. GASPAR, Lúcia. *Mário Melo 1884-1959: uma bibliografia*. FUNDAJ. Recife, 2012.

**MARIO MELLO, o
compra intrigas**



Mario Mello, nos diga seu desgosto,
que ninguém o dirá a "seu" Machado:
— Você prefere ter pixe no rosto,
ou ver o seu "cachimbo" arreventado?

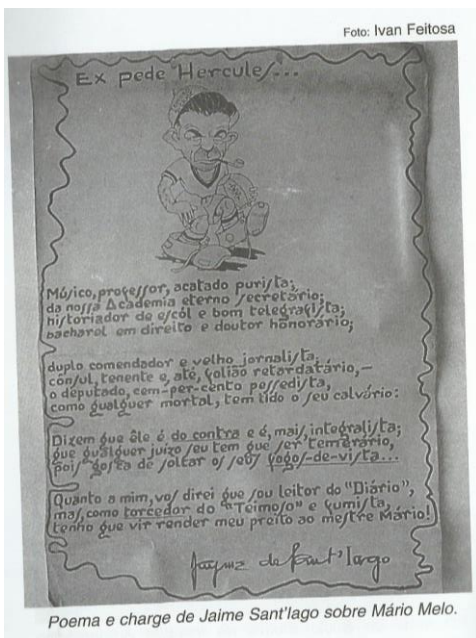
Esta vida, "seu" Mario! O carnaval
reduz a gente a troços e molaambas.
Com Oswaldo você fica de mal!
Calam no "frêvo" à sombra dos mocambos. .

Jornal do Commercio, Recife, ano 17, n. 13, 16 jan. 1936. Suplemento Carnavalesco, p. 1.

Fonte: BARBOSA, Virgínia. GASPARG, Lúcia. *Mário Melo 1884-1959: uma bibliografia*. FUNDAJ. Recife, 2012.



Fonte: FONSECA, Homero. *Perfil parlamentar século XX: Mário Melo: a arte de viver teimosamente*. Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco. Recife, 2001.

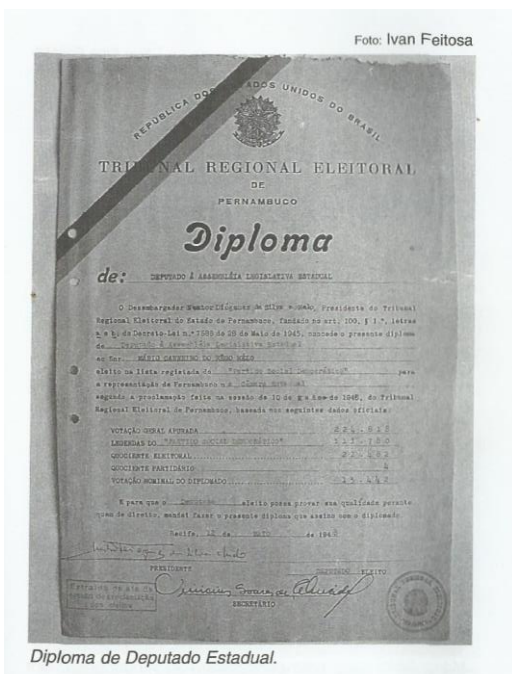


Fonte: FONSECA, Homero. *Perfil parlamentar século XX: Mário Melo: a arte de viver teimosamente*. Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco. Recife, 2001.

Diplomas



Fonte: FONSECA, Homero. *Perfil parlamentar século XX: Mário Melo: a arte de viver teimosamente*. Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco. Recife, 2001.



Fonte: FONSECA, Homero. *Perfil parlamentar século XX: Mário Melo: a arte de viver teimosamente*. Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco. Recife, 2001.

2- Anexos da segunda parte



Comemorações do centenário da Independência do Brasil. Recife, 7 de setembro de 1922. p. 1.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO

ANNO XI - N.º 40 JORNAL DIÁRIO DE CIRCULAÇÃO NA AMÉRICA LATINA FUNDADO EM 1850

RECIFE - PERNAMBUCO - BRASIL Propriedade de Carlos S. P. de Lenc TERÇA-FEIRA, 6 DE MARÇO DE 1917

Edição especial comemorativa do centenário da revolução republicana de 1817

EXPOENTE

DIÁRIO DE PERNAMBUCO
(ESTABELECIDO EM 1850)

REDAÇÃO: AV. DA REPÚBLICA, 100

ADMINISTRAÇÃO: AV. DA REPÚBLICA, 100

TELEFONO: 100

PREÇO DE VENDA: 100

ASSINATURAS: 100

ANUNCIOS: 100

INFORMAÇÕES

DETERMINAÇÃO

REDAÇÃO: AV. DA REPÚBLICA, 100

ADMINISTRAÇÃO: AV. DA REPÚBLICA, 100

TELEFONO: 100

PREÇO DE VENDA: 100

ASSINATURAS: 100

Ultima Hora

Na 7.ª pagina

Padre Miguelista

Revolução republicana de 1817

(The main body of the page contains several columns of text, which are mostly illegible due to the image's resolution. The text appears to be a commemorative article or editorial.)

Edição especial às comemorações do centenário da Revolução de 1817. *Diário de Pernambuco*. Recife, 6 de março de 1917. p. 1.

DIARIO DE PERNAMBUCO

1824 - 1924

CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR

Honra aos Heróis Immortaes da Gloriosa Revolução!

... a honra dos heróis imortaes da gloriosa revolução...

... a honra dos heróis imortaes da gloriosa revolução...

... a honra dos heróis imortaes da gloriosa revolução...

... a honra dos heróis imortaes da gloriosa revolução...

... a honra dos heróis imortaes da gloriosa revolução...

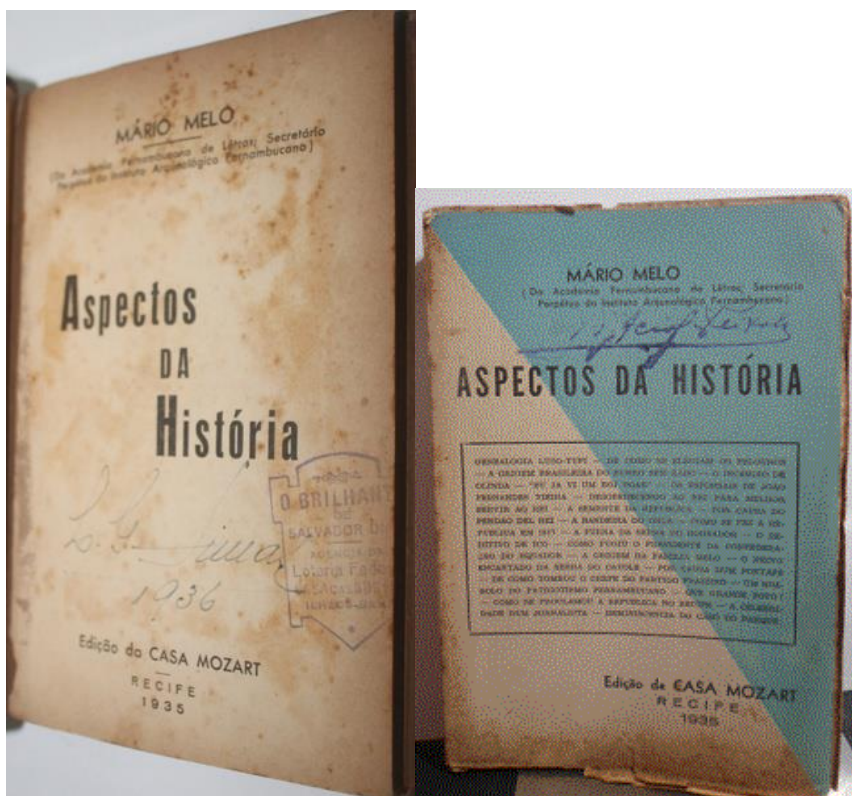
... a honra dos heróis imortaes da gloriosa revolução...

Edição especial às comemorações do centenário da Revolução de 1824. *Diário de Pernambuco*. Recife, 2 de julho de 1924. p. 1.

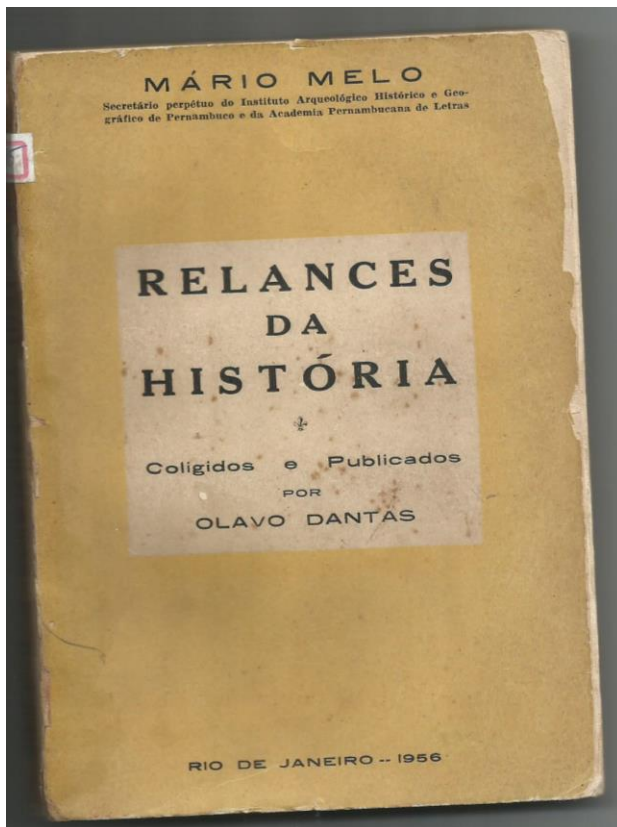
- Livros de história para o grande público



MELO, Mário. *Dentro da História*. Companhia Editora Nacional. São Paulo, 1931.



MELO, Mário. *Aspectos da História*. Casa Mozart. Recife, 1935.



DANTAS, Olavo (Org.). MELO, Mário. “A independência em Pernambuco”. *Relances da História*. Jornal do Commercio. Rio de Janeiro, 1956.